



BNP PARIBAS
FORTIS

Relatório Anual 2011

FORTIS BANK SA/NV

‘Os revisores oficiais de contas completaram substancialmente a sua auditoria aos mapas financeiros acompanhados e preveem emitir o seguinte relatório de auditoria:

- parecer sem reservas acerca das demonstrações financeiras consolidadas de 2011 com ênfase no parágrafo da matéria em relação à existência de queixas para as quais o resultado permanece incerto.
- parecer sem reservas acerca das demonstrações financeiras oficiais (não consolidadas) de 2011 com ênfase no parágrafo da matéria em relação à existência de queixas para as quais o resultado permanece incerto.

Introdução

O Relatório Anual de 2011 do Fortis Bank contém as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Não Consolidadas, precedidas pelo Relatório do Conselho de Administração, a Declaração do Conselho de Administração e uma secção sobre Governança Empresarial, incluindo a composição do Conselho de Administração. As Demonstrações Financeiras Consolidadas auditadas de 2011 do Fortis Bank, com comparação de valores com os de 2010 e preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) adotadas pela União Europeia, são seguidas pelas Demonstrações Financeiras Não Consolidadas auditadas de 2011 do Fortis Bank SA/NV, preparadas

com base nas regras definidas no Decreto Real belga de 23 de Setembro de 1992 sobre contas anuais das instituições de crédito.

Salvo indicação em contrário, todos os valores constantes das tabelas destas Demonstrações Financeiras são expressos em milhões de euros. Como os valores foram arredondados, podem ocorrer pequenas diferenças relativamente aos valores relatados anteriormente. Foram efetuadas algumas reclassificações relativamente às Demonstrações Financeiras do ano anterior, de modo a torná-las comparáveis às apresentadas no ano em análise.

Fortis Bank SA/NV é a denominação legal da empresa. As atividades comerciais na Bélgica são desenvolvidas sob o nome comercial BNP Paribas Fortis.

Salvo indicação em contrário, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, Fortis Bank refere-se à situação consolidada do Fortis Bank SA/NV. Salvo indicação em contrário, nas Demonstrações Financeiras Não Consolidadas, Fortis Bank refere-se à situação não consolidada do Fortis Bank SA/NV.

Depois da reestruturação do Fortis, as denominações “Fortis SA/NV” e “Fortis NV” foram alteradas para “Ageas SA/NV” e “Ageas NV”, sendo ambos referidos como Ageas.

Todas as informações contidas no Relatório Anual de 2011 do Fortis Bank referem-se às demonstrações financeiras estatutárias consolidadas e não consolidadas do Fortis Bank, não abrangendo o contributo do Fortis Bank para os resultados consolidados do Grupo BNP Paribas, que podem ser consultados no web site do BNP Paribas: www.bnpparibas.com.

O Relatório Anual de 2011 do Fortis Bank pode ser consultado no web site: www.bnpparibasfortis.com.

Índice

Introdução	2
Relatório Anual Consolidado do Fortis Bank 2011	6
Relatório do Conselho de Administração	7
Uma palavra do Presidente e do Diretor-Geral	7
Bom desempenho num mercado cada vez mais desafiante	8
Atividades principais	12
Notações de crédito da Fortis Bank SA/NV em 28/02/2012	18
Declarações Prospetivas	18
Comentários sobre a evolução dos resultados	19
Comentários sobre a evolução do balanço	22
Liquidez e solvência	24
Principais riscos e incertezas	24
Declaração do Conselho de Administração	25
Governança Empresarial	26
Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank 2011	42
Demonstração de resultados relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	43
Demonstração de rendimento líquido e alterações dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital	44
Balanço à data de 31 de Dezembro de 2011	45
Declaração de alterações das posições acionistas entre 1 Janeiro 2010 e 31 Dezembro 2011	46
Interesses minoritários entre 1 Janeiro 2010 e 31 Dezembro 2011	47
Demonstração de fluxos de caixa relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	48
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	49
1 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS APLICADAS PELO FORTIS BANK	50
1.a NORMAS CONTABILÍSTICAS APLICÁVEIS	50
1.b RELATO POR SEGMENTOS	50
1.c CONSOLIDAÇÃO	51
1.c1 Âmbito de consolidação	51
1.c2 Métodos de consolidação	52
1.c3 Procedimentos de consolidação	53
1.c4 Concentrações de negócios e medição do goodwill	53
1.d ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	55
1.d1 Empréstimos e valores a receber	55
1.d2 Títulos	56
1.d3 Transações em moedas estrangeiras	57
1.d4 Imparidade de ativos financeiros	58
1.d5 Reclassificação de ativos financeiros	60
RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	

1.d6 Emissões de títulos de dívida	61
1.d7 Instrumentos de capital próprio e seus derivados	61
1.d8 Instrumentos derivados e contabilização de cobertura	63
1.d9 Determinação do justo valor	64
1.d10 Ativos e passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos (opção do justo valor)	65
1.d11 Rendimento e despesas resultantes de ativos e passivos financeiros	65
1.d12 Custo do risco	65
1.d13 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros	65
1.d14 Compensação de ativos e passivos financeiros	66
1.e NORMAS CONTABILÍSTICAS ESPECÍFICAS DO SECTOR SEGURADOR	66
1.a1 Ativos	66
1.a2 Passivos	66
1.a3 Demonstração de resultados	67
1.f ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	67

4| Fortis Bank Relatório Anual 2011

1.g LOCAÇÕES	69
1.g1 Contabilização como locador	69
1.g2 Contabilização como locatário	69
1.h ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS	70
1.i BENEFÍCIOS DOS COLABORADORES	70
1.i1 Benefícios de curto prazo	70
1.i2 Benefícios de longo prazo	70
1.i3 benefícios de cessação de emprego	71
1.i4 Benefícios pós-emprego	71
1.j PAGAMENTO COM BASE EM AÇÕES	72
1.j1 Planos de opções sobre ações e atribuição de ações	72
1.j2 Subscrições ou aquisições de ações oferecidas aos colaboradores no âmbito do plano de poupança da empresa	72
1.k PROVISÕES REGISTADAS COMO PASSIVOS	73
1.l IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS	73
1.m DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	73
1.n UTILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	74
2 NOTAS À CONTA DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	75
2.a Rendimentos líquidos de juros	75
2.b Rendimentos e custos de comissões	76
2.c Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	76
2.d Ganhos/perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não mensurados pelo justo valor	77
2.e Rendimentos líquidos de outras atividades	77
2.f Custos do risco	78
2.g Imposto sobre o rendimento das empresas	79
3 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS	80
3.a Segmentos operacionais	81
3.b Informações por segmentos operacionais	82
4 GESTÃO DO RISCO E ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	83
Introdução	83
4.a Organização da gestão do risco	83
4.b Mensuração e categorias do risco	85
4.c Adequação do capital	87

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

4.d Risco de crédito e de contraparte	88
4.e Risco de mercado	101
4.f Risco operacional	114
4.g Risco de conformidade e risco de reputação	116
4.h Risco de liquidez e refinanciamento	117
 5 NOTAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	 119
5.a Ativos financeiros, passivos financeiros e derivados considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	119
5.b Derivados utilizados para efeitos de cobertura	125
5.c Ativos financeiros disponíveis para venda	126
5.d Mensuração do justo valor de instrumentos financeiros	127
5.e Instrumentos financeiros reclassificados como empréstimos e valores a receber	132
5.f Rubricas interbancárias e de mercado monetário	133
5.g Rubricas de clientes	135
5.h Títulos de dívida e dívida subordinada	137
5.i Ativos financeiros detidos até à maturidade	138
5.j Impostos correntes e diferidos	139
5.k Rendimentos/custos acumulados e outros ativos/passivos	140
5.l Investimentos em associadas e joint ventures	141
5.m Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	143
5.n Goodwill	144
5.o Provisões para contingências e encargos	145
 6 COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E COMPROMISSOS DE GARANTIA	 146
6.a Compromissos de financiamento concedidos ou recebidos	146
6.b Compromissos de garantia concedidos por assinatura	146
6.c Outros compromissos de garantia	146

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 5

7 SALÁRIOS E BENEFÍCIOS DE COLABORADORES	148
7.a Custos com salários e benefícios de colaboradores	148
7.b Obrigações com benefícios de colaboradores	148
 8 INFORMAÇÕES ADICIONAIS	 153
8.a Âmbito de consolidação	153
8.b Concentrações de negócios	165
8.b1 Reestruturação de entidades turcas	165
8.b2 Aquisições	166
8.b3 Alienações	167
8.c Ativos não correntes classificados como detidos para venda e operações descontinuadas	169
8.d Remunerações e prestações atribuídas aos quadros superiores do Grupo	181
8.e Partes relacionadas	189
8.f Balanço por maturidade	192
8.g Instrumentos de crédito estruturados	194
8.h Exposição ao risco da dívida soberana	196
8.i Justo valor de instrumentos financeiros escriturados pelo custo amortizado	202
8.j Ativos e passivos contingentes	203
8.k Honorários dos técnicos oficiais de contas	205
8.l Eventos posteriores ao período de relato	206
8.m Informações adicionais sobre operações de titularização da Bass e da Esmée	207
 Relatório dos revisores oficiais de contas acreditados	 211
 Relatório Anual 2011 (não consolidado) do Fortis Bank	 213
Relatório do Conselho de Administração	215
Proposta de dotação do resultado do exercício contabilístico	221
Informações relativas ao artigo 523.º do Código das Sociedades belga	223

Demonstrações Financeiras 2011 (não consolidadas) do Fortis Bank	225
Balanço após imputações	226
Fora do balanço	228
Demonstração de resultados	229
Notas sobre as contas	232
Resumo das políticas contabilísticas para as demonstrações financeiras não consolidadas	291
Relatório dos revisores oficiais de contas acreditados	295
Outras informações	297
Máximos e mínimos mensais das ações do Fortis Bank nos leilões semanais em 2011	298
Cargos externos detidos por administradores e dirigentes, sujeitos a divulgação legal	299
Glossário e abreviaturas	304

6| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Relatório Anual Consolidado do Fortis Bank 2011

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 7

Relatório do Conselho de Administração

Uma palavra do Presidente e do Diretor-Geral

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Perante as desafiantes condições económicas e reguladoras, manteve-se o sucesso da principal atividade do Fortis Bank em 2011. Um forte desempenho comercial e operacional permitiu-nos assegurar a nossa posição de mercado de líder nos nossos mercados domésticos da Bélgica e Luxemburgo. O braço da banca de retalho teve um bom desempenho, ao passo que a banca empresarial e de investimento manteve-se resistente no contexto de um clima de mercado adverso.

Os nossos clientes continuam a ser a nossa principal prioridade e a nossa ambição é ser o seu parceiro preferencial no caminho para atingir os seus objetivos. Em 2011, procedemos a melhorias na nossa oferta de produtos e alargámos também os nossos canais de distribuição. Orgulhamo-nos do facto de que, apesar do difícil panorama, os nossos clientes e as comunidades onde operamos podem contar connosco. Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes pela confiança que têm depositado em nós.

O rendimento líquido de 2011 foi seriamente atingido pelas más condições dos mercados, especialmente pela profunda crise da dívida soberana na zona euro, o que levou a uma imparidade significativa pela nossa exposição às obrigações soberanas gregas.

Houve significativamente menos operações de investimento/alienação em 2011 em comparação com 2010, quando efetuámos a maior parte das transações planeadas para redução do risco do balanço. As duas operações mais importantes durante 2011 foram a fusão do Fortis Bank Turkey com o Türk Ekonomi Bankasi (TEB) e a aquisição do Cortis Commercial Finance (FCF).

2011 foi também um ano chave para a integração a decorrer com o BNP Paribas. Muitos sistemas estão já totalmente integrados e as sinergias excederam os nossos objetivos originais. O Fortis Bank conseguiu que esta integração fosse bem sucedida e contratou mesmo 2700 novos funcionários ao longo dos dois últimos anos.

O elevado ritmo das alterações reguladoras não mostrou sinais de abrandamento em 2011. Fica claro que um novo regulamento como o estabelecido ao abrigo do Basileia III irá ter um impacto material na rentabilidade do setor bancário e na sua capacidade de financiamento da economia a longo prazo através da transformação da liquidez. O Fortis Bank está a tomar medidas proativas para estar em conformidade com os novos requisitos reguladores e estamos a efetuar uma gestão prudente da solvência e liquidez de modo a assegurar que o Banco se encontra preparado para o desafio regulador. O Fortis Bank finalizou o ano com um forte rácio de capital "Tier 1" de 16,5% e um rácio empréstimos-depósitos favorável de 101,4%.

Os esforços excecionais do nosso pessoal irão permitir que o Banco aguente a tempestade económica e se torne mais forte. Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para expressar a nossa gratidão aos nossos 34000 funcionários pelo seu compromisso continuado em relação ao desenvolvimento do Banco.

Tendo em consideração o panorama incerto para 2012, tomámos as medidas necessárias para dar resposta a um ambiente operacional mais duro. Isto coloca o Fortis Bank numa posição favorável para continuar a desempenhar o seu papel vital de parceiro que ajuda clientes a atingir os seus objetivos e aspirações. Além disso, o Banco irá dar continuação ao seu compromisso para com a sociedade de uma forma geral através da BNP Paribas Fortis Foundation, as nossas várias iniciativas de RSE (Responsabilidade Social Empresarial), e através de parcerias como o projeto *microStart*, o qual financia e dá apoio a pessoas que desejam trabalhar por conta própria mas não têm acesso ao crédito bancário.

Maxime Jadot
Diretor-Geral (CEO)
Administração

Herman Daems
Presidente do Conselho de

Bom desempenho num mercado cada vez mais desafiante

Contexto

De um ponto de vista macroeconómico, 2011 mostrou duas faces distintas. A primeira metade do ano continuou a ser caracterizada por uma forte recuperação após a recessão profunda de 2008. A economia belga, que tinha tido um crescimento de 2,3% em 2010, cresceu para 2,5% anualizados na primeira metade de 2011, o melhor desempenho em anos. No entanto, a economia arrefeceu bruscamente na segunda metade. Com o impacto de uma crise financeira em escalada na zona euro e de uma crise política nos Estados Unidos, a confiança entre empresas, consumidores e investidores esvaiu-se. O crescimento do PIB belga tornou-se negativo no terceiro trimestre, o que anunciou o início de uma nova recessão que prometia ser de alguma forma menos severa do que em 2008-09. Entretanto, a inflação na zona euro continuou a aumentar, excedendo o objetivo estabelecido pelo Banco Central Europeu (BCE). A taxa de inflação belga teve uma média de 3,5% ao longo do ano e foi, deste modo, pelo segundo ano consecutivo, particularmente mais elevada do que no resto da zona euro, onde a inflação teve uma média de 2,7%.

Os mercados financeiros ficaram marcados em 2011 pela crise expandida na zona euro. Após a Grécia e a Irlanda terem obtido pacotes de salvamento, Portugal tornou-se o terceiro país a ter que pedir apoio ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e ao FMI. Entretanto, a adequação do 'poder de fogo' deste fundo de emergência europeu foi posta em causa quando as taxas obrigacionistas aumentaram para cerca de 7%. A Bélgica foi também sujeita a investigação quando o longo processo de formar um novo governo se arrastou, levando a algum desassossego acerca da situação financeira do país, ao ponto da agência de notação Standard & Poor ter decidido descer a notação de crédito do país de AA+ para AA. Quando finalmente se acordou um orçamento para 2012, as tensões que rondavam as taxas de juro belgas de alguma forma diminuíram, mas no final de 2011 o diferencial das taxas de juro em comparação com a Alemanha e os outros países europeus ainda era consideravelmente mais alargado que no início do ano. O diferencial entre as taxas sobre obrigações a 10 anos emitidas pela Bélgica e Alemanha, o qual ficava em 100 pontos base no início do ano, tinha aumentado para 230 pontos base no final de Dezembro de 2011.

O BCE desempenhou um papel importante na luta contra a crise. Para manter a inflação sob controlo, o BCE aumentou a sua principal taxa de juro em Abril de 2011 de 1,0% para 1,5% em duas fases. No entanto, à luz da pioria da situação na economia e nos mercados financeiros na segunda metade do ano, o BCE foi forçado a mudar essa decisão e para o final do ano, a taxa de juro era novamente de 1%. O BCE tem também estado a dar apoio em termos de liquidez aos bancos e tem comprado obrigações soberanas, aliviando deste modo parte da tensão financeira. A primeira operação de liquidez em três anos efetuada pelo BCE (operação de refinanciamento a longo prazo ou LTRO) foi um sucesso sem restrições. Os bancos fizeram licitações por quase 500 mil milhões de Euros, fazendo desta operação de refinanciamento isolada a maior de sempre na história do BCE. Contudo, a saúde do setor financeiro europeu de um modo geral e o fluxo de crédito em particular dependem largamente da resolução da crise da dívida soberana europeia. Enquanto os mercados financeiros tiverem dúvidas acerca da solvência de alguns países em particular e da qualidade dos seus títulos de dívida, o panorama do setor financeiro irá permanecer deprimido.

O ambiente operacional em 2011 foi desfavorável para o setor bancário. A queda dos preços das obrigações soberanas europeias levou a depreciações significativas, enquanto que ao mesmo tempo, os requisitos de capital regulamentar iam resistindo. Em Junho, a Autoridade Bancária Europeia (ABE) conduziu uma série de testes de stress, seguidos apenas um mês mais tarde de um teste mais rigoroso, implicando uma necessidade absoluta de novo capital entre o setor bancário europeu estimada em 115 mil milhões de euros. Dadas as condições desafiantes do mercado, o que virtualmente exclui retirar tal montante das fontes de capital privadas, os bancos estão atualmente empenhados no processo de alienar as suas atividades não principais, frequentemente em mercados fora do mercado interno, pressionando os sistemas financeiros destes mercados. Além disso, os

governos pretendem obter uma maior contribuição em impostos por partes dos bancos, de modo a limitar os seus défices orçamentais. Todos estes elementos reduzem a rentabilidade dos bancos.

Apesar do ambiente operacional desafiante para os bancos belgas, o empréstimo ao setor privado permaneceu inalterado. Os empréstimos domésticos, os quais tinham aumentado 3,2% em 2010, subiram para 6,9% em 2011, enquanto que a taxa de crescimento dos empréstimos a empresas subiu de 1,6% em 2010 para 4,2%. O facto de que a Bélgica possui um dos mais baixos rácios empréstimos-depósitos da zona euro reduz a probabilidade de uma contração do crédito na Bélgica, em comparação com outros países europeus.

Fortis Bank

A combinação da volatilidade dos mercados financeiros, da crise da dívida soberana na zona e do impacto esperado das alterações na estrutura reguladora criou um ambiente operacional desafiante em 2011. Por oposição a este cenário, o Fortis Bank registou um bom desempenho operacional, com a segunda metade do ano significativamente mais dificultada, devido às condições de mercado em rápida deterioração e ao aumento da aversão ao risco por parte dos clientes. Os resultados do ano e as evoluções no balanço são comentadas mais tarde adiante em secções dedicadas deste relatório.

A liquidez permaneceu satisfatória ao longo de todo o ano de 2011 e a solvência do Fortis Bank, com base em simulações e validada pelas autoridades competentes, encontra-se numa boa posição inicial com vista ao cumprimento das novas normas do Basileia III.

Numa tentativa de estimular a eficiência, 2011 viu vários programas lançados com o objetivo de controlar as despesas operacionais e de pessoal. Com o plano de ação ('Iniciativa 2014') pretende-se reduções dos custos existentes no montante de 200 milhões de euros por ano até 2014. As medidas relevantes são introduzidas por etapas, em cooperação com as partes interessadas. Consequentemente, chegou-se a um acordo com os parceiros sociais, o qual introduz um novo modelo de compensação ('novo modelo de recompensa') juntamente com uma garantia de emprego até 2016 e o compromisso de não se dedicarem ao outsourcing de larga escala. Ao abrigo do novo modelo de recompensa, a política de compensação irá ter em conta critérios de sustentabilidade, incluindo o aumento da diversidade e a redução da pegada ambiental do Banco. Irão ser implementadas ao longo dos próximos anos medidas de eficiência tanto nas funções de apoio como nas linhas de atividade.

Integração com o BNP Paribas a decorrer de acordo com o plano

A integração com o BNP Paribas está a avançar de acordo com o plano e a gerar mais sinergias do que o previsto no plano revisto anunciado em Fevereiro de 2011. No final do ano as sinergias cumulativas atingiram os 1.127 milhões de euros (dos quais 529 milhões de euros realizados só em 2011), quase o dobro dos 600 milhões de euros previstos em 2009 no plano inicial, e um ano antes do plano revisto. O objetivo em termos de sinergia foi consequentemente revisto para cima com 300 milhões de euros para 1,5 mil milhões de euros no final de 2012.

Além disso, no final de 2011, tinham sido criados mais de 1200 postos de trabalho nos Centros de Competências e Serviços Europeus fundados na Bélgica ao abrigo do plano de integração.

Entre os projetos realizados no ano passado como fazendo parte do processo de integração contam-se:

- O desenvolvimento de quatro Centros de Competências. O Corporate & Transaction Banking Europe, o Global Trade Services, o Global Cash Management e o Factoring encontram-se

atualmente bem estabelecidos e são componentes chave da formação do Grupo, com sede em Bruxelas;

- A extensão dos serviços bancários multicanais, incluindo entre outras coisas o mobile banking e melhoramentos na disponibilidade telefónica dos consultores da rede belga de sucursais de retalho;
- A conclusão da transformação da rede na Bélgica (mudança de marca das sucursais) e criação de centros de Private Banking por todo o país;
- Oferta de novos serviços de Factoring com a compra do Fortis Commercial Finance;
- A constituição do Cash Management na Bélgica e o fortalecimento dos laços com o Corporate & Investment Banking (por ex., plataforma do Rendimento Fixo em Bruxelas);
- A integração de atividades da sucursal belga do BNP Paribas no BNP Paribas Fortis;
- O lançamento de um projeto multicanal no BNP Paribas Polska e o fortalecimento da cooperação entre as atividades de Retalho e CIB;
- A integração e racionalização da rede de sucursais na Turquia, depois da fusão do Fortis Bank Turkey com o TEB;
- A implementação de 673 publicações relacionadas com novos sistemas TI e atualizações;
- A formação, migração e integração bem sucedidas de bases de dados organizacionais e de clientes;
- A ligação aos sistemas do Grupo para funções como consolidação financeira contabilidade de gestão, acesso à rede SWIFT e à intranet do Grupo;

10| Fortis Bank Relatório Anual 2011

- O fornecimento de soluções ao Grupo pelos Centros de Competências e Serviços, tais como a plataforma bancária na internet para o BNP Paribas em França e um centro de controlo da segurança.

Forte enfoque na satisfação do cliente

Todos os anos, o BNP Paribas Fortis tem cerca de 270 milhões de contactos únicos com clientes através dos vários canais. Em Junho de 2011 o BNP Paribas Fortis assinou a 'Carta de Satisfação do Cliente' belga. Ao assinar a carta, o Banco demonstra a sua intenção de depositar maior ênfase na importância da satisfação do cliente, no tratamento eficaz das queixas de clientes e na disponibilidade e acessibilidade do Banco através dos vários canais.

O BNP Paribas Fortis lançou novas iniciativas concebidas para melhorar o nível de Satisfação do Cliente relativamente ao serviço no geral. O banco fixou cinco promessas aos clientes: 'Somos um Banco que escuta, que é acessível, que fornece informação clara, que partilha as ideias dos clientes, e que se preocupa verdadeiramente'. Estas promessas, que inspiram a organização a todos os níveis, foram bastante apreciadas pelos clientes. Durante 2011, os níveis de satisfação continuaram a aumentar em relação às operações belgas do Banco tanto para os clientes de retalho como para as empresas.

Em reconhecimento dos seus esforços, o BNP Paribas Fortis recebeu em 2011 o prémio nacional de 'Banco do Ano' do The Banker, assim como o prémio 'Melhor Banco' da Euromoney.

Plataforma de Banco Comprometido

Em 2011, o BNP Paribas Fortis formulou claramente a sua ambição, como banco responsável e comprometido, de contribuir para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade e da nossa economia.

Dentro da empresa, tomámos iniciativas em diferentes domínios:

- Governação Empresarial Ética, ao implementar códigos de conduta para os funcionários.
- Gestão de RH sustentável com particular atenção para a igualdade e diversidade e retenção de funcionários.
- Produtos e serviços financeiros responsáveis através de, por exemplo, a introdução de certas políticas setoriais para as operações ambientalmente sensíveis e a assinatura pela Banca de Retalho da Carta de Apoio ao Cliente.
- Gestão Empresarial do Ambiente, através da redução das emissões de CO₂ e consumo de papel a nível do Banco e do aumento da gestão seletiva de resíduos.

Além disso, o BNP Paribas Fortis tem também uma longa tradição de apoio aos projetos culturais e sociais entre outros através da sua Fundação. Digna de nota é a criação em 2011 do Microstart, uma joint venture entre o BNP Paribas Fortis, o Fundo Europeu de Investimento e o ADIE. O objetivo chave é conceder microcréditos aos menos afortunados que sonham ter um pequeno negócio sem contudo terem capacidade para recorrer às fórmulas clássicas de financiamento dos bancos. Em 2011, abriram duas sucursais de microcrédito na região de Bruxelas, as quais concederam 100 créditos num valor total de 500.000 euros.

Alterações ao perímetro de consolidação do Fortis Bank SA/NV

As alterações ao perímetro de consolidação do Fortis Bank SA/NV incluem entre outras coisas a fusão do Fortis Bank Turkey com o TEB concluída no início de 2011. Ao abrigo da nova estrutura, o Fortis Bank SA/NV detém, através do veículo de finalidade especial BNP Paribas Fortis Yatirimlar Holding A.Ş., uma participação direta de 17,08% no TEB e uma participação de 50% no TEB Mali Yatirimlar A.Ş., uma joint venture com o Colakoglu Group, o qual detém 55% do capital social do TEB. A nova entidade fusionada é o nono maior banco da Turquia em termos de ativos totais, com 602 filiais, 9300 funcionários e 500.000 clientes, incluindo empresas e PMEs.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 11

Em 2011, o BNP Paribas Fortis adquiriu junto do ABN AMRO toda a rede internacional do Fortis Commercial Finance (FCF) do ABN AMRO, excetuando o negócio com sede na Holanda. O FCF é uma empresa líder de factoring com uma rede comercial extensa em 12 países em toda a Europa e Ásia: Bélgica, Luxemburgo, França, Alemanha, Suécia, Dinamarca, Reino Unido, Espanha, Itália, Polónia, Turquia e Hong Kong. As partes adquiridas pelo FCF, na Bélgica e nos outros países, vão-se juntar à rede de factoring do BNP Paribas, que, no seguimento da aquisição, serve clientes do BNP Paribas em 14 países. Os 500 funcionários do FCF irão reforçar a rede de factoring do Grupo, ajudando a expandir e a aumentar a qualidade de serviços de factoring oferecidos na Bélgica, noutros países nos quais o BNP Paribas Fortis tem negócios, mais seis novos países – Reino Unido, Polónia, Alemanha, Dinamarca, Luxemburgo e Hong Kong.

Mais informações sobre as mudanças no âmbito de consolidação estão incluídas na nota 8.a 'Âmbito de consolidação' e na nota 8.b 'Concentrações de negócios'.

Dividendos

O Conselho de Administração do Fortis Bank SA/NV irá propor, na Reunião Geral Anual de acionistas, em Abril de 2012, um dividendo bruto de €0.43 por ação ao longo do ano 2011.

O restante desta secção – Atividades Principais do Fortis Bank – contém uma descrição das atividades de cada linha de negócios do BNP Paribas Fortis. Os capítulos seguintes irão, então, complementar esta descrição com detalhes dos resultados financeiros consolidados para 2011.

12| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Atividades principais

BNP Paribas Fortis

Na Bélgica, o Fortis Bank conduz os negócios sob o nome comercial BNP Paribas Fortis. Cobre as atividades tanto da banca de retalho como do segmento de Corporate & Investment Banking do Grupo BNP Paribas na Bélgica. O Banco emprega um total de 16.990 pessoas na Bélgica.

Retalho Bélgica

As atividades de retalho do BNP Paribas Fortis consistem em serviços bancários para particulares, PMEs, empresas, instituições locais e organizações sem fins lucrativos. O Retalho Bélgica opera através de duas redes, seguindo uma abordagem de negócios segmentada: Retail & Private Banking Bélgica e Corporate & Public Banking Bélgica.

Retail & Private Banking Bélgica

O BNP Paribas Fortis ocupa uma posição de liderança no Retail & Private Banking (RPB) na Bélgica, com mais de 9.000 colaboradores que servem 3,7 milhões de clientes (um terço da população belga) e posições fortes em todos os produtos bancários. Os clientes do retalho são atingidos através de uma estratégia de distribuição multicanal. A rede de vendas inclui 983 filiais, complementadas por 308 franchisings sob a marca Fintro e 681 pontos de venda da joint venture 50/50 com a Banque de La Poste. Os canais alternativos incluem uma rede de 3.952 ATMs, máquinas de transferências bancárias) e impressoras de extratos bancários, funcionalidades de online banking (1,2 milhões de utilizadores), mobile banking e banca pelo telefone. A parceria de longo prazo até 2020 com a AG Insurance aproveita a capacidade de distribuição da rede de retalho, capitalizando a experiência obtida na banca-seguros ao longo dos anos.

Uma plataforma de Gestão de Relações com Clientes (CRM) permite a implementação da informação em tempo real em “momentos chave na vida do cliente” em todos os canais.

Gerindo 38 centros de Private Banking, o BNP Paribas Fortis é um jogador importante no mercado belga de private banking. Os indivíduos com mais de 250.000 euros em ativos são elegíveis para serviços de private banking, criando uma vasta base de clientes para fins de investimento. A Gestão de Fortunas serve clientes com ativos potenciais de mais de 4 milhões de euros. Beneficiam de um modelo de assistência dedicada, sendo servidos principalmente através de dois Centros de Gestão de Fortunas, em Antuérpia e Bruxelas.

Em 2011, o segmento de Retalho & Private Banking continuou a fornecer suporte à economia belga através de uma política de crédito bem sucedida. O crédito a clientes sendo profissionais liberais por um lado, e a clientes particulares por outro, passou por um crescimento constante. É de notar, em termos de empréstimo a clientes particulares, o juro dos “empréstimos verdes” para construção e renovação de casas. O Banco também viu um aumento significativo do negócio no segmento do

crédito ao consumo, graças ao lançamento de uma política de crédito de “empréstimo responsável” focada no cliente.

A situação extremamente volátil dos mercados financeiros, durante a segunda metade do ano, teve um impacto significativo no comportamento do cliente, revelando-se uma preferência nítida pela segurança. O Banco respondeu a esta necessidade com uma gama muito diferenciada de poupanças e produtos de investimento e uma abordagem firmemente orientada para a situação individual de cada cliente, sob o lema “poupanças e investimentos moldados às suas necessidades”.

Os contínuos esforços do Banco para melhorar a satisfação do cliente tiveram a sua recompensa. Durante 2011, os resultados de satisfação no RPB continuaram a aumentar com um número de campanhas de sensibilização, conduzidas tanto nas filiais como nos serviços de apoio, contribuindo para este melhoramento.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 13

Além disso, o novo lançamento da campanha “momentos chave na vida do cliente” criou uma oportunidade de fornecer soluções que correspondiam totalmente às necessidades do cliente, ajudando, assim, a garantir a satisfação.

O Banco deu mais passos na expansão da abordagem multi-canal. Foram feitos melhoramentos na acessibilidade via telefone, através do fornecimento de linhas diretas para os consultores e pessoal do Departamento Central de Clientes, que, juntamente com horas de abertura estendidas e uma taxa de resposta garantida de 90%, ajudou a fornecer aos clientes um serviço ainda melhor. O número de ATMs também aumentou e um número considerável destes foi equipado especialmente para uso de clientes com deficiência visual.

Entre os serviços online, o PC banking tornou-se um canal verdadeiramente capaz de abranger todas as necessidades dos clientes – não apenas para tratar de transações rotineiras e verificar informação, mas também para obter conselhos e aderir a serviços bancários, originando resultados de satisfação dos clientes extremamente altos. O lançamento de um novo e melhorado website inclui gravações de momentos chave e notícias apresentadas num formato visualmente impressionante e de conteúdo dinâmico. O mobile banking também viu um aumento do número de utilizadores.

Além disso, a nova infraestrutura de CRM continuou a ser desenvolvida, permitindo que todos os canais recebessem informação em tempo real acerca da situação corrente e das necessidades de cada cliente particular. Durante o ano, foi lançado novo software para ser usado no posto de trabalho que começou a ser utilizado nas filiais, sendo a chave uma marcação de reuniões mais facilitada com os clientes, através de canais e fornecendo-se apoio de grande qualidade no contacto dos clientes.

Entretanto, o lançamento do modelo de atividade Private Banking está a andar a todo o vapor. A gama de produtos atualizada – incluindo a adição do “Acordo de Riqueza” – foi bem recebida pelos clientes. O investimento contínuo na melhoria das capacidades da equipa do Private Banking continuou, entre outras coisas, com um programa de treino intensivo para obtenção da qualificação “Certified Private Banker”.

Corporate & Public Bank, Bélgica

O Corporate & Public Bank, Belgium (CPBB) oferece uma gama completa de serviços financeiros locais e internacionais às empresas, entidades públicas e autoridades locais belgas. Com mais de 650 clientes empresariais e 14.200 clientes intermédios, é o líder de mercado em ambas as categorias, bem como um concorrente na banca pública (850 clientes). A oferta inclui produtos bancários internos, capacidades financeiras especializadas e títulos, seguros, serviços imobiliários,

serviços de transações, gestão de caixa, factoring e locação financeira, bem como fusões e aquisições e atividades no mercado de capitais. Uma equipa central de mais de 60 banqueiros empresariais, 200 gestores de relações em 22 centros de negócios e oficiais de capacidades garantem que o BNP Paribas Fortis se encontra próximo do mercado. Combinado com a rede europeia de centros de negócios, gerida no âmbito da banca empresarial e de investimento, o CPBB consegue oferecer serviços comerciais unificados aos seus clientes belgas, a nível local e no estrangeiro.

O CPBB procura capitalizar as suas relações de longo prazo com os clientes, aspirando a compreender as prioridades estratégicas e objetivos de longo prazo dos mesmos.

Os Gestores de Relações do CPBB pensam com os clientes para definir momentos chave, fornecendo soluções de forma proactiva e resolvendo prontamente as questões bancárias, ao mesmo tempo que sugerem novas ideias e melhorias nas operações diárias dos clientes.

No Corporate & Public Bank, Bélgica, muitos clientes aproveitaram, em 2011, as baixas taxas de juro para refinanciarem as suas dívidas existentes em termos mais favoráveis, especialmente durante a primeira metade do ano.

Um número de clientes, que aproveitou os conselhos proactivos fornecidos pelos Gestores de Relações do CPBB, decidiu cobrir os riscos das suas taxas de juro comprando instrumentos derivados sobre taxas de juro.

No segmento das Grandes Empresas, o ano 2011 viu uma tendência crescente no sentido da desintermediação, com companhias a decidir pela emissão de títulos e a recorrer a emissões privadas, transações nas quais o BNP Paribas Fortis assumiu um papel de líder. Durante o ano, muitas empresas também aumentaram os seus esforços para otimizar o seu capital de trabalho, fazendo uso da atrativa oferta de serviços de gestão de dinheiros do BNP Paribas Fortis, tanto a nível interno como internacional.

14| Fortis Bank Relatório Anual 2011

No plano internacional, as relações mais estreitas entre o Corporate & Public Bank Bélgica, os outros três mercados internos do BNP Paribas (França, Itália e Luxemburgo), e o resto das redes permitiram ao CPBB trazer um número considerável de novos clientes dentro do grupo BNP Paribas.

Corporate & Investment Banking

No BNP Paribas Fortis Corporate & Investment Banking (CIB) oferece aos seus clientes (na Bélgica e na Europa) acesso total à carteira de produtos do BNP Paribas CIB.

O BCI BNP Paribas Fortis consiste em seis linhas de negócio: Mercados de Capitais, Finanças Estruturadas, Corporate & Transaction Banking Europe, Corporate Finance & Equity Capital Markets, Institutional Banking e Private Equity.

Mercados de Capitais, uma plataforma com base em Bruxelas, oferece a gama completa de produtos BNP Paribas. No Rendimento Fixo, a linha Mercados de Capitais serve principalmente clientes belgas, mas também empresas europeias. Nos Derivados de Capitais o enfoque é colocado no serviço aos clientes belgas.

A linha Finanças Estruturadas agrupa as atividades de Financiamento de Aquisição de Empresas, Finanças Alavancadas, Financiamento de Exportações, Financiamento de Projetos e Agrupamento de Empréstimos. Encontra-se estabelecida em Bruxelas uma plataforma regional para servir os clientes dos países do Benelux, Europa Central e do Norte e Turquia.

Corporate & Transaction Banking Europe é uma rede integrada de serviços bancários concentrada em servir em particular as subsidiárias dos clientes BNP Paribas em 16 países da Europa. O CTBE oferece produtos e serviços bancários do dia-a-dia (empréstimos convencionais, gestão de caixa, serviços de transação, produtos de cobertura de fluxos de caixa e, quando disponível, soluções de locação financeira, factoring e investimento) em 16 países europeus, através de uma rede de mais de 30 centros de negócios, promovendo a proximidade com os clientes. O CTBE opera em estreita colaboração com dois centros de competências baseados na Bélgica, que servem todo o Grupo BNP Paribas: Gestão de Caixa e Soluções Globais de Transação. A Gestão de Caixa fornece serviços de gestão de liquidez às empresas, uma vez que os clientes empresariais procuram cada vez mais soluções globais homogêneas ao nível europeu (por ex., soluções SEPA, agrupamento de caixa e oficinas de pagamentos). As Soluções Globais de Transação assistem as empresas nas suas atividades de transações internacionais, fornecendo por exemplo, garantias internacionais para contratos comerciais entre partes de diferentes países.

O Corporate Finance encontra-se ativo na Consultoria de Fusões e Aquisições e nos Mercados de Capitais. O Corporate Finance concentra-se nos clientes da Bélgica e Luxemburgo.

O Institutional Banking é responsável pela gestão das relações com as instituições financeiras. Promove a gestão bancária de fluxos e produtos convencionais.

O Private Equity continua a apoiar a economia belga, investindo em ativos de capital e financiamento mezzanine, permitindo ao BNP Paribas Fortis ajudar o desenvolvimento externo dos seus clientes.

Negócios notáveis concluídos em 2011

- Emissão privada de €145 milhões e financiamento adicional de €75 milhões à Aquafin, através de uma série de investimentos privados baseados num acordo de empréstimo não bancário, assim como através de um financiamento OLO convencional.
- Coordenador e joint bookrunner de uma obrigação a 7 anos de €500 milhões para a Belgacom, assim como consultor de estruturação e gestor de negócios numa oferta pública de aquisição relativamente a uma recompra de obrigações no valor de €398,9 milhões.
- Coordenador global e 'mandated lead arranger' de um instrumento de crédito rotativo de €325 milhões para o fabricante belga de produtos de cal Carmeuse e joint bookrunner conjunto de uma nova obrigação de elevado rendimento a 6,875% no valor de \$450 milhões.
- Uma facilidade de crédito consorciada €600 milhões foi concluída com sucesso e assinado em nome do retalhista líder Delhaize Group com sede na Bélgica. O BNP Paribas agiu como único bookrunner ativo, único coordenador, agente de documentação e agente coordenador da facilidade, graças à relação próxima e de

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 15

longa data entre o BNP Paribas Fortis e a posição de liderança do BNP Paribas nas tabelas classificativas de sindicância no mercado sindicado europeu.

- O BNP Paribas foi único coordenador global e único bookrunner de uma obrigação convertível a 5 anos de até €84 milhões para a Econocom, o líder europeu em TI business-to-business e gestão de infraestruturas de telecomunicações.
- O BNP Paribas atuou como subscritor, bookrunner e mandated lead arranger de finalidades de aquisição e refinanciamento de €1,3 mil milhões Grupo Etex, uma empresa industrial que produz e vende sistemas e materiais de construção de elevada qualidade. A empresa tornou-se um dos principais fabricantes de gesso cartonado na Europa depois de adquirir a divisão de gesso cartonado europeia da Lafarge.
- O BNP Paribas Fortis atuou como único mandated lead arranger, bookrunner, agente de documentação e agente coordenador da facilidade numa sindicância de €210 milhões para a Magotteaux, um líder mundial em soluções para redução do tamanho de materiais (britagem, moagem e trituração de materiais). Os clientes da companhia consistem, maioritariamente, em minas, dragagem e companhias de reciclagem e centrais elétricas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

- Joint bookrunner numa obrigação de referência a 6 anos de €500 milhões para a Fédération Bruxelles-Wallonie.
- Mandated lead arranger e banco coordenador em facilidades de crédito de €450 milhões para financiar a construção da maior planta em PVC integrado da Rússia (joint venture Solvay & Sibur).
- Bookrunner e mandated lead arranger na correção, reexpressão e extensão de um instrumento de crédito rotativo de €1 mil milhão da CBG, a companhia biofarmacêutica global, assim como joint bookrunner numa emissão de obrigações de €300 milhões.

O BNP Paribas Fortis foi nomeado 'No.1 Bond Finance House 2011' pelo NYSE Euronext, em reconhecimento pelo seu papel de liderança na emissão de obrigações societárias em nome dos clientes belgas e luxemburgueses. Durante 2011, O BNP Paribas Fortis confirmou a sua posição como o jogador número um no mercado interno, atuando como gestor líder em todas, à exceção de uma, as emissões de obrigações societárias e do setor público direcionadas a investidores particulares na Bélgica e no Luxemburgo durante o ano.

BGL BNP Paribas

O ano 2011 foi notável pelo cumprimento de objetivos propostos no Plano Industrial. O maior passo em direção à conclusão da integração do BGL BNP Paribas e do BNP Paribas Luxemburgo reforçou as vantagens que o BGL BNP Paribas usufrui no mercado luxemburguês. O BGL BNP Paribas recebeu o título de 'Companhia Socialmente Responsável' pelo INDR (Instituto Nacional para o Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresarial) e foi nomeado 'Banco do Ano' pela revista internacional *The Banker*.

No Luxemburgo, o BGL BNP Paribas está classificado como:

- Nº 1 em Corporate Banking
- Nº2 em Banca de Retalho
- Nº1 como empregador no setor financeiro
- Nº1 em atividades bancárias na área de cooperação além fronteiras 'Grande Région'

Todas as três atividades principais do grupo BNP Paribas – Banca de Retalho, Soluções de Investimento e Corporate and Investment Banking – estão representadas no BGL BNP Paribas. O Banco emprega um total de 2.540 pessoas.

Banca de Retalho

A Banca de Retalho no Luxemburgo oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros aos seus clientes particulares, profissionais e empresariais através da sua rede de 38 filiais. O BGL BNP Paribas é o banco número dois no Grão-Ducado do Luxemburgo nos residentes particulares (223,000 clientes, uma quota de mercado de 16%). É o banco número 1 nos empresariais (36,000 clientes, uma quota de mercado de 38%).

2011 foi um ano de crescimento na banca multi-canal, com uma nova estratégia de relações com clientes e uma nova ferramenta de trabalho. A abertura da filial europeia, desenvolvida de acordo com um conceito inovador usando tecnologia de ponta, de modo a garantir a atenção próxima no cliente, encapsula todas as forças e vantagens da banca multi-canal.

16| Fortis Bank Relatório Anual 2011

A confiança do cliente regressou. Isto foi confirmado em 2011, quando a quota de mercado estabilizou. Quanto à atividade bancária para empresas, uma maior colaboração com as entidades do grupo BNP Paribas nos países fronteiriços levou a um processo simplificado para abertura de contas e campanhas conjuntas para prospeção de clientes.

Soluções de Investimento

A Gestão da Riqueza do BGL BNP Paribas visa servir tanto nativos do Luxemburgo como clientes internacionais. As equipas multilingues estão organizadas com base no mercado, permitindo que os clientes beneficiem de uma gama de serviços adequados às suas necessidades, incluindo apoio especializado na gestão da sua riqueza privada.

As mudanças organizacionais na rede de filiais levaram à abertura de seis novos bancos privados no Luxemburgo. Cada cliente residente com elevado património financeiro tem o seu consultor pessoal designado, oferecendo-se um serviço de Gestão da Riqueza abrangente, que vai das operações bancárias do dia-a-dia a projetos de financiamento, estruturação de ativos e investimentos financeiros.

Além disso, pretende-se uma estratégia de crescimento cara a cara com clientes internacionais com um produto sofisticado e inovador, oferecendo-se o aproveitamento de sinergias e de uma cooperação com todas as linhas de negócio do Grupo.

Sob a marca de BNP Paribas Personal Investors, o BGL BNP Paribas gere um serviço especializado em oferecer conselhos e gestão da riqueza a investidores ativos. Uma abordagem diversificada garante que os clientes possam obter conselhos por telefone ou pela Internet, mas também possam falar com o seu conselheiro cara a cara se o desejarem. O serviço de Personal Investors está classificado como número 1 nas poupanças e corretagem online na Europa Continental.

Corporate and Investment Banking

A divisão Corporate and Investment Banking oferece serviços ligados aos mercados de ações e aos mercados financeiros, serviços de corretagem, serviços de investimentos bancários, finanças estruturadas, estratégias de cobertura para empresas, assim como gestão ativa e passiva das carteiras. Os clientes do CIB são, na sua maioria, instituições financeiras sediadas no Grão-Ducado.

BNP Paribas Bank Polska SA

O antigo Fortis Bank Polska SA tem operado sob a marca BNP Paribas desde 29 de Abril de 2011. A adoção de um novo nome e marca não significou mudança nenhuma na estrutura de capitais do Banco, nem causou mudanças nas suas relações com os clientes.

O BNP Paribas Bank Polska SA engloba as atividades de retalho do Grupo na Polónia. O Banco é organizado de acordo com as seguintes linhas de negócio: Banca de Retalho (incluindo Gestão de Riqueza e PME's), Personal Finance e Corporate & Transaction Banking.

O BNP Paribas Bank Polska SA possui uma rede de 227 filiais e 2.700 funcionários, com quase 400.000 clientes, muitos dos quais estão no segmento da banca de retalho do Banco.

Num mercado caracterizado pela competição intensa, o BNP Paribas Bank Polska continuou a executar a transformação do seu modelo de negócio com forte foco no melhoramento do seu perfil de risco e no desenvolvimento da sua base de clientes em segmentos específicos. Isto materializou-se num decréscimo no custo do risco durante 2011, acompanhado com um aumento no número de clientes.

A oferta de produtos para clientes particulares tem sido desenvolvida para atender às necessidades dos três segmentos pretendidos pelo Banco, isto é, Aspirantes, Prósperos em Massas e Prósperos. Adicionalmente, o Banco serve os seus clientes através de uma rede de filiais, da Internet, de um call centre e de canais externos (vendedores de carros, companhias de seguros e corretores financeiros). Adicionalmente aos produtos e serviços

disponíveis para clientes particulares do Banco, no segmento de Gestão da Riqueza, o Banco fornece serviços de gestão integrada de ativos e soluções para particulares privados prósperos. Aos clientes do Private Banking também lhes é dado acesso aos serviços e produtos oferecidos pela rede internacional do BNP Paribas.

Seguindo novas tendências de mercado, o BNP Paribas Bank Polska criou um novo conceito de filial (NBC) que é mais apelativo para os clientes, assim como mais ergonómico para os trabalhadores, graças a novas funcionalidades e soluções de última geração, desenvolvido a pensar nos clientes e nos funcionários. Desde Julho, o BNP Paribas Bank Polska abriu 12 filiais NBC nas cidades principais e continuará a fazê-lo nos próximos anos, enquanto, ao mesmo tempo, melhora os padrões das filiais já existentes ao nível do NBC.

O BNP Paribas Bank Polska foi premiado pela sua oferta a clientes particulares como o banco mais universal da Polónia, pela Comperia.pl. O Banco alcançou o primeiro lugar pela quarta vez consecutiva graças à sua oferta competitiva de empréstimos para compra de carro e créditos ao consumo.

Em adição aos clientes particulares, o segmento de retalho serve PME's (companhias com volumes de negócios de até 30 milhões de zlotis polacos p.a.) com uma gama completa de soluções bancárias e de financiamento através de equipas dedicadas nas filiais principais.

Devido à atratividade da oferta do Banco aos clientes PME, o BNP Paribas Bank Polska foi um dos vencedores no ranking anual Forbes Polska com o prémio de 'Melhor Banco para Empresas'. A oferta a empresas foi suplementada pelas finanças estruturadas e pelo financiamento de projetos imobiliários. Foram lançados centros de competências para servir clientes dos setores da administração pública e instituições.

Os clientes empresariais com um volume de negócios acima de 30 milhões de zlotis polacos, são cobertos pela linha de negócio Corporate & Transaction Banking (CTB) através dos seus 8 centros de negócios. O seu âmbito inclui tanto grupos internos como filiais de grupos internacionais, que são clientes do BNP Paribas num nível global ou europeu.

O CTB registou um crescimento sistemático nas receitas. O crescimento mais dinâmico pode ser observado na área da gestão de caixa. O Banco também adquiriu muitos novos clientes internacionais servidos pelas entidades do grupo BNP Paribas noutros países, sob o lema 'Um banco para as empresas na Europa'.

Ao servir o segmento corporate banking, o Banco cooperou de perto com a filial do BNP Paribas SA na Polónia. O Banco foca-se na prestação de serviços relacionados com as operações bancárias de rotina das empresas, incluindo gestão de caixa, serviço de crédito total, financiamento global de transações e produtos de mercados financeiros. A prioridade da filial é servir os maiores clientes empresariais e institucionais do Grupo BNP Paribas e oferecer produtos bancários de investimento avançados.

O BNP Paribas Bank Polska SA detém 100% de ações de duas subsidiárias: uma empresa de gestão de ativos, a 'Towarzystwo Fund uszy Inwestycyjnych BNP Paribas Polska SA', e a Fortis Lease Polska Sp. z o.o., uma empresa de locação financeira. Esta última oferece, em cooperação com o banco, locação de ativos fixos, incluindo bens imobiliários, meios de transporte, máquinas para a construção e equipamento especializado para a indústria. Através das filiais especializadas do Grupo BNP Paribas, são fornecidos outros serviços tais como serviços relacionados com títulos, seguros, locação financeira e gestão de frotas.

TEB

O BNP Paribas Fortis opera na Turquia através do TEB, no qual tem uma participação de 44,58%. Este é o resultado da fusão entre o Fortis Bank Turkey e o TEB A.Ş., a qual ocorreu a 14 de Fevereiro de 2011. Após a fusão legal, a fusão operacional começou imediatamente e ficou completa em Julho, três meses antes do esperado. O banco resultante da fusão é o nono maior do sector bancário turco, em termos de quota de mercado de empréstimos e depósitos, e engloba a gama total de atividades de retalho do Grupo BNP Paribas no país. O banco emprega 9.300 pessoas.

A Banca de Retalho oferece cartões de débito e crédito, empréstimos hipotecários, empréstimos pessoais e produtos de investimento e seguros, distribuídos por 602 sucursais e através da internet, telefone e 'mobile banking'.

18| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Através dos seus departamentos bancários de negócio pequeno e comercial, o Banco oferece uma gama total de serviços bancários a pequenas e médias empresas.

Os serviços bancários empresariais incluem financiamento de transações internacionais, gestão de caixa e ativos, serviços de crédito, cobertura cambial, risco de juro e mercadorias, factoring e locação financeira.

Como banco fusionado, o TEB ainda tem um apetite crescente e continua a aumentar a sua quota de mercado. Após a conclusão da fusão legal no primeiro trimestre de 2011, o TEB continuou a crescer e a exceder as médias do setor em empréstimos, assim como no aumento dos depósitos. As margens sofreram as pressões contrativas decorrentes do mercado e dos regulamentos.

Apesar dos fatores externos – para além do crescimento do PIB – não terem sido favoráveis aos bancos na Turquia em 2011, o TEB atuou de forma muito satisfatória em termos de melhoramento nas suas operações e no balanço.

Ao longo de 2011, foi alcançado um desempenho satisfatório na geração de receita. Os novos regulamentos gerais de provisionamento, os custos de reestruturação e os custos associados a coeficientes mais elevados de reservas obrigatórias, tiveram um efeito negativo no rendimento comercial.

O aumento da eficiência e da rentabilidade são as principais prioridades do TEB. O número de projetos, que irão ajudar o Banco a alcançar os seus objetivos estratégicos a curto e médio prazos, vão desde o aumento da eficiência nas vendas até ao melhoramento do desempenho dos funcionários, assim como conseguir uma redução sustentável dos custos sem criar rutura nos negócios.

Notações de crédito da Fortis Bank SA/NV em 28/02/2012

	<u>Longo prazo</u>	<u>Perspetiva</u>	<u>Curto prazo</u>
Standard & Poor's	AA-	Negativa	A-1+
Moody's	A1	Revisão para descida	P-1
Fitch Ratings	A	Estável	F1

A tabela acima mostra as principais notações de crédito e perspectivas do Fortis Bank a 28 de Fevereiro de 2012. Cada uma destas notações reflete a visão da agência de notação na altura em que as notações foram dadas; qualquer explicação acerca do significado destas notações pode ser obtida junto da agência de notação aplicável.

Ajustamentos às notações de crédito de longo prazo no decorrer de 2011:

- A Standard & Poor's desceu a notação a longo prazo do Fortis Bank de 'AA' para 'AA-' a 14 de Outubro de 2011.
- A Fitch desceu a notação a longo prazo do Fortis Bank de 'A+' para 'A' a 15 de Dezembro de 2011.

Declarações Prospetivas

Deve ser notado que qualquer declaração sobre as expectativas futuras e outros elementos prospetivos têm por base as visões e assunções atuais da empresa, envolvendo um determinado grau de risco e incerteza, em especial dadas as atuais condições económicas gerais e do mercado.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 19

Comentários sobre a evolução dos resultados

O Fortis Bank teve um bom desempenho comercial e operacional durante 2011, num ambiente financeiro e macroeconómico ainda desafiante.

O rendimento líquido antes de operações descontinuadas de €585 milhões foi fortemente influenciado pelas imparidades da dívida soberana grega e diminuiu 50% comparado com o rendimento líquido de €1,180 milhões antes das operações descontinuadas de 2010. Excluindo as imparidades da dívida soberana grega de €(866) milhões, o restante custo do risco em 2011 de €(286) milhões pode ser considerado bastante baixo, mesmo sendo substancialmente mais elevado do que o custo do risco de quase zero em 2010.

O bom desempenho comercial é mostrado no aumento dos rendimentos com €354 milhões ou 6%, até €5.733 milhões. As despesas operacionais e depreciações diminuíram com €270 milhões ou baixaram 7% até €(3.856) milhões. De um ponto de vista geográfico, 66% dos rendimentos são gerados na Bélgica, 15% no Luxemburgo e 19% noutros países onde o Fortis Bank está ativo. Estas proporções continuam em linha com 2010.

O lucro líquido atribuível aos acionistas acabou em 2011 aos €104 milhões, comparado com um lucro de €1.097 milhões em 2010. Apesar do impacto negativo das imparidades da dívida soberana grega em 2011, o maior condutor para tal evolução é o resultado líquido das operações descontinuadas, negativo para €(314) milhões em 2011 e maioritariamente induzido pela reorganização das atividades do Grupo BNP Paribas na Turquia.

Os resultados consolidados do Fortis Bank, em 2011, sofreram ainda um grande impacto das consequências da integração do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas, como foi também o caso em 2009 e 2010.

Durante a primeira metade do ano 2011, as operações do Grupo BNP Paribas na Turquia foram reorganizadas, levando à fusão do Türk Ekonomi Bankasi (TEB) com o Fortis Bank Turquia. O Fortis Bank vendeu também as atividades das suas filiais no Xangai e em Guangzhou e a sua subsidiária Fortis Wealth Management Hong Kong a entidades do Grupo BNP Paribas na China, durante o segundo trimestre de 2011. Em Dezembro de 2011, o Fortis Bank vendeu a sua subsidiária Fortis Bank Réinsurance a uma entidade do Grupo BNP Paribas no Luxemburgo e uma fusão teve lugar entre o Fortis Luxembourg Vie e o Cardif Luxembourg International, dando origem à empresa fusionada, Cardif Luxembourg Vie, na qual o BGL BNP Paribas tem uma participação de 33%.

Os impactos nos componentes das declarações de rendimentos das duas mudanças mais importantes, sendo estas a reorganização das atividades do BNP Paribas na Turquia e a aquisição do Fortis Commercial Finance pelo Fortis Bank, serão destacados nas rubricas relevantes mais abaixo.

O **rendimento líquido dos juros** chegou aos €4.162 milhões em 2011, aumentou €501 milhões ou 14% em comparação com 2010. O aumento é conduzido pelo bom desempenho comercial, com um forte crescimento do volume de empréstimos e depósitos e margens comerciais melhoradas nos depósitos na Banca de Retalho Bélgica. O BGL BNP Paribas beneficiou de margens mais elevadas nos depósitos e custos de financiamento mais baixos das participações. Estas evoluções positivas foram, em parte, compensadas por um decréscimo das receitas provenientes de juros relacionadas com atividades bolsistas no Corporate & Investment Banking (CIB) Bélgica, enquanto 2010 beneficiou de um ambiente de taxas de juro muito baixas. A juntar a isto, a evolução inclui aumentos de €318 milhões devido a uma mudança de âmbito relacionada com a reorganização das atividades do BNP Paribas na Turquia, de €6 milhões devido à aquisição do FCF e um ajustamento único positivo na inflação associou obrigações de €101 milhões.

O **rendimento líquido das comissões** ascendeu a €1.240 milhões em 2011, aumentou €85 milhões ou 7%, comparado com 2010. O rendimento líquido das comissões estava sob pressão devido a taxas de venda mais baixas de produtos fora do balanço, na Bélgica, e receitas de taxas mais baixas, no Luxemburgo, resultantes de movimentos dos mercados financeiros. Esta tendência foi compensada por um aumento das atividades do CIB Capital Markets, principalmente por detrás do retrocesso dos resultados induzidos pela reorganização das atividades dos mercados de capitais dentro do Grupo BNP Paribas. Além disso, a tendência foi também, em parte, compensada pela mudança de âmbito relacionada com a reestruturação das atividades do BNP Paribas na Turquia (€85 milhões) e a aquisição do FCF (€7 milhões).

Os **resultados líquidos dos instrumentos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos** atingiram os €309 milhões em 2011, um decréscimo de €(11) milhões, comparado com 2010. O resultado

20| Fortis Bank Relatório Anual 2011

beneficiou dos maiores ganhos de reavaliação sobre a própria dívida detida pelo justo valor, por detrás do alargamento dos spreads de crédito em parte compensados por uma mudança negativa do justo valor sobre os empréstimos a instituições públicas. As atividades dos mercados refletiram um ligeiro declínio, após uma maior volatilidade e deterioração nos mercados. Além disso, a mudança de âmbito relacionada com a reorganização das atividades do BNP Paribas na Turquia conteve uma perda de €(25) milhões.

Os **resultados líquidos dos ativos financeiros disponíveis para venda** ascenderam aos €(36) milhões em 2011, após a venda de obrigações na carteira bancária, refletindo a redução da exposição ao risco da dívida soberana e algumas imparidades na carteira de participações privadas, em parte compensadas pelos ganhos nos investimentos de crédito estruturado. A mudança de âmbito relacionada com a reorganização das atividades do BNP Paribas na Turquia contribuiu com €22 milhões. Em 2010, a venda de obrigações da carteira bancária levou a um ganho de €72 milhões.

O **rendimento líquido de outras atividades** chegou aos €58 milhões em 2011, descendo €(113) milhões, em comparação com 2010. Esta evolução deve-se em grande parte à alienação de parte do negócio envolvente em 2010. Os resultados da parte remanescente do negócio envolvente são reportados na rubrica 'Participação das associadas nos resultados a partir de 2011'. O rendimento líquido de €58 milhões em 2011 resultou principalmente do rendimento de rendas recorrente sobre propriedades de investimento, despesas faturadas a clientes, assim como de reversões líquidas de provisões para riscos legais e operacionais.

As **despesas operacionais** ascenderam a €(3,629) milhões em 2011, €(194) milhões ou 5% menos, comparando com 2010. A evolução das despesas operacionais em 2011 sofreu o impacto de elementos que em grande parte se compensaram uns aos outros. Na Bélgica, uma maior contribuição de €(16) milhões, relacionada com o esquema de garantias de depósito, totalizando €(107) milhões

em 2011, e um aumento de despesas de pessoal devido a uma força de trabalho média mais elevada, em combinação com o impacto de um desvio salarial por detrás de uma maior inflação, elevou a base de custo. Ademais, a mudança de âmbito relacionada com a reorganização das atividades do BNP Paribas na Turquia aumentou as despesas de operação em €(278) milhões, assim como a aquisição do FCF em €(7) milhões. Estas evoluções têm sido mais do que compensadas pelos custos de reestruturação mais baixos de €(176) milhões e uma libertação de provisões de €(327) milhões, maioritariamente provisões relacionadas com impostos.

Os **encargos com depreciações** estavam em €(227) milhões em 2011, menos €76 milhões em relação ao ano anterior totalmente conduzido por custos de reestruturação mais baixos em 2011. O ano anterior incluiu uma maior depreciação acelerada das filiais no quadro da reformulação da rede de distribuição de retalho na Bélgica.

Os **custos do risco** ascenderam a €(1.152) milhões em 2011, incluindo uma provisão para a dívida soberana grega de €(866) milhões. O impacto e a exposição à dívida soberana estão mais à frente detalhados na nota 8.h 'Exposição ao risco da dívida soberana' das Demonstrações Financeiras Anuais de 2011. Excluindo esta provisão relacionada com a dívida soberana grega, o custo do risco permaneceu baixo em comparação com um nível de provisões ao longo do ciclo, apesar de no último trimestre de 2011 os sinais de deterioração se terem instalado. O nível de custo do risco em 2010 consistiu numa reversão líquida de €3 milhões, refletindo a recuperação global da economia e beneficiando da libertação de provisões coletivas e provisões setoriais sobre empréstimos e instrumentos de crédito estruturados, compensando o nível alto de provisões para perdas de empréstimos específicos em 2010.

A **participação das associadas nos resultados** alcançou os €(111) milhões em 2011, refletindo um forte decréscimo de €(236) milhões em comparação com 2010. Esta evolução deve-se a uma contribuição negativa da AG Insurance de €(140) milhões em 2010, maioritariamente causada por imparidades de €(185) milhões sobre a dívida soberana grega da AG Insurance, e devido a uma imparidade por parte do Fortis Bank sobre o investimento na AG Insurance de €(167) milhões. Estes resultados negativos foram em parte contrabalançados pelo aumento de contribuições positivas de associadas emergidas da fusão das entidades do BNP Paribas e das entidades do Fortis Bank, sendo: o BNP Paribas Investment Partners a contribuir com €66 milhões e o BNP Paribas Lease Group a contribuir com €84 milhões. As atividades envolvidas, nos EUA, reestruturadas à volta do TCG Fund e da Cronos Holding Company, contribuíram com €28 milhões em 2011. O Postbank Ireland teve uma contribuição negativa em 2010 de €(31) milhões, após tomar a decisão de encerrar as atividades, mas sem impacto remanescente em 2011.

Os **resultados líquidos dos ativos não correntes** chegaram aos €51 milhões em 2011, principalmente devido à venda da Textainer Marine Containers LTD e do Fortis Bank Réinsurance. O resultado de 2010 de €8 milhões deveu-se à venda de propriedades imobiliárias e à desconsolidação de algumas participações mais pequenas.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 21

As **despesas com o imposto sobre o rendimento** ascenderam aos €(80) milhões em 2011. A taxa efetiva de imposto mantém-se a 12%, principalmente como resultado do reconhecimento dos impostos diferidos ativos após a liquidação do Fortis Proprietary Investment (Irlanda). Excluindo este reconhecimento de DTA (deferred tax assets) e a participação das associadas nos ganhos reportada como líquida de impostos sobre o rendimento, a taxa efetiva de imposto era na verdade de 36%. Os impostos sobre os rendimentos em 2010 ascenderam a €(199) milhões com uma baixa taxa efetiva de imposto de 14%, graças ao reconhecimento de impostos diferidos ativos adicionais de €158 milhões e ao elevado nível da participação das associadas nos ganhos.

O **resultado líquido das unidades operacionais descontinuadas** chegou a €(314) milhões em 2011. Este resultado contém os ganhos e prejuízos realizados (€(311) milhões) relativamente às subsidiárias e filiais vendidas durante o período e os resultados líquidos operacionais das subsidiárias e filiais vendidas (€(3) milhões). Incluído nos resultados de 2011 está principalmente um resultado

contabilístico negativo relacionado com uma perda de conversão monetária de €(233) milhões, resultando da perda de controlo do Fortis Bank Turkey em adição ao justo valor negativo da opção de venda concedida ao parceiro na joint venture do TEB Holding de €(75) milhões. O resultado de operações descontinuadas de €970 milhões em 2010 incluiu os ganhos e prejuízos realizados de €1.003 milhões em relação às subsidiárias e filiais vendidas durante o período e os resultados líquidos operacionais de €(33) milhões das subsidiárias e filiais vendidas e das entidades que ainda não tinham sido vendidas mas que já estavam classificadas como operações descontinuadas.

22| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Comentários sobre a evolução do balanço

O balanço total do Fortis Bank ascendeu a €346 mil milhões no final de Dezembro de 2011, em linha com o nível de €348 mil milhões no fim de 2010. O balanço comercial mostrou uma evolução comercial estável onde o crescimento de empréstimos e depósitos que estava ligado aos clientes de retalho e a instituições de crédito belgas foi compensado por volumes inferiores noutros países e em relação a clientes empresariais. Os ativos e passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, mostraram um forte aumento principalmente relacionado com os derivados de taxa de juro e devido à evolução das taxas de juro em 2011. Os ativos e passivos considerados como operações descontinuadas foram significativamente inferiores quando comparados com o fim de 2010, após a execução da venda de filiais nos EUA e na Ásia ao BNP Paribas e a finalização da reestruturação de atividades e entidades do Grupo BNP Paribas na Turquia.

De um ponto de vista geográfico, 82% dos ativos estão situados na Bélgica, 9% no Luxemburgo e 9% noutros países.

Ativos

Os **valores em caixa e devidos pelos bancos centrais e bancos postais** ascenderam a €8.3 mil milhões no final de Dezembro de 2011, um aumento de €5,3 mil milhões comparando com o final de 2010. Este aumento está maioritariamente relacionado com reservas monetárias mais altas com o banco central na Bélgica (€2,8 mil milhões) e no Luxemburgo (€0,4 mil milhões). Além disso, as reservas com outros bancos centrais aumentaram em €1,7 mil milhões, enquanto o impacto do âmbito da reestruturação de atividades na Turquia contribuiu com €0,5 mil milhões.

Os **ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos** aumentaram substancialmente em €13 mil milhões ou 17% para €91,2 mil milhões, comparando com o final de 2010. Isto está maioritariamente relacionado com o aumento do justo valor dos swaps das taxas de juro (€13,4 mil milhões) e opções de taxas de juro (€3,1 mil milhões) conduzidos pelo declínio de taxas de juro a longo prazo. Juntamente com isto, a reversão de acordos de atividades de recompra diminuíram €(3,3) mil milhões devido ao desnível da folha de balanço.

Os **ativos financeiros disponíveis para venda** diminuíram €(10,5) mil milhões ou 20% para €42,7 mil milhões no final de Dezembro de 2011. Isto está maioritariamente atribuído ao declínio da carteira de obrigações do governo, €(8,2) mil milhões, e da carteira de obrigações empresariais, €2,9 mil milhões, após as vendas e resgates e após a reclassificação das obrigações dos governos grego, irlandês e português a 'Empréstimos e créditos a receber dos clientes' (€(1,9) mil milhões). Este decréscimo foi, em parte, compensado por um aumento em títulos de capital (€0,6 mil milhões) como resultado da desconsolidação de entidades que não atingiram os limiares materialmente revistos para inclusão no âmbito de consolidação.

Os **empréstimos e créditos a receber devidos por instituições de crédito** ascenderam a €35,8 mil milhões no final de Dezembro de 2011. €7,4 mil milhões ou 26% mais em comparação com o fim de 2010. Este aumento é maioritariamente conduzido por empréstimos entre bancos (€4,0 mil milhões) contas correntes (€1,4 mil milhões) e acordos de revenda (€2,0 mil milhões) ligados às atividades de financiamento do banco.

Os **empréstimos e créditos a receber devidos pelos clientes** ascenderam a €145,8 mil milhões no final de Dezembro de 2011, um declínio de €(6,3) mil milhões ou 4% quando comparado com o fim de 2010. O crescimento do volume no Retalho Bélgica, maioritariamente por detrás de empréstimos de hipoteca, foi mais do que compensado pelas reduções noutros países e no Corporat e & Investment Banking (CIB). Este decréscimo é explicado pelos resgates nos acordos de revenda (€(8,5) mil milhões), vendas e resgates na carteira de crédito estruturado (€(2,4) mil milhões) e por empréstimos comerciais mais baixos (€(3,2) mil milhões). A diminuição global é contrabalançada pelas mudanças de âmbito relacionadas com a reorganização das atividades do BNP Paribas na Turquia (€3,3 mil milhões), pela aquisição do Fortis Commercial Finance (€1,7 mil milhões) assim como da reclassificação dos 'ativos financeiros disponíveis para venda' relacionadas com a carteira de obrigações soberanas gregas, irlandesas e portuguesas (€1,9 mil milhões) à rubrica de Empréstimos e Créditos a Receber.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 23

Os **ativos financeiros detidos até à maturidade** decresceram em €(0,9) mil milhões ou 29% para €2,2 mil milhões no final de Dezembro de 2011, maioritariamente devido a vendas e resgates de obrigações soberanas no BGL e imparidades da dívida soberana grega. A venda de títulos italianos e espanhóis foi solicitada pela deterioração da situação económica em Itália e em Espanha, como foi refletido na descida das notações de crédito em Itália e em Espanha por várias agências de notação em Setembro e Outubro de 2011 e pela queda do valor de mercado destes títulos.

O **rendimento acrescido e outros ativos** aumentaram em €0,2 mil milhões ou 2,5% para €8,3 mil milhões no final de Dezembro de 2011, maioritariamente causado por balanços mais elevados de outros devedores (€1,5 mil milhões maioritariamente em contas de margem), em parte compensadas por balanços mais baixos por contas de liquidação (€(1,3) mil milhões).

Os **investimentos nas associadas** ascenderam a €4,1 mil milhões no final de Dezembro de 2011, uma ligeira descida de €(0,4) mil milhões ou 7% comparando com o final de 2010. O balanço de €4,1 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011 é maioritariamente composto pelo BNP Paribas Investment Partners (€1,9 mil milhões), pela AG Insurance (€1,1 mil milhões) e pelo BNP Paribas Lease Group (€0,8 mil milhões). O decréscimo de €(0,4) mil milhões em 2011 está maioritariamente relacionado com a AG Insurance devido às imparidades da dívida soberana grega de €(185) milhões e à imparidade do Fortis Bank no investimento na AG Insurance de €(240) milhões, dos quais €(167) milhões foram reconhecidos nos lucros ou prejuízos e €(73) milhões foram reconhecidos em capital.

Os **ativos fixos tangíveis** continuaram estáveis em €1,5 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011.

O **Goodwill** ascendeu a €0,2 mil milhões, um aumento de €0,17 mil milhões, que está relacionado com o reconhecimento goodwill na aquisição do TEB Bank no quadro de trabalho da reorganização das entidades turcas.

Os **ativos classificados como detidos para venda** ascenderam a €0,1 mil milhão, mostrando um decréscimo substancial de €(10,9) mil milhões, comparando com o fim de 2010, e resultando da implementação de projetos de integração entre o Fortis Bank e o BNP Paribas. A 31 de Dezembro de 2011, estes ativos tinham maioritariamente a ver com a parte das atividades do Reino Unido, ainda para serem transferidas para o BNP Paribas. A 31 de Dezembro de 2010, os ativos detidos para

venda incluíam as atividades no Fortis Bank Turkey (€5,7 mil milhões), na Ásia (€0,8 mil milhões), nos EUA (€3,7 mil milhões), no Reino Unido (€0,2 mil milhões) e em Gestão de Ativos (€0,3 mil milhões).

Passivos e capital

Os **passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos** aumentaram em €10,1 mil milhões ou 11% para €99,4 mil milhões no final de Dezembro de 2011. Como foi o caso para os ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, este aumento do lado dos passivos é também conduzido por um aumento no justo valor dos swaps das taxas de juro (€13,5 mil milhões) e nas opções das taxas de juro (€3 mil milhões), resultando de uma evolução nas taxas de juro. Juntamente com isto, as atividades comerciais de acordos de recompra diminuíram em €(5,8) mil milhões devido ao desnível do balanço.

As **dívidas a instituições de crédito** juntaram €38,9 mil milhões no final de Dezembro de 2011, mais €6,8 mil milhões ou 21% do que no fim de 2010. Isto é maioritariamente devido ao aumento dos empréstimos entre bancos (€4,8 mil milhões), acordos de recompra (€1 mil milhão) e contas correntes (€1 mil milhão).

As **dívidas a clientes** mostraram um aumento de €1,7 mil milhões ou 1,1%, chegando a €154,5 mil milhões no final de Dezembro de 2011. O crescimento dos depósitos devido a clientes de retalho na Bélgica é mitigado por um declínio nas contas de margem (garantias de caixa) e nos depósitos de clientes empresariais. Fora da Bélgica, os depósitos são mais baixos, maioritariamente no Reino Unido e no Luxemburgo. Há um aumento devido à mudança de âmbito relacionada com a reorganização das atividades do BNP Paribas Group na Turquia e a aquisição do Fortis Commercial Finance, que contribui com €3,2 mil milhões, e devido a atividades de recompra por €2,3 mil milhões. Os depósitos caíram em €(3,8) mil milhões, maioritariamente devido a uma queda nas contas a prazo e depósitos correntes de €(4,6) mil milhões, em parte compensados por um aumento dos certificados de poupança por €0,8 mil milhões.

Os **títulos de dívida** juntaram €14,6 mil milhões em 31 de Dezembro de 2011, um decréscimo de €(12,7) mil milhões ou 47% comparando com o fim de 2010, maioritariamente conduzido pela não renovação de certificados de depósito por €(12,5) mil milhões.

24| Fortis Bank Relatório Anual 2011

As **despesas acrescidas e outros passivos** aumentaram em €2,5 mil milhões devido ao impacto de balanços mais altos em diferentes datas comerciais e de liquidação de €0,2 mil milhões e balanços mais altos em contas transitórias de €2,7 mil milhões.

A **dívida subordinada** decresceu €(1,1) mil milhões ou 11% para €9,5 mil milhões conduzida pelo resgate de dívida subordinada a longo prazo.

Os **passivos classificados como detidos para venda** juntaram €0,1 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011, comparando com os €9,3 mil milhões no final de 2010. O decréscimo significativo de €(9,1) mil milhões ou 98% é o resultado final da implementação de projetos de integração entre o Fortis Bank e o BNP Paribas. A 31 de Dezembro de 2011, estes passivos representam os passivos residuais da filial do Reino Unido ainda para ser transferida para o BNP Paribas. A 31 de Dezembro de 2010, estes passivos estavam relacionados com as atividades do Fortis Bank Turkey (€3,6 mil milhões), na Ásia (€0,5 mil milhões), nos EUA (€4,3 mil milhões), no Reino Unido (€0,4 mil milhões) e na Gestão de Ativos (€0,3 mil milhões).

As **posições acionistas** juntaram €16,3 mil milhões em 31 de Dezembro de 2011, comparado aos €16,6 mil milhões no final de 2010. Este ligeiro decréscimo de €(0,3) mil milhões é maioritariamente devido ao pagamento de dividendos durante 2011 pelo Fortis Bank no valor de €(387) milhões, em parte compensados pelo impacto positivo do resultado líquido de €104 milhões no ano 2011.

Os **interesses minoritários** mantiveram-se estáveis a €3,0 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011. O resultado positivo atribuído aos accionistas minoritários de €167 milhões no ano 2011 é compensado pelo dividendo pago em 2011 pelo BGL Paribas aos seus titulares minoritários de €(167) milhões.

Liquidez e solvência

A liquidez do Fortis Bank permaneceu sólida, como mostrado no rácio empréstimos/depósitos, apesar de haver alguns problemas no mercado de depósitos por atacado a aproximar-se no fim do ano.

O rácio empréstimos/depósitos (excluindo acordos de recompra e revenda) aumentou ligeiramente para 101,4% no final de 2011, comparado com os 99,5% a 31 de Dezembro de 2010.

A solvência do Fortis Bank permaneceu forte. A 31 de Dezembro de 2011, o rácio de capital do Fortis Bank's de Tier 1 permaneceu a 16,5%, mantendo-se a nível com 31 de Dezembro de 2010. O rácio de capital total permaneceu nos 21,6% no final de Dezembro de 2011, bem acima do requerido no regulamento de um mínimo de 8%.

A evolução do rácio de capital de Tier 1 pode ser explicada pela redução de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) com €(1,4) mil milhões ou 1% e um ligeiro decréscimo no capital de Tier 1 de €(0,2) mil milhões para 19,5 mil milhões.

Principais riscos e incertezas

As atividades do Fortis Bank encontram-se expostas a um conjunto de riscos, tais como o risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. Para garantir que estes riscos são identificados e controlados e geridos de forma adequada, o Banco adere a um conjunto de procedimentos de controlo internos referentes a uma matriz completa de indicadores de risco, descritos mais detalhadamente na nota 4, Gestão do Risco e Adequação do Capital, das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank de 2011.

O Fortis Bank encontra-se envolvido como arguido em diversas queixas, disputas e procedimentos legais, na Bélgica e em algumas jurisdições estrangeiras, surgidas no decurso normal da sua atividade bancária e no seguimento da reestruturação do Fortis Bank e do Grupo Fortis no final de Setembro e início de Outubro de 2008, conforme descrito mais detalhadamente na Nota 8.'Ativos e passivos contingentes' das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank de 2011.

Os eventos posteriores ao período reportado são descritos mais detalhadamente na nota 8.I 'Eventos posteriores ao período de relato' das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank de 2011.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 25

Declaração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Fortis Bank é responsável pela preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank à data de 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, e das Declarações Financeiras Não Consolidadas do Fortis Bank à data de 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as regras estipuladas no Decreto Real belga de 23 de Setembro de 1992 sobre as contas anuais das instituições de crédito.

O Conselho de Administração analisou as Declarações Financeiras Consolidadas e Não Consolidadas do Fortis Bank em 15 de Março de 2012, autorizando a sua publicação.

O Conselho de Administração do Fortis Bank declara que, tanto quanto lhe é dado saber, as Declarações Financeiras Consolidadas e as Declarações Financeiras Não consolidadas do Fortis Bank representam uma imagem verdadeira e exata dos ativos, passivos, posição financeira e lucros e prejuízos do Fortis Bank e das empresas incluídas na consolidação, e que as informações nelas contidas não apresentam quaisquer omissões que possam modificar de forma significativa o âmbito das declarações apresentadas.

O Conselho de Administração do Fortis Bank declara também que, tanto quanto lhe é dado saber, o relatório de gestão inclui uma análise rigorosa do desenvolvimento, resultados e posição do Fortis Bank e das empresas incluídas na consolidação, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas com que são confrontadas.

As Declarações Financeiras Consolidadas e as Declarações Financeiras Não Consolidadas do Fortis Bank à data de 31 de Dezembro de 2011 serão submetidas à Assembleia Geral Anual de Acionistas para aprovação em 19 de Abril de 2012.

Bruxelas, 15 de Março de 2012

O Conselho de Administração da Fortis Bank SA/NV

26| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Governança Empresarial

O Fortis Bank emitiu títulos de dívida listados num mercado regulado, na aceção do artigo 2, 3º da Lei de 2 de Agosto de 2002 relativa à supervisão do sector e serviços financeiros. Além disso, as ações do Fortis Bank são regularmente transacionadas, sem o envolvimento do próprio banco, num mecanismo multilateral de transação, na aceção do artigo 2, 4º da referida Lei.

Tendo em atenção o acima referido e de acordo com o artigo 96§2 do Código das Sociedades e com o artigo 1 do Decreto Real de 6 de Junho de 2010, o Fortis Bank adotou o “Código Belga de Governo das Sociedades de 2009” como código de referência (a partir daqui referido simplesmente como “o Código”).

O Código pode ser consultado em <http://www.corporategovernancecommittee.be>

O Relatório de Remunerações referido na disposição 7.2 do Código pode ser consultado na Nota 8.d ‘Remuneração e prestações atribuídas aos dirigentes empresariais do Fortis Bank’.

1. Conformidade com o Código

O Fortis Bank respeita de forma genérica os princípios e disposições do Código. As principais diferenças dizem respeito ao Princípio 8, “Diálogo com os acionistas”. O facto de a Empresa não respeitar todas as disposições do Princípio 8 do Código está associado à propriedade do Fortis Bank. Por um lado, as ‘ações dispersas’ encontram-se limitadas a 0,07% das ações emitidas. Por outro, regista-se uma integração comercial e operacional da Empresa com o acionista que detém o controlo, o BNP Paribas SA, o qual detém 74,93% das ações emitidas. No entanto, o Fortis Bank comunica constantemente com os seus vários interessados através do seu website e de outros meios de comunicação.

O Fortis Bank apresentou ao Banco Nacional da Bélgica (NBB) para aprovação um esboço do seu Memorando interno de Governança e irá publicar a sua Carta de Governança Empresarial após a obtenção da aprovação pelo Supervisor.

O próprio BNP Paribas SA é uma empresa listada na Euronext, o que implica que determinadas provisões legais sobre a divulgação no mercado de informações sensíveis têm de ser tidas em conta pelo Fortis Bank, pelos seus Diretores e pelo seu pessoal. Contudo, o Conselho de Administração encontra-se determinado em proteger, em todas as ocasiões, os interesses de todos os acionistas do Fortis Bank, fornecendo-lhes as informações e capacidades necessárias para exercerem os seus direitos, respeitando o Código das Sociedades.

O Fortis Bank tomou nota da 'lei da quota' de 28 de Julho de 2011 assegurando, entre outras coisas, a diversidade de sexos nos conselhos das empresas listadas. A política de diversidade do Banco está em linha com a pretensão acima mencionada de ter o seu Conselho composto no mínimo por um terço de indivíduos do sexo feminino até Janeiro de 2017. Em linha com este compromisso, o Conselho de Administração irá propor na Assembleia Geral de Acionistas de 19 de Abril de 2012 a nomeação como diretora independente da Sra. D'Aspremont Lynden, a qual irá substituir o Sr. JP Pruvot. Tal irá elevar o número de diretoras para duas. A Sra. Dutordoir foi nomeada para o Conselho de Administração no final de 2010.

O Fortis Bank não recebeu quaisquer declarações de transparência na aceção da Lei de 2 de Maio de 2007 sobre divulgação dos acionistas importantes.

Embora não tenham tido lugar quaisquer reuniões formais entre diretores não executivos do Fortis Bank sem a presença do Diretor Geral ou de outros diretores executivos (Disposição 4.12 do Código), têm decorrido, dada a detenção de ações e a composição do Conselho, discussões dentro e fora do Conselho e dos seus Comitês.

2. Quadros Diretivos

Conselho de Administração

Funções e responsabilidades

De acordo com a legislação e regulamentos aplicáveis às instituições de crédito em vigor na Bélgica, o Conselho de Administração é responsável pela definição da política geral do Banco ('função de política'), supervisionando as atividades da Comissão Executiva, nomeando e dispensando os membros da Comissão Executiva e supervisionando as Funções de Controlo Interno ('função supervisora'). O Conselho de Administração decide sobre os valores e estratégia da empresa, a sua apetência pelo risco e as políticas chave.

De acordo com o artigo 26 do Banking Act¹ e com o artigo 22 dos estatutos do Fortis Bank ('Estatutos'), os membros do Conselho de Administração elegeram entre si uma Comissão Executiva, cujos membros são referidos como "Diretores Executivos". A Comissão Executiva recebeu uma delegação de poderes genérica para executar quaisquer atos necessários ou relevantes para a gestão das atividades bancárias, no âmbito do quadro de política geral definido pelo Conselho de Administração ('função de gestão').

Dimensão e critérios de ingresso

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de cinco e um máximo de trinta e cinco Diretores. Os membros do Conselho de Administração podem ou não ser acionistas, sendo nomeados por um período que não exceda os quatro anos.

Os membros do Conselho têm as qualidades necessárias para exercerem as suas funções de forma objetiva e independente, de modo a proteger, em todas as ocasiões, os interesses do Fortis Bank.

De acordo com as políticas do Fortis Bank, a composição do Conselho de Administração consiste numa mistura adequada e equilibrada entre os Diretores Executivos e os Diretores Não Executivos, sejam ou não independentes.

Os Diretores Executivos não podem constituir a maioria do Conselho. Além disso, o Fortis Bank empenha-se em manter um equilíbrio adequado de capacidades e competências no seio do Conselho de Administração, de acordo com as disposições do Banking Act.

O estabelecimento, composição, responsabilidades e funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva respeitam o Código.

Composição

A 15 de Março de 2012, a composição do Conselho de Administração era a seguinte:

DAEMS, Herman

Presidente do Conselho de Administração. Diretor Não Executivo; Membro do Conselho de Administração desde 14 de Maio de 2009. O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2012.

CHODRON de COURCEL, Georges

Vice-presidente do Conselho de Administração. Diretor Não Executivo. Membro do Conselho de Administração desde 14 de Maio de 2009.

O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2012.

JADOT, Maxime

Diretora Executiva; Presidente da Comissão Executiva desde 01 de Março de 2011; Membro do Conselho de Administração por cooptação desde 13 de Janeiro de 2011; O mandato de Membro do Conselho foi confirmado e renovado em 21 de Abril de 2011 e expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2015.

¹ A Lei de 22 de Março de 1993 sobre o estatuto e supervisão das instituições de crédito

28| Fortis Bank Relatório Anual 2011

DIERCKX, Filip

Diretor Executivo; Vice-Presidente da Comissão Executiva.
Membro do Conselho de Administração desde 28 de Outubro de 1998.
O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2013.

FOHL, Camille

Diretora Executiva, Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva desde 01 de Janeiro de 2008.
O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2015.

MENNICKEN, Thomas

Diretor Executivo. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva desde 14 de Maio de 2009.
O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2012.

FILLION, Jean-Yves

Diretor Executivo. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva desde 21 de Abril de 2011.
O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2015.

VANDEKERCKHOVE, Peter

Diretor Executivo. Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva desde 21 de Abril de 2011.
O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2015.

BONNAFÉ, Jean-Laurent

Diretor Não Executivo desde a sua demissão de Presidente da Comissão Executiva em 28 de Fevereiro de 2011. Membro do Conselho de Administração desde 14 de Maio de 2009.

	O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2012.
BOOGMANS, Dirk	Diretor Não Executivo Independente. Membro do Conselho de Administração desde 01 de Outubro de 2009 O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2012.
GEENS, Koen	Diretor Não Executivo proposto pela SFPI/FPIM*; Membro do Conselho de Administração por cooptação desde 26 de Maio de 2011, na sequência da demissão do Sr. Wim COUMANS em 02 de Maio de 2011. O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2012.
DUTORDOIR, Sophie	Diretora Não Executiva Independente. Membro do Conselho de Administração por cooptação desde 30 de Novembro de 2010. O mandato de Membro do Conselho foi confirmado e renovado em 21 de Abril de 2011 e expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2015.
LAVENIR, Frédéric	Diretor Não Executivo. Membro do Conselho de Administração entre 14 de Maio de 2009 e 01 de outubro de 2009, e novamente desde 10 de Dezembro de 2009. O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2012.

PAPIASSE Alain,	Diretor Não Executivo; Membro do Conselho de Administração desde 14 de Maio de 2009. O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2012.
PRUVOT, Jean-Paul	Diretor Não Executivo; Membro do Conselho de Administração desde 27 de Janeiro de 2009. O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas de 2012.
STÉPHENNE, Jean	Diretor Não Executivo Independente. Membro do Conselho de Administração desde 26 de Abril de 2001. O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas.

VARÈNE Thierry

Diretor Não Executivo; Membro do Conselho de Administração desde 14 de Maio de 2009.

O mandato de Membro do Conselho expira na Assembleia Geral Anual Ordinária de Acionistas.

(*) *Société Fédérale de Participations et Investissements / Federale Participatie- en Investeringsmaatschappij.*

O Sr. Luc VANSTEENKISTE é convidado permanente do Conselho de Administração e de todas as Comissões Diretivas.

O mandato do Sr Koen GEENS, Membro do Conselho nomeado por cooptação será confirmado pela Assembleia Geral de Acionistas de 19 de Abril de 2012. O Fortis Bank organiza sessões de investidura para os seus diretores, após a nomeação pelo Conselho de Administração ou por uma Comissão Diretiva.

O Conselho de Administração do Fortis Bank, responsável pela definição da política geral e pela supervisão das atividades da Comissão Executiva, é atualmente composto por dezassete Diretores, dos quais doze são Diretores Não Executivos (dos quais três são nomeados como Diretores Independentes, obedecendo aos critérios estipulados no artigo 526ter do Código das Sociedades) e seis são Diretores Executivos.

30| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011, a composição do Conselho de Administração era a seguinte:

DAEMS, Herman	Presidente Conselho de Administração
CHODRON de COURCEL, Georges	Vice-presidente Conselho de Administração
BONNAFÉ, Jean-Laurent	Presidente Comissão Executiva e Diretor Executivo (até 28 de Fevereiro de 2011). Diretor Não Executivo (desde 01 de Março de 2011)
JADOT, Maxime	Presidente Comissão Executiva. Diretora Executiva (desde 13 de Janeiro de 2011).
DIERCKX, Filip	Diretor Executivo; Vice-presidente Comissão Executiva
FOHL, Camille	Diretora Executiva, Membro da Comissão Executiva
MENNICKEN, Thomas	Diretor Executivo, Membro da Comissão Executiva
RAYNAUD, Eric	Diretor Executivo, Membro da Comissão Executiva (até 13 de janeiro de 2011)
FILLION, Jean-Yves	Diretor Executivo, Membro da Comissão Executiva (desde 21 de Abril de 2011)
VANDEKERCKHOVE, Peter	Diretor Executivo, Membro da Comissão Executiva (desde 21 de Abril de 2011)
BOOGMANS, Dirk	Diretor Não Executivo Independente
DUTORDOIR, Sophie	Diretora Não Executiva Independente
STÉPHENNE, Jean	Diretor Não Executivo Independente
COUMANS, Wim	Diretor Não Executivo (até 02 de Maio de 2011)
WIBAUT, Serge	Diretor Não Executivo
LAVENIR, Frédéric	Diretor Não Executivo
PAPIASSE, Alain	Diretor Não Executivo
VARÈNE, Thierry	Diretor Não Executivo
PRUVOT, Jean-Paul	Diretor Não Executivo

Assistência às reuniões

O Conselho de Administração efetuou treze reuniões em 2011. A assistência às reuniões foi a seguinte:

Diretor	Número de reuniões a que assistiu
DAEMS, Herman	13
CHODRON de COURCEL, Georges	10
BONNAFÉ, Jean-Laurent	11
JADOT, Maxime (a partir de 13 de Janeiro de 2011)*	12*
BOOGMANS, Dirk	12
COUMANS, Wim (até 02 de Maio de 2011)*	3*
DIERCKX, Filip	13
FOHL, Camille	9
LAVENIR, Frédéric	10
MENNICKEN, Thomas	12
PAPIASSE, Alain	3
PRUVOT, Jean-Paul	13
RAYNAUD, Eric (até 13 de Janeiro de 2011)*	1*
STÉPHENNE, Jean	12
VARÈNE, Thierry	9
WIBAUT, Serge	12
DUTORDOIR, Sophie	12
GEENS, Koen (a partir de 26 de Maio de 2011)*	7*
FILLION, Jean-Yves (a partir de 21 de Abril de 2011)*	8*
VANDEKERCKHOVE, Peter (a partir de 21 de Abril de 2011)*	8*
VANSTEENKISTE, Luc**	13**

* Menos reuniões assistidas devido ao Diretor ter entrado ou deixado o Conselho durante 2011

** Presente como convidado permanente

Avaliação do Conselho de Administração

Durante 2011 o Presidente do Conselho de Administração efetuou entrevistas com os seus colegas Não Executivos de modo a avaliar a dimensão, composição e desempenho do conselho, bem como os das várias Comissões Diretivas, e ainda a sua interação com a direção executiva. Tais entrevistas têm quatro objetivos:

- avaliar o funcionamento do Conselho ou da Comissão Diretiva relevante;
- verificar se os assuntos importantes são preparados e discutidos de forma apropriada;
- avaliar a contribuição feita por cada Diretor em termos da presença do Diretor nas reuniões do Conselho e da Comissão Diretiva e o seu envolvimento construtivo nas discussões e tomadas de decisão; e
- verificar a composição atual do Conselho ou da Comissão Diretiva contra a composição desejada.

Remuneração

As informações relativas à remuneração total em 2011, incluindo prestações em espécie e custos de pensões, dos Membros Executivos e Não Executivos do Conselho de Administração, pagas e a pagar pelo Fortis Bank, encontram-se na Nota 8.d, “Remuneração e prestações atribuídas aos dirigentes empresariais do Fortis Bank”, das Declarações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank. Este relatório deverá ser considerado como Relatório de Remunerações, de acordo com a disposição 7.2 do Código.

32| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Comissões Diretivas

Para cumprir as suas funções e responsabilidades de forma eficiente, o Conselho de Administração instituiu uma Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade e uma Comissão de Governação, Nomeação e Remuneração. A existência destas Comissões não afeta o direito do Conselho para criar Comissões ad-hoc adicionais para lidarem com assuntos específicos, caso seja necessário. Cada Comissão Diretiva tem uma função consultiva em relação ao Conselho. A nomeação dos membros da Comissão baseia-se (i) nas suas competências e experiência específicas, além dos requisitos gerais de competência dos membros do Conselho, e (ii) no requisito de que cada Comissão, enquanto grupo, deve possuir as competências e experiência necessárias para executar as suas tarefas. A avaliação de cada Comissão Diretiva é dirigida pelo Presidente dessa Comissão, da mesma forma que é feita a avaliação do Conselho de Administração.

O estabelecimento, composição, responsabilidades e funcionamento das mencionadas Comissões Diretivas respeitam o código.

Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade (“ARCC”)

A função da ARCC é a de assistir o Conselho no cumprimento das responsabilidades de supervisão e monitorização relativamente ao controlo interno, no sentido mais lato, no âmbito do Fortis Bank, incluindo o controlo interno dos relatórios financeiros e risco.

Funções e responsabilidades

A ARCC monitorizará, analisará e fará recomendações ao Conselho de Administração, relativamente a:

Auditoria

- O desempenho do processo de auditoria oficial: a ARCC supervisiona o trabalho realizado pelos auditores oficiais, analisa o seu plano de auditoria, avalia formalmente o seu desempenho, no mínimo de três em três anos, contra os critérios definidos, e faz recomendações ao Conselho de Administração relativamente à sua nomeação ou renomeação, renovação de mandatos e remuneração. A ARCC acompanha as questões ou recomendações dos auditores oficiais. A ARCC monitoriza também a independência das empresas de auditoria oficial, incluindo a análise e aprovação dos serviços que não de auditoria fornecidos ao Fortis Bank.
- Desempenho do processo de auditoria interna: a ARCC supervisiona o trabalho executado pelo departamento de auditoria interna, aprovando o plano anual de auditoria,

incluindo as atribuições de auditoria dos pontos chave, âmbito e orçamento da auditoria. Monitoriza o seguimento feito pela gestão das recomendações da auditoria interna, participando na avaliação externa de qualidade do departamento interno de auditoria, organizada pelo menos de cinco em cinco anos, tomando parte na nomeação ou demissão do Auditor Geral.

Risco

- As principais exposições do Banco ao risco e a operação dos sistemas internos de gestão e controlo do risco, incluindo a supervisão da aplicação da legislação e regulamentos relevantes. Isto implica que a ARCC identifique e reconheça as principais áreas de risco, tais como o risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez.

Conformidade e Risco Operacional

- A coerência e eficácia do sistema de controlo interno: inclui a supervisão e análise da coerência e eficácia do sistema de controlo interno do Fortis Bank, através da fiscalização e controlos, mais especificamente em relação ao seu controlo permanente, conformidade das suas atividades com a legislação e regulamentos internos e externos e a proteção da sua reputação. Inclui a supervisão da gestão do risco operacional. A ARCC colabora na nomeação ou demissão do Diretor de Conformidade e Risco Operacional (“Conformité”).

Fortis Bank Annual Report 2011 | 33

Relato Financeiro

- a integridade das demonstrações financeiras e de qualquer relatório sobre o desempenho financeiro do Fortis Bank, incluindo a aplicação consistente dos princípios contabilísticos (e as alterações dos mesmos), bem como a qualidade do controlo interno dos relatórios financeiros;
- o âmbito de consolidação e os princípios contabilísticos; e
- o Relatório Anual e as declarações associadas do Conselho de Administração, bem como eventuais comunicações externas ou oficiais sobre as demonstrações financeiras ou sobre o desempenho financeiro do Fortis Bank.

Composição

A ARCC é composta por, pelo menos, três Diretores Não Executivos. Pelo menos metade dos seus membros deverão ser diretores independentes. Em caso de empate numa votação, o Presidente da ARCC terá voto de qualidade.

Os membros da ARCC terão de possuir as capacidades e competências necessárias na área da contabilidade, auditoria e assuntos financeiros. A presença das capacidades e competências necessárias é também julgada ao nível da ARCC, e não apenas numa base individual.

De acordo com o artigo 526bis, §2 do Código das Sociedades, pelo menos um dos membros da ARCC será diretor independente e terá as capacidades e competências necessárias na área da contabilidade, auditoria e assuntos financeiros. Ambos os Diretores Independentes da ARCC do Fortis Bank respeitam esta regra.

Composição:

- Boogmans Dirk (diretor independente), Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

- Coumans Wim (até 02.05.2011)
- Wibaut Serge (desde 26.05.2011)
- Daems Herman
- Stéphenne Jean (diretor independente)

Assistência às reuniões:

A ARCC reuniu-se 8 vezes em 2011.

	Número de reuniões a que assistiu
BOOGMANS, Dirk	8
DAEMS, Herman	7
COUMANS, Wim (until 02.05.2011)	1*
STÉPHENNE, Jean	7
WIBAUT, Serge (since 26.05.2011)*	5*
VANSTEENKISTE, Luc**	7**

* Menos reuniões assistidas devido ao Diretor ter entrado ou deixado a ARCC durante 2011

** Presente como convidado permanente

Remuneração

As informações relativas à remuneração em 2011, incluindo a dos membros da Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade, pagas e a pagar pelo Fortis Bank, encontram-se na Nota 8.d, "Remuneração e prestações atribuídas aos dirigentes empresariais do Grupo", das Declarações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank. Este relatório deverá ser considerado como Relatório de Remunerações, de acordo com a disposição 7.2 do Código.

34| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Comissão de Governação, Nomeação e Remuneração ("GNRC")

A GNRC desempenha o papel de Comissão de Remuneração no âmbito do significado da disposição 20,§2 ter do Banking Act e disposição 5.4 do Código.

A missão da GNRC consiste em:

1) assistir o Conselho de Administração nos assuntos relacionados com:

- a nomeação dos membros do Conselho e dos membros da Comissão Executiva ("Diretores Executivos");
- as políticas remuneratórias em geral, incluindo, sem limitação, as políticas aplicáveis aos Diretores, Diretores Executivos e Gestão Sénior;
- a governação do Banco sobre o qual o Conselho ou o seu Presidente pretende receber os conselhos da GNRC; e

2) analisar e aprovar os pacotes individuais de compensação dos Diretores Executivos e da Gestão Sénior

Funções e responsabilidades

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

A GNRC monitorizará, analisará e fará recomendações ao Conselho de Administração, relativamente a:

Governança

- a adequação das práticas e regras de governação empresarial do Banco e a avaliação da conformidade do Banco com as suas regras de governação empresarial;
- problemas emergentes na governação empresarial ou desenvolvimentos significativos da legislação e/ou práticas de governação empresarial aplicáveis;
- todos os assuntos da governação empresarial e eventuais ações corretivas a tomar; incluindo aconselhamento sobre a organização, membros, funções, deveres e responsabilidades do Conselho de Administração e das Comissões Diretivas;
- assuntos relacionados com transações com partes afiliadas ou de informação privilegiada e/ou conflitos de interesses envolvendo Diretores Executivos e Não Executivos;
- a (re)nomeação do Diretor de Conformidade e Risco Operacional ("Conformité"), sob proposta do Presidente da Comissão Executiva;
- a divulgação, no Relatório Anual, das remunerações dos Diretores Executivos e Não Executivos, dos processos que governam as suas nomeações e remunerações e das atividades da GNRC.

Nomeações

- as políticas e critérios (requisitos de independência, competências e qualificações) que governam a seleção e nomeação dos membros do Conselho, membros das Comissões Diretivas e da Comissão Executiva, recomendando alterações do Conselho de Administração, quando necessário;
- a verificação de que o processo de nomeação e reeleição é organizado de forma objetiva e profissional;
- recomendações ao Conselho relativamente à dimensão do Conselho de Administração, a nomeação ou reeleição de membros do Conselho e relativamente à nomeação ou demissão dos Diretores Executivos:
 - o processo de nomeação ou reeleição dos membros não executivos do Conselho é iniciado e conduzido pelo Presidente do Conselho, em estrita colaboração com o Presidente da GNRC, que propõe à GNRC o(s) candidato(s) à nomeação. A GNRC considera tal proposta e efetua uma recomendação ao Conselho de Administração, que decide então sobre as propostas de nomeação ou reeleição que submeterá à Reunião Geral de Acionistas para decisão;
 - o processo de reeleição e sucessão do Presidente do Conselho é conduzido pela GNRC;
 - todos os assuntos relacionados com o planeamento da sucessão dos Diretores Executivos e dos membros da direção executiva serão monitorizados pela GNRC, em estreita colaboração com o Presidente do Conselho; as propostas neste âmbito serão feitas pelo Presidente da Comissão Executiva, sendo ainda monitorizadas e aprovadas pela GNRC e/ou pelo Conselho de Administração;

Fortis Bank Annual Report 2011 | 35

- para a cessação do mandato do Presidente da Comissão Executiva e sua sucessão, a recomendação da GNRC baseia-se numa proposta do Presidente do Conselho, em estreita cooperação com o presidente da GNRC, enquanto que para a nomeação ou demissão de membros da Comissão Executiva, as recomendações se baseiam numa proposta submetida pelo Presidente da Comissão Executiva, consultando a GNRC²;

- os relatórios de desenvolvimento da gestão e o planeamento pela Comissão Executiva da sucessão do seu Presidente;
- a (re)nomeação do Auditor Geral, sob proposta do Presidente da Comissão Executiva.

Remuneração

- as políticas de remuneração do Fortis Bank;
- a remuneração dos Diretores Executivos e do pessoal, de acordo com as políticas remuneratórias do Fortis Bank;
- os objetivos do Presidente da Comissão Executiva e, com base numa proposta efetuada pelo Presidente da Comissão, dos outros Diretores Executivos. Para a Gestão Sénior, a GNRC analisa os grandes princípios aplicados, que servirão posteriormente como referências nas avaliações do seu desempenho;
- o desempenho dos Diretores:
 - relativamente aos Diretores Não Executivos, a GNRC avalia o seu desempenho no contexto da sua reeleição;
 - relativamente aos Diretores Executivos, a GNRC avalia o seu desempenho no contexto da determinação da sua remuneração; Para os Diretores Executivos, a GNRC recebe uma proposta conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva.

Composição

A GNRC é composta por, pelo menos, três diretores não executivos. Pelo menos metade dos seus membros deverão ser diretores independentes.

Composição atual:

- Herman Daems (Presidente)
- Dirk Boogmans (diretor independente)
- Sophie Dutordoir (diretora independente)
- Jean Stéphenne (diretor independente)
- Serge Wibaut (até 25.05.2011)
- Koen Geens (desde 26.05.2011)

² De acordo com o artigo 22 dos Estatutos.

36| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Assistência às reuniões

A GNRC reuniu-se 7 vezes em 2011.

	Número de reuniões a que assistiu
DAEMS, Herman	7
WIBAUT, Serge (until 02.05.2011)*	5*
STÉPHENNE, Jean	6
DUTORDOIR, Sophie	6
BOOGMANS, Dirk	7
GEENS, Koen (as of 26.05.2011)*	3*

* Menos reuniões assistidas devido ao Diretor ter entrado ou deixado a GNRC durante 2011

** Presente como convidado permanente

Remuneração

As informações relativas às remunerações em 2011, incluindo as dos membros da Comissão de Governança, Nomeação e Remuneração, pagas e a pagar pelo Fortis Bank, encontram-se na Nota 8.d, "Remuneração e prestações atribuídas aos dirigentes empresariais do Fortis Bank", das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank. Este relatório deverá ser considerado como Relatório de Remunerações, de acordo com a disposição 7.2 do Código.

Comité Executivo

O Comité Executivo é um corpo não estatutário, com uma função consultiva junto da Comissão Executiva, que facilita a execução da estratégia e gestão operacional do Banco.

O Comité Executivo é atualmente composto por treze membros, sendo 6 dos quais Diretores Executivos (compondo em conjunto a Comissão Executiva) e os outros 7 diretores chave das Atividades e Funções de Suporte:

Maxime JADOT	Diretor Executivo, Presidente da Comissão Executiva / Comité Executivo e Diretor-Geral
Filip DIERCKX	Diretor Executivo, Vice-presidente da Comissão Executiva / Comité Executivo e Diretor Operacional (Funções no Grupo)
Thomas MENNICKEN	Diretor Executivo / Membro da Comissão Executiva / Comité Executivo e Diretor de Risco
Camille FOHL	Diretor Executivo / Membro da Comissão Executiva / Comité Executivo e Diretor da Europa/Mediterrâneo
Peter VANDEKERCKHOVE	Diretor Executivo, Diretor de Retalho e Private Banking
Jean-Yves FILLION	Diretor Executivo, Diretor de Banca Empresarial e de Investimento
Luc HAEGEMANS	Membro do Comité Executivo, Secretário-Geral
Bert VAN ROMPAEY	Membro do Comité Executivo, Diretor de Recursos Humanos
Emmanuel BUTTIN	Membro do Comité Executivo, Diretor Financeiro (à data de 01/03/2012; em substituição de Lars Machenil)
Jacques GODET	Membro do Comité Executivo, Diretor de Tecnologia, Operações e Serviços de Propriedade
Frédéric VAN GHELUWE	Membro do Comité Executivo, Diretor dos Mercados de Capitais
Olivier DE BROQUEVILLE	Membro do Comité Executivo, Diretor de Soluções de Investimento
Yvan DE COCK	Membro do Comité Executivo, Diretor de Banca Pública e Empresarial

3. Procedimentos de Controlo Interno

Este capítulo descreve os procedimentos de controlo interno exigidos pela disposição 1.3 do Código.

É feita também referência à nota 4 'Gestão do Risco e Adequação do Capital' para mais informações acerca de todos os tipos de risco aplicáveis ao Fortis Bank.

O Banco Fortis implementou um sistema de controlo interno que segue as 3 linhas do modelo de defesa. Como descrito na carta de controlo interno do banco, controlar o risco e atingir objetivos estratégicos são, acima de tudo, da responsabilidade do pessoal operacional e dos seus supervisores: a primeira linha de defesa. A segunda linha de defesa supervisiona, avalia e aconselha, independente e permanentemente, o funcionamento, a adequação e a integridade do controlo permanente. A terceira linha de defesa, de auditoria interna, realiza controlos periódicos sobre o funcionamento das primeiras duas linhas de defesa.

O banco instalou uma forte estrutura de controlo de gestão interna. Periodicamente, o Comité de Controlo Interno de cada linha de negócios avalia os riscos mais importantes e as deficiências de controlo de modo a definir uma ação de medidas corretivas. As principais fraquezas são levadas ao Comité de Controlo Interno ao nível do comité executivo.

O sistema de controlo interno é baseado numa segregação rígida de tarefas e está designado para ser exaustivo e evidenciado. O sistema consiste numa ação sistemática e formalizada envolvendo os elementos de identificação de risco, avaliação e quantificação, gestão de procedimentos, controlos chave, informação e acompanhamento.

A gestão executiva reporta, anualmente, ao Quadro de Diretores, ao supervisor e aos auditores externos sobre a adequação e o funcionamento do sistema de controlo interno através da Declaração de Controlo da Gestão. Esta declaração descreve também as questões materiais e as ações de mitigação que estão a ser tomadas. A declaração é complementada com a descrição do sistema de controlo interno.

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES RELATIVAS À PREPARAÇÃO E PROCESSAMENTO DA CONTABILIDADE FINANCEIRA E À GESTÃO DAS INFORMAÇÕES CONTABILÍSTICAS

O processo de relato financeiro do Fortis Bank para preparação do Relatório Anual de 2011 é monitorizado utilizando políticas de contabilidade e formatos de relato documentados, suportados por um conjunto de contas com instruções e orientação detalhadas. A submissão das informações financeiras de cada entidade ao departamento financeiro central encontra-se sujeita a controlos e certificações específicos.

Atuando sob a autoridade do Diretor Operacional e do Diretor Financeiro, o departamento financeiro é responsável pela preparação e processamento da contabilidade financeira e das informações contabilísticas de gestão. As suas atividades e responsabilidades incluem, entre outras:

- produzir e distribuir demonstrações financeiras de qualidade;
- produzir contas de gestão de qualidade e fornecer todos os dados quantitativos financeiros previstos, necessários para dirigir o Fortis Bank;
- supervisionar a gestão de projetos numa perspetiva financeira;
- otimizar a situação financeira do Fortis Bank e garantir que é apresentada de forma correta aos mercados financeiros;

- coordenar o desenvolvimento comercial e a estratégia financeira do Fortis Bank e gerir o seu crescimento externo, como parte integrante do Grupo BNP Paribas; e
- fornecer avisos atempados à direção executiva.

As responsabilidades do departamento financeiro são exercidas a diferentes níveis do Fortis Bank: em cada entidade pelo departamento financeiro local, ao nível de cada departamento/linha de negócio e centralmente, pelo departamento financeiro do Fortis Bank. Além disso, são também executados controlos adicionais ao nível do BNP Paribas pelo departamento financeiro de cada linha de negócio, e pelo departamento financeiro do Grupo.

38| Fortis Bank Relatório Anual 2011

A produção de dados contabilísticos e financeiros e os controlos concebidos para garantir a sua fiabilidade são processados em primeiro lugar pelo departamento financeiro de cada entidade local, que reporta estas informações de forma centralizada e atesta que são fiáveis, com base no procedimento de certificação interna descrito abaixo.

Os departamentos/linhas de negócio do BNP Paribas executam em seguida controlos adicionais, ao seu nível, sobre as demonstrações financeiras preparadas pelos departamentos de contabilidade de cada entidade. Os controlos melhoram a qualidade dos relatos, efectuando as reconciliações adequadas da contabilidade financeira e dos dados de contabilidade de gestão, reportando as informações (utilizando as ferramentas empresariais do BNP Paribas, geridas pelo departamento financeiro do Grupo) ao departamento financeiro do Fortis Bank.

O departamento financeiro do Fortis Bank reúne, verifica e aprova todas as informações de contabilidade financeira e de gestão contabilística produzidas pelo departamento de contabilidade local, em linha com os procedimentos de relato formalizados. Consolida então estes dados para utilização pela direção executiva, auditores estatutários, Grupo BNP Paribas ou para relato externo.

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTABILÍSTICAS E FINANCEIRAS

Políticas e regras de relato

As demonstrações financeiras locais de cada entidade são preparadas sob o GAAP local, enquanto as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank são preparadas de acordo com as IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro), aprovadas pela União Europeia.

A equipa de Políticas de Relato do departamento financeiro define, com base nas IFRS aprovadas pela União Europeia, as políticas contabilísticas a aplicar a todas as entidades do Fortis Bank. Estas políticas baseiam-se nas políticas contabilísticas do Grupo BNP Paribas. A equipa de Políticas de Relato monitoriza as alterações de regulação e prepara novas políticas contabilísticas internas, em linha com o nível de interpretação necessário para as adaptar às operações desenvolvidas pelo Fortis Bank. O manual de contabilidade do Grupo BNP Paribas encontra-se disponível, juntamente com documentação adicional e orientações relacionadas com os produtos e âmbito específicos do Fortis Bank. Este manual de contabilidade com base nas IFRS é distribuído a todas as equipas de contabilidade e relato. É atualizado com regularidade para refletir as alterações de regulação. A equipa de Políticas de Relato processa também pedidos de análise contabilística específica efetuados pelas entidades locais e pelos departamentos/linhas de negócio.

O departamento de contabilidade de gestão concebe as regras de relato de gestão aplicáveis a todas as entidades do Fortis Bank. É possível aceder às políticas de contabilidade e controlo de gestão do Fortis Bank através da ferramenta de comunicação da rede interna (intranet).

Sistemas utilizados

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Os sistemas de contabilidade utilizados são os mesmos que os utilizados pelo Grupo BNP Paribas. As equipas dedicadas do departamento financeiro do Grupo BNP Paribas definem a arquitetura de destino dos sistemas de informação a utilizar pelos departamentos financeiros de todo o Grupo (sistemas de contabilidade, sistemas de contabilização de custos, sistemas de relato consolidado de contabilidade e regulação e sistemas consolidados de relato de gestão). Estes sistemas facilitam a partilha de informação e a implementação de projetos entre funções, num contexto de aumento da convergência entre as diversas plataformas contabilísticas existentes, tanto ao nível do Grupo BNP Paribas como do Fortis Bank.

As informações utilizadas para preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank são derivadas dos diversos sistemas de processamento de transações da empresa. Todos os sistemas foram concebidos e adaptados para se adequarem às necessidades de relato específicas do Fortis Bank. Os controlos de encaminhamento garantem a alimentação adequada destes sistemas, a cada nível da cadeia de transmissão de dados. O Fortis Bank também atualiza os seus sistemas com regularidade, para os adaptar ao desenvolvimento e complexidade crescentes do negócio.

As equipas dedicadas são responsáveis pela definição dos procedimentos de contabilidade e controlo nos back offices e sistemas contabilísticos.

Processo de recolha e preparação das informações consolidadas de contabilidade financeira e contabilidade de gestão

O processo de recolha das informações de contabilidade financeira e contabilidade de gestão baseia-se nos sistemas contabilísticos utilizados no seio do Grupo BNP Paribas, sendo organizado em torno de dois canais de relato separados, um dedicado aos dados de contabilidade financeira e outro aos dados de contabilidade de gestão, utilizando o mesmo sistema de software integrado de recolha e consolidação conhecido como MATISSE ("Sistema de Informações de

Fortis Bank Annual Report 2011 |39

Contabilidade e Gestão"). Ao nível local, as equipas de contabilidade introduzem no sistema dados validados de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão, de acordo com os princípios do Fortis Bank.

Este processo de relato aplica-se aos canais dedicados tanto aos dados de contabilidade financeira como de contabilidade de gestão.

- Dados de contabilidade financeira: os procedimentos de preparação das Declarações Financeiras do Fortis Bank são definidos nas instruções distribuídas a todas as entidades consolidadas. Isto facilita a padronização dos dados de contabilidade financeira, em conformidade com as normas contabilísticas do Fortis Bank. Cada entidade fecha as suas contas numa base trimestral, preparando um pacote de relato de consolidação de acordo com as instruções e prazos de relato anteriormente comunicados. Os procedimentos de validação que acompanham cada fase do processo de relato procuram garantir que:
 - as normas contabilísticas foram correctamente aplicadas,
 - as transacções entre empresas foram correctamente identificadas e eliminadas par a efeitos de consolidação,
 - as entradas de consolidação foram correctamente registadas.

Os departamentos financeiros das diversas unidades do BNP Paribas verificam os pacotes de consolidação recebidos das entidades contabilísticas do seu âmbito, antes de os reportarem ao departamento financeiro do Fortis Bank (através do departamento financeiro do Grupo BNP Paribas), encarregado de preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank.

- Dados de contabilidade de gestão: as informações de contabilidade de gestão são reportadas mensalmente por cada entidade e linha de negócio à atividade e linha de negócio principal relevante, que consolida os dados de relato de gestão ao seu nível e os reporta à unidade de Controlo de Orçamentação e Gestão Estratégica do departamento financeiro do Grupo.

Trimestralmente, é executada uma reconciliação entre os principais itens de rendimento e despesa para cada entidade e unidade, com base nos dados de contabilidade de gestão e nos saldos intermédios da Demonstração de Resultados. Esta reconciliação é complementada por uma reconciliação global executada pelo departamento financeiro do Grupo, para garantir a consistência entre os dados consolidados da contabilidade financeira e os dados da contabilidade de gestão. Estas duas reconciliações fazem parte do procedimento de garantia da fiabilidade dos dados de contabilidade financeira e contabilidade de gestão.

PROCEDIMENTO DE CONTROLO DAS INFORMAÇÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA E CONTABILIDADE DE GESTÃO

Controlo interno dentro do departamento financeiro

O controlo operacional permanente no departamento financeiro é realizado dentro de equipas dedicadas nas áreas da Contabilidade, Controlo e Consolidação e é apoiado por um funcionamento central de modo a assegurar a monitorização dos controlos interno de uma forma global.

A missão destas equipas é a de garantir, numa base contínua, a fiabilidade dos processos utilizados para produzir e validar os valores financeiros do Fortis Bank, garantindo a conformidade com os requisitos legais e de regulação do relato. Outras atividades consistem, entre outras, na manutenção das relações com os auditores externos e na garantia de que as suas recomendações são corretamente aplicadas através do Fortis Bank, monitorizando as certificações emitidas pelo Fortis Bank e verificando a valorização dos instrumentos financeiros.

Processo de certificação interna

Conforme já foi mencionado, os procedimentos de controlo contabilístico do Fortis Bank incluem um processo de certificação que visa confirmar que as informações fornecidas no sistema de relato MATISSE foram devidamente verificadas. Os resultados do processo de certificação são apresentados trimestralmente à Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade (ARCC) do Fortis Bank, constituindo uma parte integral do processo contabilístico.

Como regra geral, definida pelo Grupo BNP Paribas, cada entidade que submete um pacote de relato MATISSE tem de certificar trimestralmente a adequação do pacote de relato utilizando a ferramenta FACT (Ferramenta de Controlo da Contabilidade Financeira), uma aplicação baseada na internet/intranet dedicada ao processo de certificação no Grupo BNP Paribas. Estes certificados são compostos por questões padronizadas, muitas das quais se referem à aplicação dos procedimentos e princípios contabilísticos relevantes.

40| Fortis Bank Relatório Anual 2011

A tarefa principal do Controlo Permanente no Departamento Financeiro é o fornecimento de uma garantia ao Diretor Financeiro, à Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade (ARCC) do Fortis Bank, aos auditores externos e ao Banco Nacional da Bélgica de que as medidas de controlo interno são mantidas de forma adequada para as entidades que fazem parte do âmbito do Fortis Bank.

O processo de certificação engloba:

- a certificação de que os dados contabilísticos reportados são fiáveis e respeitam as políticas contabilísticas do Fortis Bank;
- a certificação de que o sistema de controlo interno, concebido para garantir a qualidade dos dados contabilísticos, está a funcionar de forma eficaz.

Este processo de certificação interna faz parte do sistema global de monitorização do controlo contabilístico interno, permitindo que o departamento financeiro do Fortis Bank, que tem a responsabilidade global da preparação e qualidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank, seja informado sobre quaisquer problemas relacionados com a preparação das demonstrações financeiras, monitorize a implementação, pelas entidades contabilísticas, das medidas corretivas apropriadas e, se necessário, cative as provisões adequadas. Relativamente ao Fortis Bank na

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Bélgica, o processo de certificação é apoiado por um conjunto completo de subcertificados que cobrem, de uma perspectiva extremo-a-extremo, todas as atividades de relato financeiro da empresa.

Medição dos instrumentos financeiros e determinação dos resultados das transações de mercado

O departamento financeiro delega a determinação e controlo dos valores de mercado ou modelos de instrumentos financeiros nos diversos departamentos envolvidos na medição dos instrumentos financeiros, no âmbito do processo global de monitorização do risco de mercado e dados de gestão. O departamento financeiro continua a ser responsável pela supervisão da exatidão destas operações.

Os objetivos destes procedimentos de controlo no âmbito do departamento financeiro são:

- garantir que as transações que envolvem instrumentos financeiros são devidamente registadas nos livros do Fortis Bank, para produção de dados financeiros e de gestão;
- garantir a qualidade da medição e relato dos instrumentos financeiros, utilizados quer na preparação das contas financeiras e de gestão, quer na gestão e monitorização dos riscos de mercado e de liquidez; e
- garantir que os resultados das transações de mercado são determinados com exatidão e corretamente analisados.

EQUIPA DE INSPECÇÃO GERAL

O departamento de Inspeção Geral está encarregado dos controlos periódicos do Fortis Bank. Inclui uma equipa de inspetores especializados em auditorias financeiras. Isto reflete a estratégia de fortalecimento da capacidade de auditoria interna do Fortis Bank, tanto em termos de âmbito técnico como das áreas de risco contabilístico resolvidas nos procedimentos de auditoria executados.

O departamento de Inspeção Geral pode intervir de forma independente em todas as entidades e áreas do Fortis Bank. A Inspeção Geral pode inspecionar qualquer assunto que ache necessário, dispondo de acesso ilimitado a todos os documentos, pessoas e bens da entidade auditada. A missão genérica da Inspeção Geral pode ser resumida como segue:

- adicionar valor e melhorar as operações do Fortis Bank através de garantias independentes e objetivas e de atividade de consultoria.
- ajudar o Fortis Bank a atingir os seus objetivos, conduzindo uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão do risco, controlo e governação.
- executar controlos periódicos sobre a conformidade das operações ao nível do risco efetivamente suportado, cumprimento dos procedimentos e eficácia e adequação do sistema de controlo permanente.

Ao executar os procedimentos, a Inspeção Geral rege-se por um conjunto de princípios específicos, entre os quais:

- os auditores têm de se manter independentes, objetivos e imparciais nas suas investigações e no relato dos resultados do seu trabalho à gestão executiva e às entidades auditadas;
- os auditores não se podem envolver diretamente em atos de gestão operacional.

Finalmente, a Inspeção Geral tem o dever de vigilância e alerta a todos os níveis. Informa a gestão executiva sobre todas as principais deficiências de controlo interno, assim que detetadas.

RELAÇÕES COM OS AUDITORES ESTATUTÁRIOS

Em 2011, o colégio de Auditores Estatutários acreditados era composto por:

- PwC Bedrijfsrevisoren bcvba / PwC Reviseurs d'Entreprises scrl, representada pelo Sr. Roland JEANQUART;

- Deloitte Bedrijfsrevisoren / Reviseurs d'Entreprises SC sfd SCRL, representada pelos Srs. Philip MAEYAERT e Frank VERHAEGEN.

Os Auditores Estatutários são nomeados pela Assembleia Geral de Acionistas, após recomendação da Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade e proposta do Conselho de Administração.

Os Auditores Estatutários têm de emitir um relatório financeiro anual em que dão a sua opinião sobre a exatidão das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank e das suas subsidiárias.

Os Auditores Estatutários também executam análises limitadas das contas trimestrais. Como parte do procedimento de auditoria estatutária:

- Examinam todas as alterações significativas das normas contabilísticas e apresentam as suas recomendações relativamente às opções com impacto significativo à Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade;
- Apresentam as suas conclusões, observações e recomendações à entidade relevante e ao departamento financeiro, com o objetivo de melhorar determinados aspetos do sistema de controlo interno para a preparação das informações contabilísticas e financeiras, analisados no decurso da auditoria.

A Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade do Conselho de Administração é informada relativamente às opções de contabilização com impacto significativo nas demonstrações financeiras, para que as possa submeter ao Conselho de Administração para a tomada de decisão final.

4. Conflito de Interesses

Além das disposições legais sobre Conflitos de Interesses estipuladas no Código das Sociedades, a empresa tem desrespeitar um conjunto de circulares emitidas pelo NBB visando evitar conflitos de interesses entre o Fortis Bank e os seus diretores ou a direção executiva, entre outros relativamente aos créditos e funções externas.

Além disso, a Empresa tem em vigor uma política genérica sobre conflitos de interesses e um código de conduta que determinam que a prossecução de objetivos comerciais financeiros, profissionais ou pessoais não pode interferir no cumprimento dos seguintes princípios:

- 1) Agir de forma justa, honesta e transparente;
- 2) Respeitar os outros;
- 3) Respeitar a lei, regulamentos e normas profissionais;
- 4) Obedecer às instruções;
- 5) Trabalhar protegendo os melhores interesses dos clientes;
- 6) Garantir o respeito pela integridade do mercado;
- 7) Gerir os conflitos de interesses;
- 8) Comportar-se de forma profissional;
- 9) Proteger os interesses do BNP Paribas; e
- 10) Reportar as irregularidades eventualmente observadas

Finalmente, os diretores e a direção executiva do Fortis Bank têm sido avaliados pelo NBB antes da sua nomeação formal, de acordo com o Banking Act. Antes de emitir uma aprovação ou 'nihil obstat', o NBB leva a cabo uma investigação que cobre também a ausência de determinados conflitos de interesses.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank 2011

Preparadas de acordo com as Normas Internacionais
de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia

Fortis Bank Annual Report 2011 | 43

Demonstração de Resultados relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Em milhões de euros	Nota	Anual até 31 Dez. 2011	Anual até 31 Dez. 2010
Rendimentos de juros	2.a	8.866	8.234
Despesas com juros	2.a	(4.704)	(4.573)
Rendimentos de comissões	2.b	1.750	1.625
Despesas com comissões	2.b	(510)	(470)
Resultados líquidos dos instrumentos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos	2.c	309	320
Resultados líquidos dos ativos financeiros disponíveis para venda e de outros ativos financeiros não mensurados pelo justo valor	2.d	(36)	72
Rendimento de outras atividades	2.e	99	211
Despesas com outras atividades	2.e	(41)	(40)
RENDIMENTOS		5.733	5.379
Despesa operacional		(3.629)	(3.823)
Depreciação, amortização e imparidade de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	5.m	(227)	(303)
RENDIMENTO OPERACIONAL BRUTO		1.877	1.253
Custo do risco	2.f	(1.152)	3
RENDIMENTO OPERACIONAL		725	1.256
Participação das associadas		(111)	125
Ganhos líquidos de ativos não correntes		51	6
Goodwill	5.n		

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

RENDIMENTO ANTES DE IMPOSTOS		665	1.379
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	2.g	(80)	(199)
RENDIMENTO LÍQUIDO ANTES DAS UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS		585	1.180
Resultado líquido das unidades operacionais descontinuadas	8.c	(314)	970
RENDIMENTO LÍQUIDO		271	1.150
Rendimento líquido atribuível a interesses minoritários		167	243
RENDIMENTO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A DETENTORES DE CAPITAL		104	1.907

44| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Demonstração de rendimento líquido e alterações dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital

Em milhões de euros

Anual até 31 Dez. 2011

Anual até 31 Dez. 2010

Em milhões de euros	Anual até 31 Dez. 2011	Anual até 31 Dez. 2010
Rendimento líquido do período	271	2.150
Alterações do justo valor dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital	(174)	(347)
Itens relacionados com os movimentos das taxas de câmbio	50	110
Alterações do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	(482)	(434)
Alterações do justo valor dos ativos disponíveis para venda reportados no rendimento líquido	201	22
Ganhos e perdas diferidos de instrumentos de cobertura	54	67
Alterações de valor dos instrumentos de cobertura reportadas no rendimento líquido		
Itens relacionados com empresas contabilizadas no capital próprio	3	(112)
TOTAL	97	1.803
Atribuível a acionistas de capital	21	1.548
Atribuível a interesses minoritários	76	255

Balanço à data de 31 de Dezembro de 2011

Em milhões de euros	Nota	Anual até 31 Dez. 2011	Anual até 31 Dez. 2010
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e bancos postais		8.287	2.989
Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos	5.a	91.241	78.239
Derivados utilizados para fins de cobertura	5.b	935	503
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	42.688	53.138
Empréstimos concedidos e contas a receber de instituições de crédito	5.f	35.786	28.358
Empréstimos concedidos e contas a receber de clientes	5.g	145.757	152.107
Ajustamento pela remensuração de carteiras cobertas por risco de taxa de juro		674	537
Ativos financeiros detidos até à maturidade	5.i	2.187	3.073
Ativos fiscais correntes e diferidos	5.j	4.198	3.898
Rendimento acrescido e outros ativos	5.k	8.281	8.076
Investimentos nas associadas	5.l	4.141	4.454
Propriedades de investimento	5.m	58	68
Ativos fixos tangíveis	5.m	1.509	1.442
Ativos intangíveis	5.m	127	86
Goodwill	5.n	192	24
Ativos classificados como detidos para venda	8.c	118	10.975
TOTAL DO ATIVO		346.179	347.967
PASSIVO			
Dívidas a bancos centrais e bancos postais		41	25
Passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos	5.a	99.359	89.308
Derivados utilizados para fins de cobertura	5.b	2.282	1.321
Dívidas a instituições de crédito	5.f	38.918	32.134
Dívidas a clientes	5.g	154.514	152.821
Títulos de dívida	5.h	14.560	27.325
Ajustamento pela remensuração de carteiras cobertas por risco de taxa de juro		472	359
Passivos fiscais correntes e diferidos	5.j	258	290
Despesas acrescidas e outros passivos	5.k	3.482	1.022
Reservas técnicas de companhias de seguros			48
Provisões para contingências e encargos	5.o	3.384	3.821
Dívida subordinada	5.h	9.491	10.626
Passivos classificados como detidos para venda	8.c	137	9.265
TOTAL DO PASSIVO		326.898	328.365
CAPITAL CONSOLIDADO			
<i>Capital por ações e capital pago adicional</i>		9.605	9.605
<i>Resultados retidos</i>		8.679	7.092
<i>Rendimento líquido do período atribuível aos acionistas</i>		104	1.907
Capital total, resultados retidos e rendimento líquido do período atribuível aos acionistas		18.388	18.604
Alteração nos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital		(2.096)	(2.012)
Capital dos acionistas		16.292	16.592
Resultados retidos e rendimento líquido do período atribuíveis a interesses minoritários		3.124	3.054
Alteração dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital		(135)	(44)
Total dos interesses minoritários		2.989	3.010
TOTAL DO CAPITAL CONSOLIDADO		19.281	19.602
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL		346.179	347.967

Demonstração de alterações das posições acionistas entre 1 Jan. 2010 e 31 Dez. 2011

	Capital e resultados retidos			Alterações dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital			Total do capital de acionistas
	Ações ordinárias	Reservas não distribuídas	Capital total e resultados retidos	Taxa de câmbio	Ativos financeiros disponíveis para venda	Derivados utilizados para fins de cobertura	
Em milhões de euros							
Capital e resultados retidos a 31 de Dezembro de 2009	29.651	(12.539)	17.112	(460)	(1.184)	(9)	15.459
Outros movimentos	(20.046)	19.631	(415)				(415)
Dividendos							
Alteração dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital				124	(551)	68	(359)
Rendimento líquido de 2010		1.907	1.907				1.907
Capital e resultados retidos a 31 de Dezembro de 2010	9.605	8.999	18.604	(336)	(1.735)	59	16.592
Outros movimentos		67	67				67
Dividendos		(387)	(387)				(387)
Alteração dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital				79	(216)	54	(83)
Rendimento líquido de 2010		104	104				104
Capital e resultados retidos a 31 de Dezembro de 2011	9.605	8.783	18.388	(257)	(1.951)	113	16.293

Interesses minoritários entre 1 Jan. 2010 e 31 Dez. 2011

	Capital resultados retidos	Alterações dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital	Total dos interesses minoritários
Em milhões de euros			
Capital e resultados retidos a 31 de Dezembro de 2009	3.050	(56)	2.994
Outros movimentos	(63)		(63)
Dividendos	(176)		(176)
Alteração dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital		12	12
Rendimento líquido de 2010	243		243
Capital e resultados retidos a 31 de Dezembro de 2010	3.054	(44)	3.010
Outros movimentos	70		70
Dividendos	(167)		(167)
Alteração dos ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital		(91)	(91)
Rendimento líquido de 2010	167		167
Capital e resultados retidos a 31 de Dezembro de 2011	3.124	(135)	2.989

48| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Demonstração de fluxos de caixa relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011

Em milhões de euros	Nota	Anual até 31 Dez. 2011	Anual até 31 Dez. 2010
Rendimento líquido antes de impostos das atividades prosseguidas		665	1.379
Rendimento líquido antes de impostos das atividades descontinuadas		(311)	930
Itens não monetários incluídos no rendimento líquido antes de impostos e outros ajustamentos das atividades prosseguidas		4.026	11.145
Despesas de depreciação/amortização líquidas com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		231	314
Imparidades de goodwill e outros ativos não correntes		167	70
Crescimento líquido das provisões		323	30
Participação das associadas		111	(125)
Rendimento líquido das atividades de investimento		(196)	2.675
Rendimento líquido das atividades de financiamento			
Outros movimentos		3.390	8.181
Aumento (redução) líquido de caixa associado a ativos e passivos gerados por atividades operacionais prosseguidas		6.430	(13.104)
Caixa relacionada com transações com instituições de crédito		1.674	(666)
Caixa relacionada com transações com clientes		(3.723)	(33.224)
Caixa relacionada com transações envolvendo outros ativos e passivos financeiros		8.479	20.349
Caixa relacionada com transações envolvendo ativos e passivos não financeiros			437
Impostos pagos		(119)	(98)
CAIXA E EQUIVALENTES GERADOS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		11.002	(678)

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

PROSSEGUIDAS			
CAIXA E EQUIVALENTES GERADOS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROSSEGUIDAS	8.c	253	4.920
Caixa relacionada com aquisições e alienações de entidades consolidadas	8.b	744	1.663
Caixa relacionada com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(271)	(297)
CAIXA E EQUIVALENTES RELACIONADOS COM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROSSEGUIDAS		484	1.366
CAIXA E EQUIVALENTES RELACIONADOS COM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO DESCONTINUADAS	8.c	(10)	(1.503)
Caixa e equivalentes relacionados com transações com acionistas		218	
Caixa e equivalentes gerados por outras atividades de financiamento		(5.868)	(7.223)
CAIXA E EQUIVALENTES RELACIONADOS COM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROSSEGUIDAS		(5.650)	(7.223)
CAIXA E EQUIVALENTES RELACIONADOS COM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO DESCONTINUADAS	8.c	(665)	(5.498)
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO NA CAIXA E EQUIVALENTES DAS ATIVIDADES PROSSEGUIDAS		(147)	23
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO NA CAIXA E EQUIVALENTES DAS ATIVIDADES DESCONTINUADAS		1	9
Saldo de caixa e contas equivalentes no início do período de atividades prosseguidas		(4.022)	2.490
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e bancos postais		2.989	3.982
Dívidas a bancos centrais e bancos postais		(25)	(93)
Depósitos à ordem junto de instituições de crédito	5.f	607	3.634
Empréstimos à ordem de instituições de crédito	5.f	(7.593)	(5.033)
Saldo de caixa e contas equivalentes no final do período de atividades prosseguidas		1.667	(4.022)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e bancos postais		8.287	2.989
Dívidas a bancos centrais e bancos postais		(41)	(25)
Depósitos à ordem junto de instituições de crédito	5.f	1.969	607
Empréstimos à ordem de instituições de crédito	5.f	(8.548)	(7.593)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DAS ACTIVIDADES PROSSEGUIDAS		5.689	(6.512)
Saldo de caixa e contas equivalentes no início do período de atividades descontinuadas		415	2.487
Saldo de caixa e contas equivalentes no final do período de atividades descontinuadas		4	415
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DAS ACTIVIDADES DESCONTINUADAS		(411)	(2.072)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

**Preparadas de acordo com as Normas Internacionais
de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia**

50| Fortis Bank Relatório Anual 2011

1 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS APLICADAS PELO FORTIS BANK

1.a NORMAS CONTABILÍSTICAS APLICÁVEIS

As demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank são preparadas de acordo com as normas contabilísticas internacionais (Normas Internacionais de Relato Financeiro – NIRF ou IFRS), adotadas no seio da União Europeia¹. Como tal, determinadas disposições da NIC 39 sobre contabilização de coberturas foram excluídas, e alguns textos recentes ainda não foram submetidos ao processo de aprovação.

A introdução de outras normas, obrigatórias a partir de 1 de Janeiro de 2011, não teve qualquer efeito sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas a 31 de Dezembro de 2011.

O Fortis Bank não optou por adotar antecipadamente as novas normas, emendas e interpretações adotadas pela União Europeia, cuja aplicação em 2011 é opcional.

1.b RELATO POR SEGMENTOS

A organização, modelo operacional e estrutura de governação do Fortis Bank foram significativamente alterados após a aquisição de uma participação de 75% no Fortis Bank pelo BNP Paribas e o início do projeto de integração, cristalizado no plano industrial. Estas alterações também

têm um forte impacto na forma de avaliar o desempenho e atribuir recursos dos segmentos, e no formato e conteúdo do relato por segmentos do Fortis Bank.

Considera-se que no âmbito legal e de regulação (“perímetro controlado”) do Fortis Bank, a natureza e efeitos financeiros das atividades de negócio em que se envolve e os ambientes económicos em que opera são melhor refletidos através de segmentos operacionais baseados em componentes geográficos:

- Fortis Bank na Bélgica
- Fortis Bank no Luxemburgo
- Outros países

Os segmentos operacionais são componentes do Fortis Bank:

- que se envolvem em atividades de negócio em que podem obter rendimentos e suportar despesas
- cujos resultados operacionais são analisados regularmente pelo Conselho de Administração do Fortis Bank para tomar decisões sobre os recursos a atribuir ao segmento e para avaliar o seu desempenho
- para os quais se encontram disponíveis informações financeiras discretas.

O Conselho de Administração do Fortis Bank é considerado, no contexto da NIRF 8, Segmentos Operacionais, como o principal responsável pela tomada de decisões operacionais (CODM), supervisionando conjuntamente as atividades, desempenho e recursos do Fortis Bank.

O Fortis Bank, como muitas outras empresas com operações variadas, organiza e reporta as informações financeiras ao CODM de várias formas.

¹ O conjunto completo de normas adotadas para utilização na União Europeia pode ser consultado no web site da Comissão Europeia, em: http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/ias_en.htm#adopted-commission.

O grupo Fortis Bank e as entidades legais que fazem parte do Grupo exercem o controlo de gestão sobre todo o âmbito legal e de regulação, o chamado “perímetro controlado”, incluindo o estabelecimento das estruturas de governação e processos de controlo adequados.

No âmbito desta estrutura organizacional, com a presença de acionistas minoritários significativos, e no contexto do âmbito de regulação (“perímetro controlado”) do Fortis Bank, os segmentos operacionais baseados em áreas geográficas e ambientes de regulação encontram-se mais em linha com os princípios e critérios chave para determinação dos segmentos operacionais, conforme definido na NIRF 8, Segmentos Operacionais.

As transações ou transferências entre os segmentos operacionais são realizadas sob termos e condições comerciais normais, tal como sucederia com partes não relacionadas.

1.c CONSOLIDAÇÃO

1.c.1 Âmbito de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank incluem todas as entidades sob controle exclusivo ou conjunto do Fortis Bank ou sobre as quais o Fortis Bank exerce influência significativa, com exceção das entidades cuja consolidação é considerada imaterial para o Fortis Bank. Uma entidade é considerada como não material e não é consolidada se a sua contribuição não atingir nenhum dos seguintes limiares²: 15 milhões de euros para os rendimentos consolidados, 10 milhões de euros para o rendimento líquido consolidado antes de impostos e 500 milhões de euros para o total dos ativos consolidados. As entidades que não ultrapassam nenhum dos limiares acima indicados mas que gerem um rendimento líquido consolidado antes de impostos entre 1 milhão de euros e 10 milhões de euros são reportadas através do método da equivalência patrimonial. As entidades dentro das quais o Fortis Bank tem uma influência significativa são reportadas através do método da equivalência patrimonial se o valor líquido dos ativos do capital associado exceder os 500 milhões de euros ou o lucro líquido exceder 1 milhão de euros. De outra forma, estas entidades são reportadas como investimentos.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o Fortis Bank obtém o controle efetivo. As entidades sob controle temporário são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas até à data de alienação.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o Fortis Bank obtém o controle efetivo. As entidades sob controle temporário são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas até à data de alienação.

O Fortis Bank também consolida as entidades de finalidade especial (SPEs), formadas especificamente para gerir uma transação ou grupo de transações com características semelhantes, mesmo que o Fortis Bank não tenha interesse no capital da entidade, desde que a natureza da relação indique que o Fortis Bank exerce o controle conforme avaliado por referência aos seguintes critérios:

- as atividades da SPE são conduzidas exclusivamente em nome do Fortis Bank, de tal forma que o Fortis Bank obtém vantagens dessas atividades;
- o Fortis Bank detém os poderes de tomada de decisão e gestão para obter a maioria das vantagens das atividades ordinárias da SPE (conforme evidenciado, por exemplo, pelo poder de dissolver a SPE, de alterar os seus estatutos ou de exercer um veto formal sobre a alteração desses estatutos);
- o Fortis Bank tem a capacidade de obter a maioria das vantagens da SPE, podendo assim ficar exposto a riscos que incidam sobre as atividades da SPE. Estas vantagens podem assumir a forma de direitos sobre uma parte ou a totalidade dos resultados da SPE (calculados numa base anual), sobre uma parte dos seus ativos, de beneficiar de um ou vários ativos, ou de receber a maioria dos ativos residuais em caso de liquidação;
- o Fortis Bank retém a maioria dos riscos assumidos pela SPE para obter as vantagens das suas atividades. Tal seria o caso se, por exemplo, o Fortis Bank permanecesse exposto às perdas iniciais de uma carteira de ativos detidos pela SPE.

² Estes limiares foram atualizados a 1 de Janeiro de 2011. Antes dessa data, os limiares eram 8 milhões de euros de rendimentos consolidados, 1 milhão de euros de rendimento líquido consolidado antes de impostos e 40 milhões de euros de total dos ativos consolidados.

1.c.2 Métodos de consolidação

As empresas sob controle exclusivo do Fortis Bank são totalmente consolidadas. O Fortis Bank tem controle exclusivo sobre uma empresa quando se encontra em posição de governar as políticas financeiras e operacionais dessa empresa, de modo a obter vantagens das suas atividades. É

suposto existir controlo exclusivo quando o Fortis Bank detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto de uma empresa. Também existe quando o Fortis Bank tem o poder para governar as políticas financeiras e operacionais da empresa ao abrigo de um contrato; de nomear ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração ou corpo diretivo equivalente; ou possui a maioria dos votos nas reuniões do Conselho de Administração ou corpo diretivo equivalente.

Atualmente, os direitos de voto potencialmente exercíveis ou convertíveis são tidos em conta ao determinar a percentagem de controlo detida.

As empresas controladas de forma conjunta são consolidadas pelo método proporcional. O Fortis Bank exerce controlo conjunto quando, ao abrigo de uma disposição contratual, as decisões estratégicas financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo.

As empresas sobre as quais o Fortis Bank exerce uma influência significativa (associadas) são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Constitui influência significativa o poder de participar na tomada de decisões de política financeira e operacional de uma empresa, sem exercer o controlo. É suposto existir influência significativa quando o Fortis Bank detém, direta ou indiretamente, pelo menos 20% do poder de voto numa empresa. Os interesses inferiores a 20% são excluídos da consolidação, a menos que representem um investimento estratégico e o Fortis Bank exerça, de forma efetiva, uma influência significativa. Isto aplica-se a empresas desenvolvidas em parceria com outros grupos, em cujo processo de tomada de decisão o Fortis Bank participa através de representação no Conselho de Administração ou corpo diretivo equivalente, exercendo influência sobre a gestão operacional da empresa através do fornecimento de sistemas de gestão ou ferramentas de tomada de decisão, e fornecendo assistência técnica para apoiar o desenvolvimento da empresa.

As alterações dos ativos líquidos das associadas (empresas contabilizadas segundo o método da equivalência patrimonial) são reconhecidas em “Investimentos nas associadas”, no lado do Ativo do Balanço, e na componente relevante do capital dos acionistas. O goodwill das associadas é também incluído em “Investimentos nas associadas”.

Se a parte do Fortis Bank nas perdas de uma associada igualar ou exceder o montante do investimento na associada a transportar, o Fortis Bank deixará de incluir a sua parte nas perdas adicionais. O investimento será reportado com valor nulo. As perdas adicionais da associada são cobertas apenas na medida da obrigação legal ou implícita do Fortis Bank, ou em que tenha feito pagamentos em nome da associada.

Os interesses minoritários são apresentados em separado, na Demonstração de Resultados e no Balanço consolidados. O cálculo dos interesses minoritários leva em conta as ações preferenciais cumulativas em circulação, classificadas como instrumentos de capital e emitidas pelas subsidiárias, quando tais ações forem detidas fora do Fortis Bank.

As transações resultantes numa perda de controlo, concluídas antes de 1 de Janeiro de 2010, dão origem ao reconhecimento de um ganho ou perda igual à diferença entre o preço de venda e a parte do Fortis Bank no capital próprio. Para as transações concluídas após 1 de Janeiro de 2010, a NIC 27 revista exige agora que todos os interesses de capital retidos pelo Fortis Bank sejam reavaliados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos.

Os ganhos e perdas realizados em investimentos nas posições consolidadas são reconhecidos na Demonstração de Resultados, em “Ganhos líquidos de ativos não correntes”.

1.c.3 Procedimentos de consolidação

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas utilizando políticas contábilísticas uniformes, para reportar transações e outros eventos em circunstâncias semelhantes.

Eliminação de balanços e transações intragrupo

Os balanços intragrupo resultantes de transações entre empresas consolidadas, e as próprias transações (incluindo rendimento, despesas e dividendos), são eliminados. Os ganhos e perdas resultantes da venda de ativos intragrupo são eliminados, exceto quando houver indicação de que o ativo vendido se encontre danificado. Os ganhos e perdas não realizados incluídos no valor de ativos disponíveis para venda são mantidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Conversão de demonstrações financeiras expressas em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank são preparadas em euros.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional não seja o euro são convertidas utilizando o método da taxa de fecho. Com este método, todos os ativos e passivos, tanto monetários como não monetários, são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista à data do Balanço. Os itens de rendimento e despesa são convertidos à taxa média do período.

É aplicado o mesmo método para as demonstrações financeiras das empresas localizadas em economias hiperinflacionárias, após correção dos efeitos da inflação por aplicação de um índice geral de preços.

As diferenças surgidas na conversão dos itens do Balanço e da Demonstração de Resultados são registadas no capital dos acionistas, em “Diferença de transposição cumulativa” para a parte atribuível aos acionistas, e em “Interesses minoritários” para a parte atribuível aos investidores externos. Ao abrigo do tratamento opcional permitido pela NIRF 1, o Fortis Bank repôs a zeros, transferindo para resultados retidos, todas as diferenças de transposição cumulativas atribuíveis aos acionistas, e para interesses minoritários no Balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2004.

Aquando da liquidação ou alienação, no todo ou em parte, de um interesse numa operação estrangeira fora da zona euro, conduzindo a uma alteração na natureza do investimento (perda de controlo, influência significativa ou controlo conjunto), a diferença de transposição cumulativa registada em capital à data da liquidação ou venda é reconhecida na demonstração de resultados.

Se a percentagem do interesse detido for alterada sem qualquer modificação na natureza do investimento, a diferença de transposição é repartida entre a parte atribuível aos acionistas e a atribuível aos interesses minoritários, se a empresa for totalmente consolidada. Em relação a associadas e joint ventures, a parte relacionada com o interesse vendido é reconhecida na demonstração de resultados.

1.c.4 Concentrações de atividades empresariais e medição do goodwill

Concentrações de atividades empresariais

As concentrações de atividades empresariais são contabilizadas pelo método de compra.

Segundo este método, os ativos e passivos assumidos identificáveis da adquirida são medidos pelo justo valor à data de aquisição, com exceção dos ativos não correntes classificados como ativos detidos para venda, que são contabilizados ao justo valor menos os custos de venda.

Os passivos contingentes da adquirida não são reconhecidos no balanço consolidado a menos que estes representem uma obrigação presente à data de aquisição e o seu justo valor possa ser medido de modo fiável.

O custo de uma concentração de atividades empresariais é o justo valor, à data da troca, dos ativos cedidos, passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de capital próprio emitidos para obter o controlo da adquirida. Os custos diretamente atribuíveis à concentração de atividades empresariais são tratados como uma transação separada e reconhecidos através dos lucros ou prejuízos.

Todas as retribuições contingentes são incluídas na retribuição transferida ao justo valor na data de aquisição logo que o controlo é obtido. As alterações subsequentes no valor de qualquer retribuição contingente reconhecida como um passivo financeiro são reconhecidas através dos ganhos ou prejuízos.

O Fortis Bank poderá reconhecer eventuais ajustamentos à contabilização provisória da concentração de atividades empresariais no prazo de 12 meses a contar da data de aquisição.

O goodwill representa a diferença entre o custo da concentração de atividades e o interesse da adquirente

no justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, à data de aquisição. Um goodwill positivo é reconhecido no Balanço da adquirente, enquanto um negativo é reconhecido de imediato como lucro ou prejuízo, à data de aquisição. Os interesses minoritários são medidos pela sua parte no justo valor dos ativos e passivos identificáveis da adquirida. No entanto, para cada concentração de atividades empresariais, o Fortis Bank pode optar por medir os interesses minoritários pelo justo valor, e nesse caso é atribuída uma parte do goodwill a estes. Até à data, o Fortis Bank nunca fez uso desta última opção.

O goodwill é reconhecido na moeda funcional da adquirida, sendo convertido à taxa de câmbio de fecho.

À data de aquisição, todo o interesse de capital anteriormente detido na adquirida é reavaliado ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. No caso de uma aquisição por fases, o goodwill é assim determinado por referência ao justo valor à data de aquisição.

Dado que a NIRF 3 revista é aplicada prospectivamente, as concentrações de atividades empresariais concluídas antes de 1 de Janeiro de 2010 não foram rerepresentadas para os efeitos de alterações à NIRF 3.

Conforme permitido ao abrigo da NIRF 1, as concentrações de atividades empresariais ocorridas antes de 1 de Janeiro de 2004 e registadas de acordo com as normas contabilísticas anteriormente aplicáveis (GAAP belga), não foram rerepresentadas de acordo com os princípios da NIRF 3.

Medição do goodwill

O Fortis Bank testa o goodwill quanto a imparidade numa base regular.

Unidades geradoras de caixa

O Fortis Bank dividiu todas as suas atividades em unidades geradoras de caixa³, representando as entidades de relato do Fortis Bank. Esta divisão é consistente com a estrutura organizacional e métodos de gestão do Fortis Bank, refletindo a independência de cada entidade de relato em termos dos resultados e abordagem de gestão. É revista com regularidade de modo a levar em conta os eventos que possam afetar a composição das unidades geradoras de caixa, tais como aquisições, alienações e grandes reorganizações.

Teste das unidades geradoras de caixa quanto a imparidade

O goodwill afetado a unidades geradoras de caixa é testado quanto a imparidade anualmente, e sempre que houver indicação de que uma unidade possa registrar imparidades, comparando a quantia escriturada da unidade com a sua quantia recuperável. Se a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada, é reconhecida uma perda irreversível de imparidade e o goodwill é registado pelo excesso da quantia escriturada da unidade sobre a sua quantia recuperável.

Quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa

A quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa é o valor mais elevado entre o justo valor da unidade e o seu valor de uso.

³ Conforme definido pela NIC 36.

Fortis Bank Annual Report 2011 | 55

O justo valor é o preço que seria obtido com a venda da unidade nas condições de mercado em vigor na data da mensuração, determinado principalmente por referência aos preços efetivos de transações recentes envolvendo entidades semelhantes ou com base em múltiplos da bolsa para empresas comparáveis.

O valor de uso é baseado numa estimativa de futuros fluxos de caixa da unidade geradora de caixa, decorrentes das previsões anuais preparadas pela gestão da unidade e aprovadas pelo Comité Executivo, e de análises de alterações no posicionamento relativo das atividades da unidade no respetivo mercado. Estes fluxos de caixa são descontados a uma taxa que reflete o retorno que os investidores exigiriam de um investimento no sector de atividade e região em causa.

Transações sob controlo comum

As transferências de ativos ou trocas de ações entre entidades sob controlo comum não se situam no âmbito da NIRF 3, Concentrações de Atividades ou outras normas NIRF. Por esse motivo, com base na NIC 8, que exige que a gestão utilize o seu julgamento no desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística que forneça informações relevantes e fiáveis para as demonstrações financeiras, o Fortis Bank decidiu adotar uma base contabilística anterior. Utilizando este método o Fortis Bank, enquanto parte adquirente, reconhece esses ativos e passivos pela quantia escriturada, determinada pela entidade que transfere à data da transferência. Em consequência, não é reconhecido qualquer goodwill novo (além do goodwill existente, relacionado com qualquer das entidades concentradas). Qualquer diferença entre a retribuição paga/transferida e o capital por ações adquirido é apresentada como ajustamento do capital. Esta base de contabilização anterior das concentrações de atividades empresariais sob controlo comum é aplicada de forma prospectiva a partir da data de aquisição.

1.d ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

1.d.1 Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem o crédito fornecido pelo Fortis Bank, a quota do Fortis Bank nos empréstimos sindicados, e empréstimos adquiridos não cotados num mercado ativo, a menos que sejam detidos para efeitos de negociação. Os empréstimos cotados num mercado ativo são classificados como “Ativos financeiros disponíveis para venda”, sendo mensurados utilizando os métodos aplicáveis a esta categoria.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são inicialmente mensurados pelo justo valor, que é normalmente a quantia líquida desembolsada no início, incluindo custos relacionados diretamente atribuíveis e determinados tipos de taxas ou comissões (taxas de participação, taxas de compromisso e encargos de processamento), encarados como ajustamento à taxa de juro efetiva do empréstimo.

Posteriormente, os empréstimos concedidos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado. O rendimento do empréstimo, representando juros e custos de transação e taxas/comissões incluídas no valor inicial do empréstimo, é calculado utilizando o método do juro efetivo, sendo levado a lucros ou prejuízos ao longo da duração do empréstimo.

A comissão recebida sobre os compromissos de financiamento antes do início de um empréstimo é deferida e incluída no valor do empréstimo quando este é concretizado.

56| Fortis Bank Relatório Anual 2011

1.d.2 Títulos

Categorias de títulos

Os títulos detidos pelo Fortis Bank são classificados numa de quatro categorias.

Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos

Os ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos incluem:

- ativos financeiros detidos para fins de negociação;
- ativos financeiros que o Fortis Bank optou, após o reconhecimento inicial, por reconhecer e mensurar pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos utilizando a opção de justo valor disponível ao abrigo da NIC 39. As condições de aplicação da opção de justo valor são definidas na secção 1.d.9.

Os títulos desta categoria são mensurados ao justo valor, à data do Balanço. Os custos de transação são levados diretamente à Demonstração de Resultados. As alterações do justo valor (excluindo juros acrescidos em títulos de rendimento fixo) são apresentadas na Demonstração de Resultados, sob “Resultados líquidos dos instrumentos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”, juntamente com dividendos de títulos de rendimento variável e lucros e prejuízos realizados com a alienação.

O rendimento obtido com títulos de rendimento fixo classificados nesta categoria é apresentado na Demonstração de Resultados, em “Rendimentos de juros”.

O justo valor incorpora uma avaliação do risco da contraparte destes títulos.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Os títulos com pagamentos fixos ou determináveis que não são transacionados num mercado ativo, com exceção dos títulos cujo detentor não pode recuperar quase todo o investimento inicial por outros motivos que não a deterioração do crédito, são classificados como “Empréstimos concedidos e contas a receber” se não respeitarem os critérios de classificação como “Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”. Estes títulos são mensurados e reconhecidos conforme descrito na secção 1.d.1.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Os ativos financeiros detidos até à maturidade são investimentos com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa que o Fortis Bank tem intenção e capacidade de manter até à maturidade. As coberturas contratadas para cobrir ativos desta categoria contra o risco de taxa de juro não são elegíveis para contabilização de cobertura, conforme definido na NIC 39.

Os ativos desta categoria são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método do juro efetivo, que incorpora a amortização do prémio e desconto (correspondendo à diferença entre o preço de aquisição e o valor de resgate do ativo) e os custos de aquisição acessórios (quando materiais). O rendimento obtido nesta categoria de ativos é incluído na Demonstração de Resultados, em “Rendimentos de juros”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são títulos de rendimento fixo e variável que não sejam classificados como de “justo valor através dos lucros ou prejuízos”, “detidos até à maturidade” ou “empréstimos concedidos e contas a receber”.

Os ativos incluídos na categoria disponíveis para venda são registados inicialmente pelo justo valor, acrescido dos custos de transação, se materiais. À data do balanço, são reavaliados pelo justo valor, com as alterações do justo valor (excluindo juros acrescidos) apresentadas numa linha separada do capital dos acionistas. Aquando da

Fortis Bank Annual Report 2011 | 57

alienação, estes ganhos e perdas não realizados são transferidos do capital dos acionistas para a Demonstração de Resultados, onde são apresentados na linha “Resultados líquidos dos ativos financeiros disponíveis para venda”. O mesmo se aplica no caso de imparidade.

O rendimento reconhecido utilizando o método do juro efetivo derivado de títulos de rendimento fixo disponíveis para venda é registado na Demonstração de Resultados, em “Rendimentos de juros”. O rendimento de dividendos dos títulos de rendimento variável é reconhecido em “Resultados líquidos dos ativos financeiros disponíveis para venda” quando o direito do Fortis Bank a receber pagamento é estabelecido.

Acordos de recompra e empréstimos de títulos

Os títulos vendidos temporariamente ao abrigo de acordos de recompra continuam a ser registados no Balanço do Fortis Bank, na categoria de títulos a que pertencem. O passivo correspondente é reconhecido na categoria de dívida adequada do Balanço, exceto no caso de acordos de recompra contratados para fins de negociação, em que o passivo correspondente é classificado em “Passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”.

Os títulos adquiridos temporariamente ao abrigo de acordos de recompra inversos não são reconhecidos no Balanço do Fortis Bank. A dívida a receber correspondente é reconhecida em “Empréstimos concedidos e contas a receber”, exceto no caso de acordos de recompra inversa contraídos para fins de negociação, em que é reconhecida em “Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”.

As transações de empréstimo de títulos não resultam no desreconhecimento dos títulos emprestados, e as transações de contração de empréstimo de títulos não resultam no reconhecimento no Balanço dos títulos cujo empréstimo foi obtido, exceto nos casos em que os títulos emprestados são posteriormente vendidos pelo Fortis Bank. Em tais casos, a obrigação de entregar os títulos emprestados quando atingem a maturidade é reconhecida no Balanço, em “Passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”.

Data de reconhecimento das transações de títulos

Os títulos classificados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, ativos financeiros detidos até à maturidade ou disponíveis para venda são reconhecidos à data da transação.

Independentemente da sua classificação (pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, empréstimos concedidos e contas a receber ou dívida), as vendas temporárias de títulos e de títulos emprestados são inicialmente reconhecidas à data da liquidação.

As transações de títulos são transportadas no Balanço até que os direitos do Fortis Bank a receber os fluxos de caixa relacionados expirem, ou até que o Fortis Bank tenha transferido de forma substancial todos os riscos e recompensas inerentes à propriedade dos títulos.

1.d.3 Transações em moedas estrangeiras

Os métodos utilizados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com as transações em moeda estrangeira em que o Fortis Bank entra, e para mensurar o risco de taxa de câmbio resultante de tais transações, depende de se o ativo ou passivo em questão é classificado como um item monetário ou não monetário.

Ativos e passivos monetários⁴ expressos em moedas estrangeiras

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas estrangeiras são convertidos na moeda funcional da entidade relevante do Grupo à taxa de fecho. As diferenças de conversão são reconhecidas na Demonstração de Resultados, com exceção das que resultam de instrumentos financeiros concebidos como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos estrangeiros líquidos, que são reconhecidas no capital social.

⁴ Ativos e passivos monetários são ativos e passivos a receber ou a pagar em quantias de caixa fixas ou determináveis.

Ativos e passivos não monetários expressos em moedas estrangeiras

Os ativos não monetários podem ser mensurados ao custo histórico ou pelo justo valor. Os ativos não monetários expressos em moedas estrangeiras são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data da transação, se forem mensurados ao custo histórico, e à taxa de fecho, se forem mensurados pelo justo valor.

As diferenças de conversão de ativos não monetários expressos em moedas estrangeiras e mensurados ao justo valor (títulos de rendimento variável) são reconhecidos na Demonstração de Resultados se o ativo for classificado em “Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”, e no capital social se o ativo for classificado em “Ativos financeiros disponíveis para venda”, a menos que o ativo financeiro em questão seja designado como um item coberto contra o risco de taxa de câmbio numa relação de cobertura pelo justo valor, caso em que a diferença de conversão é reconhecida na Demonstração de Resultados.

1.d.4 Imparidade de ativos financeiros

Imparidade de empréstimos concedidos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade, provisões para financiamento e compromissos de garantia

É reconhecida uma perda de imparidade contra empréstimos e ativos financeiros detidos até à maturidade em que (i) existe evidência objetiva de uma redução do valor em resultado de um evento que ocorre após o início do empréstimo ou aquisição do ativo; (ii) o evento afeta o valor ou momento dos fluxos de caixa futuros; e (iii) as consequências do evento podem ser mensuradas de forma fiável. Inicialmente, a evidência de imparidade nos empréstimos é avaliada numa base individual; subsequentemente, é avaliada numa base de carteira. São aplicados princípios semelhantes aos compromissos de financiamento e garantia dados pelo Fortis Bank, com a probabilidade de levantamento tida em conta em todas as avaliações dos compromissos de financiamento.

Ao nível individual, a evidência objetiva de que um ativo financeiro sofre de imparidade inclui dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- a existência de contas devidas há mais de três meses (devidas há mais de seis meses no caso de empréstimos imobiliários e empréstimos às autoridades locais);
- conhecimento ou indicações de que o mutuário se encontra em dificuldades financeiras significativas, de modo que se pode considerar que surgiu um risco, independentemente de o mutuário ter ou não falhado algum pagamento;
- concessões relativamente às condições de crédito concedidas ao mutualista, que o mutuante não teria considerado se o mutualista não se encontrasse em dificuldades financeiras.

O valor da imparidade é a diferença entre a quantia escriturada antes da imparidade e o valor atual, descontado à taxa de juro efetiva original do ativo, para os componentes (capital, juro, garantia colateral, etc.) tidos como recuperáveis. As alterações das perdas por imparidade são reconhecidas na Demonstração de Resultados, em “Custos do risco”. As eventuais reduções posteriores de perdas por imparidade que possam estar relacionadas, de forma objetiva, com um evento que ocorra após o reconhecimento da perda por imparidade, são creditadas na Demonstração de Resultados, também em “Custos do risco”. Após um ativo ter sofrido imparidade, o rendimento obtido sobre a quantia escriturada do ativo (calculado à taxa de juro efetiva original utilizada para descontar os fluxos de caixa recuperáveis estimados) é reconhecido na Demonstração de Resultados, em “Rendimentos de juros”.

As perdas por imparidade suportadas em empréstimos concedidos e contas a receber são normalmente registadas numa conta de provisão separada que reduz a quantia pela qual o empréstimo concedido ou conta a receber foi registado no ativo, após o reconhecimento inicial. As provisões relativas a instrumentos financeiros, compromissos de financiamento e garantia ou disputas não contabilizadas no Balanço são reconhecidas no Passivo. As contas a receber em imparidade são anuladas no todo ou em parte, e a provisão correspondente é invertida pelo valor da perda quando todos os outros meios de recuperação das contas a receber ou garantias à disposição do Banco tiverem falhado, ou quando a totalidade ou parte das contas a receber tiver sido dispensada.

A avaliação do risco das contrapartes que não registem imparidades individuais é feita com base em carteiras de empréstimos com características semelhantes. Esta avaliação aproveita um sistema interno de classificação com

base nos dados históricos, ajustado conforme necessário para refletir as circunstâncias prevaletentes à data do Balanço. Permite ao Fortis Bank identificar grupos de contrapartes que, em resultado de eventos ocorridos desde o início dos empréstimos, adquiriram coletivamente uma probabilidade de incumprimento na maturidade que fornece evidência objetiva da imparidade de toda a carteira, mas

sem ser possível, nessa fase, atribuir a imparidade a contrapartes individuais. Esta avaliação também estima o valor da perda nas carteiras em questão, tendo em conta as tendências do ciclo económico durante o período de avaliação. As alterações do valor das imparidades da carteira são levadas à Demonstração de Resultados, em “Custo do risco”.

Com base no julgamento experiente das divisões do Banco ou da Gestão de Risco, o Fortis Bank poderá reconhecer provisões adicionais para imparidades coletivas, relativamente a determinado sector económico ou área geográfica afetados por eventos económicos excecionais. Poderá ser o caso quando não seja possível medir as consequências destes eventos com precisão suficiente para ajustar os parâmetros utilizados para determinar a provisão coletiva reconhecida contra as carteiras de empréstimos com características semelhantes afetadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (que incluem principalmente títulos) é reconhecida numa base individual se houver evidência objetiva de imparidade em resultado de um ou vários eventos ocorridos desde a aquisição.

No caso de títulos de rendimento variável cotados num mercado ativo, o sistema de controlo identifica os títulos que possam estar em imparidade a longo prazo com base em critérios como um declínio significativo do preço cotado abaixo do preço de aquisição ou um declínio prolongado, que faz com que o Fortis Bank efetue uma análise qualitativa individual adicional. Isto poderá conduzir ao reconhecimento de uma perda de imparidade, calculada com base no preço cotado.

Além dos critérios de identificação, o Fortis Bank determinou três sinais de imparidade: um declínio significativo do preço, definido como uma queda do preço de aquisição superior a 50%; um declínio prolongado ao longo de cinco anos consecutivos; e um declínio prolongado de pelo menos 30% ao longo de um período médio de um ano. O Fortis Bank acredita ser necessário um período de dois anos para que um declínio moderado do preço abaixo do custo de aquisição seja considerado mais do que o efeito da volatilidade aleatória inerente às bolsas de valores, ou uma alteração cíclica que dure alguns anos, mas que represente um fenómeno duradouro que justifique uma imparidade.

É aplicado um método semelhante para os títulos de rendimento variável que não são cotados num mercado ativo. Qualquer imparidade é depois determinada com base no valor modelo.

No caso de títulos de rendimento fixo, a imparidade é avaliada com base nos mesmos critérios aplicados a empréstimos concedidos e contas a receber com imparidade individual. Em relação aos títulos cotados num mercado ativo, a imparidade é determinada com base no preço cotado. Em relação a todos os outros, é determinada com base no valor modelo.

As perdas de imparidade suportadas em títulos de rendimento variável são reconhecidas como componente dos Rendimentos na linha “Resultados líquidos dos ativos financeiros disponíveis para venda”, não podendo ser invertidas na Demonstração de Resultados até que os títulos em questão sejam vendidos. Qualquer declínio posterior do justo valor constitui uma perda de imparidade adicional, reconhecida na Demonstração de Resultados.

As perdas de imparidade suportadas em títulos de rendimento fixo são reconhecidas em “Custos do risco”, podendo ser invertidas na Demonstração de Resultados no caso de um aumento do justo valor relacionado, de forma objetiva, com um evento que ocorra após o reconhecimento da última imparidade.

1.d.5 Reclassificação de ativos financeiros

As únicas reclassificações autorizadas de ativos financeiros são:

- para um ativo financeiro não derivado que já não se encontra detido para venda a curto prazo, transferido de “Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos” para:
 - “Empréstimos concedidos e contas a receber”, se o ativo obedecer à definição desta categoria e o Fortis Bank tiver a intenção e capacidade de manter o ativo no futuro previsível ou até à maturidade, ou
 - outras categorias apenas em raras circunstâncias, quando justificado e desde que os ativos reclassificados cumpram as condições aplicáveis à carteira de destino;
- transferido de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para:
 - “Empréstimos concedidos e contas a receber” nas mesmas condições definidas acima para “Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”,
 - “Ativos financeiros detidos até à maturidade” para ativos que tenham maturidade, ou “Ativos financeiros pelo custo” para ativos não listados de rendimento variável.

Os ativos financeiros são reclassificados pelo justo valor, ou pelo valor calculado por um modelo, à data da reclassificação. Os derivados eventualmente incorporados nos ativos financeiros reclassificados são reconhecidos separadamente, sendo as alterações do justo valor reconhecidas através dos lucros ou prejuízos.

Após a reclassificação, os ativos são reconhecidos de acordo com as provisões aplicáveis à carteira de destino. O preço de transferência à data da reclassificação será o custo inicial do ativo, com a finalidade de determinar eventuais imparidades.

No caso da reclassificação de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para outra categoria, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos através do capital são amortizados como lucros ou prejuízos ao longo da vida residual do instrumento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Quaisquer revisões em alta dos valores recuperáveis estimados são reconhecidas através de um ajustamento à taxa de juro efetiva à data em que a estimativa foi revista. As revisões em baixa são reconhecidas através de um ajustamento à quantia escriturada do ativo financeiro.

1.d.6 Emissões de títulos de dívida

Os instrumentos financeiros emitidos pelo Fortis Bank são qualificados como instrumentos de dívida se, ao emitir os instrumentos, o Fortis Bank tiver uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao titular do instrumento. O mesmo se aplica se o Fortis Bank for obrigado a trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade, em condições potencialmente desfavoráveis, ou a entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital.

Inicialmente, as emissões de títulos de dívida são reconhecidas pelo valor de emissão, incluindo os custos de transação, sendo posteriormente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As obrigações resgatáveis ou convertíveis em instrumentos de capital do Fortis Bank são contabilizadas como instrumentos híbridos com um componente de dívida e um componente de capital, determinados aquando do reconhecimento inicial.

1.d.7 Instrumentos de capital próprio e seus derivados

O termo “instrumentos de capital próprio” refere-se a ações emitidas pela empresa-mãe (B NP Paribas) ou pelas suas subsidiárias totalmente consolidadas.

Os instrumentos de capital próprio detidos pelo Fortis Bank, também conhecidos como ações próprias, são deduzidos do capital consolidado dos acionistas, independentemente da finalidade com que são detidos. Os ganhos e perdas resultantes de tais instrumentos são eliminados da Demonstração de Resultados consolidada.

Quando o Fortis Bank adquire instrumentos de capital emitidos por subsidiárias sob o seu controle exclusivo, a diferença entre o preço de aquisição e a quota de ativos líquidos adquirida é registrada nos resultados retidos atribuíveis aos acionistas do Fortis Bank. Da mesma forma, o passivo correspondente às opções de venda concedidas aos acionistas minoritários dessas subsidiárias, e as alterações ao valor desse passivo, são inicialmente compensadas contra os interesses minoritários, com o eventual excesso de compensação contra os resultados retidos atribuíveis aos acionistas do Fortis Bank. Até que estas opções sejam exercidas, a parte do rendimento líquido atribuível aos interesses minoritários é afetada aos interesses minoritários na Demonstração de Resultados. Uma redução do interesse do Fortis Bank numa subsidiária totalmente consolidada é reconhecida nas contas do Fortis Bank como uma alteração do capital social.

Os derivados de instrumentos de capital próprio são tratados como se segue, conforme o método de liquidação:

- como instrumentos de capital se forem liquidados por entrega física de um número fixo de instrumentos de capital próprio, por um montante fixo de dinheiro ou outro ativo financeiro. Tais instrumentos não são revalorizados;
- como derivados se forem liquidados em dinheiro, ou através de uma opção de liquidação por entrega física das ações ou em dinheiro. As alterações do valor de tais instrumentos são levadas à demonstração de resultados.

Se o contrato incluir uma obrigação, contingente ou não, de recompra das suas ações pelo Banco, este terá de reconhecer o valor atual da dívida com uma entrada de compensação no capital.

1.d.8 Instrumentos derivados e contabilização de cobertura

Todos os instrumentos derivados são reconhecidos no balanço ao preço e à data da transação, sendo remensurados pelo justo valor à data do balanço.

Derivados detidos para negociação

Os derivados detidos para negociação são reconhecidos no balanço, em “Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”, quando o seu justo valor é positivo, e em “Passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos” quando o seu justo valor é negativo. Os ganhos e perdas realizados e não realizados são levados à demonstração de resultados, na linha “Resultados líquidos dos instrumentos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”.

Derivados e contabilização de cobertura

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Os derivados contratados como parte de uma relação de cobertura são designados de acordo com a finalidade da cobertura.

As coberturas de justo valor são utilizadas especialmente para cobrir o risco da taxa de juro dos ativos e passivos de taxa fixa, tanto para instrumentos financeiros identificados (títulos, emissões de dívida, empréstimos, empréstimos obtidos) como para carteiras de instrumentos financeiros (em especial, depósitos à ordem e empréstimos com taxa fixa).

As coberturas de fluxo de caixa são utilizadas especialmente para cobrir o risco de taxa de juro dos ativos e passivos de taxa variável, incluindo rollovers, e o risco cambial de rendimentos de moeda estrangeira previstos com elevada probabilidade.

62| Fortis Bank Relatório Anual 2011

No início da cobertura o Fortis Bank prepara a documentação formal que detalha a relação de cobertura, identificando o instrumento, ou parte do instrumento, ou parte do risco, que está a ser coberto; a estratégia de cobertura e o tipo de risco coberto; o instrumento de cobertura; e os métodos utilizados para avaliar a eficácia da relação de cobertura.

No início e pelo menos trimestralmente, o Fortis Bank avalia, de forma consistente com a documentação original, a eficácia atual (retrospectiva) e esperada (prospetiva) da relação de cobertura. Os testes de eficácia retrospectiva foram concebidos para avaliar se as alterações reais do justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura e o item coberto se situam no intervalo 80%-125%. Os testes de eficácia prospetiva foram concebidos para garantir que as alterações esperadas do justo valor ou fluxos de caixa do derivado ao longo da vida residual da cobertura compensam de forma adequada as do item coberto. Para transações previstas altamente prováveis, a eficácia é avaliada largamente com base nos dados históricos de transações semelhantes.

Ao abrigo da NIC 39 adotada pela União Europeia (que exclui determinadas provisões da cobertura de carteira), as relações de cobertura de risco de câmbio com base em carteiras de ativos ou passivos são elegíveis para contabilização de cobertura pelo justo valor, da seguinte forma:

- o risco designado como coberto é o risco cambial associado à componente de taxa interbancária das taxas de juro nas transações bancárias comerciais (empréstimos a clientes, contas de poupança e depósitos à ordem);
- os instrumentos designados como cobertos correspondem, para cada banda de maturidade, a uma parte do diferencial das taxas de juro associado aos subjacentes cobertos;
- os instrumentos de cobertura utilizados consistem exclusivamente em swaps “convencionais” (plain vanilla);
- a eficácia da cobertura prospetiva é estabelecida pelo facto de que todos os derivados têm, no início, de ter o efeito de reduzir o risco cambial da carteira de subjacentes cobertos. Em retrospectiva, uma cobertura será desqualificada da contabilização de cobertura quando surgir uma carência nos subjacentes especificamente associados a essa cobertura, para cada banda de maturidade (devido ao pré-pagamento de empréstimos ou levantamentos de depósitos).

O tratamento contabilístico dos derivados e itens cobertos depende da estratégia de cobertura.

Numa relação de cobertura de justo valor, o instrumento derivado é remensurado pelo justo valor no Balanço, com as alterações do justo valor levadas à Demonstração de Resultados em “Resultados líquidos dos instrumentos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”, simetricamente em relação à remensuração do item coberto, para refletir o risco coberto. No Balanço, a reavaliação do justo valor do componente coberto é reconhecido de acordo com a classificação do item coberto, no caso de uma cobertura de ativos e passivos identificados, ou em “Ajustamento de remensuração de carteiras com cobertura do risco de taxa de juro”, no caso de uma relação de cobertura de carteira.

Se uma relação de cobertura terminar ou deixar de satisfazer os critérios de eficácia, o instrumento de cobertura será transferido para a carteira de negociação, sendo contabilizado para que utilize o tratamento aplicado a esta categoria de ativos. No caso de instrumentos de rendimento fixo identificados, o ajustamento pela reavaliação reconhecido no Balanço é amortizado à taxa de juro efetiva ao longo da duração remanescente do instrumento. No caso de carteiras de rendimento fixo cobertas contra risco da taxa de juro, o ajustamento é amortizado numa base de linha reta ao longo do remanescente do prazo original da cobertura. Se o item coberto deixar de ser apresentado no balanço, em especial devido a pré-pagamentos, o ajustamento é imediatamente levado à demonstração de resultados.

Numa relação de cobertura de fluxo de caixa, o derivado é declarado no Balanço pelo justo valor, com as alterações do justo valor levadas ao capital social numa linha separada, “Ganhos ou perdas não realizados ou diferidos”. Os valores levados ao capital social durante a duração da cobertura são transferidos para a Demonstração de Resultados, em “Rendimento líquido dos juros”, se e quando os fluxos de caixa do item coberto tiverem impacto nos lucros ou prejuízos. Os itens cobertos continuam a ser contabilizados para utilizar o tratamento específico da categoria de ativos a que pertencem.

Se uma relação de cobertura terminar ou deixar de satisfazer os critérios de eficácia, os valores cumulativos reconhecidos no capital social como resultado da reavaliação do instrumento de cobertura permanecem no capital até que a própria transação coberta tenha impacto nos lucros ou prejuízos, ou até se tornar claro que a transação não ocorrerá, ponto em que serão transferidos para a demonstração de resultados.

Fortis Bank Annual Report 2011 | 63

Se o item coberto deixar de existir, os valores cumulativos reconhecidos no capital social são imediatamente levados à Demonstração de Resultados.

Seja qual for a estratégia de cobertura utilizada, qualquer parte ineficaz da cobertura é reconhecida na Demonstração de Resultados, em “Resultados líquidos dos instrumentos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”.

As coberturas de investimentos líquidos em moeda estrangeira nas subsidiárias e sucursais são contabilizadas da mesma forma que as coberturas de fluxo de caixa. Os instrumentos de cobertura podem ser coberturas de divisas ou qualquer outro instrumento financeiro não derivado.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros híbridos são extraídos do valor do contrato base, sendo contabilizados separadamente como derivados se o instrumento híbrido não for registado como ativo ou passivo financeiro pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, e se os riscos e características económicas do derivado embutido não estiverem intimamente relacionados com os do contrato base.

1.d.9 Determinação do justo valor

Os ativos e passivos financeiros classificados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos e os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são mensurados e contabilizados pelo justo valor, aquando do reconhecimento inicial e em datas posteriores. O justo valor é definido como a quantia por que um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, numa transação entre partes conhecedoras e dispostas a isso, sem qualquer relacionamento entre si. Aquando do reconhecimento inicial, o valor de um instrumento financeiro é geralmente o preço de transação (isto é, o valor da retribuição paga ou recebida).

O justo valor é determinado:

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

- com base nos preços cotados num mercado ativo; ou
- utilizando técnicas de valorização envolvendo:
 - métodos de cálculo matemático baseados em teorias financeiras aceites, e
 - parâmetros derivados, em alguns casos, dos preços dos instrumentos transacionados em mercados ativos, e noutros de estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos, devido à ausência de um mercado ativo.

O facto de um mercado ser ou não ativo é determinado com base num conjunto de fatores. As características de um mercado inativo incluem um declínio significativo do volume e nível de atividade de transação em instrumentos idênticos ou semelhantes, uma variação significativa dos preços ao longo do tempo entre os participantes do mercado e os preços de transação observados não se encontrarem atualizados.

Utilização de preços cotados em mercados ativos

Se os preços cotados num mercado ativo se encontrarem disponíveis, serão utilizados de forma prioritária para determinar o justo valor. Estes são os preços diretamente cotados para instrumentos idênticos.

Utilização de modelos para valorizar instrumentos financeiros não cotados

A maioria dos derivados de balcão é transacionada em mercados ativos. As valorizações são determinadas utilizando modelos aceites de forma generalizada (fluxos de caixa descontados, modelo Black & Scholes, técnicas de interpolação), com base nos preços de mercado cotados para instrumentos semelhantes ou subjacentes.

Alguns instrumentos financeiros, embora não transacionados num mercado ativo, são mensurados utilizando métodos baseados em parâmetros que são observáveis no mercado.

64| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Os modelos usam parâmetros de mercado calibrados com base em dados observáveis, tais como curvas de rendimentos, camadas de opções de volatilidade implícita, taxas de incumprimento e pressupostos de perdas.

A valorização derivada destes modelos é ajustada pela liquidez e risco de crédito. Partindo de valorizações derivadas dos preços medianos do mercado, os ajustamentos de preços são utilizados para valorizar a posição líquida em cada instrumento financeiro, ao preço da oferta de compra no caso de posições curtas, ou ao preço solicitado no caso de posições longas. O preço da oferta de compra é o preço a que uma contraparte compraria o instrumento, e o preço solicitado é o preço a que um vendedor venderia o mesmo instrumento.

De modo similar, é incluído um ajustamento de risco da contraparte na valorização derivada do modelo, de modo a refletir a qualidade de crédito do instrumento derivado.

A margem gerada quando os instrumentos financeiros são transacionados é imediatamente levada à demonstração de resultados.

Outros instrumentos financeiros complexos ilíquidos são valorizados utilizando técnicas desenvolvidas internamente e técnicas inteiramente baseadas em dados não observáveis - ou apenas parcialmente observáveis - em mercados ativos.

Na ausência de entradas observáveis, estes instrumentos são mensurados aquando do reconhecimento inicial de uma forma que reflete o preço de transação, encarado como a melhor

indicação do justo valor. As valorizações derivadas destes modelos são ajustadas pelo risco de liquidez e risco de crédito.

A margem gerada quando estes instrumentos financeiros complexos são transacionados (“day one profit”) é diferida e levada à demonstração de resultados ao longo do período durante o qual se espera que os parâmetros de valorização se mantenham não observáveis. Quando parâmetros originalmente não observáveis se tornam observáveis, ou quando a valorização pode ser substanciada por comparação com transações semelhantes recentes num mercado ativo, a parte não reconhecida do “day one profit” é libertada para a demonstração de resultados.

Finalmente, no caso específico de títulos de capital próprio não listados, o justo valor é mensurado por comparação com transações recentes no capital da empresa em questão, estabelecidas com uma parte independente numa base equitativa. Se tal referência não se encontrar disponível, a valorização será determinada com base em práticas geralmente aceites (múltiplos EBIT ou EBITDA) ou na quota do Fortis Bank nos ativos líquidos, conforme calculados utilizando as informações mais recentes disponíveis.

1.d.10 Ativos e passivos financeiros designados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos (opção do justo valor)

A emenda da NIC 39 relativa à “opção de justo valor” foi adotada pela União Europeia em 15 de Novembro de 2005, entrando em vigor a 1 de Janeiro de 2005.

Esta opção permite que as entidades designem qualquer ativo ou passivo financeiro aquando do reconhecimento inicial como mensurado pelo justo valor, sendo as alterações ao justo valor reconhecidas nos lucros ou prejuízos, nos seguintes casos:

- instrumentos financeiros híbridos contendo um ou vários derivados embutidos, que de outra forma teriam sido separados e contabilizados separadamente;
- em que a utilização da opção permite que a entidade elimine ou reduza de forma significativa uma não correspondência entre a medição e o tratamento contabilístico dos ativos e passivos, que surgiria se tivessem que se classificar em categorias separadas;
- em que um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido e mensurado na base do justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de investimento e gestão do risco.

1.d.11 Rendimento e despesas resultantes de ativos e passivos financeiros

O rendimento e despesas resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado e de títulos de rendimento fixo classificados em “Ativos financeiros disponíveis para venda” são reconhecidos na Demonstração de Resultados utilizando o método do juro efetivo.

A taxa de juro efetiva é a taxa a que são descontados de forma exata os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da duração esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para a quantia escriturada líquida do ativo ou passivo no Balanço. O cálculo da taxa de juro efetiva leva em conta: (i) todas as taxas recebidas ou pagas que formam parte integral da taxa de juro efetiva do contrato; (ii) os custos de transação; e (iii) prémios e descontos.

O método utilizado pelo Fortis Bank para reconhecer o rendimento e despesas de comissões relacionadas com o serviço depende da natureza deste. As comissões tratadas como um componente adicional do juro são incluídas na taxa de juro efetiva, sendo reconhecidas na Demonstração de Resultados como “Rendimento líquido dos juros”. As comissões a pagar ou receber

aquando da execução de uma transação significativa são reconhecidas pela totalidade na Demonstração de Resultados quando a transação é executada, em “Rendimento e despesas de comissões”. As comissões a pagar ou receber por serviços recorrentes são reconhecidas ao longo do prazo do serviço, também em “Rendimento e despesas de comissões”.

As comissões recebidas relativamente a compromissos de garantias financeiras são encaradas como representando o justo valor do compromisso. O passivo resultante é posteriormente amortizado ao longo do prazo do compromisso, em rendimento de comissões nos Rendimentos.

Os custos externos diretamente atribuíveis a uma emissão de novas ações são deduzidos do capital, líquidos de todas as taxas associadas.

1.d.12 Custo do risco

O custo do risco inclui movimentos em provisões para imparidade de títulos de rendimento fixo e empréstimos concedidos e contas a receber de clientes e instituições de crédito, movimentos em compromissos de financiamento e garantia dados, perdas em empréstimos irrecuperáveis e valores recuperados em empréstimos anulados. Esta rubrica também inclui perdas de imparidade registadas relativamente ao risco de incumprimento incorrido pelas contrapartes para instrumentos financeiros ao balcão, bem como despesas relacionadas com fraudes e disputas inerentes à atividade de financiamento.

1.d.13 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Fortis Bank desreconhece a totalidade ou parte de um ativo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Fortis Bank transfere os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do ativo e, de forma substancial, todos os riscos e compensações de titularidade do ativo. A menos que estas condições sejam satisfeitas, o Fortis Bank retém o ativo no Balanço e reconhece um passivo pela obrigação criada em resultado da transferência do ativo.

O Fortis Bank desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando este é extinto no todo ou em parte.

66| Fortis Bank Relatório Anual 2011

1.d.14 Compensação de ativos e passivos financeiros

Um ativo e um passivo financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no Balanço, se e só se o Fortis Bank detiver um direito legalmente aplicável para compensar os valores reconhecidos e o pretender liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e, simultaneamente, liquidar o passivo.

Os acordos de recompra e derivados transacionados com câmaras de compensação que cumpram ambos os critérios definidos na norma contabilística são compensados no balanço.

1.e NORMAS CONTABILÍSTICAS ESPECÍFICAS DO SECTOR SEGURADOR

As políticas contabilísticas específicas relativas aos ativos e passivos gerados por contratos de seguros e contratos financeiros com uma característica de participação discricionária, subscritos por companhias de seguros totalmente consolidadas, são retidas para os efeitos das demonstrações financeiras consolidadas. Estas políticas respeitam a norma NIRF 4.

Todos os outros ativos e passivos de companhias de seguros são contabilizados utilizando as políticas aplicadas em geral aos ativos e passivos do Fortis Bank, sendo incluídas nos títulos relevantes do Balanço e Demonstração de Resultados, nas demonstrações financeiras consolidadas.

1.e.1 Ativos

Os ativos financeiros e ativos não correntes são contabilizados por utilizarem as políticas descritas noutra local desta nota. As únicas exceções são as ações de empresas de propriedade civil (SCIs) detidas em carteiras de contratos de seguros de ligação a unidades, que são mensuradas ao justo valor à data do Balanço, com as alterações do justo valor levadas a lucros ou prejuízos.

Os ativos financeiros que representam provisões técnicas relacionadas com atividades de ligação a unidades são apresentados em “Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”, sendo declarados pelo valor realizável dos ativos subjacentes à data do Balanço.

1.e.2 Passivos

As obrigações do Fortis Bank para com os segurados e beneficiários são apresentadas em “Reservas técnicas de companhias de seguros”, incluindo os passivos relacionados com os contratos de seguro que comportem um risco de seguro significativo (por ex., de mortalidade ou incapacidade) e com os contratos financeiros com uma característica de participação discricionária, que são abrangidos pela norma NIRF 4. Uma característica de participação discricionária atribui aos segurados do ramo vida o direito a receber, como complemento dos benefícios garantidos, uma parte dos lucros efetivos.

Os passivos associados a outros contratos financeiros, cobertos pela NIC 39, são apresentados em “Dívidas a clientes”.

Os passivos de contratos de ligação a unidades são mensurados por referência ao justo valor dos ativos subjacentes à data do balanço.

As reservas técnicas das subsidiárias de seguros de vida consistem principalmente em reservas matemáticas, que correspondem geralmente ao valor de resgate do contrato.

Fortis Bank Annual Report 2011 | 67

Os benefícios oferecidos estão principalmente relacionados com o risco de morte (seguro de vida a prazo, anuidades, reembolso do empréstimo, garantia mínima em contratos de ligação a unidades) e, para seguros de mutuários, com os riscos de invalidez, incapacidade e desemprego. Estes tipos de riscos são controlados utilizando tabelas de mortalidade adequadas (tabelas certificadas no caso dos titulares de anuidades), testes médicos adequados ao nível de benefício oferecido, monitorização estatística das populações seguras e programas de resseguro.

As reservas técnicas não-vida incluem reservas para prémios não adquiridos (correspondentes à parte dos prémios subscritos relacionada com os períodos futuros) e reservas de sinistros em circulação, incluindo os custos de processamento dos sinistros.

A adequação das reservas técnicas é testada à data do Balanço, comparando-as com o valor médio dos fluxos de caixa futuros conforme derivado de análises estocásticas. Quaisquer ajustamentos das reservas técnicas são levados à Demonstração de Resultados do período. É estabelecida uma reserva de capitalização em contas estatutárias individuais para a venda de títulos amortizáveis, permitindo diferir parte do resultado líquido realizado e, assim, manter o rendimento até à maturidade da carteira de ativos admissíveis. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a maior parte desta reserva é reclassificada como “Excedente de segurados” no lado do Passivo do Balanço consolidado; é reconhecido um passivo de impostos deferidos na parte levada ao capital social.

Este item também inclui a reserva para excedente de segurados resultante da aplicação de ‘shadow accounting’. Isto representa o juro dos segurados em ganhos e perdas não realizados em ativos em que o benefício pago ao abrigo da apólice esteja ligado ao retorno desses ativos. Este juro é uma média derivada de análises estocásticas de ganhos e perdas não realizados, atribuíveis aos segurados em diversos cenários.

No caso de uma perda não realizada em ativos com ‘shadow accounting’, a reserva para perdas dos segurados é reconhecida no lado do Ativo do Balanço consolidado, com um valor igual à dedução provável da quota de lucros futuros dos segurados. A recuperabilidade da reserva para perdas dos segurados é avaliada de forma prospetiva, levando em conta as reservas para excedente dos segurados reconhecidas noutros locais, os ganhos de capital em ativos financeiros que não possuam ‘shadow accounting’ devido às opções contabilísticas efetuadas (ativos financeiros detidos até à maturidade e investimentos imobiliários mensurados pelo custo) e a capacidade e intenção da empresa de manter os ativos, transportando o custo não realizado. A reserva para perdas dos segurados é reconhecida de forma simétrica em relação aos ativos correspondentes, sendo apresentada no lado do Ativo do Balanço, na rubrica “Rendimento acrescido e outros ativos”.

1.e.3 Demonstração de Resultados

O rendimento e despesas resultantes de contratos de seguro subscritos pelo Fortis Bank são reconhecidos na Demonstração de Resultados, em “Rendimento de outras atividades” e “Despesas com outras atividades”.

Os outros rendimentos e despesas de companhias de seguros são incluídos no item relevante da Demonstração de Resultados. Em consequência, os movimentos da reserva para excedente dos segurados são apresentados na mesma linha que os ganhos e perdas em ativos que deram origem a esses movimentos.

1.f ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis apresentados no Balanço consolidado incluem ativos utilizados em operações e em propriedades de investimento.

Os ativos utilizados em operações são os utilizados na provisão de serviços ou para fins administrativos, e incluem ativos não propriedade locados pelo Fortis Bank como locador sob a forma de locações operacionais.

As propriedades de investimento incluem ativos de propriedade detidos para geração de rendimento de rendas e ganhos de capital.

Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos ao preço de aquisição mais os custos diretamente atribuíveis, juntamente com os custos de empréstimo quando é necessário um longo período de construção ou adaptação para que o ativo possa ser colocado ao serviço.

O software desenvolvido internamente pelo Fortis Bank que preenche os critérios de capitalização é capitalizado ao custo direto de desenvolvimento, que inclui os custos externos e os custos laborais dos colaboradores diretamente atribuíveis ao projeto.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis são mensurados ao custo menos a depreciação ou amortização acumulada, juntamente com eventuais perdas de imparidade. As únicas exceções são as ações de empresas de propriedade civil (SCIs) detidas em carteiras de contratos de seguros de ligação a unidades, que são mensuradas ao justo valor à data do Balanço, com as alterações do justo valor levadas a lucros ou prejuízos.

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis é calculada após a dedução do valor residual do ativo. Só é assumido um valor residual para os ativos locados pelo Fortis Bank como locador sob a forma de locações operacionais, uma vez que a vida útil dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis utilizados nas operações coincide geralmente com a sua vida económica.

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são depreciados ou amortizados utilizando o método das quotas constantes (método linear) ao longo da vida útil do ativo. A despesa com depreciação e amortização é reconhecida na Demonstração de Resultados, em “Depreciação, amortização e imparidade de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis”.

Quando um ativo consiste num conjunto de componentes que possam exigir substituição a intervalos regulares ou que tenham diversas utilizações ou padrões de consumo dos benefícios económicos, cada componente é reconhecido separadamente e depreciado utilizando um método adequado para esse componente. O Fortis Bank adotou a abordagem baseada em componentes para as propriedades utilizadas em operações e para as propriedades de investimento.

Os períodos de depreciação utilizados para propriedade de escritórios são os seguintes: 80 ou 60 anos para a estrutura (para propriedades principais e outras propriedades, respetivamente); 30 anos para as fachadas; 20 anos para instalações gerais e técnicas; e 10 anos para suportes fixos e mobiliário.

O software é amortizado, conforme o tipo, ao longo de períodos não superiores a 8 anos, no caso do desenvolvimento de infraestruturas, e a 3 ou 5 anos, no caso do software desenvolvido principalmente para fornecer serviços aos clientes.

Os custos de manutenção do software são contabilizados como despesas assim que ocorrem. Contudo, as despesas encaradas como atualização de software ou extensão da sua vida útil são incluídas na aquisição inicial ou custo de produção.

Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis depreciáveis são testados quanto a imparidade se existir indicação de imparidade potencial à data do Balanço. Os ativos não depreciáveis são testados quanto a imparidade pelo menos anualmente, utilizando o mesmo método que para o goodwill afetado a unidades geradoras de caixa.

Se existir indicação de imparidade, a nova quantia recuperável do ativo é comparada com a quantia escriturada. Se for detetada imparidade do ativo, é reconhecida uma perda de imparidade na Demonstração de Resultados. Esta perda é invertida no caso de uma alteração da quantia recuperável estimada, ou se já não houver indicação de imparidade. As perdas de imparidade são levadas à Demonstração de Resultados em “Depreciação, amortização e imparidade de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis”.

Os ganhos e perdas em alienação de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis utilizados em operações são reconhecidos na Demonstração de Resultados, em “Ganhos líquidos de ativos não correntes”.

Os ganhos e perdas em alienação de propriedades de investimento são reconhecidos na Demonstração de Resultados, em “Rendimento de outras atividades” ou “Despesas com outras atividades”.

1.g LOCAÇÕES

As empresas do grupo podem ser o locatário ou o locador num contrato de locação.

1.g.1 Contabilização como locador

As locações contratadas pelo Fortis Bank como locador são categorizadas como locações financeiras ou locações operacionais.

Locações financeiras

Numa locação financeira, o locador transfere de forma substancial todos os riscos e compensações de titularidade de um ativo para o locatário. É tratada como um empréstimo feito ao locatário para financiar a compra do ativo.

O valor presente dos pagamentos da locação, juntamente com o eventual valor residual, é reconhecido como uma conta a receber. O rendimento líquido obtido da locação pelo locador é igual ao valor do juro sobre o empréstimo, sendo levado à Demonstração de Resultados em “Rendimentos de juros”. Os pagamentos da locação são distribuídos ao longo do período do contrato, sendo afetados à redução do capital e aos juros, de modo a que o rendimento líquido reflita uma taxa de retorno constante do investimento líquido pendente na locação. A taxa de juro utilizada é a taxa implícita na locação.

As imparidades individuais e de carteira das contas a receber de locações são determinadas utilizando os mesmos princípios aplicados a outras locações e contas a receber.

Locações operacionais

Uma locação operacional é uma locação na qual, de forma substancial, todos os riscos e compensações de titularidade de um ativo não são transferidos para o locatário.

O ativo é reconhecido como ativo fixo tangível no Balanço do locador, sendo depreciado numa base linear ao longo do período de locação. A quantia depreciável exclui o valor residual do ativo. Os pagamentos da locação são levados pela totalidade à Demonstração de Resultados, numa base de linha reta, ao longo do período de locação. Os pagamentos da locação e o gasto de depreciação são levados à Demonstração de Resultados em “Rendimento de outras atividades” e “Despesas com outras atividades”.

1.g.2 Contabilização como locatário

As locações contratadas pelo Fortis Bank como locatário são categorizadas como locações financeiras ou locações operacionais.

Locações financeiras

Uma locação financeira é tratada como a aquisição de um ativo pelo locatário, financiada por um empréstimo. O ativo locado é reconhecido no Balanço do locatário pelo valor inferior entre o justo valor e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, calculados à taxa de juro implícita na

locação. Um passivo correspondente, igual ao justo valor do ativo locado ou ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, é também reconhecido no Balanço do locatário. O ativo é depreciado utilizando o mesmo método aplicado aos ativos próprios, após a dedução do valor residual do valor inicialmente reconhecido, ao longo da vida útil do ativo. A obrigação de locação é contabilizada pelo custo amortizado.

Locações operacionais

O ativo não é reconhecido no Balanço do locatário. Os pagamentos da locação efetuados por conta de locações operacionais são levados à Demonstração de Resultados do locatário numa base linear, ao longo do período de locação.

1.h ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Quando o Fortis Bank decide vender ativos não correntes e é altamente provável que a venda ocorra no espaço de 12 meses, esses ativos são apresentados separadamente no Balanço, na linha “Ativos não correntes detidos para venda”. Todos os passivos associados a estes ativos são também apresentados separadamente no Balanço, na linha “Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda”.

Quando são classificados nesta categoria, os ativos não correntes e os grupos de ativos e passivos são mensurados pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor menos os custos de venda.

Tais ativos já não são depreciados. Se um ativo ou grupo de ativos e passivos passar a registar imparidades, é reconhecida uma perda de imparidade na Demonstração de Resultados. As perdas de imparidade podem ser invertidas. Quando um grupo de ativos e passivos detidos para venda representa uma linha de negócio principal, é categorizado como uma “unidade operacional descontinuada”. As unidades operacionais descontinuadas incluem operações detidas para venda, operações que foram encerradas e subsidiárias adquiridas exclusivamente para revenda.

Todos os ganhos e perdas relacionados com unidades operacionais descontinuadas são apresentados separadamente na Demonstração de Resultados, na linha “Ganhos/perdas depois de impostos em unidades operacionais descontinuadas e ativos detidos para venda”. Esta linha inclui os lucros ou prejuízos depois de impostos das unidades operacionais descontinuadas, o ganho ou perda depois de impostos resultante da reavaliação pelo justo valor menos os custos de venda e o ganho ou perda depois de impostos com a alienação da unidade operacional.

1.i BENEFÍCIOS DOS COLABORADORES

Os benefícios dos colaboradores são classificados numa de quatro categorias:

- benefícios de curto prazo, tais como o salário, licença anual, planos de incentivos, participação nos lucros e pagamentos adicionais;
- benefícios de longo prazo, incluindo ausências permitidas, prémios de longevidade e outros tipos de remunerações diferidas com base em dinheiro;
- benefícios de cessação de emprego;
- benefícios pós-emprego.

1.i.1 Benefícios de curto prazo

O Fortis Bank reconhece como despesa os serviços que utiliza, prestados por colaboradores em troca de benefícios.

1.i.2 Benefícios de longo prazo

Estes benefícios, não incluindo os benefícios pós-emprego e os benefícios de cessação de emprego, não têm que ser totalmente liquidados no período de 12 meses após os colaboradores terem prestado o serviço associado. Isto está relacionado, especialmente, com a remuneração diferida mais de 12 meses e não ligada ao preço das ações do BNP Paribas, que é acrescida às demonstrações financeiras do período em que é obtida.

As técnicas atuariais utilizadas são semelhantes às utilizadas para benefícios pós-emprego definidos, com exceção dos ganhos e perdas atuariais, reconhecidos imediatamente, tal como o efeito de eventuais emendas de plano

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 71

1.i.3 Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são benefícios dos colaboradores a pagar em resultado de uma decisão do Fortis Bank de cessar um contrato de emprego antes da idade legal de reforma, ou de uma decisão de um colaborador de aceitar a redundância voluntária em troca de um benefício. Os benefícios de cessação de emprego devidos mais de 12 meses após a data do Balanço são descontados.

1.i.4 Benefícios pós-emprego

De acordo com as normas NIRF, o Fortis Bank estabelece uma distinção entre planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

Os planos de contribuição definida não originam uma obrigação para o Fortis Bank, pelo que não requerem uma provisão. O valor das contribuições do empregador a pagar durante o período é reconhecido como uma despesa.

Só os planos de benefícios definidos dão origem a uma obrigação para o Fortis Bank. Esta obrigação tem de ser mensurada e reconhecida como passivo por meio de uma provisão.

A classificação dos planos nestas duas categorias baseia-se na substância económica do plano, que é analisada para determinar se o Fortis Bank tem uma obrigação legal ou implícita de pagar os benefícios acordados aos colaboradores.

As obrigações de benefícios pós-emprego em planos de benefícios definidos são mensuradas utilizando técnicas atuariais que levam em conta pressupostos demográficos e financeiros.

O valor da obrigação reconhecida como passivo é mensurado com base nos pressupostos atuariais aplicados pelo Fortis Bank, utilizando o método da unidade de crédito projetada. Este método leva em conta diversos parâmetros, tais como pressupostos demográficos, a probabilidade de os colaboradores deixarem a empresa antes da idade da reforma, a inflação sobre os salários, uma taxa de desconto e a taxa de inflação geral. O valor de todos os ativos do plano é deduzido do valor da obrigação.

Quando o valor dos ativos do plano excede o valor da obrigação, um ativo é reconhecido se representar um benefício económico futuro para o Fortis Bank, sob a forma de uma redução das contribuições futuras ou de um futuro reembolso parcial dos valores pagos para o plano.

O valor da obrigação num plano e o valor dos ativos do plano poderão apresentar flutuações significativas de um período para outro devido a alterações dos pressupostos atuariais, originando assim ganhos e perdas atuariais. O Fortis Bank aplica o método do “corridor” na contabilização de ganhos e perdas atuariais. De acordo com este método, é permitido ao Fortis Bank reconhecer, a partir do período seguinte e ao longo das vidas médias de serviço remanescente dos colaboradores, apenas a parte dos ganhos e perdas atuariais que exceda o maior valor entre (i) 10% do valor presente da obrigação bruta de benefícios definidos, ou (ii) 10% do justo valor dos ativos do plano, no final do período anterior.

À data da primeira adoção o Fortis Bank optou pela isenção permitida ao abrigo da norma NIRF 1, segundo a qual todos os ganhos e perdas atuariais não amortizados em 1 de Janeiro de 2004 são reconhecidos como uma dedução do capital àquela data.

Os efeitos das emendas ao plano sobre o custo de serviços passados são reconhecidos em lucros ou perdas ao longo de todo o período de aquisição dos benefícios emendados.

A despesa anual reconhecida na Demonstração de Resultados, em “Salários e benefícios de colaboradores”, relativamente a planos de benefícios definidos, inclui o custo corrente do serviço (os direitos conferidos a cada colaborador durante o período, em troca do serviço prestado), o custo dos juros (o efeito de descontar a obrigação), o retorno esperado dos ativos do plano, a amortização dos ganhos e perdas atuariais e o custo de serviços passados resultante de emendas do plano, e o efeito de eventuais reduções ou liquidações do plano.

72| Fortis Bank Relatório Anual 2011

1.j PAGAMENTO COM BASE EM ACÇÕES

As transações de pagamento baseadas em ações constituem pagamentos com base em ações emitidas pelo BNP Paribas, independentemente da transação ser liquidada sob a forma de capital ou em dinheiro, cujo montante se baseia nas tendências de valorização das ações do BNP Paribas.

O Fortis Bank optou por aplicar a norma NIRF 2 a todas as opções sobre ações e ações sujeitas a restrições em circulação à data de 1 de Janeiro de 2004, e a todas as opções emitidas após essa data.

São concedidos aos colaboradores planos de subscrição de ações e planos de remuneração com base em ações diferidas, sendo ainda oferecida a possibilidade de subscrição de ações do BNP Paribas especialmente emitidas com desconto, na condição de serem retidas por um período de tempo especificado.

1.j.1 Planos de opções sobre ações e atribuição de ações

As despesas relacionadas com os planos de opções sobre ações e atribuição de ações são reconhecidas ao longo do período de aquisição, se o benefício estiver condicionado à continuação do emprego do beneficiário.

A despesa relativa a opções sobre ações e atribuição de ações é registada em Salários e benefícios de colaboradores, e a respetiva entrada a crédito é levada ao capital social. É calculada com base no valor global do plano, determinado à data da concessão pelo Conselho de Administração.

Na ausência de mercado para estes instrumentos, são utilizados modelos de valorização financeira que levam em conta as condições de desempenho eventualmente relacionadas com o preço das ações do BNP Paribas. A despesa total de um plano é determinada multiplicando o valor unitário por opção ou ação concedida pelo número estimado de opções ou ações concedidas que serão adquiridas no final do período de aquisição, levando em conta as condições relativas à continuação do emprego do beneficiário.

Os únicos pressupostos revistos durante o período de aquisição, e resultantes numa reavaliação da despesa, são os relacionados com a probabilidade dos colaboradores deixarem o Fortis Bank e com as condições de desempenho que não se encontrem ligadas ao valor das ações do BNP Paribas.

1.j.2 Subscrições ou aquisições de ações oferecidas aos colaboradores no âmbito do plano de poupança da empresa

As subscrições ou aquisições de ações oferecidas aos colaboradores no âmbito do plano de poupança da empresa, a cotações inferiores às do mercado ao longo de um período especificado, não incluem um período de aquisição. Contudo, a lei proíbe os colaboradores de venderem ações adquiridas no âmbito deste plano durante um período de cinco anos. Esta restrição é levada em conta na mensuração do benefício dos colaboradores, que é reduzido de acordo com a mesma. Por esse motivo, o benefício é igual à diferença, na data em que o plano é anunciado aos colaboradores, entre o justo valor da ação (após aplicar a restrição sobre a venda) e o preço de aquisição pago pelo colaborador, multiplicado pelo número de ações adquiridas.

O custo do período obrigatório de manutenção de cinco anos é equivalente ao custo de uma estratégia envolvendo a venda a prazo de ações subscritas no momento do aumento de capital reservado para colaboradores, e à aquisição em numerário de um número equivalente de ações do BNP Paribas no mercado, financiada por um empréstimo reembolsado, no final de um período de cinco anos, com os ganhos obtidos com a transação de venda a prazo. A taxa de juro do empréstimo é a taxa que seria aplicada a um empréstimo genérico a cinco anos contraído por um indivíduo com um perfil de risco médio. O preço da venda a prazo das ações é determinado com base nos parâmetros do mercado.

1.k PROVISÕES REGISTADAS COMO PASSIVOS

As provisões registadas como passivos (excluindo as relacionadas com instrumentos financeiros, benefícios dos colaboradores e contratos de seguros) encontram-se principalmente relacionadas com a reestruturação, sinistros e contencioso, multas e penalizações e riscos de imposto.

É reconhecida uma provisão quando é provável que seja necessária uma saída de recursos envolvendo benefícios económicos para liquidar um a obrigação resultante de um evento passado, e seja possível estimar de forma fiável o valor da obrigação. O valor de tais obrigações é descontado, quando o impacto do desconto for significativo, de modo a determinar o valor da provisão.

1.l IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O encargo com impostos correntes é determinado com base na legislação fiscal e taxas de imposto em vigor em cada país em que o Fortis Bank opera, durante o período em que o rendimento é gerado.

São reconhecidos impostos diferidos quando surgem diferenças temporárias entre a quantia escriturada de um ativo ou passivo no Balanço e a sua base fiscal.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção de:

- diferenças temporárias tributáveis aquando do reconhecimento inicial do goodwill;
- diferenças temporárias tributáveis em investimentos em empresas sob controlo exclusivo ou conjunto do Fortis Bank, em que o Fortis Bank consegue controlar o momento da inversão da diferença temporária e em que é provável que esta não seja invertida no futuro previsível.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e reporte de perdas fiscais não utilizadas, apenas na medida em que seja provável que a entidade em questão venha a gerar lucros tributáveis no futuro contra os quais estas diferenças temporárias e perdas fiscais possam ser compensadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados utilizando o método do passivo, à taxa de imposto que se espera seja aplicada ao período em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e legislação fiscal que tenham vigorado ou venham a vigorar à data do Balanço desse período. Não são descontados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando surgem no âmbito de uma opção fiscal do grupo, sob a jurisdição de uma única autoridade fiscal, existindo um direito legal à compensação.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou despesa fiscal na Demonstração de Resultados, com exceção dos impostos diferidos relacionados com ganhos ou perdas não realizados em ativos disponíveis para venda ou com alterações do justo valor dos instrumentos designados como coberturas de fluxos de caixa, que são levados ao capital social.

Quando são utilizados créditos fiscais sobre títulos e rendimentos de contas a receber para liquidar o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas a pagar no período, os créditos fiscais são reconhecidos na mesma linha que o rendimento com que se encontram relacionados. A despesa fiscal correspondente continua a ser transportada na Demonstração de Resultados, em “Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas”.

1.m DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

O balanço de caixa e equivalentes é composto pelo balanço líquido das contas de caixa e contas junto de bancos centrais e bancos postais, e o balanço líquido dos empréstimos e depósitos à ordem interbancários.

74| Fortis Bank Relatório Anual 2011

As alterações de caixa e equivalentes relacionadas com atividades operacionais refletem fluxos de caixa gerados pelas operações do Fortis Bank, incluindo fluxos de caixa relacionados com propriedades de investimento, ativos financeiros detidos até à maturidade e certificados de depósito negociáveis.

As alterações de caixa e equivalentes relacionadas com atividades de investimento refletem fluxos de caixa resultantes de aquisições e alienações de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos incluídos no grupo consolidado, bem como aquisições e alienações de ativos fixos tangíveis, excluindo propriedades de investimento e propriedades detidas sob locação operacional.

As alterações de caixa e equivalentes relacionadas com atividades de financiamento refletem as entradas e saídas de caixa resultantes de transações com acionistas, fluxos de caixa relacionados com obrigações e dívida subordinada e títulos de dívida (excluindo certificados de depósito negociáveis).

1.n UTILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das demonstrações financeiras exige que os gestores das atividades principais e funções da empresa estabeleçam pressupostos e estimativas refletidos na mensuração do rendimento e despesas na Demonstração de Resultados, e dos ativos e passivos no Balanço, bem como na divulgação de informações nas notas às demonstrações financeiras.

Isto exige que os gestores em questão julguem e utilizem as informações disponíveis à data da preparação das demonstrações financeiras, ao efetuarem as suas estimativas. Os resultados futuros efetivos das operações em relação às quais os gestores utilizam as estimativas poderão, na realidade, diferir significativamente dessas estimativas, principalmente no que respeita às condições de mercado. Isto poderá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Isto aplica-se, em especial, a:

- perdas de imparidade reconhecidas para cobrir riscos de crédito inerentes às atividades de intermediação bancária;
- utilização de modelos desenvolvidos internamente para mensurar posições em instrumentos financeiros não cotados nos mercados ativos;
- cálculos do justo valor dos instrumentos financeiros não cotados, classificados em “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou perdas” ou “Passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou perdas” e, de forma mais geral, cálculos do justo valor de instrumentos financeiros sujeitos a um requisito de divulgação do justo valor;
- se um mercado é ativo ou inativo para fins de utilização de uma técnica de valorização;
- perdas de imparidade em ativos financeiros de rendimento variável, classificados como “disponíveis para venda”;
- testes de imparidade efetuados no goodwill e em ativos intangíveis;
- testes de imparidade sobre os investimentos feitos nas associadas no capital
- adequação da designação de determinados instrumentos derivados, como as coberturas de fluxos de caixa, e a mensuração da eficácia da cobertura;
- estimativas do valor residual dos ativos locados sob locações financeiras ou operacionais e, de forma mais geral, de ativos cuja depreciação seja contabilizada pelo valor líquido do seu valor residual estimado;
- mensuração das provisões para contingências e encargos.

É também o caso para os pressupostos aplicados na avaliação da sensibilidade de cada tipo de risco de mercado e da sensibilidade das valorizações de parâmetros não observáveis.

2 NOTAS À CONTA DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

2.a Rendimentos líquidos de juros

O Fortis Bank inclui nos “rendimentos de juros” e nos “custos de juros” todos os rendimentos e custos dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado (juros, taxa s/comissões, custos de transação) e dos instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor que não se enquadram na definição de instrumento derivado. Estas quantias são calculadas pelo método do juro efetivo. As alterações, expressas em justo valor, relativamente a instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos (com exclusão dos juros acumulados) são reconhecidas em “Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos”.

Os rendimentos e custos de juros relativamente a instrumentos derivados, contabilizados como coberturas ao justo valor, são incluídos com as receitas geradas pela rubrica coberta. Analogamente, os rendimentos e custos de juros emergentes de instrumentos derivados utilizados para cobrir transações designadas ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, são afetados às mesmas contas que os rendimentos e custos de juros relacionados com as transações subjacentes.

	Anual a 31 de Dez. de 2011			Anual a 31 de Dez. de 2010		
	Rendimentos	Custos	Líquidos	Rendimentos	Custos	Líquidos
Em milhões de euros						
Rubricas de clientes	5.516	(2.326)	3.190	4.492	(1.879)	2.613
Depósitos, empréstimos concedidos e contraídos	5.465	(2.259)	3.206	4.379	(1.772)	2.607
Acordos de recompra	38	(67)	(29)	113	(107)	6
Locações financeiras	13		13			
Rubricas interbancárias	559	(416)	143	1.215	(1.252)	(37)
Depósitos, empréstimos concedidos e contraídos	546	(341)	205	1.150	(1.155)	(5)
Acordos de recompra	13	(75)	(62)	65	(97)	(32)
Títulos de dívida emitidos		(867)	(867)		(1.130)	(1.130)
Fluxos de caixa de instrumentos de cobertura	206	(149)	57	1		1
Instrumentos de cobertura de carteiras de taxa de juro	449	(452)	(3)	113	(6)	107
Carteira de negociação	420	(494)	(74)	276	(306)	(30)
Títulos de rendimento fixo	107		107	97		97
Acordos de recompra	233	(217)	16	57	(77)	(20)
Empréstimos concedidos/contraídos	80	(247)	(167)	122	(205)	(83)
Títulos de dívida		(30)	(30)		(24)	(24)
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.501		1.501	2.021		2.021
Ativos financeiros detidos até à maturidade	215		215	116		116
TOTAL DOS RENDIMENTOS/(CUSTOS) DE JUROS	8.866	(4.704)	4.162	8.234	(4.573)	3.661

Os rendimentos de juros sobre empréstimos com imparidades cifraram-se em 35 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011 e em 37 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2010.

76| Fortis Bank Relatório Anual 2011

2.b Rendimentos e custos de comissões

Os rendimentos e custos líquidos de comissões para o exercício findo em 31 de Dezembro são especificados no quadro abaixo:

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Anual a 31 de Dez. de 2011

Anual a 31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Garantias, compromissos e operações de crédito	206	159
Serviços de pagamento	255	219
Títulos e operações com derivativos	190	245
Gestão de ativos	411	429
Seguros	275	277
Intermediários	(159)	(170)
Outros	62	(4)
TOTAL DE RENDIMENTOS E CUSTOS DE COMISSÕES LÍQUIDOS	1.240	1.155

2.c Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos

Os ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor incluem todas as rubricas de lucros e prejuízos relacionadas com instrumentos financeiros geridos na carteira de negociação e com instrumentos financeiros (incluindo dividendos) que o Fortis Bank designou ao justo valor através dos lucros ou prejuízos ao abrigo da opção de justo valor, à exceção dos rendimentos e custos de juros que são reconhecidos em "Rendimentos líquidos de juros" (Nota 2.a).

Anual a 31 de Dez. de 2011

Anual a 31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Carteira de negociação	(573)	(132)
Instrumentos de dívida	(155)	(103)
Instrumentos de capital	(413)	(42)
Outros derivativos	(3)	5
Acordos de recompra	(2)	8
Instrumentos financeiros designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	786	294
Impacto da contabilização de coberturas	(49)	38
Instrumentos de cobertura	(750)	(243)
Rubricas cobertas por coberturas ao justo valor	701	281
Remensuração das posições cambiais	145	120
TOTAL	309	320

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 77

2.d Ganhos/perdas líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não mensurados pelo justo valor

Anual a 31 de Dez. de 2011

Anual a 31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Empréstimos e valores a receber, títulos de rendimento fixo¹	(47)	40
Ações e outros títulos de rendimento variável	11	32

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Rendimentos de dividendos	11	28
Aditamentos a provisões para imparidades	(26)	(19)
Ganhos líquidos de alienações	26	23
TOTAL	(36)	72

¹ Os rendimentos de juros de títulos de rendimento fixo disponíveis para venda são incluídos em "Rendimentos líquidos de juros" (Nota 2.a) e as perdas por imparidades relacionadas com potenciais incumprimentos de emitentes são incluídas em "Custos do risco" (Nota 2.f).

Os ganhos e perdas não realizados, anteriormente registados em "Alterações de ativos e passivos reconhecidos diretamente no capital social" e transferidos para rendimentos antes de impostos, cifraram-se em 81 milhões de euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 em comparação com um ganho de 187 milhões de euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2.e Rendimentos líquidos de outras atividades

	Anual a 31 de Dez. de 2011			Anual a 31 de Dez. de 2010		
	Rendimentos	Custos	Líquidos	Rendimentos	Custos	Líquidos
Em milhões de euros						
Rendimentos líquidos de atividades de seguros		(14)	(14)			
Rendimentos líquidos de propriedade de investimento	16	(4)	12	15	(2)	13
Rendimentos líquidos de ativos detidos ao abrigo de locações operacionais	1		1	145	(28)	117
Outros rendimentos e custos	82	(23)	59	51	(10)	41
RENDIMENTOS TOTAIS LÍQUIDOS DE OUTRAS ACTIVIDADES	99	(41)	58	211	(40)	171

2.f Custos do risco

Os custos do risco representam o total líquido de perdas por imparidades reconhecido relativamente aos riscos de crédito inerentes às atividades de intermediação bancária, acrescido de perdas por imparidades em caso de riscos de contrapartes conhecidos relativamente a instrumentos financeiros de balcão (OTC).

Custos do risco no período

	Anual a 31 de Dez. de 2011	Anual a 31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Acréscimos líquidos às provisões para imparidades	(1.046)	(30)
Recuperações em empréstimos e valores a receber previamente amortizados	19	34
Empréstimos e valores a receber irrecuperáveis não cobertos por provisões para imparidades	(125)	(1)
TOTAL DE CUSTOS DO RISCO NO PERÍODO	(1.152)	3
<i>dos quais perdas sobre a dívida soberana grega¹</i>	<i>(866)</i>	<i>72</i>

Custos do risco no período por tipo de ativo

	Anual a 31 de Dez. de 2011	Anual a 31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Empréstimos e contas a receber de instituições de crédito	7	9
Empréstimos e contas a receber de clientes ¹	(877)	(54)
Ativos financeiros disponíveis para venda ¹	(146)	69
Ativos financeiros detidos até à maturidade ¹	(116)	
Instrumentos financeiros sobre atividades bolsistas	(57)	
Outros ativos	2	24
Compromissos não contabilizados no balanço e outras rubricas	35	(45)
TOTAL DE CUSTOS DO RISCO NO PERÍODO	(1.152)	3

¹ Os encargos de provisionamento em relação à dívida soberana grega resultam da libertação para o rendimento da alteração no valor dos títulos reconhecidos em capital na data em que tais títulos foram reclassificados como empréstimos e créditos a receber (ver nota 8.h 'Exposição ao risco da dívida soberana'), ou seja (144) milhões de Euros, e do provisionamento adicional assumindo uma perda de 75%.

Provisões para imparidades: riscos de crédito

Movimentos nas provisões para imparidades durante o período:

	Anual a 31 de Dez. de 2011	Anual a 31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
TOTAL DE PROVISÕES PARA IMPARIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	4.700	5.455
Operações descontinuadas		1.057
TOTAL DE PROVISÕES PARA IMPARIDADES DE OPERAÇÕES EM CURSO NO INÍCIO DO PERÍODO	4.700	4.398

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Acréscimos líquidos às provisões para imparidades	1.046	31
Utilização de provisões para imparidades	(305)	(192)
Efeitos de movimentos cambiais e outras rubricas	(1.100)	464
TOTAL DE PROVISÕES PARA IMPARIDADES DE OPERAÇÕES EM CURSO		
NO FIM DO PERÍODO	4.341	4.700

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 79

Provisões para imparidades por tipo de ativo:

	Anual a 31 de Dez. de 2011	Anual a 31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Imparidade de ativos		
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito (Nota 5.f)	266	339
Empréstimos e valores a receber de clientes (Nota 5.g)	3.642	3.462
Instrumentos financeiros sobre atividades bolsistas	57	
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5.c)	37	429
Ativos financeiros detidos até à maturidade	116	
Outros ativos	11	116
TOTAL DE PROVISÕES PARA IMPARIDADES ATIVOS FINANCEIROS	4.129	4.346
Provisões reconhecidas como passivos		
Provisões para compromissos não contabilizados no balanço		
- a instituições de crédito		
- a clientes	199	307
Outras rubricas sujeitas a provisões	13	47
TOTAL DE PROVISÕES RECONHECIDAS COMO PASSIVOS	212	354
TOTAL DE PROVISÕES PARA IMPARIDADES	4.341	4.700

2.g Imposto sobre o rendimento das empresas

	Anual a 31 de Dez. de 2011		Anual a 31 de Dez. de 2010	
Reconciliação dos custos com o imposto sobre rendimento para os custos fiscais teóricos à taxa normal na Bélgica	Em milhões de euros	Em %	Em milhões de euros	Em %
Custos com o imposto sobre o rendimento das empresas à taxa normal na Bélgica	(264)	33.99%	(430)	33.99%
Efeito diferencial nas taxas de imposto aplicáveis a entidades estrangeiras	26	(3.3%)	90	(7.0%)
Efeito dos dividendos e alienações de ativos tributados a uma taxa reduzida	14	(1.8%)	14	(1.1%)
Efeitos fiscais associados à capitalização de perdas fiscais escrituradas e diferenças temporárias anteriores	183	(23.6%)	158	(12.3%)
Efeitos fiscais da utilização de perdas fiscais não capitalizadas	11	(1.4%)	10	(0.8%)
Outras rubricas	(50)	6.4%	(41)	3.2%
Custos com o imposto sobre o rendimento das empresas	(80)	10.3%	(199)	16.0%
<i>Dos quais</i>				
<i>Custos fiscais correntes para o período até 31 de Dezembro</i>	<i>(127)</i>		<i>(90)</i>	
<i>Custos de impostos diferidos para o período até 31 de Dezembro (nota 5.j)</i>	<i>47</i>		<i>(109)</i>	

3 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

A organização, modelo operacional e estrutura de governação do Fortis Bank foram significativamente alterados após a aquisição de uma participação de 75% no Fortis Bank pelo BNP Paribas e o início do projeto de integração, cristalizado no plano industrial. Estas alterações também tiveram um forte impacto na forma de avaliar o desempenho e afetar recursos dos segmentos e no formato e conteúdo do reporte por segmentos apresentado pelo Fortis Bank.

Considera-se que, no âmbito legal e de regulação (“perímetro controlado”) do Fortis Bank, a natureza e efeitos financeiros das atividades de negócio em que se envolve e os ambientes económicos em que opera são melhor refletidos através de segmentos operacionais baseados em componentes geográficos:

- Fortis Bank na Bélgica
- Fortis Bank no Luxemburgo
- Outros países.

Um segmento operacional é um componente de uma entidade que exerce atividades comerciais com as quais pode obter receitas e gerar custos, cujos resultados operacionais são periodicamente analisados pelo responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade (CODM) com vista a tomar decisões sobre recursos a afetar ao segmento e a avaliar o seu desempenho e para os quais estão disponíveis informações financeiras discretas.

O Conselho de Administração do Fortis Bank é considerado, no contexto da NIRF 8, Segmentos Operacionais, o CODM, supervisionando conjuntamente as atividades, desempenho e recursos do Fortis Bank.

O Fortis Bank, como muitas outras empresas com operações variadas, organiza e reporta as informações financeiras ao CODM de várias formas.

As atividades combinadas do Fortis Bank na Bélgica, Luxemburgo e noutros países estão a ser integradas no modelo operacional global do BNP Paribas. Esta integração das atividades do Fortis Bank na estrutura organizacional das atividades e funções de suporte do BNP Paribas garante que existem as alavancas adequadas para implementar de forma eficaz a estratégia do grupo BNP Paribas em todas as entidades que fazem parte do Fortis Bank.

Contudo, o grupo Fortis Bank e as entidades legais que fazem parte deste grupo têm de continuar a exercer o controlo de gestão sobre todo o âmbito legal e de regulação, o chamado “perímetro controlado”, incluindo o estabelecimento das estruturas de governação e processos de controlo adequados.

No âmbito desta estrutura organizacional, com a presença de acionistas minoritários significativos, e no contexto do âmbito de regulação (“perímetro controlado”) do Fortis Bank, os segmentos operacionais baseados em áreas geográficas e ambientes de regulação encontram-se mais em linha com os princípios e critérios chave de determinação dos segmentos operacionais, conforme definidos nas NIRF 8, Segmentos Operacionais.

A base de segmentação mudou desde as Demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, induzida pela aplicação do processo de integração no grupo BNP Paribas e do respetivo plano industrial, a nível dos requisitos decorrentes do “perímetro controlado”, incluindo a criação de estruturas de governação adaptadas e de processos de controlo e reporte.

As transações entre segmentos processam-se em termos comerciais normais, como acontece com partes não relacionadas.

Os lucros ou prejuízos dos segmentos, os seus ativos e passivos, são preparados em conformidade com as políticas contabilísticas adotadas para preparar e apresentar as Demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank, porque esta é a medida utilizada nos reportes ao CODM.

3.a Segmentos operacionais

Fortis Bank na Bélgica

Sob o nome comercial BNP Paribas Fortis, o Fortis Bank oferece um vasto pacote de serviços financeiros para clientes particulares, por conta própria, profissionais e PME. O Banco também oferece soluções personalizadas para clientes particulares, empresas, instituições públicas e financeiras com elevado valor líquido, apoiadas no know-how e rede internacional proporcionados pela sua empresa-mãe, o BNP Paribas.

No segmento de Retail & Private Banking (RPB), o Fortis Bank está solidamente implantado, servindo 3,7 milhões de clientes de retalho, profissionais, PME e clientes de private banking. Tem uma presença muito forte no mercado local, graças a uma ampla rede de sucursais com mais de 1.000 pontos de venda e a outros canais, designadamente, caixas ATM, Internet e telefone. O Fortis Bank exerce as suas atividades de retalho sob três nomes comerciais complementares: BNP Paribas Fortis, o principal, Fintro e Banque de la Poste (Bank van De Post).

No segmento Empresas e entidades públicas, o Corporate & Public Bank, Belgium (CPBB) oferece uma gama completa de serviços financeiros locais e internacionais às empresas, entidades públicas e autoridades locais belgas. A oferta inclui produtos bancários internos, capacidades financeiras especializadas e títulos, seguros e serviços imobiliários. As capacidades incluem serviços de transações especializados, gestão de caixa, factoring e locação financeira, bem como fusões e aquisições e atividades no mercado de capitais. Uma equipa central de banqueiros empresariais, gestores de relações com os clientes e técnicos especializados garante a proximidade do Fortis Bank com o mercado. Esta equipa, em combinação com a rede europeia de centros de negócios gerida no âmbito do segmento Corporate & Investment Banking, permitem ao Banco oferecer uma gestão comercial unificada aos seus clientes belgas, a nível local e no estrangeiro.

No segmento Empresas e Investimento, o Corporate & Investment Banking (CIB) oferece aos clientes (na Bélgica e na Europa) um acesso completo à carteira de produtos CIB do BNP Paribas, constituída por seis linhas de negócio: Capital Markets (mercados de capitais), Structured Finance (produtos de financiamento estruturado), Corporate Finance (soluções de financiamento para as empresas), Private Equity, Institutional Banking Group Europe (banca institucional) e Corporate & Transaction Banking Europe (transações societárias).

No sector dos seguros, o Fortis Bank coopera estreitamente com a AG Insurance, que lidera o mercado belga.

Fortis Bank no Luxemburgo

O BGL BNP Paribas é um dos principais bancos em atividade no mercado financeiro luxemburguês. Deu um contributo significativo para a emergência do país como um importante centro financeiro internacional e está profundamente enraizado na vi da económica, cultural, desportiva e social do Luxemburgo.

Na sua qualidade de parceiro solidamente comprometido com a economia nacional, o BGL Paribas oferece uma gama de produtos particularmente vasta no mercado, destinados ao público em geral e aos clientes profissionais e institucionais. O Banco é o principal fornecedor de serviços para

profissionais e PME do Luxemburgo e o segundo maior prestador de serviços para clientes particulares. Lidera igualmente o segmento de venda de seguros (bancassurance), com ofertas combinadas de serviços bancários e de seguro.

Outros países

O segmento “outros países” cobre todas as atividades exercidas pelo Fortis Bank fora dos seus mercados internos, Bélgica e Luxemburgo.

Na Polónia, o BNP Paribas Bank Polska SA possui uma rede de 227 sucursais e 2.700 colaboradores, com quase 400.000 clientes, a maioria dos quais no segmento da banca de retalho. O BNP Paribas Bank Polska SA detém 100% das ações das suas filiais: uma empresa de gestão de ativos, a ‘Towarzystwo Fund uszy Inwestycyjnych BNP Paribas Polska SA’, e a Fortis Lease Polska Sp. z o.o., uma empresa de locação financeira que, em cooperação com o banco, oferece locação de ativos fixos, incluindo bens imobiliários, meios de transporte, máquinas para a construção e equipamento especializado para a indústria. Através das filiais especializadas do Grupo BNP Paribas, são fornecidos outros serviços tais como serviços relacionados com títulos, seguros, locação financeira e gestão de frotas.

82| Fortis Bank Relatório Anual 2011

O BNP Paribas Fortis opera na Turquia através do TEB, no qual tem uma participação de 44,58%. Este é o resultado da fusão entre o Fortis Bank Turkey e o TEB A.Ş., a qual ocorreu a 14 de Fevereiro de 2011. O banco resultante da fusão é o nono maior do sector bancário turco, em termos de quota de mercado de empréstimos e depósitos. A Banca de Retalho oferece cartões de débito e crédito, empréstimos hipotecários, empréstimos pessoais e produtos de investimento e seguros, distribuídos por 294 sucursais e através da internet, telefone e ‘mobile banking’. Os serviços bancários empresariais incluem financiamento de transações internacionais, gestão de caixa e ativos, serviços de crédito, cobertura cambial, risco de juro e mercadorias, factoring e locação financeira. Através dos departamentos comercial e de pequenas e médias empresas, o Banco oferece uma gama completa de serviços bancários às PMEs.

As sucursais do Fortis Bank SA/NV situadas fora da Bélgica também são apresentadas no segmento “Outros países”.

3.b Informações por segmentos operacionais

Rendimentos por segmentos operacionais

Em milhões de euros	Anual a 31 de Dez. de 2011				Anual a 31 de Dez. de 2010			
	Fortis Bank na Bélgica	Fortis Bank no Luxemburgo	Outros países	Total	Fortis Bank na Bélgica	Fortis Bank no Luxemburgo	Outros países	Total
Receitas	3.773	878	1.082	5.733	3.634	839	906	5.379
Custos operacionais	(2.782)	(415)	(659)	(3.856)	(3.229)	(432)	(465)	(4.126)
Custos do risco	(929)	(157)	(66)	(1.152)	53	(22)	(28)	3
Rendimentos operacionais	62	306	357	725	458	385	413	1.256
Rubricas não operacionais	(243)	32	15	(60)	87	34	2	123
Rendimentos antes de impostos	(181)	338	508	665	545	419	415	1.379

Ativos e passivos por segmentos operacionais

Em milhões de euros	Anual a 31 de Dez. de 2011				Anual a 31 de Dez. de 2010			
	Fortis Bank na Bélgica	Fortis Bank no Luxemburgo	Outros Países	Total	Fortis Bank na Bélgica	Fortis Bank no Luxemburgo	Outros Países	Total
Em milhões de euros	Fortis Bank na Bélgica	Fortis Bank no Luxemburgo	Outros países	Total	Fortis Bank na Bélgica	Fortis Bank no Luxemburgo	Outros países	Total
Ativos	284.966	29.496	31.717	346.179	270.591	35.376	42.000	347.967
<i>dos quais goodwill de aquisições no exercício</i>	2		167	169				
<i>dos quais investimentos em associadas e joint ventures</i>	2.655	453	1.033	4.141	3.196	509	749	4.454
Passivos	274.264	24.894	27.740	326.898	260.617	30.530	37.218	328.365

4 GESTÃO DO RISCO E ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

Introdução

As informações apresentadas neste capítulo refletem os riscos do Fortis Bank. Fornecem uma descrição abrangente da organização da gestão do risco do Fortis Bank, bem como uma vista geral quantitativa e qualitativa da exposição do Fortis Bank ao risco no final do ano de 2011.

As medidas de risco do Fortis Bank são apresentadas em conformidade com os princípios do Pilar 3 do Acordo de Basileia II. Estes riscos são calculados utilizando métodos aprovados pelo regulador belga para o sector bancário, ou seja o Banco Nacional da Bélgica (NBB) e, até Março de 2011, a CBFA (Comissão Bancária, Financeira e de Seguros), e são mensurados e geridos tão consistentemente quanto possível com metodologia de gestão de risco do Grupo BNP Paribas.

O Documento de Registo e o Relatório Financeiro Anual de 2011 do BNP Paribas fornecem mais informações sobre a abordagem do Grupo BNP Paribas à mensuração e gestão dos riscos decorrentes do exercício de atividades bancárias.

4.a Organização da gestão do risco

4.a.1 Missão e organização

A gestão do risco é crucial na atividade bancária. No BNP Paribas, os métodos e procedimentos operacionais implantados na organização estão direcionados para abordar esta questão com eficácia. O processo é supervisionado principalmente pelo Departamento de gestão de risco do Grupo (GRM), a quem cabe a responsabilidade de mensurar e controlar os riscos a nível do Grupo. O GRM é independente das divisões, linhas de negócio e territórios e reporta diretamente à Administração executiva do Grupo. O Departamento de conformidade do Grupo monitoriza o risco operacional e de reputação no quadro das suas responsabilidades de controlo permanente.

Os princípios orientadores da missão e organização do Departamento de Risco do Fortis Bank estão em consonância:

- com a missão da Gestão de Risco do Grupo (GRM) do BNP Paribas, que consiste em:
 - Alertar a administração do Banco para o apetite e política de risco;
 - Fornecer um “segundo par de olhos”, para garantir que os riscos assumidos pelo Banco estão alinhados com as suas políticas e são compatíveis com os seus objetivos de rentabilidade e solvência;
 - Reportar e alertar a administração do Banco, as chefias das principais atividades e o comité especial do Conselho de Administração sobre o estado dos riscos a que o Banco está exposto;
 - Garantir a conformidade com as regulamentações bancárias na área de risco, em cooperação com outras Funções do Grupo relevantes.
- e com os seus princípios organizacionais:

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

- Uma única entidade de risco integrada, responsável pelos aspetos do risco transversais a todas as atividades;
- independente da gestão das linhas de negócio;
- Organizada com linhas de reporte locais e globais (princípio matricial)

84| Fortis Bank Relatório Anual 2011

O Departamento de Risco do Fortis Bank está integrado na função GRM do BNP Paribas desde Novembro de 2009. O Diretor de Risco (Chief Risk Officer – CRO) do Fortis Bank é membro da Comissão Executiva e reporta também para o Diretor de Gestão de Risco do Grupo do BNP Paribas. O CRO não tem vínculo hierárquico com os diretores dos negócios ou países. Esta estrutura foi concebida para:

- garantir um controlo objetivo do risco;
- garantir a prestação de informações rápidas, objetivas e completas no caso de risco acrescido;
- manter um só conjunto de normas de gestão de risco de elevada qualidade para todo o Banco;
- garantir que os profissionais de risco implementam e desenvolvem métodos e procedimentos de excecional qualidade, em consonância com as boas práticas dos concorrentes internacionais.

O CRO chefia as diferentes Funções de risco:

- a entidade Risk Information, Modelling & Reporting (informação, modelação e reporte do risco) é responsável pelo programa Basileia II, modelação de crédito, certificação de modelos, arquitetura empresarial, desempenho do risco, reporte de crédito, análise estratégica do risco, provisionamento e risco de país.
- a entidade Risk Investments and Capital Markets (risco dos investimentos e mercados) tem o papel de fornecer com total transparência uma análise dinâmica da monitorização do risco de mercado, do risco de liquidez e do risco de contraparte, assim como do risco de crédito de instituições financeiras e de mutualistas soberanos.
- a entidade Credit Risk Retail & Private Banking Belgium (risco de crédito retalho e private banking Bélgica) é responsável pelo risco de crédito nos segmentos do retalho e private banking do mercado interno.
- a função Corporate Credit Risk (risco de crédito empresarial) é responsável pela gestão dos riscos de crédito decorrentes das atividades no domínio da banca comercial e relacionadas com empresas e entidades públicas na Bélgica, bem como no domínio da banca empresarial e de investimento.
- a entidade Strategy & Organisation (estratégia e organização) é responsável pelo controlo operacional permanente (garantindo um segundo nível de controlo da função de risco e da continuidade do negócio), pelo Risk Operating Office (Gabinete operacional de risco) (que coordena as funções de apoio não essenciais), pelos projetos de gestão da mudança e pela área de Comunicação.

Fora da Bélgica, e em consonância com as linhas de reporte locais e globais existentes, os CRO das empresas que permanecem no perímetro do Fortis Bank reportam ao CRO do Fortis Bank para garantir a devida conformidade com as regras internas e externas.

O princípio de gestão fundamental do risco do Banco (que cubra todos os tipos de risco: de crédito, de mercado, de contraparte, de liquidez, etc.) é a defesa dupla, conforme descrita na política de risco do BNP Paribas-Fortis analisada pela Comissão Executiva e pela Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade.

A responsabilidade principal pelo risco cabe aos negócios (primeira linha de defesa), a quem compete a aprovação, monitorização e gestão dos riscos decorrentes do exercício das suas atividades.

A Função Risco contribui, como um segundo par de olhos, para ajudar a garantir que os riscos assumidos pelo Banco estão em conformidade e são compatíveis com as suas políticas, pelo que representa a segunda linha de defesa, em consonância com a missão acima referida. Presta um forte contributo para a

tomada de decisão conjunta com os negócios em causa e reforça a ênfase na monitorização e controlos do risco.

4.a.2 Comissões de Risco do Fortis Bank

Estrutura das Comissões de Risco do Fortis Bank

Comissões de Risco

- Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade (ARCC) do Fortis Bank: a função da ARCC é a de assistir a Administração no cumprimento das responsabilidades de supervisão e monitorização relativamente ao controlo interno, no sentido mais lato, no âmbito do Fortis Bank, incluindo a estratégia do risco, o controlo interno do reporte financeiro e do risco.
- Comissão Central de Crédito: a Comissão de Crédito com maiores poderes do Fortis Bank, que atua com a autoridade delegada pelos seus membros CEO e Diretores das Linhas de Negócio em conjunto com o CRO e outros representantes seniores da área do Risco, garantindo que as decisões de crédito ao nível do cliente sejam tomadas de acordo com o desejado apetite pelo risco de crédito, as políticas de crédito formuladas e os limites legais de crédito do Banco.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 85

- Comissão de Risco dos Mercados de Capitais: define e faz cumprir a estratégia, políticas, métodos e limiares de risco para os mercados de capitais, incluindo carteiras de investimento, a nível das linhas de negócio e das transações.
- Comissão de Política de Risco: define o apetite pelo risco, aprova as principais políticas e metodologias de risco, analisa exposições, concentrações e custos do risco, examina riscos atuais e potenciais à luz da situação do mercado, da estratégia de negócio e das perspetivas de rentabilidade e faz cumprir as decisões em matéria de risco ao nível das carteiras.
- Comissão de Ativos e Passivos do Banco: gere a liquidez, a taxa de juro e o risco do Forex no balanço, gere o financiamento e o capital do Banco.
- Comissão de Imparidades e Provisões: toma decisões finais acerca de provisões consolidadas e imparidades.
- Comissão de Transações Excecionais: valida e aprova transações excecionais.
- Comissões de Novas Atividades: valida e aprova novas atividades e produtos, incluindo alterações significativas em atividades correntes.

4.b Mensuração e categorias do risco

4.b.1 Mensuração do risco

A mensuração do risco é um ponto crucial do processo de gestão do risco.

O Fortis Bank utiliza diversas metodologias qualitativas e/ou quantitativas para avaliar e mensurar os riscos. Essas metodologias vão desde o reporte periódico de questões como análises de concentração e análises quantitativas e qualitativas das carteiras, a modelos de risco quantitativos mais sofisticados para o cálculo dos parâmetros internos do risco. Estes últimos incluem a probabilidade de incumprimento, as perdas em caso de incumprimento, a exposição ao incumprimento e as perdas esperadas (para risco de crédito) e o valor em risco (para o risco de mercado).

O desenvolvimento e análise destes modelos, bem como a sua validação, estão sujeitos às normas do Banco, para garantir a sua adequação e consistência. A monitorização dos parâmetros de risco

observados, os testes de stresse e as expectativas baseadas em modelos são comparados depois com um quadro de limites e de orientações sobre o risco.

Por último, todas estas mensurações do risco, em conjunto com os testes de stresse, são consolidadas em painéis de risco que fornecem uma visão geral para a administração sénior. Estes documentos agregados visam proporcionar uma base para a tomada de decisões fundamentadas e são objeto de constantes melhoramentos.

4.b.2 Taxonomia do risco

As categorias de risco indicadas a seguir evoluem em linha com os desenvolvimentos metodológicos em curso no BNP Paribas e com os requisitos regulamentares.

Risco de crédito e risco de contraparte

O risco de crédito é o risco de incorrer em perdas sobre empréstimos e valores a receber (existentes ou potenciais devido a compromissos prestados) resultantes de alterações na qualidade do crédito dos devedores do Banco, que pode acabar por resultar em incumprimento. A probabilidade de incumprimento e a expectativa de recuperação do empréstimo ou valor a receber em caso de incumprimentos são componentes fundamentais da avaliação da qualidade do crédito.

O risco de crédito é mensurado ao nível da carteira, tomando em consideração as correlações entre os valores dos empréstimos e valores a receber que compõem a carteira em causa.

86| Fortis Bank Relatório Anual 2011

O risco de contraparte é a manifestação do risco de crédito em transações de mercado, investimento e/ou pagamento que potencialmente expõem o Banco ao risco de incumprimento pela contraparte. É um risco bilateral sobre uma contraparte com quem se celebrou uma ou mais transações. A dimensão deste risco pode variar com o tempo, em função dos parâmetros do mercado que exercem impacto no valor do instrumento de mercado subjacente.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de incorrer perdas de valor devido a tendências adversas dos preços ou parâmetros do mercado, independentemente de poderem ser diretamente observados ou não.

Os riscos de mercado decorrem principalmente das atividades bolsistas executadas pelas equipas Rendimento Fixo e Capitais Próprios do segmento de Corporate Investment Banking e englobam vários fatores de risco como se indica a seguir:

- O risco de taxa de juro é o risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido a alterações das taxas de juro do mercado.
- O risco cambial é o risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido a alterações das taxas de câmbio.
- O risco de capitais próprios decorre de alterações nos preços de mercado e volatilidades das ações e/ou dos índices acionistas.
- O risco de mercadorias decorre de alterações nos preços de mercado e volatilidades das mercadorias e/ou dos índices de mercadorias.
- O risco de spread de crédito decorre de alterações na qualidade de crédito de um emitente e reflete-se em alterações no custo de aquisição de proteção sobre esse emitente.

- Produtos opcionais por natureza trazem riscos de correlação e volatilidade, cujos parâmetros podem ser determinados a partir de preços do mercado de opções observáveis num mercado ativo.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de incorrer numa perda devido a processos inadequados ou com falhas, ou devido a acontecimentos externos, quer sejam ocorrências deliberadas, acidentais ou naturais. A gestão do risco operacional baseia-se numa análise da cadeia 'causa-acontecimento-efeito'.

Os processos internos que dão origem ao risco operacional podem envolver colaboradores e ou sistemas TI. Os acontecimentos externos incluem, mas não se limitam a, inundações, incêndios, terremotos e ataques terroristas. Os acontecimentos relacionados com o crédito ou o Mercado, tais como o incumprimento ou flutuações de valor não se inserem na esfera do risco operacional.

O risco operacional engloba os riscos relativos aos recursos humanos, riscos legais, riscos fiscais, riscos dos sistemas de informação, riscos de processamento defeituoso, riscos relativos a informação financeira publicada e implicações financeiras que resultam do risco de conformidade e de reputação.

Risco de conformidade e risco de reputação

O risco de conformidade é o risco de sanções legais, administrativas ou disciplinares, juntamente com a perda financeira significativa que um banco pode sofrer como resultado de não cumprir com todas as leis, regulamentos, códigos de conduta e normas de boas práticas aplicáveis às atividades bancárias e financeiras (incluindo instruções dadas por um organismo executivo, particularmente em aplicação das diretrizes emitidas por um organismo de fiscalização).

Por definição, o risco de conformidade é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, como determinadas implicações do risco de conformidade envolvem mais do que perdas puramente financeiras e podem prejudicar efetivamente a reputação da instituição, o Banco trata o risco de conformidade separadamente.

O risco de reputação é o risco de prejudicar a confiança depositada numa empresa pelos seus clientes, contrapartes, fornecedores, colaboradores, acionistas, reguladores e outras partes interessadas, cuja confiança é uma condição essencial para que a empresa possa executar as suas operações correntes.

O risco de reputação depende essencialmente de todos os outros riscos assumidos pelo Banco.

Risco de gestão de ativos/passivos

O risco de gestão de ativos/passivos é o risco de incorrer perdas em resultado de inconsistências nas taxas de juro, maturidades ou natureza entre ativos e passivos. O risco de gestão de ativos/passivos nas atividades bancárias decorre de carteiras de não negociação e diz respeito, principalmente, ao risco global de taxa de juro.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 87

Risco de liquidez e refinanciamento

O risco de liquidez e refinanciamento é o risco de o Banco não conseguir cumprir as suas obrigações por um preço aceitável num determinado local e divisa.

4.c Adequação do capital

Quadro

Enquanto instituição de crédito, o Fortis Bank está sujeito a supervisão de regulação.

Ao nível consolidado e legal, o Fortis Bank é supervisionado pelo Banco Nacional da Bélgica (NBB) e, antes de Abril de 2011, era supervisionado pela CBFA (Comissão Bancária, Financeira e de Seguros). As subsidiárias do Fortis Bank também podem ser sujeitas à regulamentação de várias autoridades de supervisão nos países em que operam.

Os reguladores exigem que os bancos possuam um nível mínimo de capital elegível (8% dos ativos ponderados pelo risco). Desde 2008, o Fortis Bank calcula o seu capital elegível e os seus ativos ponderados pelo risco ao abrigo do Acordo de Basileia II.

A CBFA aprovou a utilização pelo Fortis Bank das abordagens mais modernas ao cálculo dos ativos ponderados pelo risco ao abrigo de Basileia II: Abordagem avançada ao risco de crédito e de mercado, baseada em notações internas, e Abordagem avançada à mensuração do risco operacional.

Discriminação do capital regulamentar

O capital elegível para efeitos regulamentares é calculado a nível consolidado com base nas normas de contabilidade NIRF e tomando em consideração os filtros prudenciais impostos pelo regulador tal como descrito na Circulaire PPB 2007-1-CPB.

O quadro infra especifica a composição do capital regulamentar do Fortis Bank:

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Capital acionista	21.313	21.377
Capital acionista, retenções e similares	17.650	17.806
<i>dos quais, pagamento de dividendos (*)</i>	<i>(206)</i>	<i>(387)</i>
Obrigações super subordinadas e títulos semelhantes	3.663	3.571
Participações minoritárias	2.974	2.827
Deduções regulamentares e outras rubricas	(4.794)	(4.541)
Deduções de ativos intangíveis	(319)	(268)
<i>das quais, goodwill</i>	<i>(192)</i>	<i>(179)</i>
Outras rubricas regulamentares	(4.475)	(4.273)
<i>das quais, dedução do capital de Tier 1 a 50%</i>	<i>(2.265)</i>	<i>(2.142)</i>
CAPITAL DE TIER 1	19.493	19.663
Total de capital de Tier 2	8.370	9.623
<i>dos quais, diferença positiva entre provisões e perdas esperadas ao longo de 1 ano</i>	<i>367</i>	<i>424</i>
Deduções regulamentares de Tier 2	(2.320)	(2.322)
Afetação de capital de Tier 3		
CAPITAL REGULAMENTAR	25.543	26.964

* Dividendos a recomendar na Assembleia-Geral de Acionistas

88| Fortis Bank Relatório Anual 2011

O quadro infra mostra os indicadores do capital chave:

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Capital de Tier 1	19.493	19.663
Total de capital	25.543	26.964

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Compromissos ponderados pelo risco		
Risco de crédito	105.551	107.188
Risco de mercado	3.080	3.536
Risco operacional	9.360	8.619
TOTAL DOS COMPROMISSOS PONDERADOS PELO RISCO	117.991	119.343
Rácio de Tier 1	16.5%	16.5%
Rácio do capital total	21.6%	22.6%

Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital (ICAAP)

O segundo Pilar do acordo de capital Basileia II determina como as autoridades de supervisão e os bancos podem avaliar com eficácia o nível adequado de capital regulamentar. A avaliação deve cobrir a totalidade dos riscos incorridos, a sua sensibilidade a cenários de crise e antecipa a sua evolução face a futuras alterações da atividade.

O Processo interno de Avaliação da Adequação do Capital (ICAAP) do Fortis Bank proporciona um apoio à avaliação que determina se o nível de capital é adequado para mitigar o perfil de risco do Banco. Esta avaliação interna é regularmente integrada na tomada de decisões e processos de gestão do Banco e apoiada, se apropriado, por análises de impacto ou de variações hipotéticas.

4.d Risco de crédito e de contraparte

O quadro seguinte apresenta a totalidade dos ativos financeiros do Fortis Bank, incluindo títulos de rendimento fixo, que estão expostos a risco de crédito. A exposição a risco de crédito não inclui colaterais e outras garantias assumidas pelo Banco no âmbito da sua atividade mutualista ou aquisições de proteção de crédito.

Exposição ao risco pela classe de ativos de Basileia

	31 de Dez. de 2011			31 de Dez. de 2010		
	IRBA	Abordagem normalizada	Total	IRBA	Abordagem normalizada	Total
Em milhões de euros						
Governos centrais e bancos centrais	50.465	8.667	59.132	60.080	6.595	66.676
Empresas	83.966	21.335	105.301	91.857	18.895	110.752
Instituições *	40.628	16.554	57.182	59.793	9.097	68.890
Retalho	63.145	8.115	71.260	58.713	8.614	67.327
Posições de titularização	21.982		21.982	31.336		31.336
Outros ativos que não sejam obrigações de crédito **		2.702	2.702		2.549	2.549
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	260.186	57.373	317.559	301.779	45.750	347.530

* A classe de ativos Instituições, de Basileia II abrange instituições de crédito e sociedades de investimento, incluindo as que são reconhecidas em outros países. Também inclui algumas exposições a autoridades locais e regionais, agências públicas e bancos multilaterais de desenvolvimento que não são tratados como autoridades do governo central.

** Outros ativos que não são obrigações de crédito incluem ativos tangíveis e rendimentos acumulados e outros ativos.

O quadro anterior revela a totalidade do âmbito prudencial com base nas classes de ativos definidas em conformidade com o artigo VI.2 do regulamento de 17 de Outubro de 2006 da Comissão Bancária, Financeira e de Seguros (CBFA) relativa aos requisitos de capital das instituições de crédito e sociedades de investimento.

A exposição total ao risco de crédito diminuiu com 8% em comparação com a registada a 31 de Dezembro de 2010. Esta evolução foi mais evidente nas classes de ativos 'Instituições' e 'Posições de titularização' e numa extensão menor em 'Governos centrais' e 'Empresas'. Tais diminuições foram parcialmente despoletadas por um aumento de 6% das exposições no retalho.

A exposição a 'Instituições' baixou 17% principalmente devido à liquidação do financiamento da filial BNPP NY pelo BGL. A exposição à titularização baixou 30% devido a, entre outros fatores, à maturidade e liquidação de algumas posições de titularização.

O quadro infra apresenta a exposição ao risco de contraparte (mensurado como exposição na data de incumprimento) pela classe de ativos de Basileia relativa a contratos derivados e transações de empréstimos/contracção de empréstimos de títulos, após o impacto de eventuais acordos de compensação.

Exposição da classe de ativos de Basileia, em caso de incumprimento, ao risco de contraparte

	31 de Dez. de 2011			31 de Dez. de 2010		
	IRBA	Abordagem normalizada	Total	IRBA	Abordagem normalizada	Total
Em milhões de euros						
Governos centrais e bancos centrais	374		374	621	6	627
Empresas	2.654	1.128	3.782	1.998	1.078	3.076
Instituições *	20.268	520	20.788	14.421	95	14.516
Retalho		2	2		9	9
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	23.296	1.650	24.946	17.040	1.188	18.228

* A classe de ativos Instituições, de Basileia II abrange instituições de crédito e sociedades de investimento, incluindo as que são reconhecidas em outros países. Também inclui algumas exposições a autoridades locais e regionais, agências públicas e bancos multilaterais de desenvolvimento que não são tratados como autoridades do governo central.

O aumento de 37% do risco de contraparte deve-se principalmente ao aumento gradual durante o ano das transações relacionadas com acordos de recompra que dizem respeito a empresas do grupo BNP Paribas.

4.d.1 Risco de crédito

4.d.1.1 Política geral de crédito e procedimentos de controlo e provisionamento

As atividades mutualistas do Fortis Bank regem-se pela Política Global de Crédito aplicável a todas as entidades do BNP Paribas Group. Esta política está aprovada pela Comissão de Política de Risco do BNP Paribas, presidida pelo seu CEO e ratificada pela Comissão Executiva do Fortis Bank, presidida pelo respetivo CEO. A política é sustentada por princípios nucleares como a conformidade com as normas éticas do Grupo, uma definição clara das responsabilidades (Negócio e Risco), a existência e implementação de procedimentos e requisitos para uma análise exaustiva dos riscos. Está estruturada sob a forma de políticas específicas concebidas para responder a cada tipo de negócio ou contraparte. O quadro de gestão dos riscos de crédito no seio do Banco é aprofundado ainda numa abordagem transversal específica que desenvolve princípios fundamentais de encaminhamento de crédito, regras que regem a delegação de autoridade e o papel da Comissão Central de Crédito, a comissão de crédito com maiores poderes no Banco. Também reitera e reforça o princípio fundamental que a função de risco é independente do negócio.

4.d.1.2 O ciclo de vida do crédito

Procedimentos decisórios

A base para uma gestão eficaz do risco de crédito é a identificação do risco de crédito existente e potencial inerente a qualquer produto ou atividade. Este processo inclui a recolha das informações relevantes sobre os produtos oferecidos, as contrapartes envolvidas e todos os elementos que podem influenciar o risco de crédito. O Fortis Bank, antes de assumir compromissos, analisa exaustivamente todos os planos de desenvolvimento conhecidos do cliente e certifica-se que conhece com rigor todos

os aspetos estruturais das operações do cliente e que será possível efetuar uma monitorização adequada.

A avaliação do risco de crédito de uma operação proposta consiste na:

- Análise da probabilidade da contraparte não vir a cumprir as suas obrigações, traduzida igualmente por uma classificação de risco de acordo com a escala de notação do Banco;
- Análise das possibilidades de cumprimento das obrigações do cliente por outros meios, na eventualidade do cliente não conseguir cumprir as suas próprias obrigações.
- Formulação de uma proposta de crédito que chame a atenção dos decisores para todas estas vertentes.

Pessoas ou comissões compostas por representantes das áreas de negócio e risco, devidamente autorizadas, tomam uma decisão conjunta com base na proposta de crédito. As propostas de crédito cumprem obrigatoriamente a política global de crédito e outras políticas específicas do Banco, bem como a legislação e regulamentação aplicáveis.

Foi instituído um sistema de limites de empréstimo discricionário que os representantes das áreas de negócio e risco formalmente nomeados têm de utilizar na aprovação de todas as decisões mutualistas. Está subjacente a necessidade de encontrar um equilíbrio adequado (em termos de rentabilidade global) entre dois fatores impulsionadores opostos, a maximização da autonomia decisória dos negócios, por um lado e, a redução do risco inesperado da contraparte, por outro lado.

As aprovações são sistematicamente fundamentadas por escrito, quer por um formulário de aprovação assinado, quer por atas de reuniões formais das comissões de crédito. Os limites de empréstimo discricionários correspondem a compromissos agregados por grupo de negócio e variam consoante as notações de crédito internas e a natureza específica do negócio em causa. Poderá exigir-se ainda que um perito da indústria ou especialista nomeado assinem o pedido de empréstimo em determinados sectores/indústrias. A banca de retalho aplica procedimentos simplificados, com base em auxiliares de decisão estatísticos, para produtos standard e quantias limitadas.

Procedimentos de monitorização

Todas as entidades do Fortis Bank estão sujeitas a medidas abrangentes de monitorização e reporte do risco. Estas atividades estão a cargo de unidades de controlo e reporte, que são responsáveis por garantir a conformidade dos compromissos mutualistas com a decisão de aprovação do empréstimo, a fiabilidade dos dados de reporte do crédito e uma monitorização eficaz dos riscos assumidos pelo Banco. Relatórios de exceção (pontuais em função do negócio) e diversas ferramentas fornecem alertas precoces de uma potencial escalada dos riscos de crédito. A monitorização é realizada a diferentes níveis, refletindo de um modo geral a organização de limites de empréstimo discricionários. As equipas de monitorização reportam ao Departamento de Risco. As equipas de monitorização estão estreitamente envolvidas na organização de Comissões de Vigilância e Imparidades que reúnem mensalmente para analisar os riscos mais elevados e os empréstimos sensíveis ou problemáticos que excedem determinada quantia. A emissão de orientações sobre estratégia e de pareceres sobre ajustamentos às provisões para imparidades, com base em recomendações da linha de negócio e do Departamento de Risco relevantes são algumas das suas responsabilidades.

Procedimentos associados à imparidade

O Departamento de Risco analisa mensalmente todos os empréstimos de empresas, instituições de crédito e soberanos em situação de incumprimento para confirmar o valor de perdas por imparidades a reconhecer. A análise diz respeito a todas as decisões materiais adotadas nos níveis de decisão apropriados, definidas nas respetivas políticas. O valor das imparidades baseia-se no valor atual das prováveis recuperações líquidas, tendo em conta a possível realização das garantias recebidas.

É ainda definida uma imparidade colectiva para cada negócio com base em dados estatísticos. A Comissão de Imparidades e Provisões do Fortis Bank reúne trimestralmente para aprovar o valor das imparidades. Esse cálculo baseia-se em simulações de perdas na maturidade de carteiras de empréstimos.

cujas qualidades de crédito se considera deterioradas, mas em que os clientes em causa não são identificados como clientes em incumprimento (ou seja, empréstimos não abrangidos por imparidades específicas). As simulações efetuadas pelo Departamento de Risco utilizam os parâmetros do sistema interno de notação aqui descrito.

A comissão já referida toma a decisão final sobre todos os elementos do custo do risco, incluindo provisões

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 91

específicas para imparidades e imparidades coletivas. Também toma decisões sobre a carteira de créditos estruturados.

4.d.1.3 Sistema interno de notação

O Fortis Bank adotou a abordagem mais avançada, a designada Abordagem avançada ao risco de crédito, baseada em notações internas (AIRBA), descrita no acordo Basileia II e recebeu aprovação da CBFA em 3 de Março de 2008 para utilizar esta abordagem no cálculo dos requisitos de capitais exigidos por Basileia II. Esta abordagem foi implementada em todo o Grupo de forma consistente. Atualmente, estão em curso projetos de convergência com o BNP Paribas Group com vista a harmonizar métodos, processos e sistemas sem prejudicar o cumprimento dos requisitos regulamentares.

O Banco possui um abrangente sistema interno de notação para determinar os ativos ponderados pelo risco utilizados no cálculo dos rácios de adequação do capital. Foi desenvolvido um processo de avaliação e controlo periódico para garantir que o sistema está a ser implementado de forma adequada e correta. Para os empréstimos a empresas, o sistema é baseado em três parâmetros: a probabilidade de incumprimento da contraparte, expressa por via de uma notação, perdas em caso de incumprimento, que depende da estrutura da operação, e o fator de conversão de crédito (CCF), que calcula a parcela de exposição ao risco não contabilizada no balanço.

Existem vinte notações da contraparte. Dezassete cobrem clientes em situação de cumprimento, com avaliações de crédito entre “excelente” e “muito preocupante”, e três dizem respeito aos clientes classificados em situação de incumprimento, de acordo com a definição publicada pelo supervisor bancário.

As notações são determinadas, no mínimo, uma vez por ano, no âmbito da análise anual da exposição total do cliente, com base nos conhecimentos especializados combinados dos colaboradores da linha de negócio e dos colaboradores de crédito seniores da área do risco, competindo a estes a decisão final. Foram desenvolvidas ferramentas de grande qualidade para apoiar o processo de notação, incluindo auxiliares analíticos e sistemas de pontuação de crédito. A decisão de utilizar estas ferramentas e a seleção da técnica dependem da natureza do risco.

Vários métodos quantitativos e outros são usados para verificar a consistência das notações e a robustez do sistema de notação. Os empréstimos a clientes particulares e empresas muito pequenas são notados utilizando análises estatísticas de grupos de risco com as mesmas características. O Departamento de Risco detém a responsabilidade global pela qualidade de todo o sistema. Esta responsabilidade é exercida mediante uma definição direta do sistema, sua validação e verificação do seu desempenho.

As perdas em caso de incumprimento são determinadas com recurso a modelos estatísticos para carteiras com o grau de granularidade mais elevado ou a peritos que emitem os seus pareceres com base em valores comparativos. O Acordo Basileia II define as perdas em caso de incumprimento como as perdas que o Banco sofreria em caso de incumprimento da contraparte.

O seu montante é calculado para cada operação com recurso à taxa de recuperação de uma exposição não subordinada, não garantida, à contraparte, ajustado por eventuais efeitos relacionados com a estrutura da operação (por exemplo, subordinação) e pelos efeitos de eventuais técnicas de atenuação do risco (garantias colaterais e outras). As garantias recuperáveis através de garantias colaterais e outras são calculadas todos os anos com prudência sendo aplicados descontos para liquidar garantias num ambiente de stresse.

A exposição ao incumprimento tem sido modelada pelo Banco com recurso a dados históricos internos de incumprimento ou a outras técnicas quando os dados históricos são insuficientes. Os fatores de conversão são utilizados para medir a exposição ao risco não contabilizada no balanço em caso de incumprimento do mutuário.

Cada um dos três parâmetros de risco de crédito é testado e analisado comparativamente (backtesting) todos os anos para controlar o desempenho do sistema na totalidade dos segmentos de negócio do Banco. O teste comparativo consiste em comparar os resultados estimados e os resultados reais de cada parâmetro.

Para testar comparativamente as notações, a taxa de incumprimento das populações em cada categoria de notação ou de cada grupo de riscos com características semelhantes nas operações da banca de retalho é comparada com a taxa de incumprimento homóloga real observada. É realizada uma análise por política de notação, notação, área geográfica e método de notação para identificar áreas em que os modelos podem estar a revelar um desempenho insuficiente. Também se verifica a estabilidade da notação e da sua população. O Banco também desenvolveu técnicas de teste comparativo específicas para carteiras com níveis de incumprimento baixos para avaliar a adequabilidade do sistema, mesmo quando o número de incumprimentos efetivos é muito reduzido.

O teste comparativo das taxas de recuperação globais baseia-se sobretudo na análise dos fluxos de recuperação de exposições em incumprimento. Quando uma exposição foi amortizada, as quantias recuperadas são atualizadas na data de incumprimento e calculadas como percentagem da exposição. Quando uma exposição ainda não foi amortizada, o montante de provisões reservado é utilizado como indicador de recuperações futuras. A taxa de recuperação determinada desta forma é então comparada com a taxa inicialmente prevista. Já as taxas de recuperação para efeito de notação são analisadas globalmente e por política de notação e área geográfica. As variações por rubrica e a sua média são analisadas tomando em conta a distribuição bimodal das taxas de recuperação. Os resultados destes testes revelam que os cálculos do Banco são consistentes com uma situação de crise económica e são conservadores em média.

92| Fortis Bank Relatório Anual 2011

O fator de conversão de crédito também é testado comparativamente todos os anos.

O resultado dos testes comparativos é apresentado anualmente aos organismos responsáveis por supervisionar o sistema de notação e os técnicos de risco em todo o mundo. Estes resultados e os debates subsequentes são utilizados para definir prioridades no desenvolvimento da metodologia e na aplicação de ferramentas.

As estimativas internas dos parâmetros de risco são utilizadas na gestão quotidiana do Banco em linha com as recomendações de Basileia II. Por exemplo, para além de calcularem os requisitos de capital, são utilizadas no âmbito da concessão de novos empréstimos ou da análise de empréstimos existentes para medir a rentabilidade, determinar a imparidade coletiva, monitorizar e assegurar a gestão ativa do risco e para efeitos de reporte interno e externo.

4.d.1.4 *Política de carteiras*

Para além de selecionar e avaliar cuidadosamente os riscos individuais, o Fortis Bank segue uma política baseada em carteiras para diversificar os riscos entre mutuários, indústrias e países. No âmbito desta política, o Fortis Bank pode usar instrumentos de transferência do risco de crédito (como programas de titularização ou derivados de crédito) para cobrir riscos individuais, reduzir a concentração de carteiras ou cobrir perdas potenciais de cenários de crise.

4.d.1.5 *Técnicas de atenuação do risco*

Garantias colaterais e outras

A atenuação do risco é o resultado da redução do risco de crédito através de cobertura ou da obtenção de garantias colaterais. A cobertura é qualquer técnica financeira concebida para reduzir ou eliminar o risco financeiro suscitado por produtos e/ou atividades. Uma garantia (colateral) é qualquer compromisso assumido ou privilégio concedido por uma contraparte ou um terceiro a que o Banco pode recorrer em caso de incumprimento da contraparte para reduzir perdas de empréstimos ou qualquer outro contrato ou acordo com efeito semelhante. A atividade mutualista nunca se baseia exclusivamente em garantias colaterais ou coberturas. Os fatores de atenuação do risco são sempre considerados uma solução alternativa.

A política global de crédito do BNP Paribas, que também se aplica ao Banco, define o modo como as operações devem ser estruturadas por forma a atenuar o risco. As garantias colaterais e outras são consideradas ao justo valor e apenas aceites como principal fonte de reembolso em casos excecionais como o financiamento de mercadorias. O dinheiro gerado por operações é considerado a principal fonte da capacidade de reembolso dos mutuários. Os avalistas são sujeitos ao mesmo processo rigoroso de avaliação inicial que os devedores primários.

As regulamentações bancárias definem orientações claras para a avaliação do efeito de atenuação do risco de garantias colaterais e outras ao abrigo das abordagens avançadas de Basileia II. O facto de o Banco ter uma base de atividades diversificada significa que os empréstimos são garantidos por muitos tipos de garantias colaterais e outras oneradas sobre o inventário, valores a receber ou bens imóveis. As avaliações de risco também tomam em consideração garantias diretas emitidas pela empresa-mãe da contraparte ou outros avalistas como instituições de crédito. Outras garantias avaliadas pelo Banco incluem derivados de crédito, agências de crédito às exportações e garantes de crédito (credit enhancers). A aceitação destes tipos de garantias rege-se por critérios rigorosos. Só se considera que uma garantia atenua um risco quando o avalista tem uma notação mais elevada que a contraparte. O valor das garantias colaterais e outras só é tomado em consideração na mensuração da exposição se não existir uma correlação forte com o risco do devedor inicial.

Aquisições de proteção de crédito

A otimização da gestão da carteira de crédito exige a utilização de técnicas de cobertura eficazes para evitar a concentração de exposição indesejada no empréstimo ou na carteira de garantia da dívida. Para este efeito, o Fortis Bank utiliza sobretudo swaps de risco de incumprimento (CDS) em nome individual. As contrapartes dos CDS são cuidadosamente selecionadas e virtualmente todos os contratos possuem acordos colaterais.

Titularização de ativos

A titularização de ativos é o processo de criação de um instrumento financeiro comercializável garantido por fluxos de caixa ou pelo valor de ativos financeiros específicos. Durante o processo de titularização, os ativos (por exemplo, empréstimos ao consumo, valores a receber, hipotecas) são selecionados e agrupados num veículo de finalidade especial (SPV), cujas emissões são títulos vendidos a investidores.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 93

A secção 4.d.3 “Titularização” deste capítulo e a nota 8.g “Instrumentos de crédito estruturados” fornecem informações detalhadas sobre a titularização de ativos.

Diversificação da exposição ao risco de crédito

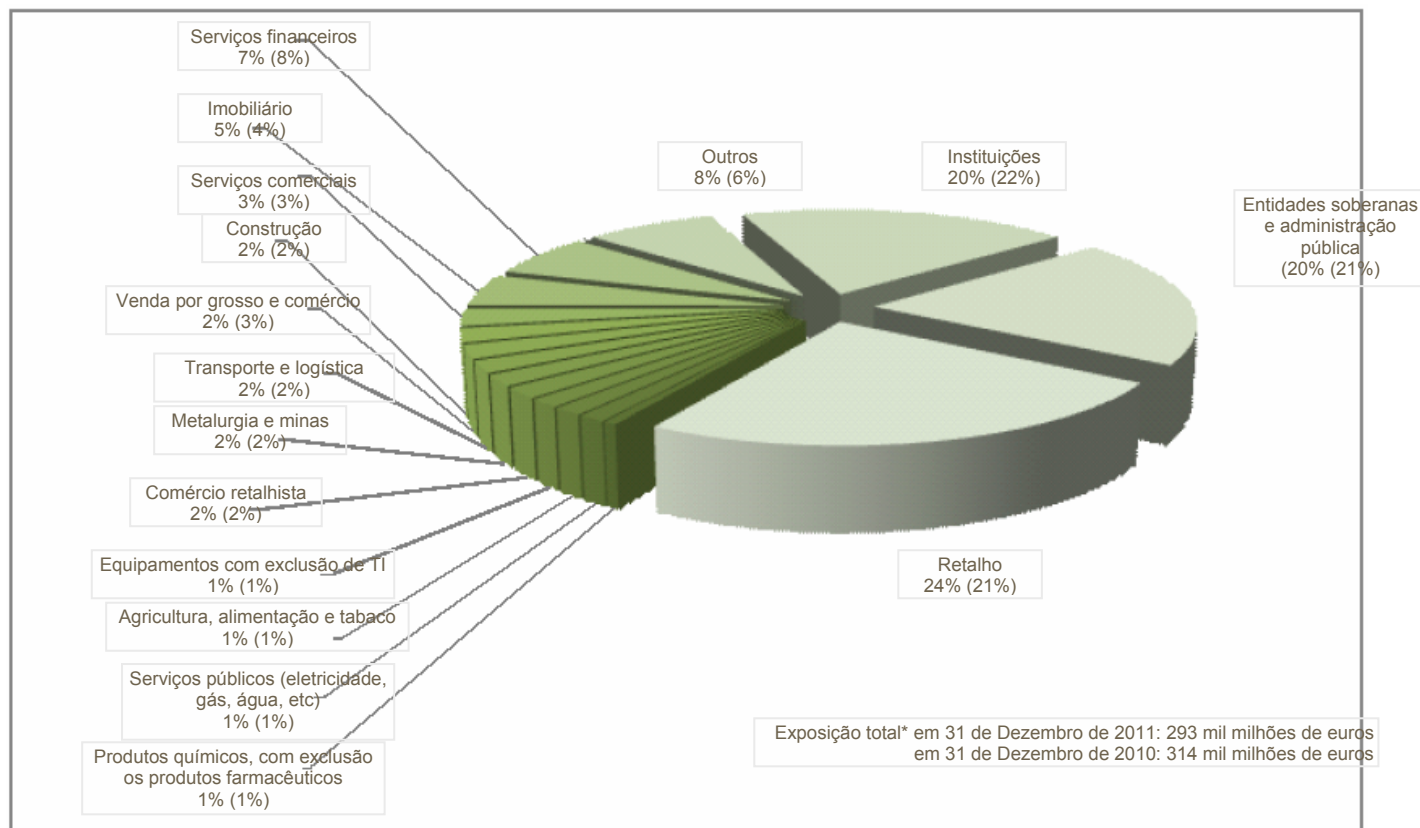
A concentração do risco de crédito é qualquer exposição a uma contraparte ou agrupamento de exposições a um conjunto de contrapartes positivamente correlacionadas (isto é, com tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para produzir perdas significativas de capital por insolvência ou não pagamento. Evitar concentrações é assim fundamental para a estratégia de risco de crédito do Fortis Bank de manutenção de carteiras granulares, líquidas e diversificadas.

Para identificar potenciais correlações entre exposições a contrapartes individuais, o Fortis Bank aplica o conceito de “obrigacionista individual total”. Isso implica que grupos de contrapartes com ligação entre si são considerados um “Grupo de negócio” para efeitos de gestão da exposição ao risco de crédito.

Para gerir a diversidade do risco de crédito, o Fortis Bank adota uma política de gestão do risco de crédito que visa distribuir o risco de crédito por diferentes sectores e países. O quadro infra apresenta

a concentração por indústrias da carteira de crédito dos clientes do Fortis Bank em 31 de Dezembro de 2011.

Discriminação do risco de crédito por Classe de Ativos ao abrigo da Basileia II e por indústrias em 31 de Dezembro de 2011

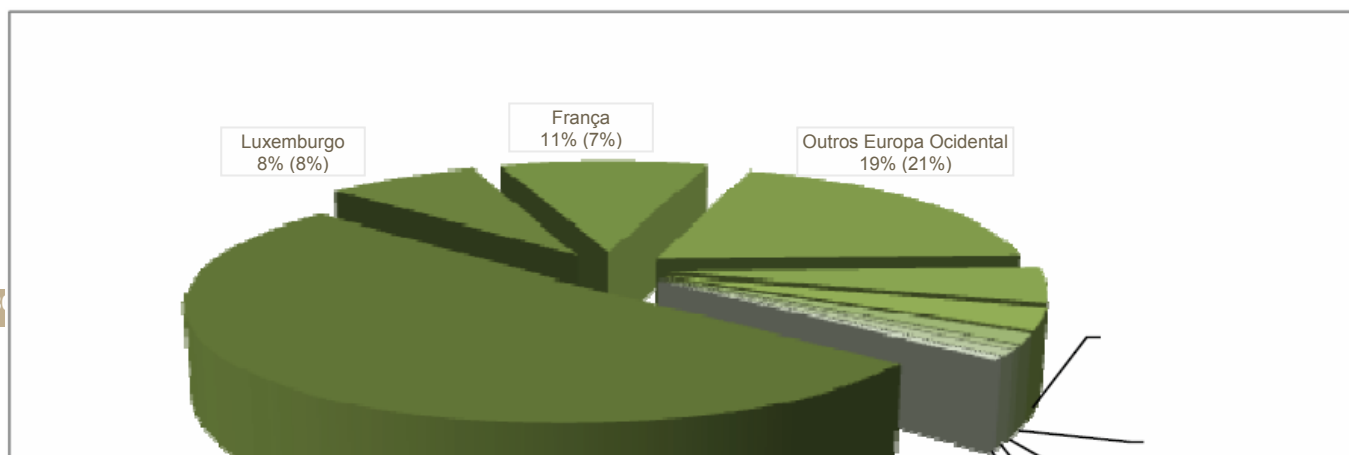


*Exposições totais com exclusão do risco de contraparte, capitais próprios, outros ativos que não são obrigações de crédito e posições de titularização. As percentagens entre parêntesis refletem a discriminação em 31 de Dezembro de 2010.

O risco de concentração do país é a soma de todas as exposições a avalistas no país em causa. O quadro infra apresenta a concentração por indústrias da carteira de crédito dos clientes do Fortis Bank em Dezembro de 2011.

94| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Discriminação geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2011 por país de localização da contraparte





*A exposição total exclui o risco de contraparte, capitais próprios, outros ativos que não são obrigações de crédito e posições de titularização. As percentagens entre parêntesis refletem a discriminação em 31 de Dezembro de 2010.

4.d.1.6 Notação do risco de crédito

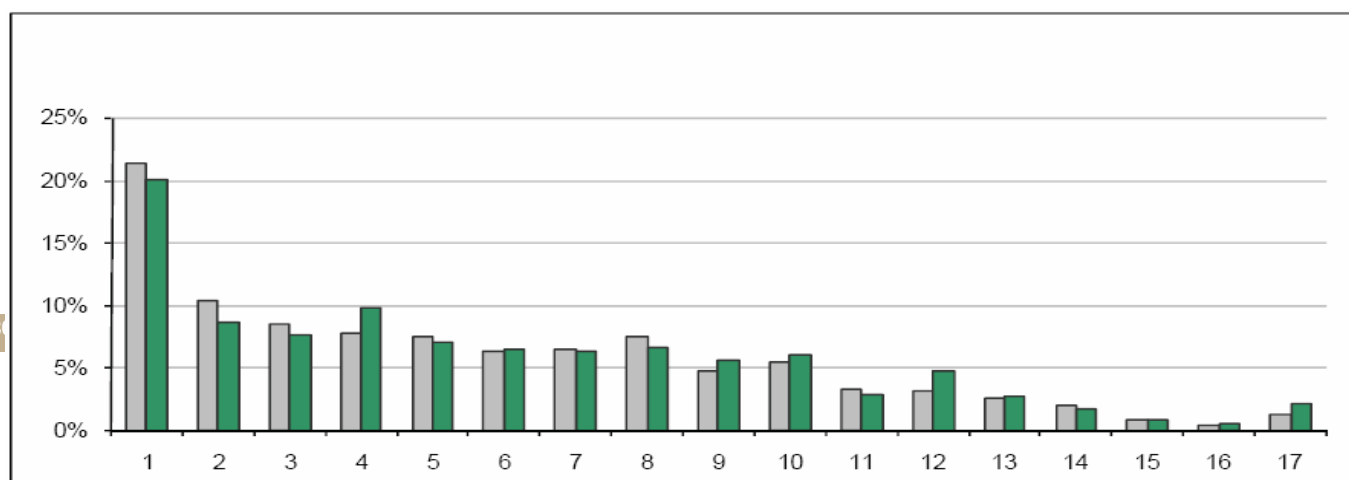
A notação do risco de crédito é uma classificação que resulta do Processo de atribuição da notação de risco que, por sua vez, se baseia numa avaliação qualificada e num cálculo formal. Esta classificação é o resultado de uma análise do historial financeiro de cada avalista e de uma estimativa da sua capacidade para cumprir obrigações de dívida no futuro.

O Fortis Bank elaborou para o efeito uma “Escala padrão”, de 0 a 20, que indica a probabilidade de incumprimento de uma contraparte no prazo de um ano. Os graus da escala padrão de 1 a 6 são considerados empréstimos com notação de investimento, de 7 a 17 empréstimos com notação de sub-investimento e de 18 a 20 empréstimos com imparidade.

Exposições das empresas ao abrigo da IRBA, por notação de crédito

O gráfico infra apresenta uma discriminação, por notação de crédito, dos empréstimos e compromissos com bom desempenho na carteira de empréstimos a empresas (classes de ativos: empresas, governos centrais e bancos centrais, instituições) para todas as linhas de negócio do Banco, mensurada pela abordagem baseada em notações internas. Esta exposição representa 78,2 mil milhões de euros do risco de crédito bruto em 31 de Dezembro de 2011 que compara com 86,4 mil milhões em 31 de Dezembro de 2010.

Discriminação das exposições a empresas - notadas individualmente - ao abrigo da IRBA, por notação de crédito



31 de Dezembro de 2010

31 de Dezembro de 2011

Operações da banca de retalho

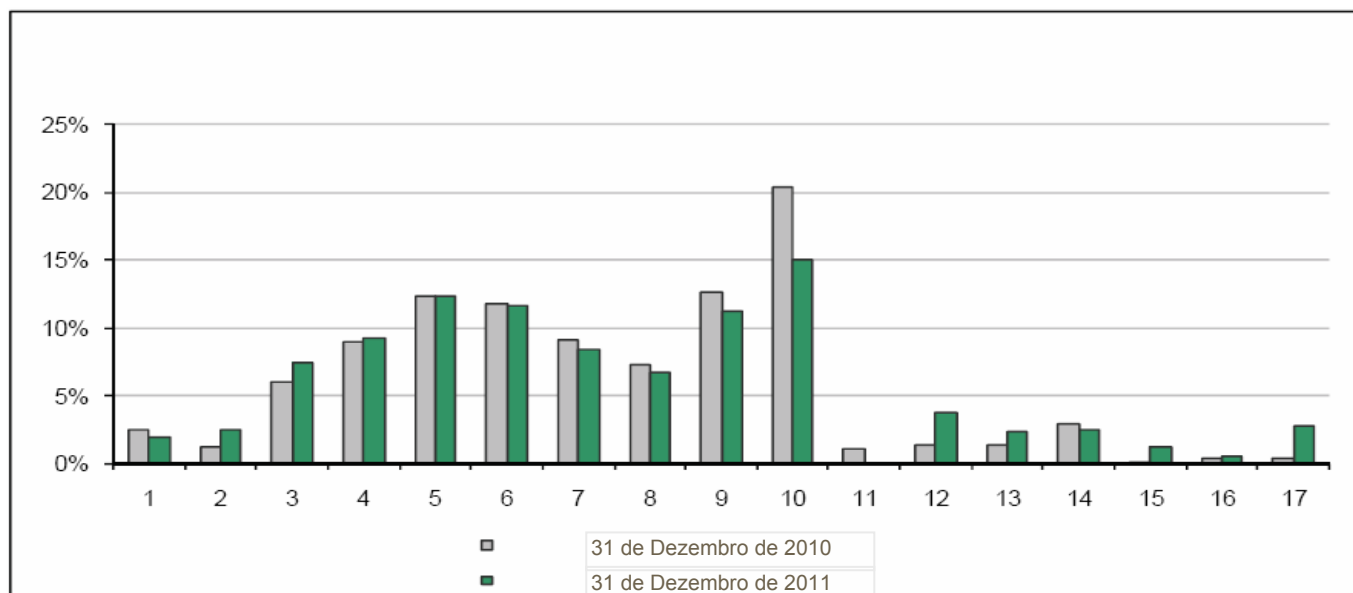
As operações no âmbito da banca de retalho são executadas pelas sucursais do Fortis Bank e pela subsidiária Alpha Credit. A área operativa belga está inserida em processos de crédito estruturados e automatizados que cumprem a abordagem avançada baseada em notações internas, de Basileia II, aprovada em Março de 2008.

Todos os parâmetros avançados de Basileia II (probabilidade de incumprimento, exposição ao incumprimento, perdas em caso de incumprimento) são analisados e/ou atualizados anualmente. As variáveis explicativas para a parte da carteira que constitui o retalho baseiam-se em dados comportamentais internos. Estes parâmetros são calculados mensalmente com base nas últimas informações disponíveis e disponibilizados sem intervenção manual.

São utilizadas técnicas clássicas de scoring para a triagem dos clientes no momento da submissão do pedido, sempre em linha com os parâmetros de Basileia II.

O gráfico infra apresenta uma discriminação por notação de crédito de empréstimos e compromissos com bom desempenho na carteira de empréstimos retalhistas para todas as linhas de negócio do Banco, mensurada pela abordagem baseada em notações internas. Esta exposição representa 62,5 mil milhões de euros do risco de crédito bruto em 31 de Dezembro de 2011 que compara com 57,3 mil milhões em 31 de Dezembro de 2010.

Discriminação das exposições no retalho - notadas individualmente - ao abrigo da IRBA, por notação de crédito



O aumento relativo das posições com maior notação (12 e acima) foi principalmente conduzido por uma pesagem do risco mais conservadora dos empréstimos hipotecários residenciais, assim como pela revisão de modelos aplicados aos empréstimos das PME.

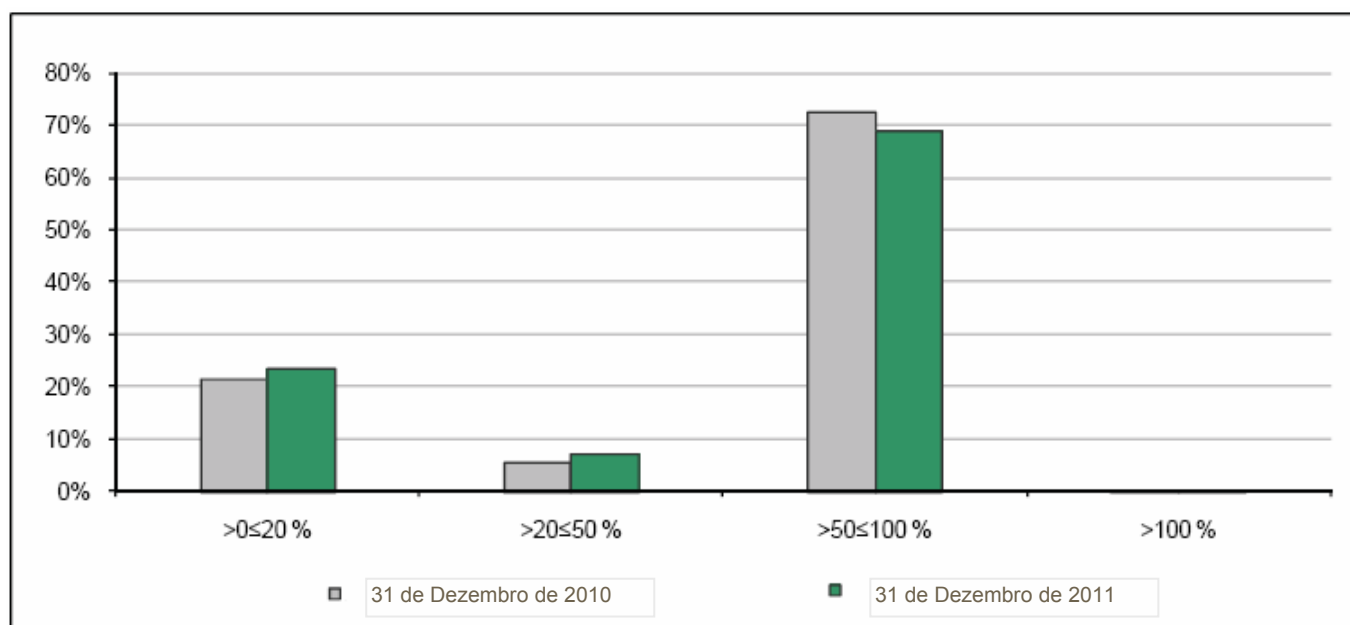
Abordagem normalizada

O Fortis Bank também aplica a abordagem normalizada ou a chamada “Abordagem normalizada sem notação” (USA) a entidades com personalidade jurídica ou unidades de negócio, entre outras, que estão classificadas em “Isenções permanentes”.

As entidades classificadas em “Isenções permanentes” são as entidades com personalidade jurídica ou unidades de negócio definidas como não materiais com base nos critérios ou processos de elegibilidade definidos pelo Fortis Bank. As isenções permanentes manter-se-ão enquanto os critérios ou processos de elegibilidade para a não materialidade forem cumpridos.

O quadro abaixo fornece informação acerca da exposição à carteira de empréstimos a empresas medida com recurso à abordagem normalizada e discriminada por recipientes de pesagem do risco.

Discriminação da exposição de empresas (*) por ponderação da abordagem normalizada



* A carteira de empréstimos “Empresas” apresentada no gráfico supra inclui empresas, governos centrais e bancos centrais e instituições.

A exposição total aos clientes empresariais, com pesagem do risco através da Abordagem Normalizada, aumentou 35%. O segmento de negócio Corporate and Transaction Banking Europe (CTBE) foi o que mais contribui para tal evolução.

4.d.1.7 Empréstimos com prestações vencidas, com ou sem imparidades e respetivas garantias colaterais ou outras

O quadro seguinte apresenta os valores escriturados dos ativos financeiros vencidos mas sem imparidades (por prazo vencido), dos ativos com imparidades e respetivas garantias colaterais ou outras. As quantias são apresentadas antes de provisões, por carteiras.

31 de Dezembro de 2011

Maturidades de empréstimos vencidos sem imparidades

	Total	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 dias e 1 ano	Superior a 1 ano	Ativos com imparidades cobertos por provisões	Total de empréstimos e compromissos	Gar. Colat. recebidas a respeito de empréstimos vencidos s/imparid	Gar. Colat. recebidas a respeito de empréstimos ou ativos c/imparid
Em milhões de euros									
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos (excl. títulos de rendimento variável)									
Ativos financeiros disponíveis para venda (excl. títulos de rendimento variável)						13	13		
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito	203	203				382	585	132	88
Empréstimos e contas a receber de clientes	2.924	2.708	150	65	2	3.458	6.382	1.448	2.296
Ativos financeiros detidos até à maturidade						44	44		
Ativos vencidos, líquidos de imparidades individuais	3.127	2.911	150	65	2	3.897	7.024	1.580	2.383
Compromissos de financiamento concedido						284	284		102
Compromissos concedidos como garantia						184	184		120
Incumprimentos não contabilizados no balanço, líquidos de provisões						468	468		222
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	3.127	2.911	150	65	2	4.364	7.492	1.580	2.605

31 de Dezembro de 2010

Maturidades de empréstimos vencidos sem imparidades

	Total	Até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 dias e 1 ano	Superior a 1 ano	Ativos com imparidades cobertos por provisões	Total de empréstimos e compromissos	Gar. Colat. recebidas a respeito de empréstimos vencidos s/imparid	Gar. Colat. recebidas a respeito de empréstimos ou ativos c/imparid
Em milhões de euros									
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos (excl. títulos de rendimento variável)									
Ativos financeiros disponíveis para venda (excl. títulos de rendimento variável)						29	29		
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito	134	134				310	445	105	267
Empréstimos e contas a receber de clientes	3.146	3.140	7			3.644	6.791	2.180	2.596
Ativos vencidos, líquidos de imparidades individuais	3.281	3.274	7			3.983	7.264	2.285	2.863
Compromissos de financiamento						361	361		123

concedido							
Compromissos concedidos como garantia				388	388		335
Incumprimentos não contabilizados no balanço, líquidos de provisões				749	749		458
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	3.281	3.274	7	4.733	8.014	2.285	3.321

98| Fortis Bank Relatório Anual 2011

4.d.2. Risco de contraparte

O Fortis Bank está exposto ao risco de contraparte nos seus mercados de capital e transações de ALM-Treasury. Este risco é gerido através de um uso alargado de vencimentos antecipados padrão e acordos colaterais e através de uma política de cobertura dinâmica. Mudanças no valor da exposição do Banco são tomadas em conta na medição de instrumentos financeiros de forma legal através de um processo de ajustamentos de valor de crédito.

Acordos de compensação

A compensação é usada pelo Banco de modo a mitigar o risco de crédito de contraparte associado com a negociação de derivados. A instância principal onde a compensação ocorre é no caso da conclusão de trocas: se se dá o incumprimento da contraparte, todas as trocas são terminadas pelo seu valor de mercado atual, e todos os valores de mercado negativos e positivos são resumidos para obter uma simples quantia para ser paga ou para receber da contraparte. O balanço pode ser sujeito a uma garantia concedida como garantia de caixa, títulos ou depósitos.

O Banco também aplica compensações no caso de liquidação monetária, de modo a mitigar o risco de crédito de contraparte. Isto corresponde à compensação de todos os pagamentos e recibos entre o Banco e uma contraparte na mesma moeda, para serem pagos no mesmo dia. Os resultados da compensação numa única quantia (para cada moeda) devem ser pagos seja pelo Banco seja pela contraparte.

As transações afetadas por isto são processadas de acordo com acordos bilaterais ou multilaterais, respeitando os princípios gerais do quadro de trabalho nacional e internacional. As formas principais de acordos bilaterais são as emitidas pelo Banco Nacional da Bélgica (NBB), e numa base internacional pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (ISDA).

Avaliação da exposição da contraparte

A exposição ao incumprimento (EaD) para o risco de contraparte é medida usando um modelo interno e é subsequentemente incorporada no sistema de avaliação do risco de crédito. Esta medida é atualizada regularmente. É baseada nas simulações 'Monte Carlo' que avaliam os movimentos possíveis de exposição. Os processos estocásticos usados são sensíveis a parâmetros incluindo volatilidades, correlações e são calibradas sobre dados de mercado históricos. As potenciais futuras exposições ao risco de contraparte são medidoa com o uso de um modelo interno ('ValRisk') que consegue simular centenas de cenários de mercados potenciais e faz a avaliação da carteira de negociação de cada contraparte em vários pontos no futuro (de 1 dia a mais de 30 anos para as transações mais longas). As mudanças de valor são calculadas até ao vencimento das transações.

Ao executar a exposição agregada, o sistema toma em conta os contratos legais ligados a cada transação e contraparte, tais como acordos de compensação e resgate de margens.

As exposições ao riscos de crédito de contraparte são caracterizados por uma alta variabilidade com o tempo, devido a uma constante evolução ligada aos parâmetros de mercado que afetam os valores das transações subjacentes. É, portanto, importante vigiar não só os valores da atual transação, como também analisar as suas potenciais mudanças no futuro.

Para fins reguladores, o Fortis Bank não usa o VaR calculado pelo modelo interno descrito acima, tal como o NBB ainda não aprovou o uso deste modelo. Um pedido para estender o perímetro do Fortis Bank foi submetido ao NBB. É esperada uma decisão no primeiro trimestre de 2012.

Supervisão e monitorização do risco de contraparte

As potenciais exposições futuras calculadas pelo ValRisk são comparadas com os limites designados a cada contraparte e diariamente. Em adição, o ValRisk consegue simular novas transações e medir os seus impactos no risco de contraparte da carteira. É, portanto, uma ferramenta essencial do processo de aprovação do risco. Os seguintes Comitês (expostos de forma ascendente): Comité de Crédito Regional (Comité de Crédit Régional), Comité de Crédito Global (Comité de Crédit Global), Comité de Crédito de Direção Geral (Comité de Crédit Direction Générale – CCDG), traçaram os limites de acordo com o nível de delegação.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 99

Ajustamentos do crédito de instrumentos financeiros negociados no mercado de balcão (OTC)

A avaliação das transações financeiras OTC levada a cabo pelo Fortis Bank como fazendo parte das suas atividades de negociação (Derivados de Rendimento Fixo, Derivados Globais de Capitais Próprios e Derivados de Mercadorias) inclui ajustamentos do crédito. O ajustamento do crédito (ou CVA 'Ajustamento do Valor do Crédito') é um ajustamento da avaliação da carteira de negociação para tomar em consideração um risco de crédito de contraparte. Reflete as perdas esperadas no justo valor de uma exposição a uma contraparte com base no potencial valor positivo do contrato, na probabilidade de incumprimento da contraparte, na migração da qualidade do crédito e na taxa de recuperação global estimada.

Gestão dinâmica do risco de crédito de contraparte

O ajustamento do valor de crédito é uma variável dos movimentos de exposição existentes e do nível de risco de crédito da contraparte, ligada aos movimentos dos spreads de swaps de risco de incumprimento utilizados para calcular a probabilidade de incumprimento.

O ajustamento do valor de crédito dos clientes de Corporate and Investment Banking (CIB) varia consoante as alterações na exposição existente e nos preços cotados para o risco de crédito da contraparte, bem como na sua taxa de recuperação global (GRR), que podem ser refletidos em particular nas variações do spread de swaps de risco de incumprimento utilizadas para calcular a probabilidade de incumprimento.

O ajustamento do valor de crédito dos clientes do Corporate and Public Banking Belgium (CPBB) varia consoante as alterações na exposição existente, bem como nas notações e na taxa de recuperação global internas utilizadas para calcular a probabilidade de incumprimento.

Para reduzir o risco associado à deterioração na qualidade de crédito inerente de uma carteira de operações financeiras, o Fortis Bank pode utilizar uma estratégia dinâmica de cobertura baseada na aquisição de instrumentos de mercado, tais como derivados de crédito.

4.d.3 Titularização

A titularização de ativos é o processo de criação de um instrumento financeiro comercializável garantido pelo fluxo de caixa ou valor de ativos financeiros específicos. Durante o processo de titularização, os ativos (por exemplo, empréstimos ao consumo, valores a receber, hipotecas) são

selecionados e agrupados num veículo de finalidade especial (SPV), que emite títulos vendidos a investidores.

Titularização proprietária (originador ao abrigo de Basileia II)

O Fortis Bank lançou programas de titularização para apoiar o desenvolvimento do seu negócio e cumprir os requisitos de capital. A titularização dos ativos próprios pode fornecer financiamento de longo prazo, fornecer liquidez ou ser uma ferramenta de gestão de capital, consoante o pretendido. Os respetivos veículos de titularização estão plenamente consolidados e, por conseguinte, os ativos titularizados estão inscritos no balanço nas Demonstrações financeiras consolidadas.

O Fortis Bank também criou um veículo de finalidade especial intitulado Bass Master Issuer NV/SA para titularizar empréstimos hipotecários, originalmente concedidos pelo Fortis Bank e pela SPV Esmés Master Issuer NV/SA para titularizar empréstimos a pessoas por conta própria e empresas médias, originalmente concedidos pelo Fortis Bank. A exposição no Bass Master Issuer NV/SA e na Esmée Issuer NV/SA está excluída do quadro abaixo, uma vez que as obrigações emitidas ao abrigo destes programas não foi até agora vendida a terceiros partes e como tal não é considerada como eficiente ao abrigo da Basileia 2.5. A parte “Outras informações” das Demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank fornece informações adicionais sobre as duas operações de titularização.

A titularização como patrocinador dos clientes

Em 2011, a titularização foi uma alternativa de financiamento para os clientes do Banco. Em particular o financiamento através da Scaldis Capital Limited (“Scaldis”), um veículo de papel comercial garantido por ativos (ABCP) facultou aos clientes empresariais e institucionais do Fortis Bank acesso a uma fonte alternativa de financiamento dos mercados de capitais. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor facial total da emissão de papel comercial da Scaldis totalizava 6,23 mil milhões de USD (4,81 mil milhões de euros). As receitas da emissão de papel comercial foram utilizadas para investir 3,55 mil milhões de USD (2,74 mil milhões de euros) em títulos elegíveis com notação elevada e 1,88 mil milhões de USD (1,45 mil milhões de euros) em ativos financeiros elegíveis de clientes do Fortis Bank e do próprio Banco.

100| Fortis Bank Relatório Anual 2011

As aquisições de ativos elegíveis pela Scaldis estão estruturadas para justificar um nível de notação A-1+/F1+/P1. Em 2011, o papel comercial da Scaldis foi classificado com a notação de curto prazo mais elevada das respetivas notações da Standard & Poor's, Moody's e Fitch: A-1+/F1+/P1.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 101

A titularização como investidor

O Fortis Bank realizou investimentos numa vasta multiplicidade de ABS/MBS (títulos garantidos por ativos/títulos garantidos por hipotecas), claramente centrados na diferenciação da dimensão e na diversificação por tipo e distribuição geográfica dos ativos, desde European Prime RMBS (títulos garantidos por hipotecas de habitação) a US Student Loans, cartões de crédito, MBS comerciais, CLOs (obrigações de empréstimo colateralizadas), ABS de consumidores, PME e empréstimos a pequenas empresas. Os resgates destes ativos já não são reinvestidos na carteira de títulos garantidos por ativos/hipotecas (ABS/MBS).

Os créditos estruturados do Fortis Bank representam predominantemente títulos com notação de investimento (94% da carteira tem notação de investimento). As exposições do Fortis Bank ao risco

de crédito decorrentes das transações referidas no fim de 2011 e os métodos de avaliação aplicados são descritos na nota 8. g “Instrumentos de crédito estruturados”.

As atividades do Banco em cada uma destas funções são descritas a seguir:

31 de Dez. de 2011

31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Papel do Fortis Bank

Originador		639
Patrocinador	4.916	5.340
Investidor	17.066	25.478
EXPOSIÇÃO TOTAL	21.982	31.457

Gestão do risco de titularização

As operações de titularização organizadas pelo Fortis Bank em nome dos clientes são de natureza extremamente técnica e específica. Por conseguinte, estão sujeitas a um sistema específico de gestão de risco:

- análise e monitorização independentes por equipas dedicadas no Departamento de Risco;
- processos específicos (com comissões específicas, procedimentos aprovados, políticas de crédito e de notação) para garantir uma abordagem personalizada e consistente.

4.e Risco de mercado

4.e.1 Risco de mercado relacionado com atividades de investigação

4.e.1.1 Introdução

Os riscos de mercado decorrem principalmente das atividades bolsistas executadas pelas equipas Rendimento Fixo e Capitais Próprios do segmento de Corporate Investment Banking e englobam vários fatores de risco como se indica a seguir:

- O risco de taxa de juro é o risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido a alterações das taxas de juro do mercado.
- O risco cambial é o risco de flutuação do valor de um instrumento financeiro devido a alterações das taxas de câmbio.
- O risco de capitais próprios decorre de alterações nos preços de mercado e volatilidades das ações e/ou dos índices acionistas.
- O risco de mercadorias decorre de alterações nos preços de mercado e volatilidades das mercadorias e/ou dos índices de mercadorias.
- O risco de spread de crédito decorre de alterações na qualidade de crédito de um emitente e reflete-se em alterações no custo de aquisição de proteção sobre esse emitente.
- Produtos opcionais por natureza trazem riscos de correlação e volatilidade, cujos parâmetros podem ser determinados a partir de preços do mercado de opções observáveis num mercado ativo.

4.e.1.2. Princípios organizacionais

Governança

O sistema de gestão de risco de mercado visa acompanhar e controlar os riscos de mercado enquanto assegura que as funções do controlo se mantêm totalmente independentes das linhas de negócio.

A monitorização do Risco de Mercado é estruturada à volta de vários comités dentro do Fortis Bank:

- O Comité de Risco dos Mercados de Capitais (CRMC) é o comité principal a administrar os riscos relacionados com os mercados de capital. É responsável por abordar, de maneira coerente, os assuntos relacionados com o mercado e o risco de contraparte. O CRMC estabelece os limites de trocas agregadas, delinea os procedimentos de aprovação do risco, e revê as declarações de perda e de perdas hipotéticas estimadas na base de testes de stress. Encontra-se a cada dois meses (exceto durante o Verão) e é presidido tanto pelo Diretor Geral ou pelo Chefe do Corporate and Investment Banking (e membro do Comité Executivo);
- A um nível de unidade de negócio, o Comité de Revisão da Avaliação (VRC) encontra-se mensalmente para examinar e aprovar os resultados da revisão dos parâmetros do Mercado e quaisquer mudanças nas reservas. O Comité de Revisão da Avaliação também age como árbitro em quaisquer desacordos entre as unidades de negócio e as funções de controlo. O comité é presidido pelo Chefe de Negociação e outros membros incluem representantes da negociação, Risk-IM (Investimentos & Mercado), Avaliação e Controlo do Risco, e Financiamento.

Monitorização do risco e estabelecimento / controlo de limites

O Grupo usa um sistema integrado chamado Market Risk Explorer (MXR) para seguir as posições das trocas diariamente e gerir os cálculos VaR. O MRX não só acompanha o VaR, mas também detalha posições e sensibilidades em parâmetros do mercado baseados em critérios variados e simultâneos (moeda, produto, contraparte, etc.). O MRX está também configurado para incluir limites de negociação, reservas e testes de stress. Este sistema já está implantado no Fortis Bank e co-existia com a ferramenta legada Market Risk MrMa até ao final de Junho. No dia 1 de Julho de 2011, a extensão do MRX para o perímetro do Fortis Bank foi aprovada pelos Reguladores (ACP e NBB).

A responsabilidade do Risk-IM em termos de gestão de risco de mercado está para definir, monitorizar e analisar sensibilidades e fatores de risco, e para medir e controlar o Value at Risk (VaR), que é o indicador global de potenciais perdas. O Risk-IM garante que todas as atividades de negócio obedecem aos limites aprovados pelos variados comités. Neste sentido, também participa na aprovação de novas atividades e transações principais, aplica a posição do BNP Paribas a modelos de avaliação e conduz uma revisão mensal de parâmetros de mercado (revisão MAP) em associação com a Avaliação e Controlo de Risco.

A responsabilidade para traçar limites e monitorizar é delegada a dois níveis, que são o CRMC (sob a responsabilidade do Chefe do CRMC) e o Métier (sob a responsabilidade do Chefe da Linha de Negócios). Os limites podem ser alterados, seja temporariamente ou definitivamente, de acordo com o nível de delegação e de procedimentos prevaletentes.

Relatórios e informação em relação à gestão Executiva

O Risk-IM reporta, através de várias análises de risco e relatórios, à Gestão Executiva e à Gestão Sénior de linhas de negócio, o seu trabalho de análise do risco (limite, monitorização do VaR, análise nuclear do risco...). A equipa de Análise do Risco Global e Relato é responsável por gerar/fazer circular relatórios principais de risco global.

Os seguintes relatórios de risco são gerados regularmente:

- Relatórios semanais de 'Posição Principal' para chefes do Métiers. Estes relatórios fornecem um sumário de todas as posições, assim como itens que requerem atenção especial;
- Os documentos que apoiam o CRMC são usados como base de discussão durante as reuniões do CRMC;
- Cobertura mensal do painel de instrumentos de risco dos Mercados de Capital e risco de contraparte;
- Cobertura trimestral do painel de instrumentos de risco do mercado chave, liquidez e riscos de contraparte cobertos pelos Mercados Risk-Capital e CIB Other e Tesouraria.

4.e.1.3. Controlo da avaliação

Os instrumentos financeiros que são parte da Carteira de Negociações prudencial são avaliados e reportados a um justo valor através de lucro ou prejuízo, em complacência com o IAS 39. No entanto, também existem produtos na carteira bancária que também são reportados a justo valor.

O controlo de avaliação foi reforçado graças ao lançamento da Carta de Responsabilidade em Avaliação, definindo como são separadas as responsabilidades, como também a criação de equipas dedicadas de Avaliação e controlo de risco que supervisionam a Avaliação e o P&L. Estas políticas e governações aplicam-se a todas as atividades de mercado e têm sido estendidas ao ALM Treasury. Através do processo de integração, o Fortis Bank beneficia das melhorias implementadas desde 2007 ao nível do Grupo no controlo da avaliação da sua carteira, isto é, com a criação da equipa de Controlo de Valor e de Risco e o projeto da sua própria Carta de Responsabilidade em Avaliação baseada nos princípios do Grupo.

Em adição à Carta de Responsabilidades, os tópicos relevantes para o controlo de avaliação são detalhados em políticas específicas. Ver abaixo os processos principais que juntos formam o controlo de avaliação e governação.

Controlo da contabilização de transações

As Operações de Mercados de Capital asseguram que a representação do acordo nos sistemas oficiais corresponde aos termos contratuais dos acordos, a não ser que aproximações específicas sejam acordadas, que nesse caso, eles controlam se a aproximação foi corretamente implementada. Isto exclui o caso de acordos complexos pelos quais os controlos de primeiro nível expostos acima caem sob a responsabilidade do Risk-IM.

Revisão do parâmetro do mercado, também conhecido por Verificação de Preço Independente (VPI)

Esta tarefa é gerida e partilhada pelo departamento Risk-IM e pelo departamento Avaliação e Controlo de Risco (A&CR). Uma revisão abrangente e formal de todos os parâmetros do mercado é executada no fim do mês. Os tipos de parâmetros controlados pelo A&CR estão precisamente listados. Estes são essencialmente os parâmetros pelos quais um controlo automático contra fontes externas pode ser implementado. Isto pode incluir o uso de consenso no preço dos serviços. O Risk-IM no controlo dos parâmetros mais complexos. O Risk-IM continua a controlar quaisquer parâmetros pelos quais o controlo ainda pode não ter sido formalmente transferido para o A&CR.

O resultado da revisão dos parâmetros do mercado é a estimativa de ajustamentos de avaliação que são comunicados às Finanças, causando um impacto no lucro ou prejuízo oficial depois de ser discutido com comerciantes relevantes. Os resultados são comunicados à gestão da Negociação durante os Comitês de Revisão de Avaliação, onde as arbitragens finais podem ser feitas. No entanto, o desacordo pode ser escalado ao Produto do Grupo e ao Comité de Controlo Financeiro (CCF).

Os princípios gerais das revisões dos parâmetros do Mercado são descritos na Carta de Responsabilidade em Avaliação, assim como especializada em políticas globais tais como Marcação Global e Política IPV e princípios de revisão MAP.

Aprovação e revisão de modelos

Para operações nas quais a natureza é comum ao BNP Paribas e ao Fortis Bank, o Fortis Bank usa os modelos do BNP Paribas. O Fortis Bank deveria ter produtos/atividades específicos não monitorizados fora de Bruxelas. O Fortis Bank Risk-IM, em cooperação próxima com o BNP Paribas Risk-IM, definiria metodologias de avaliação oficiais e políticas de reserva. Neste caso, o Fortis Bank

Risk-IM também seria responsável pelo mapeamento de 'modelos/produtos'. Todo o modelo BNPP deve garantir que o uso de modelos está de acordo com o padrão IAS-IFRS relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros.

Reserva e outros ajustamentos de avaliação

O Risk-IM define e calcula as reservas. De um ponto de vista contabilístico, as reservas fazem parte dos ajustamentos de justo valor.

As reservas cobrem maioritariamente:

- O risco de liquidez e os spreads de oferta-procura
- As incertezas dos parâmetros de modelo ou de mercado
- Um prémio de risco que um participante do mercado poderia reclamar por posições que continham riscos não acauteláveis ou diversificados

104| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Todas as reservas são compatíveis com o conceito regulador de avaliação prudente. Algumas reservas podem, no entanto, não ser compatíveis com os princípios contabilísticos, tais como a penalização de posições concentradas. Neste caso, a reserva ocupada precisa de ser revertida nas contas.

Existe uma política de ajustamento de avaliação geral. Metodologias de reserva são documentadas pelo Risk-IM para cada linha de produtos, e esta documentação é atualizada regularmente. As análises de variações de reservas são reportadas no VRC mensal.

As metodologias de reserva são regularmente melhoradas e qualquer mudança é um evento de Modelo de Avaliação. Os melhoramentos de reserva são, geralmente, motivados pela conclusão de uma revisão de modelo ou pela calibração da informação de mercado durante o processo de revisão dos parâmetros de Mercado.

Day one profit e níveis de justo valor

Algumas transações são avaliadas com parâmetros 'não observáveis'. Isto também é chamado de entradas de Nível 3 e o justo valor é alocado ao nível 3 da hierarquia do justo valor. O IAS 39 requer diferenças no lucro ou prejuízo inicial por transações não observáveis enquanto o justo valor inicial necessita de ser calibrado com o preço de transação.

A gestão deste processo de Day one profit envolve o departamento financeiro, Middle-Office, Risk-IM e Negociação. Isto envolve:

- Definir se um tipo de parâmetro ou transação é observável ou não e documentar estas regras (regras observáveis)
- Verificar se a transação dada é observável ou não de acordo com as regras observáveis, quando a triagem automática não é possível ou necessita de ser validada

O impacto do lucro ou prejuízo do lucro ou prejuízo inicial diferencial é calculado pelo Middle-Office.

Regras observáveis são também usadas para o relatório IFRS 7 do relatório do justo valor.

Durante 2011, não foram sujeitas transações no Fortis Bank no Day one profit.

4.e.1.4. Monitorização do risco de mercado

A monitorização do risco de mercado é baseada na análise de três tipos de indicadores (sensibilidades gregas, VaR e testes de stress) que visam abranger todo o mercado de risco de âmbito.

Análise das sensibilidades do risco de mercado

O risco de mercado é primeiramente analisado de forma sistemática medindo a sensibilidade da carteira a vários parâmetros de mercado. A informação obtida é usada para marcar faixas de tolerância para vencimentos expostos e tamanho ou valor do preço por opções de exposição. O

resultado destas análises sensitivas é compilado em vários níveis de posições agregadas e comparadas com os limites do mercado.

Monitorização do risco de mercado em condições normais de mercado

■ Value at Risk (VaR)

O VaR é calculado usando um sistema interno. Estima a perda potencial numa carteira de negociação sob condições de mercado normal sobre um dia de negociação, baseado em mudanças de mercado sobre os 260 dias de negócios anteriores com um nível de confiança de 99%. O modelo foi aprovado pelo supervisor bancário e toma em conta todos os fatores de risco normais (taxas de juro, spreads de crédito, taxas de câmbio, preços de capital, preços das commodities e volatilidades associadas), assim como a correlação entre estes fatores, de modo a incluir os efeitos de diversificação. Também leva em conta riscos de crédito específico.

Os algoritmos, metodologias e conjuntos de indicadores são revistos e melhorados regularmente para ter em conta a complexidade do mercado crescente e sofisticação de produção.

Em Dezembro de 2010, o Fortis Bank submeteu um pedido aos Reguladores Franceses (ACP – Home) e Belgas (BNB – Host) para a extensão de perímetro do modelo interno do BNP Paribas para a entidade legal do Fortis Bank SA/NV.

A extensão do perímetro foi garantida em Julho de 2011, o capital regulador do risco de mercado investido na carteira de negociação do Fortis Bank é calculado baseado na figura computadorizada do VaR com o Modelo Interno do BNP Paribas.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 105

■ História do VaR (10 dias, 99%) em 2011

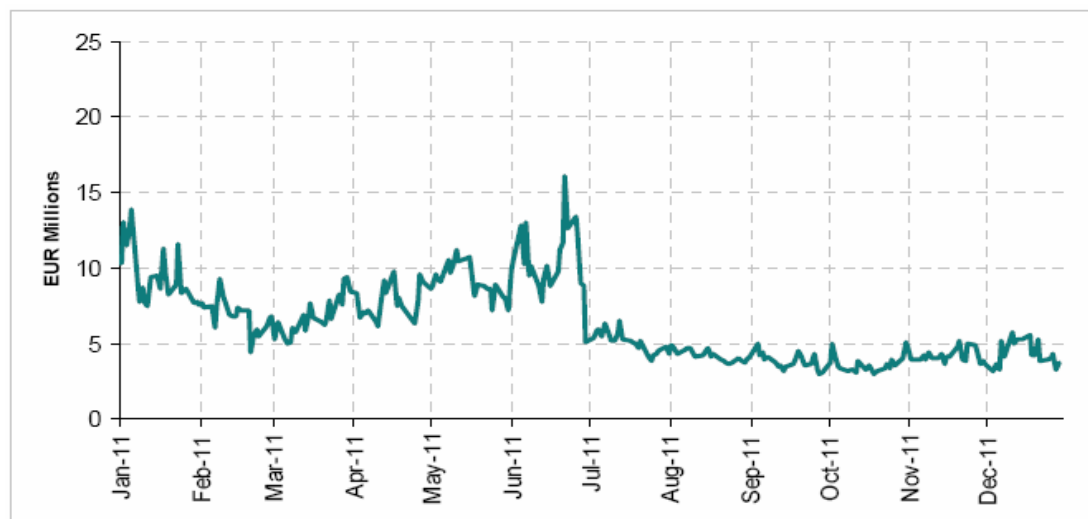
O Value at Risk (VaR) exposto abaixo é calculado a partir de um modelo interno, que usa parâmetros que obedecem a métodos recomendados pelo Comité Basel por determinar o valor estimado em risco ('Suplemento ao Acordo de Capital para Incorporar Riscos de Mercado'). Eles são baseados num horizonte de tempo de dez dias e um intervalo de confiança de 99%.

Em 2011, a média total de 10 dias de VaR é €23,1 milhões (com um mínimo de €9,4 milhões e um máximo de €56,6 milhões), incluindo o efeito de compensação de €(9,2) milhões entre os diferentes tipos de riscos. Estes montantes podem ser divididos como os seguintes:

Tipo de risco	Ano até 31 de Dez. de 2011				Ano até 31 de Dez. de 2010			
	Média	Mínimo	Máximo	Fim do ano	Média	Mínimo	Máximo	Fim do ano
Risco de taxa juro	19.2	6.7	57.9	9.8	27.4	10.3	44.3	29.2
Risco de crédito	6.5	2.7	9.5	6.4				
Risco cambial	2.3	0.5	7.1	2.8	4.4	0.7	10.7	4.1
Risco de preço de capital	4.3	0.4	15.6	2.0	10.9	5.1	29.2	6.5
Risco de preço de comodidade					1.6	0.7	6.3	1.2
Efeito de compensação	(9.2)	(0.9)	(33.5)	(9.2)	(12.0)	(1.4)	(28.8)	(3.1)
VALOR TOTAL DE RISCO	23.1	9.4	56.6	11.8	32.3	15.4	61.7	37.9

■ Exposição de risco em 2011

- História do VaR (1 dia, 99%) em 2011



O VaR decresceu significativamente seguindo a redução das exposições e da migração para o modelo interno do BNP Paribas, que inclui agora o componente de risco de crédito (não aprovado pelo regulador belga no modelo interno do Fortis Bank) e os livros globais para negociação de Strips e Fluxos de Crédito. Durante a segunda metade do ano, as posições foram mantidas pequenas dado ao tumulto do mercado, resultando num baixo VaR.

O Risk-IM testa continuamente a precisão dos seus modelos internos através de uma variedade de técnicas, incluindo uma comparação regular sobre um horizonte de longo prazo entre perdas diárias atuais de transações de mercado de capital e 1 dia VaR. Um nível de confiança de 99% significa que a teoria do Banco não devia incluir perdas diárias em excesso de VaR mais do que dois ou três dias por ano.

Em 2011, as perdas diárias excederam o VaR numa ocasião. Isto implica que o fator de multiplicação mínima de três para os primeiros dois trimestres (fator de multiplicação mínima para o modelo interno do Fortis Bank) e quatro para os últimos dois quartos (fator mínimo de multiplicação para o modelo interno do Gupo BNP Paribas) foi aplicado para os dez dias de VaR na fórmula de computação RegCap. Para o Fortis Bank, o teste de apoio foi um teste de apoio hipotético para os 2 primeiros trimestres (modelo interno do Fotis Bank, isto é, um teste de apoio comparando variações teóricas de mark-to-market num fim do dia congelado da carteira com o VaR). Para os últimos dois trimestres, um verdadeiro teste de apoio é aplicado (modelo interno do BNP Paribas), isto é, um teste de apoio com o P&L observado do dia seguinte e isto inclui ajustamentos intraday, honorários e comissões.

Na Europa, as linhas condutoras de Basel são implementadas por uma Directiva de Requisitos de Capital (DRC). A DRC é elaborada e adotada pela Comissão da EU e depois transposta pelos reguladores nacionais na sua própria jurisdição.

A DRC III (Basel 2.5) consiste numa revisão do quadro de risco de mercado (VaR salientado, IRC, CRM e securitização). O Basel 2.5 começou por contribuir para os requisitos de capital a partir de 31 de Dezembro de 2011.

- História do VaR Salientado (10 dias, 99%) no último quarto de 2011

Um VaR Salientado (VaRS) é computadorizado para cumprir os requisitos do Basel 2.5. É calibrado num período fixo durante a crise, é calculado para manter um nível mínimo de VaR. Um período de 12 meses (Q1-Q4 2008) foi considerado como um período de referência para a calibração do VaR salientado. Esta escolha foi sujeita a uma revisão anual, e foi motivada por uma severidade extrema

do tumulto que ocorreu durante o ano de 2008. Este método é aplicado no início do VaR, para corrigir a 'memória curta' do VaR e para reforçar o Risco Específico.

No último trimestre de 2011, a média total de 10 dias SVaR é de €23,3 milhões (com um mínimo de €16,3 milhões e um máximo de €35,2 milhões), depois de ter em consideração o efeito de compensação de €(13,4) milhões entre os diferentes tipos de risco.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 107

Tipo de risco	Último Trimestre de 2011			Ano até 31 de Dezembro 2010
	Média	Mínimo	Máximo	Média
Risco taxa de juro	14.2	10.3	24.9	14.3
Risco de crédito	16.5	6.7	27.8	18.4
Risco de câmbio	2.9	1.3	10.8	2.7
Risco de equidade	3.1	0.8	12.4	4.7
Risco de preço de comodidade				
Efeito de compensação	(13.4)	(2.8)	(40.7)	(17.0)
VALOR TOTAL DE RISCO	23.3	16.3	35.2	23.1

- História de capitais de risco incrementais no último trimestre de 2011

Os capitais de risco incrementais (CRI) abordam medidas de perda devido a migrações padrão no intervalo de confiança de 99% sobre um horizonte de capital de um ano, assumindo um nível constante de risco neste horizonte. A abordagem para capturar o padrão incremental e os riscos de migração cobre todas as posições sujeitas a encargo de capital para riscos de taxas de juro específicas, incluindo todas as ações do governo, mas excluindo posições de securitização e derivados de crédito nth-to-default.

O modelo é atualmente usado nos processos de gestão de risco e um pedido para homologação foi submetido ao ACP e ao BNB em 2011 e foi aprovado.

O cálculo de CRI é baseado na assunção de um nível constante de risco sobre um horizonte de capital de um ano, implicando que as posições de troca ou conjuntos de posições podem ser rebalanceados durante o horizonte de capital de um ano de uma maneira que mantém o nível de risco inicial, medido pelo VaR ou pela exposição de perfil pela classificação e concentração de créditos. A frequência de rebalanceamento é chamada de horizonte de liquidez.

O modelo é construído à volta de uma simulação baseada nas classificações para cada devedor, que captura tanto o risco de omissão assim como o risco de classificação de migração. A dependência entre devedores é baseada num modelo multi-fator de retorno de ativos. A avaliação de carteiras é executada em cada cenário simulado. O modelo usa um horizonte de liquidez constante de um ano.

O modelo foi validado internamente por uma unidade independente. A revisão considerou a consistência das metodologias propostas, o âmbito dos fatores de risco e a coerência entre a calibração dos parâmetros dos modelos e o seu uso no decurso de simulações com um foco na produção e na definição do perímetro.

No último trimestre de 2011, a média total do CRI é €58 milhões (com um mínimo de €24 milhões e um máximo de €92 milhões).

Tipo de risco	Último Trimestre de 2011			Ano até 31 de Dezembro 2010
	Média	Mínimo	Máximo	Média
TOTAL CRI	57.76	23.65	92.41	47.53

- Medida de risco compreensiva (carteira de correlação)

A medida de risco compreensiva (MRC) é um incentivo a produtos de correlação de créditos estruturados nos livros comerciais. Seguindo a falta de risco posta pelo Plano Industrial, a Medida de Risco Compreensiva (MRC) não é aplicável ao Fortis Bank.

- Posições de titularização em livros Comerciais fora da carteira de correlação

Seguindo a falta de risco posta pelo Plano Industrial, este capital adicional que investe na titularização não é aplicável ao Fortis Bank.

Monitorização de Risco de Mercado sob condições de mercado extremas

Testes de stress são simulados de modo a assessarem a potenciais variações na carteira de negociação em condições de mercado extremas.

108| Fortis Bank Relatório Anual 2011

As condições extremas de mercado são definidas por cenários de rutura, em que os pressupostos são analisados de acordo com as condições económicas. Os resultados obtidos dos testes são objeto de maior pormenorização para diferentes níveis das atividades dos Mercados de Capitais. Os testes de stress visam alertar a administração para os riscos (e implicações para a demonstração de resultados) destes movimentos extremos e anormais, pelo que foram definidos “sinais de alerta precoce” que permitam às partes interessadas:

- adotar a mesma abordagem para o apetite de risco da entidade;
- serem avisadas simultaneamente;
- decidir ações para remediar o problema.

Se os resultados dos testes de stress excederem os sinais de alerta precoce, são considerados fatores impulsionadores da atuação da administração.

À semelhança do Grupo, o Fortis Bank também utiliza 15 macrocenários de testes de stress definidos globalmente, que cobrem todas as atividades do mercado: rendimento fixo, divisas, derivados de ações, bem como mercadorias e tesouraria. Estes cenários são apresentados e analisados bimestralmente pela CMRC.

O risco também pode definir cenários específicos para gerir alguns tipos de riscos com cuidados especiais, em especial os riscos mais complexos que exigem uma reavaliação plena em vez de uma mera estimativa baseada em indicadores de sensibilidade. Os resultados destes testes de stress podem ser apresentados a diretores de linhas de negócio e podem ser fixados limites para os testes de stress.

4.e.2 Risco de mercado relacionado com atividades bancárias

O risco de mercado relacionado com atividades bancárias abrange o risco de perda de posições de capitais próprios por um lado, e de taxa de juro e risco cambiais resultantes de atividades de intermediação bancária por outro lado. Apenas o risco de capitais próprios e o risco cambial motivam um cálculo ponderado de ativos ao abrigo do Pilar 1. O risco de taxa de juro enquadra-se no Pilar 2.

Os riscos cambial e de taxa de juro relacionados com atividades de intermediação bancária e investimento dizem respeito sobretudo a atividades bancárias de retalho, subsidiárias especializadas de financiamento e gestão de poupanças, negócios de financiamento na área CIB e investimentos realizados pelo Fortis Bank. Estes riscos são geridos pelo departamento ALM&Treasury (Gestão de ativos e passivos/Tesouraria).

A nível do Grupo, ALM&Treasury reporta diretamente às Funções do Grupo. O departamento ALM&Treasury detém autoridade funcional sobre o pessoal dos sectores da gestão de ativos e passivos e de tesouraria de cada subsidiária. As decisões estratégicas são tomadas pela Comissão de Ativos e Passivos (ALCO), que supervisiona as atividades ALM&Treasury. Estas comissões foram criadas a nível do Grupo, divisões e entidades operativas.

4.e.2.1 Risco de capitais próprios

As participações de capitais próprios detidas pelo Banco fora da carteira de negociação são títulos que conferem direitos subordinados residuais sobre os ativos ou o rendimento do emitente ou possuem uma substância económica semelhante. Incluem:

- ações cotadas e não cotadas e unidades em fundos de investimento;
- opções embutidas em obrigações convertíveis e obrigatoriamente convertíveis;
- opções sobre ações;
- títulos super subordinados;
- compromissos dados e coberturas relativas a ações; e
- capitais próprios em empresas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Modelação do risco de capitais próprios

De acordo com a Diretiva “Requisitos de capital”, os bancos que utilizam a Abordagem Interna Baseada no Risco são obrigados a dar um tratamento separado às exposições a capitais próprios detidos na sua carteira bancária. Por conseguinte, o Fortis Bank aplica a abordagem ponderada de risco simples (exceto para (i) exposição a capitais próprios detidos antes de 2008 ou detidos em entidades não materiais, às quais se aplica a abordagem normalizada e (ii) capitais próprios que são deduzidos de fundos próprios).

A abordagem ponderada de risco simples baseia-se em observações de longo prazo do mercado e define ponderações de risco separadas para cobrir perdas inesperadas:

- 190% de valor de exposição para exposições a private equity em carteiras suficientemente diversificadas;
- 290% de valor de exposição para exposição a capitais próprios negociados em bolsa;
- 370% de valor de exposição para exposições a outros capitais próprios.

As perdas esperadas com a exposição a capitais próprios são deduzidas dos fundos próprios. O modelo foi validado pela CBFA para a mensuração dos requisitos de capital do risco de capitais próprios no âmbito do processo de aprovação Basileia II.

Exposição ao risco de capitais próprios*

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Método ponderado de risco simples	623	757
Ponderação de 190%	584	571
Ponderação de 290%	5	5
Ponderação de 370%	34	181
Abordagem normalizada	957	1.099
TOTAL	1.580	1.856

* justo valor (contabilizado no e fora do balanço)

4.e.2.2 Risco cambial (Pilar 1)

Cálculo de ativos ponderados pelo risco

O risco cambial aplica-se a todas as transações, quer façam ou não parte da carteira de negociação. Este risco é tratado da mesma forma em Basileia I e Basileia II.

Com exceção da exposição a divisas do Fortis Bank Bélgica, que é calculada pelo modelo interno do Fortis Bank aprovado pela CBFA, a exposição ao risco cambial é determinada atualmente pela abordagem normalizada, utilizando a opção fornecida pelo supervisor bancário para limitar o âmbito do risco cambial operacional.

As entidades do Fortis Bank calculam a sua posição líquida em cada divisa, incluindo o euro. A posição líquida é igual à soma de todas as rubricas de ativos, deduzida de todas as rubricas de passivos acrescida das rubricas não contabilizadas no balanço (incluindo a posição de divisas líquida escriturada e o equivalente líquido baseado no delta da carteira de opções em divisas) deduzida dos ativos estruturais não correntes (capitais próprios de longo prazo, ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Estas posições são convertidas em euros à taxa de câmbio da data de reporte e agregadas para obter a posição aberta líquida global em cada moeda. A posição líquida numa determinada moeda é longa quando os ativos excedem os passivos e curta quando os passivos excedem os ativos. Para cada entidade, a posição em divisas líquida é saldada na moeda relevante (ou seja, na sua moeda de reporte) de modo a que a soma de posições longas seja igual à soma de posições curtas.

As regras para calcular os requisitos de capital do risco cambial são as seguintes:

- As posições compensadas em moedas de Estados-Membros que integram o Sistema Monetário Europeu são sujeitas a um requisito de capital de 1,6% do valor das posições alinhadas.
- As posições em moedas estreitamente correlacionadas são sujeitas a um requisito de capital de 4% do valor alinhado.
- Outras posições, incluindo o saldo de posições não alinhadas nas moedas acima referidas, são sujeitas a um requisito de capital de 8% do seu valor.

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Risco cambial e cobertura de resultados gerados em divisas

A exposição do Fortis Bank a riscos de divisas operacionais decorre dos resultados líquidos noutras moedas que não o euro. A política do Fortis Bank é cobrir mensalmente todos os seus resultados não em euros com o valor em euros. Os resultados obtidos localmente noutras moedas que não a moeda funcional da operação são cobertos localmente. Os resultados líquidos gerados por subsidiárias e sucursais estrangeiras e as posições relativas a imparidades da carteira são geridos centralmente.

110| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Risco cambial e cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras

A posição de divisas do Fortis Bank em investimentos em operações estrangeiras decorre principalmente de afetação de capitais sectoriais e capitais próprios denominados em divisas.

A política habitual do Fortis Bank é contrair um empréstimo na moeda do investimento para proteger o investimento contra o risco cambial. Esses empréstimos contraídos são documentados como coberturas de investimentos líquidos em operações estrangeiras. No entanto, para a maioria das moedas fracas, o investimento também pode ser financiado pela aquisição da moeda em questão.

4.e.2.3 Risco de taxa de juro (Pilar 2)

Quadro de gestão do risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro sobre transações comerciais da banca de retalho, subsidiárias de financiamento especializadas, linhas de negócio de gestão de poupanças nas divisões Soluções de Investimento Corporate Banking (CIB) é gerido centralmente por ALM & Treasury através da carteira de negociação dos clientes. O risco de taxa de juro sobre os capitais próprios e investimentos do Banco também é gerido por ALM & Treasury, na intermediação dos capitais próprios e na carteira de investimentos.

As transações iniciadas por cada linha de negócio do Fortis Bank são transferidas para ALM & Treasury por meio de contratos internos inscritos nas contas de gestão ou por via da contração e concessão de empréstimos. ALM & Treasury é responsável por gerir o risco de taxa de juro inerente a estas transações.

As principais decisões sobre posições decorrentes de atividades de intermediação bancária são tomadas em reuniões mensais ou trimestrais das comissões. Estas reuniões têm a participação dos diretores da linha de negócio, ALM & Treasury, departamento de Financiamento e Risco.

As quatro principais fontes de risco de taxa de juro são:

- risco de reformulação do preço, devido a uma inconsistência da reformulação do preço da taxa de juro entre ativos e passivos (inconsistência habitual)
- alterações na estrutura das curvas de rendibilidade (desvios paralelos, de atenuação ou de acentuação)
- risco de base resultante da correlação imperfeita entre diferentes taxas de referência (por exemplo, taxas de swap e rendimentos de obrigações de dívida pública)
- opcionalidade: do lado dos ativos, certos instrumentos financeiros são acompanhados de opções embutidas (escondidas ou explícitas) que serão exercidas consoante os movimentos das taxas de juro.

Mensuração do risco da taxa de juro

O Fortis Bank mensura, monitoriza e controla o seu risco de taxa de juro da carteira bancária com recurso aos seguintes indicadores:

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

- duração dos capitais próprios
- sensibilidade da taxa de juro do justo valor da participação
- resultados em risco (earnings at risk ou EaR).

Duração dos capitais próprios – A duração é uma medida do prazo médio dos fluxos de caixa de uma carteira de ativos ou passivos. A duração de aplicações é uma aplicação da análise da duração e mede a sensibilidade da taxa de juro consolidada. É mensurada como a diferença entre o valor atual dos futuros fluxos de caixa ponderados gerados pelos ativos e o valor atual dos futuros fluxos de caixa ponderados gerados pelos passivos. A duração dos capitais próprios é um indicador global da inconsistência na duração dos ativos e passivos.

Sensibilidade da taxa de juro do justo valor dos capitais próprios – Esta abordagem consiste em aplicar +/- 100 pb ao justo valor de um instrumento ou carteira.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 111

Resultados em risco – No caso de atividades da banca de retalho, o risco de taxa de juro estrutural também é mensurado numa base de continuidade, através de um indicador de sensibilidade dos resultados. Devido à existência de correlações parciais, ou até à ausência de correlações entre as taxas de juro dos clientes e as taxas de mercado, e à sensibilidade ao volume causada por opções comportamentais,

a rotação de rubricas do balanço gera uma sensibilidade estrutural das receitas a alterações da taxa de juro. Por último, para os produtos com opções comportamentais subjacentes, é analisado um indicador de risco de opções específico com a finalidade de ajustar as estratégias de cobertura.

A seleção dos indicadores e a modelação do risco, bem como a produção de indicadores, são controladas por equipas de controlo de produto independentes e por equipas de gestão do risco. Os resultados destes controlos são apresentados periodicamente a comissões especializadas e uma vez por ano ao Conselho de Administração.

Estes indicadores são sistematicamente apresentados às comissões de gestão de ativos e passivos e fornecem a base para decisões de cobertura, tomando em consideração a natureza do risco envolvido.

Limites do risco

Nas carteiras de intermediação bancária dos clientes, o risco global da taxa de juro das entidades da banca de retalho é sujeito a um limite primário, baseado na sensibilidade das receitas a alterações da taxa de juro nos próximos 12 meses. O limite baseia-se em receitas recorrentes, para controlar a incerteza sobre futuras flutuações das receitas causadas por alterações das taxas de juro. As subsidiárias de financiamento especializadas são expostas a níveis muito baixos de risco de taxa de juro, dada a centralização dos riscos ao nível de ALM & Treasury. O risco residual é controlado pelos limites técnicos do diferencial da taxa de juro que são monitorizados pela Comissão de Gestão de Ativos e Passivos da linha de negócio relevante.

O Fortis Bank define um limite para a duração dos capitais próprios para cada entidade. A duração dos capitais próprios é a duração que deveria ser atribuída à diferença entre o valor dos ativos e o valor dos passivos com vista a imunizar o balanço total contra alterações da taxa de juro. O Fortis Bank tem uma duração de capitais próprios positiva. Isto significa que um aumento das taxas de juro

reduz o valor para o Banco. Este limite é analisado e aprovado anualmente pela Comissão de Gestão de Ativos e Passivos.

Sensibilidade do valor das carteiras bancárias

Uma vez que as carteiras de instrumentos financeiros resultantes das atividades bancárias não se destinam a venda, não são geridas na base do seu justo valor.

A análise de sensibilidade toma em consideração todos os futuros fluxos de caixa gerados por transações por liquidar na data de relato, independentemente da maturidade. Os dados relativos à sensibilidade tomam em consideração as carteiras de replicação e modelos utilizados para gerar maturidades teóricas, em especial dos capitais próprios do Banco.

A sensibilidade do valor das carteiras bancárias a uma alteração instantânea de um ponto base das taxas de juro foi de um aumento do valor no caso de uma descida e de um decréscimo do valor no caso de uma subida de, aproximadamente, 12.839 euros em 31 de Dezembro de 2011, em comparação com 11.256 euros em 31 de Dezembro de 2010.

Sensibilidade da taxa de juro do valor das carteiras de intermediação dos capitais próprios e de intermediação bancária dos clientes:

Ano até 31 de Dezembro de 2010						
Em milhares de euros	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
EUR	71	(883)	637	1.335	(12.907)	(11.747)
(30)	(4)	(30)	(89)	(482)	(24)	(629)
GBP	(2)	(21)	(15)	(2)	(1)	(41)
Outras moedas	4	(12)	(57)	(97)	(260)	(422)
TOTAL	69	(946)	476	754	(13.192)	(12.839)

Ano até 31 de Dezembro de 2010						
Em milhares de euros	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
EUR	(35)	(757)	(761)	2.315	(11.653)	(10.981)
(30)	41	(12)	77	100	(297)	(91)
GBP	8	(62)	(20)	(59)	(2)	135
Outras moedas	3	(50)	(129)	139	(102)	(139)
TOTAL	17	(881)	(833)	2.495	(12.054)	(11.256)

Cobertura do risco de taxa de juro e do risco cambial

As relações de cobertura iniciadas pelo Banco consistem principalmente de coberturas de taxa de risco ou de coberturas do risco cambial sob a forma de swaps, opções, forwards ou futuros.

Consoante o objetivo de cobertura, os instrumentos financeiros derivados utilizados para esse fim são qualificados como coberturas ao justo valor, coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de investimentos líquidos em operações cambiais. Cada relação de cobertura é formalmente documentada na origem. A documentação descreve a estratégia de cobertura, identifica a rubrica coberta, o instrumento de cobertura e a natureza do risco coberto, e descreve a metodologia utilizada para testar a eficácia esperada (prospetiva) e efetiva (retrospectiva) da cobertura.

Risco de taxa de juro global

A estratégia do Banco para gerir o risco global de taxa de juro baseia-se numa monitorização estreita da sensibilidade dos resultados do Banco a alterações nas taxas de juro.

Consegue determinar assim a forma de otimizar o nível de compensação entre os diferentes riscos. Este procedimento exige uma avaliação extremamente rigorosa dos riscos incorridos que permita ao Banco determinar a estratégia de cobertura mais apropriada, depois de tomar em consideração os efeitos de compensação dos diferentes tipos de risco.

Estas estratégias de cobertura são definidas e implementadas para cada carteira e moeda.

A evolução dos ativos e passivos dos clientes (sem vendas e recompras) permanece muito estável entre Dezembro de 2010 e o final de 2011. Em resultado do diferente ritmo de produção entre ativos e passivos, as coberturas estruturais de taxa de juro aplicadas pelo Banco em 2011 baseiam-se principalmente numa estratégia mutualista de taxa fixa; incluem derivados contabilizados como coberturas ao justo valor e títulos de dívida pública, que são registados na categoria "Disponíveis para venda".

O risco de taxa de juro é atenuado pela utilização de diferentes instrumentos, sendo os derivados, nomeadamente os swaps e as opções de taxa de juro, os mais importantes. Os swaps de taxa de juro são utilizados para alterar o perfil de risco linear causado, principalmente, por ativos e passivos de longo prazo. As opções são utilizadas para reduzir o risco não linear, que se deve sobretudo a opções embutidas vendidas a clientes como, por exemplo, caps e opções de pré-pagamento.

113| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Risco cambial estrutural

As coberturas cambiais são contratadas pelo departamento de gestão de ativos e passivos para os investimentos do Banco em divisas e suas futuras receitas cambiais. Cada relação de cobertura é formalmente documentada na origem. A documentação descreve a estratégia de cobertura, identifica a rubrica coberta, o instrumento de cobertura e a natureza do risco coberto, e descreve a metodologia utilizada para testar a eficácia esperada (prospetiva) e efetiva (retrospetiva) da cobertura.

Uma relação de cobertura é aplicada e documentada para investimentos financiados por empréstimos em moeda estrangeira para que os impactos dos movimentos das taxas de câmbio possam ser registados simetricamente e não tenham impacto na conta de resultados. Estes instrumentos são designados de coberturas de investimento líquidos.

Uma relação de cobertura semelhante é a relação criada para cobrir o risco cambial de ativos líquidos em divisas de sucursais e subsidiárias consolidadas. As coberturas ao justo valor são utilizadas para cobrir o risco cambial de investimentos de capitais próprios em empresas não consolidadas. Nenhuma relação de cobertura foi desqualificada da contabilização de coberturas em 2011.

Cobertura de instrumentos financeiros reconhecidos no balanço (coberturas ao justo valor)

As coberturas ao justo valor de riscos de taxa de juro dizem respeito a ativos ou passivos de taxa fixa identificados ou a carteiras de ativos ou passivos de taxa fixa. Os derivados são contratados para reduzir a exposição do justo valor destes instrumentos a alterações das taxas de juro. Os ativos identificados consistem principalmente de títulos disponíveis para venda. As coberturas de carteiras de ativos e passivos financeiros dizem respeito a hipotecas de taxa fixa, as emissões de dívida de taxa fixa implicam depósitos e empréstimos.

Para identificar a quantia coberta, o saldo residual da rubrica coberta é dividido em bandas de maturidade, sendo designada uma quantia separada para a cada banda. A divisão da maturidade é determinada com base nos termos contratuais das transações e observações históricas do comportamento dos clientes (pressupostos de pré-pagamento e taxas de incumprimento estimadas). Nenhuma relação de cobertura foi desqualificada da contabilização de coberturas em 2011.

A eficácia de cobertura esperada é mensurada para cada relação de cobertura, garantindo-se que em cada banda de maturidade o justo valor das rubricas cobertas é superior ao justo valor dos instrumentos de cobertura designados.

A eficácia real é avaliada numa base ex-post assegurando-se que a variação mensal no justo valor dos itens cobertos desde o início do mês não indica qualquer cobertura em demasia (over-hedging).

Cobertura de fluxos de caixa

A nível do risco de taxa de juro, o Banco usa instrumentos derivados para cobrir as flutuações de rendimentos e custos resultantes dos ativos e passivos de taxa flutuante. As transações que se prevê realizar com grande probabilidade também são cobertas. As rubricas cobertas são divididas em bandas de maturidade por moeda e taxa de juro de referência. Após considerar os pressupostos de pré-pagamento e as taxas de incumprimento estimadas, o Banco utiliza derivados para cobrir parte

ou a totalidade da exposição ao risco gerada por estes instrumentos de taxa flutuante. Os ativos identificados consistem principalmente em títulos disponíveis para venda. As coberturas das carteiras de ativos e passivos financeiros dizem respeito a empréstimos e depósitos do Banco, depósitos a prazo e futuros empréstimos.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, nenhuma cobertura de transações previstas foram requalificadas como inelegíveis para contabilização como coberturas por o correspondente futuro evento deixar de ser altamente provável.

4.f Risco operacional

QUADRO DE GESTÃO DO RISCO

Quadro regulamentar

O Fortis Bank optou por um quadro único e abrangente de gestão do risco operacional para toda a organização, que cumpre os critérios Basileia II descritos na Abordagem de Mensuração Avançada (“AMA”). Esta abordagem apoia a organização através de uma melhor gestão do risco proporcionada por uma sensibilidade acrescida do risco operacional. Garante uma mensuração e monitorização eficazes do perfil de risco operacional e um nível adequado de requisitos de fundos próprios.

Atores fundamentais e gestão

Foi criada uma estrutura apropriada de gestão do risco em torno de um modelo com três níveis de defesa, que atribui aos negócios a responsabilidade primária pela gestão e atenuação do risco operacional. A segunda linha de defesa é assumida pelas funções de gestão do risco. Compete-lhes garantir que o quadro de gestão do risco operacional é devidamente integrado, que os riscos operacionais identificados, avaliados, medidos e geridos refletem o verdadeiro perfil de risco e que os resultantes níveis de fundos próprios são adequados. Na sua terceira linha de defesa, a auditoria interna garante uma implementação correta das estruturas e políticas de risco.

As principais entidades de gestão para questões relacionadas com o Risco Operacional e Controlo Interno são as Comissões de Controlo Interno (ICC).

O Fortis Bank possui 5 comissões de controlo interno, todas presididas por membros da ExCo. Existe ainda uma comissão de controlo interno a nível do Comité Executivo.

Compete às comissões de controlo interno gerir o quadro de controlo operacional permanente, os riscos operacionais e os riscos de não conformidade. Os riscos operacionais e os riscos de não conformidade incluem o risco reputacional, risco de fraude, risco de relato financeiro, risco fiscal, risco jurídico, risco de incumprimento de legislação, regulamentações e políticas, riscos operacionais relacionados com pessoas, processos, sistemas e ambiente externo, risco de negócio. Cabe-lhes, entre outras funções:

- criar uma visão organizada e global do quadro de controlo operacional permanente, da gestão dos riscos operacionais e da gestão dos riscos de não conformidade do Fortis Bank SA/NV;
- analisar e decidir sobre estas questões;
- instituir um nível de aviso, alerta e escalção de fragilidades observadas;
- demonstrar e provar o envolvimento da Comissão Executiva e do Comité Executivo na gestão destas questões e acompanhamento das ações relevantes.

As comissões de controlo interno têm por objetivo permitir que os negócios e funções assinalem os riscos operacionais, riscos de não conformidade e fragilidades mais significativos no ambiente de controlo permanente, destacar o respetivo plano de ação e fornecer uma visão geral do estado das medidas adotadas.

O quadro abrange os quatro elementos exigidos para uma abordagem de mensuração avançada:

- A compilação de dados sobre perdas é o primeiro módulo do quadro de gestão do risco operacional. As perdas operacionais ocorridas na organização são sistematicamente recolhidas numa base de dados central.
- O Fortis Bank complementa estes dados internos sobre perdas com fontes externas de dados sobre perdas. O Fortis Bank utiliza bases de dados públicas e do consórcio para complementar a sua base interna de dados sobre perdas para efeitos da análise dos riscos.
- Um elemento central do quadro são as análises de risco prospetivas que definem o perfil de risco do Banco e são utilizadas como fontes primárias no cálculo dos requisitos de fundos próprios:
 - A avaliação do risco combina auto-avaliações do risco que partem da base para o topo (bottom-up) e análises de cenários que partem do topo para a base (top-down). A auto-avaliação bottom-up fornece informações sobre os

riscos operacionais intimamente relacionados com a organização interna e o ambiente de controlo. As auto-avaliações dos riscos são realizadas com um nível de detalhe razoável em cada negócio e função de suporte e produzem uma descrição dos riscos identificados, uma análise dos fatores que causam estes riscos e uma descrição e avaliação do ambiente de controlo. Por último, quantificam a exposição residual ao risco.

- A análise de cenários top-down complementa o perfil de risco operacional para os riscos operacionais de grande impacto mais sistémicos ou menos frequentes. Abrange os riscos operacionais a que a organização está sujeita por causa do tipo de atividades que exerce e do ambiente de negócio em que opera. As análises de cenários são realizadas ao nível da administração sénior e baseiam-se sobretudo na análise de dados externos sobre perdas. A documentação dos cenários descreve o tipo de risco, a qualidade do ambiente de controlo e a quantificação da exposição ao risco.

- Os fatores impulsionadores do risco operacional (ou Indicadores Fundamentais de Risco) são acompanhados com vista a alertar para alterações aparentes no perfil do risco operacional em resultado de fatores internos ou do ambiente de negócio.

Cálculo dos requisitos de fundos próprios

O Fortis Bank aplica os métodos mais avançados para determinar - para os elementos materiais da sua atividade - os níveis de fundos próprios exigidos perante os riscos operacionais. Estes métodos estão em conformidade com a Abordagem de Mensuração Avançada (AMA). A abordagem de Indicadores Básicos é utilizada para partes menores e não materiais das atividades.

Fusão com o BNP Paribas

O BNP Paribas Group tem um sistema de gestão do risco operacional muito semelhante ao do Fortis Bank. O Fortis Bank cumpre a AMA e estabeleceu um sistema que analisa os dados reais e prospetivos sobre perdas. Com o tempo, o sistema do BNP Paribas Group será alargado de forma a abranger o Fortis Bank e o BGL BNP Paribas.

Controlo e atenuação do risco operacional

O Fortis Bank dispõe de um conjunto de ferramentas para controlar e atenuar o risco operacional. Avaliações do risco, análises de dados sobre perdas e movimentos dos indicadores fundamentais de risco permitem formalizar ações para um maior controlo dos riscos operacionais. Estas ações dizem frequentemente respeito ao contexto organizacional e processual. A gestão da continuidade do negócio, medidas de segurança da informação, uma estrutura de seguro e gestão para decidir transações excecionais e novas atividades através da Comissão de Transações Especiais e da Comissão de Novas Atividades são algumas das técnicas, coordenadas centralmente, de atenuação do risco operacional.

4.g Risco de conformidade e risco de reputação

Missão de conformidade

A conformidade tem por missão global fornecer uma garantia razoável da coerência e eficácia do sistema de controlo permanente do Fortis Bank, da conformidade das suas atividades e da proteção da reputação do Banco mediante aconselhamento, supervisão e controlos independentes.

A conformidade, enquanto segunda linha de defesa, em uma função dupla:

A primeira função consiste em supervisionar a gestão eficaz do risco de conformidade. Envolve definir políticas, prestar aconselhamento e sensibilizar os colegas para a necessidade de obedecer aos princípios fundamentais de conformidade:

- Segurança financeira: combate ao branqueamento de capitais, combate à corrupção e ao financiamento do terrorismo, sanções financeiras e divulgação a unidades de informação financeira;
- Proteção do interesse dos clientes: inclui produtos e serviços para os clientes, bem como conflitos de interesse;
- Integridade dos colaboradores: inclui códigos de conduta, política de presentes, conflitos de interesse, política de transações pessoais;
- Práticas abusivas de mercado: integridade do mercado, conflitos de interesse

A Conformidade define políticas e presta aconselhamento vinculativo nestas áreas. O aconselhamento prestado pela Conformidade pode ser reencaminhado para níveis superiores até se chegar a um consenso que garanta uma resolução adequada das questões.

A segunda função da Conformidade consiste em definir o quadro geral na área do controlo permanente. Nesta área, a Supervisão de Controlos Operacionais Permanentes (2OPC), que integra a Conformidade, definirá e coordenará o quadro de controlo geral.

Quadro organizacional da conformidade

Em cumprimento da legislação belga, a função de Conformidade é uma função de controlo independente, que reporta ao Chief Executive Officer. A função tem acesso direto e independente à Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade do Conselho de Administração que integra como convidado permanente.

A função faz parte de uma função do Grupo, gerida a partir de Paris, responsável pela fiscalização e supervisão de todas as questões de conformidade. O diretor de conformidade do Fortis Bank tem uma ligação estreita com o diretor de conformidade do Grupo, o que garante uma correta aplicação local do modelo operacional do Grupo. A função de conformidade do Grupo tem vindo a crescer continuamente desde 2004.

Princípios de alto nível

A gestão dos riscos de conformidade e reputação baseia-se nos seguintes princípios de alto nível:

- responsabilidade individual: A conformidade é da responsabilidade de todos e não apenas do departamento de conformidade;
- abordagem exaustiva e abrangente: o âmbito da conformidade aplica-se a todas as atividades bancárias.
Neste sentido, o departamento de conformidade tem acesso ilimitado a todas as informações requeridas;
- independência: Os colegas do departamento de conformidade exercem a sua missão num contexto que garante a sua independência de ação e pensamento;
- primazia das políticas do Grupo sobre as políticas locais na medida permitida pelas legislações locais.

4.h Risco de liquidez e refinanciamento

O risco de liquidez e refinanciamento é o risco de que o Banco não consiga cumprir os requisitos pecuniários ou colaterais correntes ou futuramente previstos ou imprevistos sem afetar transações de rotina ou a sua posição financeira.

O risco de liquidez e refinanciamento é gerido por uma política global de liquidez aprovada pela Comissão Executiva do Fortis Bank. Esta política baseia-se em princípios de gestão concebidos para aplicar em condições normais e numa crise de liquidez. A política de liquidez do Fortis Bank está em estreita consonância com a política de liquidez do BNP Paribas Group. A posição de liquidez do Banco é avaliada na base de normas internas e rácios regulamentares.

4.h.1 Política de gestão do risco de liquidez

Objetivos da política

A política de gestão do risco de liquidez do Fortis Bank tem por objetivos (i) garantir um mix de financiamento equilibrado para apoiar a estratégia de desenvolvimento do Fortis Bank; (ii) garantir que o Fortis Bank está sempre em condições de quitar as suas obrigações para com os seus clientes; (iii) cumprir as normas definidas pelo supervisor bancário; (iv) manter os custos de refinanciamento tão baixos quanto possível; e (v) lidar com eventuais crises de liquidez.

Funções e responsabilidades da gestão do risco de liquidez

A Comissão de Ativos e Passivos (ALCO) do Banco define a política geral de gestão do risco de liquidez, incluindo princípios de mensuração do risco, níveis aceitáveis de risco e o sistema de faturação interno. Submete as suas decisões à Comissão Executiva para aprovação final. A responsabilidade pela monitorização e implementação foi delegada no departamento ALM & Treasury. A Comissão de Auditoria, Risco e Conformidade reporta ao Conselho de Administração em matéria de princípios de política de liquidez e da posição do Banco.

A Comissão ALCO do Banco é periodicamente informada sobre os indicadores de liquidez, resultados dos testes de stresse e execução dos programas de financiamento. Também é informada sobre eventuais situações de crise, competindo-lhe decidir a atribuição de funções de gestão de crises e aprovar planos de emergência.

Após validação pela Comissão ALCO do Banco, cabe ao departamento ALM & Treasury implementar a política a nível central e das entidades locais. Detém ainda a propriedade dos sistemas utilizados para gerir o risco de liquidez.

A linha de negócio e a Comissão ALCO da entidade implementam localmente a estratégia aprovada pela Comissão ALCO do Banco.

O departamento de Gestão de Risco do Grupo contribui para definir os princípios da política de liquidez. Valida ainda os modelos, indicadores de risco (incluindo testes de stresse da liquidez), limites e parâmetros de mercado utilizados, fornecendo deste modo uma segunda linha de controlo. O CRO do Fortis Bank é membro da ALCO do Banco e da Comissão Executiva.

Gestão centralizada do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerido centralmente pelo departamento de gestão de ativos e passivos e de tesouraria (ALM & Treasury) para todas as maturidades e moedas. O departamento de ALM & Treasury tem a missão de providenciar financiamento para os negócios e linhas de negócio nucleares do Banco e de investir os respetivos excedentes. A unidade de tesouraria é responsável pelo

refinanciamento a curto prazo, incluindo emissões de curto prazo (certificados de depósito, papel comercial, etc.), enquanto que a unidade de gestão de ativos e passivos detém a responsabilidade pelas emissões de dívida sénior e subordinada (MTN, obrigações, depósitos de médio/longo prazo, etc.), emissões de ações preferenciais, programas de titularização de empréstimos para o negócio da banca de retalho e linhas de negócio de financiamento bancário Empresas e Investimento.

4.h.2 Gestão e supervisão do risco de liquidez

A gestão quotidiana da liquidez baseia-se num conjunto de ferramentas de informação e normas internas que informam sobre os diferenciais de fluxos de caixa nas várias maturidades e moedas.

118| Fortis Bank Relatório Anual 2011

A capacidade de refinanciamento para lidar com um pico inesperado de falta de liquidez é mensurada diariamente a nível do Banco. Compreende essencialmente os títulos disponíveis e os empréstimos elegíveis para refinanciamento junto de bancos centrais, títulos disponíveis não elegíveis que podem ser vendidos ao abrigo de acordos de recompra ou imediatamente no mercado e empréstimos overnight não suscetíveis de ser renovados.

O Fortis Bank mede diariamente a diversificação das suas fontes de fundos de curto prazo para garantir que não depende excessivamente de um número limitado de fornecedores de financiamento.

A gestão de liquidez no médio e longo prazo baseia-se predominantemente numa análise das fontes de fundos disponíveis no médio e longo prazo para financiar ativos com maturidade igual. A posição de liquidez consolidada do Fortis Bank é medida periodicamente por maturidade, linha de negócio e moeda.

Acresce a realização de testes de grave falta de liquidez, com base em fatores de mercado, fatores específicos do Fortis Bank e fatores específicos do BNP Paribas que afetariam adversamente a sua posição de liquidez.

Os rácios de observação regulamentares representam o último patamar do sistema de gestão do risco de liquidez. Incluem rácios de observação de liquidez a 1 semana e a 1 mês, que são calculados mensalmente numa base regulamentar e consolidada. O Fortis Bank cumpre com estes rácios de observação, quer a nível regulamentar, quer a nível consolidado. As subsidiárias e sucursais estrangeiras poderão vir a ser obrigadas a cumprir os rácios regulamentares locais.

4.h.3 Técnicas de atenuação do risco

No âmbito da gestão quotidiana da liquidez, em caso de uma crise de liquidez temporária, os ativos do Banco com maior liquidez constituem uma reserva de financiamento que lhe permite ajustar a sua posição de tesouraria através do seu refinanciamento no mercado de recompra ou do seu desconto junto do banco central. Em caso de uma crise de liquidez prolongada, o Banco poderá ter de reduzir gradualmente a sua posição global do balanço e vender ativos diretamente.

Os ativos com menor liquidez podem ser convertidos em ativos líquidos ou colateralizados no âmbito da gestão quotidiana da liquidez, mediante a titularização de agrupamentos de empréstimos ao consumo concedidos a clientes da banca de retalho, bem como de agrupamentos de empréstimos a empresas.

O risco de liquidez também é reduzido pela diversificação das fontes de financiamento em termos de estrutura, investidores e financiamento garantido/não garantido.

Estratégias de cobertura

O Banco prosseguiu a sua política de diversificação das suas fontes de financiamento, em termos de investidores, moedas e financiamento colateralizado. A criação da “linha de produtos de depósito” em 2010, uma unidade de venda integrada no departamento de tesouraria, contribuiu para diversificar a base de investidores empresarial e institucional. O Banco prossegue a sua política de atração de investimento através de vários programas de papel comercial e certificados de depósito em diversos países.

De um ponto de vista estrutural, o Fortis Bank possui um sólido rácio empréstimos/depósitos de 101,4% no final de 2011.

Dívida sénior

Em 2010, os clientes de retalho do Fortis Bank adquiriram um total de 1,1 mil milhões de euros de emissões de dívida não subordinada em várias moedas.

5. NOTAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

5.a Ativos financeiros, passivos financeiros e derivados considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos

Os ativos financeiros e os passivos financeiros considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos são compostos por transações da carteira de negociação e certos ativos e passivos designados "considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos" na data de aquisição ou emissão.

ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos da carteira de negociação incluem transações de títulos proprietários, acordos de recompra e instrumentos derivados contratados para efeitos de gestão de posições.

Os ativos designados "considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos" incluem ativos com derivados embutidos que não foram separados do contrato base e também ativos avaliados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos para evitar uma combinação contabilística inadequada.

PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos da carteira de negociação incluem a contração de empréstimos de títulos e vendas a descoberto, acordos de recompra e instrumentos derivados contratados para efeitos de gestão de posições.

Os passivos financeiros considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos incluem principalmente emissões originadas e estruturadas para benefício dos clientes, em que a exposição ao risco é gerida em combinação com a estratégia de cobertura. Estes tipos de emissões contêm um número significativo de derivados embutidos, cujas alterações de valor são anuladas por alterações no valor do instrumento de cobertura.

	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Carteira de negociação	Ativos designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Total	Carteira de negociação	Ativos designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Total
Em milhões de euros						
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS						
Certificados de depósito negociáveis	68		68	499		499
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis para refinanciamento do banco central	68		68	14		14
Outros certificados de depósito negociáveis				485		485
Obrigações	3.740	118	3.858	2.482	604	3.086
Obrigações de dívida pública	1.532		1.532	1.913		1.913
Outras obrigações	2.208	118	2.326	569	604	1.173
Ações e outros títulos de rendimento variável	335	706	1.041	426	769	1.195
Acordos de recompra	18.917		18.917	22.169		22.169
Empréstimos concedidos	27	1.804	1.831		2.031	2.031
Derivados da carteira de negociação	65.526		65.526	49.259		49.259
Derivados em divisas	909		909	635		635
Derivados de taxa de juro	63.723		63.723	46.987		46.987
Derivados de ações	382		382	1.013		1.013
Derivados de créditos	450		450	604		604
Outros derivados	62		62	20		20
TOTAL DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS	88.613	2.628	91.241	74.835	3.404	78.239
<i>dos quais, títulos emprestados</i>	<i>4.142</i>	<i>823</i>	<i>4.965</i>	<i>3.407</i>	<i>1.372</i>	<i>4.779</i>
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS						
Empréstimos de títulos contraídos e vendas a descoberto	1.235		1.235	921		921
Acordos de recompra	23.623		23.623	29.396		29.396
Empréstimos contraídos	47	841	888	11	1.039	1.050
Títulos de dívida		3.916	3.916		3.675	3.675
Dívida subordinada		3.153	3.153		3.881	3.881
Derivados da carteira de negociação	66.544		66.544	50.385		50.385
Derivados em divisas	845		845	594		594
Derivados de taxa de juro	65.025		65.025	48.442		48.442
Derivados de ações	319		319	970		970
Derivados de créditos	285		285	351		351
Outros derivados	70		70	28		28
TOTAL DE PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS	91.449	7.910	99.359	80.713	8.595	89.308

Empréstimos concedidos

O Fortis Bank designou alguns ativos financeiros, no segmento CPBB (Commercial and Public Banking, Bélgica), considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Um conjunto selecionado de contratos de crédito associados à taxa de inflação, celebrados com contrapartes governamentais, é designado "considerado ao justo valor através dos lucros ou prejuízos", reduzindo uma potencial inconsistência (mismatch) contabilística entre a mensuração dos swaps de taxa de juro e outros derivados envolvidos e os créditos previamente mensurados pelo custo amortizado.

A evolução do justo valor dos empréstimos detidos pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos é influenciada pelos reembolsos, a evolução das taxas de juro, assim como o alargamento global dos spreads de crédito ligado à crise da dívida soberana.

Alguns outros empréstimos concedidos e contratos estruturados, incluindo derivados, também são designados “detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos”, o que reduz uma potencial inconsistência contabilística.

O custo amortizado de Empréstimos concedidos, detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos em 31 de Dezembro de 2011 cifrou-se em 1.723 milhões de euros (2010: 2.097 milhões de euros).

Empréstimos contraídos

O Fortis Bank designou passivos financeiros classificados em Empréstimos contraídos junto de clientes, detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Em conformidade com as estratégias de investimento definidas, os ativos financeiros e os passivos financeiros, incluindo derivados, são agregados em carteiras específicas. Estas carteiras são geridas e o seu desempenho é medido e reportado na base do justo valor.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 121

A quantia contratual a reembolsar sobre empréstimos contraídos junto de clientes, detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, cifra-se em 712 milhões de euros (2010: 934 milhões de euros). Não existindo uma diferença significativa entre a quantia escriturada e o valor nominal dos empréstimos contraídos junto de clientes, detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos.

A quantia contratual a reembolsar sobre os empréstimos contraídos junto de instituições de crédito, detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, cifra-se em 155 milhões de euros (2010: 106 milhões de euros), não existindo uma diferença significativa entre a quantia escriturada e o valor nominal dos empréstimos concedidos, detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos.

TÍTULOS DE DÍVIDA MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS

O Fortis Bank designou um conjunto selecionado de certificados de dívida com derivados embutidos e os investimentos correspondentes como detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, reduzindo desse modo uma potencial inconsistência contabilística.

O valor nominal de títulos de dívida, detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos em 31 de Dezembro de 2011 cifrou-se em 4.142 milhões de euros (2010: 3.910 milhões de euros) devido às novas emissões serem mais altas do que os reembolsos.

O justo valor dos passivos detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos toma em consideração a evolução das taxas de juro, assim como quaisquer alterações atribuíveis ao risco de crédito do emissor relacionado com o próprio Fortis Bank, tendo sido afetado pelo alargamento global dos spreads de crédito ligado à crise da dívida soberana.

As alterações no justo valor dos títulos de dívida decorrentes do risco de crédito próprio cifraram-se cumulativamente em (147) milhões de euros desde o início.

DÍVIDA SUBORDINADA MENSURADA AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS LUCROS OU PREJUÍZOS

Títulos convertíveis subordinados: CASHES

Em 19 de Dezembro de 2007, o Fortis Bank SA/NV emitiu títulos híbridos de taxa flutuante sem prazo, indexados a ações, convertíveis e subordinados (CASHES) com um valor nominal de 3 mil milhões de euros e uma denominação de 250.000 euros cada. Os cupões dos títulos são pagos trimestralmente, a posteriori, à taxa variável Euribor a três meses + 2%.

Para fins regulamentares, os CASHES são tratados como parte do capital de Tier 1. Os CASHES são obrigações diretas e subordinadas do Fortis Bank SA/ NV, Ageas SA/NV e Ageas N.V. em conjunto e separadamente como co-obrigacionistas.

Os CASHES estão subordinados a todos os outros empréstimos concedidos, empréstimos subordinados concedidos e ações preferenciais, mas prevalecem sobre as ações ordinárias. O capital

dos títulos nunca será reembolsado em numerário. O único recurso dos detentores de títulos CASHES contra qualquer dos co-obrigacionistas relativamente ao capital é o equivalente às 125.313.283 ações Ageas que o Fortis Bank SA/NV garantiu a favor desses titulares.

A partir de 19 de Dezembro de 2014, as obrigações serão automaticamente trocadas por ações Ageas se o preço destas for igual ou superior a 35,91 euros durante vinte dias de negociação bolsista consecutivos. Os CASHES não possuem data de maturidade, mas podem ser trocados por ações Ageas ao preço de 23,94 euros por ação se o titular assim o desejar.

Na data de emissão do instrumento CASHES, a Ageas SA/NV e o Fortis Bank acordaram uma Nota de desempenho relativo (RPN), cujo valor se destina a neutralizar o impacto no Fortis Bank das diferenças entre as alterações de valor dos CASHES e as alterações de valor das correspondentes ações Ageas que ocorrem no balanço do Fortis Bank e afetam os lucros ou perdas do Fortis Bank.

Em 2009, algumas condições desse acordo inicial foram alteradas no Avenant 3 au Protocole d'Accord celebrado entre a Ageas Holding, o Estado belga e o BNP Paribas. Foi acordado manter a Nota de desempenho relativo e instituir um mecanismo de pagamento de juros entre a Ageas e o Fortis Bank baseado na quantia de referência constante da RPN, com pagamentos de juros trimestrais, a partir do terceiro trimestre de 2009. O Estado belga

122| Fortis Bank Relatório Anual 2011

emitiu uma garantia estatal sobre os juros da Nota de desempenho relativo pagos pela Ageas, a favor do Fortis Bank SA/NV. Em caso de incumprimento da Ageas dos seus pagamentos de juros ao abrigo da RPN (o Estado belga decidiu não efetuar esses pagamentos de juros em substituição da Ageas), o Fortis Bank teria a opção de cancelar a RPN. Esse cancelamento obrigaria a Agea a pagar ao Fortis Bank a quantia devida ao abrigo da Nota de desempenho relativo (sujeito a um teto de 2,35 mil milhões de euros).

Dependendo dos movimentos no justo valor dos CASHES e das ações Ageas, a Ageas ou o Fortis Bank deverão à outra parte uma determinada quantia ao abrigo da Nota de desempenho relativo. A parte que dever esta quantia de referência terá de pagar à outra parte juros trimestrais sobre essa quantia, calculados à taxa Euribor a três meses mais 20 pontos base.

No final de 2011, a base de cálculo dos pagamentos de juros ao abrigo da Nota de desempenho relativo resultou um montante devido pela Ageas ao Fortis Bank, um valor que evoluirá ao longo do tempo de acordo com as alterações ao justo valor do instrumento CASHES e com as alterações ao justo valor das correspondentes ações Ageas.

Desde o início da transação, o Fortis Bank tratou o componente passivo do instrumento CASHES, incluindo um derivado embutido, como detido ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, o que evitou ter de separar o derivado embutido do contrato base.

Para evitar volatilidade nos lucros ou perdas decorrentes de uma inconsistência contabilística, foi decidido em 2007 tratar as correspondentes ações Ageas e a Nota de desempenho relativo como detidas ao justo valor através dos lucros ou prejuízos.

O justo valor do instrumento CASHES (passivo) e o justo valor das correspondentes ações Ageas são baseados nos preços de mercado cotados no fim do período de relato. Em 31 de Dezembro de 2011, o Fortis Bank calculou o valor ao abrigo da Nota de desempenho relativo, de acordo com a avaliação da Nota de desempenho relativo do ano anterior, com base na diferença entre as alterações no justo valor do instrumento CASHES desde o início e as alterações no valor das correspondentes ações Ageas desde o início.

A avaliação do CASHES, das correspondentes ações Ageas e da RPN baseia-se nas condições assumidas inicialmente para a transação, ou seja, que o capital do CASHES não será reembolsado em numerário e que o único recurso dos detentores de títulos CASHES são os 125 milhões de ações Ageas que o Fortis Bank garantiu a favor desses titulares. Em 31 de Dezembro de 2011, o

componente passivo do instrumento CASHES foi avaliado em 1.028 milhões, as ações Ageas em 150 milhões e a RPN em 227 milhões.

A 26 de Janeiro de 2012, a Ageas e o Fortis Bank anunciaram um acordo acerca de um pagamento parcial do valor ao abrigo da Nota de desempenho relativo e o resgate total de um instrumento de Tier 1 emitido pelo Fortis Bank em 2001 e detido em 95% pela Ageas desde Setembro de 2011. Mais informação acerca desta transação é incluída na nota 8. I 'Eventos posteriores ao período de relato'.

Empréstimos não inovadores híbridos de Tier 1 concedidos pelo Fortis Bank (relacionados com Nitsh I & II)

Em 2006, a Ageas criou o Ageas Hybrid Financing S.A., um veículo de finalidade especial sob a forma de uma sociedade de responsabilidade limitada do Luxemburgo. Teve por única finalidade proporcionar um veículo para angariar capital de solvência para a Ageas SA/NV e a Ageas N.V. e para as empresas operacionais do grupo Ageas através da emissão de títulos da mesma categoria e investir as respetivas receitas em instrumentos (com exclusão de capital acionista ordinário) emitidos por qualquer das empresas operacionais Ageas (do sector bancário ou dos seguros) elegíveis como capital de solvência para essa entidade.

Consequentemente, sobre os títulos híbridos de Tier 1 emitidos pela Ageas Hybrid Financing em 2008, o Fortis Bank celebrou a concessão de dois empréstimos híbridos de Tier 1 subordinados à Ageas Hybrid Financing:

- Um empréstimo perpétuo pela quantia nominal de 750 milhões de USD, datado de 27 de Fevereiro de 2008, a uma taxa de juro de 8,28% (como empréstimo sobre os títulos Nitsh I emitidos pela Ageas Hybrid Financing em 27 de Fevereiro de 2008). O Fortis Bank pode rescindir este empréstimo se assim o desejar, a partir de 27 de Agosto de 2013.
- Um empréstimo perpétuo pela quantia nominal de 375 milhões de euros, com data de 2 de Junho de 2008, a uma taxa de juro de 8,03% (como empréstimo sobre os títulos Nitsh II emitidos pela Ageas Hybrid Financing em 2 de Junho de 2008). O Fortis Bank pode rescindir este empréstimo, se assim o desejar, a partir de 2 de Junho de 2013.

O Fortis Bank trata ambos os empréstimos perpétuos subordinados como detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, para evitar uma inconsistência contabilística. O risco cambial associado à taxa fixa a ser paga sobre os empréstimos e o risco de que o emissor exija o pagamento dos empréstimos ao fim de cinco anos foram cobertos por contratos derivados mensurados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos.

Estes empréstimos perpétuos subordinados são empréstimos celebrados entre a Ageas Hybrid Financing e o Fortis Bank, não são os títulos Nitsh I e Nitsh II emitidos pela Ageas Hybrid Financing. Como tal, os empréstimos celebrados entre o Fortis Bank e a Ageas Hybrid Financing, e os títulos Nitsh I e Nitsh II, têm perfis de risco diferentes decorrentes de diferenças no perfil de risco de crédito do devedor, consoante seja o Fortis Bank ou a Ageas Hybrid Financing.

O justo valor dos empréstimos perpétuos subordinados celebrados entre o Fortis Bank e a Ageas Hybrid Financing foi determinado por um método de avaliação com recurso a um método (mark-to-model) baseado nos seguintes elementos:

- A estrutura do risco da taxa de juro, relacionada com a possibilidade de ser exigido o pagamento da dívida a taxa fixa;
- A evolução dos preços relacionada com a evolução dos spreads de crédito para instrumentos de crédito subordinados e tomando em consideração o próprio risco de crédito do emitente.

Outros passivos subordinados

Outros passivos subordinados incluem:

- títulos de dívida denominados em várias divisas
- empréstimos perpétuos denominados em várias divisas

O Fortis Bank decidiu avaliar um conjunto selecionado de passivos subordinados e os correspondentes investimentos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, para reduzir a inconsistência contabilística.

O valor nominal total dos passivos subordinados detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos cifrou-se em 5.396 milhões de euros no final de 2011 (2010: 5.627 milhões de euros).

O justo valor dos passivos detidos ao justo valor através dos lucros ou prejuízos toma em consideração a evolução das taxas de juro, assim como quaisquer alterações atribuíveis ao risco do emissor relacionado com o próprio Fortis Bank, tendo sido afetado pelo alargamento global dos spreads de crédito ligado à crise da dívida soberana.

As alterações no justo valor destes passivos subordinados (com exclusão dos CASHES), decorrentes do risco de crédito próprio, cifraram-se cumulativamente em (417) milhões de euros desde o início.

A maioria dos instrumentos financeiros derivados detidos para negociação diz respeito a transações realizadas para efeitos de negociação. O Fortis Bank negocia ativamente em derivados no contexto das suas atividades de venda junto dos seus clientes. Entre as transações estão a negociação de instrumentos ordinários como swaps de risco de incumprimento e transações estruturadas com complexos perfis de risco personalizados. A posição líquida é sujeita a limites em todos os casos.

Os instrumentos derivados da carteira de negociação também incluem derivados contratados para cobrir ativos financeiros ou passivos financeiros para os quais o Fortis Bank não documentou uma relação de cobertura e que, por isso, são classificados como ativos e passivos detidos pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Estes derivados não são elegíveis para contabilização de cobertura ao abrigo das normas internacionais de relato financeiro, o que se aplica em particular a transações derivadas de créditos que são contratadas principalmente para proteger a carteira de empréstimos do Fortis Bank.

O justo valor positivo ou negativo dos instrumentos derivados classificados na carteira de negociação representa o valor de substituição destes instrumentos. Este valor pode flutuar significativamente em resposta a alterações dos parâmetros do mercado, como taxas de juro ou taxas de câmbio.

O quadro infra apresenta o valor teórico total dos derivados de negociação. Os valores teóricos de instrumentos derivados são meramente indicativos do volume das atividades do Fortis Bank em mercados de instrumentos financeiros e não refletem os riscos de mercado associados a esses instrumentos.

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Derivados da carteira de negociação	2.643.240	3.030.033
Derivados em divisas	113.899	95.297
Derivados de taxa de juro	2.520.766	2.918.212
Derivados de acções	5.040	13.285
Derivados de créditos	3.209	2.905
Outros derivados	326	334

Os derivados negociados em mercados organizados representaram 1% das transações de derivados do Fortis Bank em 31 de Dezembro de 2011 (1% em 31 de Dezembro de 2010).

5.b Derivados utilizados para efeitos de cobertura

Os derivados detidos para efeitos de cobertura estão relacionados com coberturas ao justo valor e coberturas de fluxos de caixa. O Fortis Bank utiliza derivados, principalmente swaps de taxa de juro, para efeitos de cobertura na gestão das suas próprias carteiras de ativos e passivos e posições estruturais. Isto permite ao Fortis Bank atenuar o risco de mercado que, caso contrário, decorreria de desequilíbrios estruturais na maturidade e em outros perfis dos seus ativos e passivos.

O quadro infra apresenta os justos valores dos derivados utilizados para efeitos de cobertura.

Em milhões de euros	Justo valor negativo	Justo valor positivo	Justo valor negativo	Justo valor positivo
	31 de Dez. de 2011		31 de Dez. de 2010	
Em milhões de euros	Justo valor negativo	Justo valor positivo	Justo valor negativo	Justo valor positivo
COBERTURAS AO JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVADOS	2.235	698	1.298	390
Derivados em divisas	8	4	1	1
Derivados de taxa de juro	2.227	694	1.297	389
Outros derivados				
COBERTURAS DE FLUXOS DE CAIXA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVADOS	47	237	23	113
Derivados em divisas				
Derivados de taxa de juro	47	237	23	113
Outros derivados				
COBERTURAS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS LÍQUIDOS	2.282	935	1.321	503
Derivados em divisas				
DERIVADOS UTILIZADOS PARA EFEITOS DE COBERTURA				

O valor teórico total dos derivados utilizados para efeitos de cobertura cifrou-se em 41.632 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011, por oposição a 34.902 milhões de euros utilizados em 31 de Dezembro de 2010.

Os derivados utilizados para efeitos de cobertura são contratados principalmente nos mercados de balcão (OTC).

5.c Ativos financeiros disponíveis para venda

31 de Dez. de 2011

31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Títulos de rendimento fixo	41.431	52.530
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis para refinanciamento do banco central	38	411
Outros certificados de depósito negociáveis	355	3
Obrigações de dívida pública	35.276	43.468
Outras obrigações	5.762	8.648
Títulos de rendimento variável	1.257	609
Títulos cotados	37	167
Títulos não cotados	1.220	442
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA TOTAIS	42.688	53.138
<i>dos quais, títulos emprestados</i>	<i>21.724</i>	<i>157</i>
<i>dos quais alterações no valor reconhecidas diretamente no capital</i>		
<i>Títulos de rendimento fixo</i>	<i>(1.499)</i>	<i>(884)</i>
<i>Títulos de rendimento variável</i>	<i>89</i>	<i>34</i>
<i>dos quais provisões para imparidades reconhecidas na demonstração de resultados</i>		
<i>Títulos de rendimento fixo</i>	<i>(37)</i>	<i>(429)</i>
<i>Títulos de rendimento variável</i>	<i>(1.320)</i>	<i>(151)</i>

O Fortis Bank utilizou estratégias de investimento que aplicam a contabilização de micro cobertura ao justo valor. Estas estratégias têm por objetivo geral assumir uma posição de investimento de médio ou longo prazo sobre o spread do crédito entre uma obrigação e a curva de swap durante um determinado período. O swap de taxa de juro associado à obrigação é designado para cobrir a obrigação subjacente contra alterações adversas da taxa de juro. O risco coberto é o risco da taxa de juro. Atualmente, o risco de crédito não está a ser coberto. As principais rubricas cobertas dizem respeito a obrigações de dívida pública, títulos de participação social e instrumentos de crédito estruturados.

As alterações do justo valor das obrigações que são atribuíveis ao risco da taxa de juro coberta são apresentadas na linha "Obrigações de dívida pública" e "Outras obrigações".

Como exigido nos princípios contabilísticos relativos à cobertura, as avaliações dos swaps de taxa de juro são reconhecidas pelo justo valor na demonstração de resultados.

A diferença entre o justo valor e o valor escriturado das obrigações cobertas na designação da cobertura é amortizada ao longo da restante vida da rubrica coberta.

O Fortis Bank aplica também micro coberturas de fluxos de caixa para cobrir a exposição à variabilidade de fluxos de caixa resultante de obrigações de taxa flutuante em carteiras disponíveis para venda. O Fortis Bank designou os swaps de taxa de juro como instrumentos de cobertura.

As alterações no justo valor dos instrumentos de cobertura são reconhecidas na linha 'Alterações nos ativos e passivos reconhecidas diretamente no capital – derivados usados para fins de cobertura' no capital. Quaisquer ineficácias de cobertura são imediatamente reconhecidas na demonstração de resultados.

O Fortis Bank cobre o custo de aquisição ou valor do ativo líquido de algumas participações consolidadas contras as flutuações das taxas de juro. Para estas relações de cobertura, o Fortis Bank designou os contratos de empréstimos contraídos em moeda estrangeira como instrumentos de cobertura.

5.d Mensuração do justo valor de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em três níveis por ordem decrescente da observabilidade do seu valor e dos elementos utilizados para a sua avaliação:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros com preços de mercado cotados:

Este nível inclui instrumentos financeiros com preços cotados num mercado ativo que podem ser utilizados diretamente.

Inclui designadamente ações e obrigações líquidas, empréstimos contraídos e vendas a descoberto destes instrumentos, derivados negociados em mercados organizados (futuros e opções) e unidades em fundos em que o valor do ativo líquido é calculado diariamente.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros mensurados utilizando técnicas de avaliação baseadas em elementos observáveis:

Este nível inclui instrumentos financeiros mensurados por referência ao preço de instrumentos semelhantes cotados num mercado ativo ou a instrumentos idênticos ou semelhantes cotados num mercado não ativo, mas onde é possível observar transações regulares ou, por último, a instrumentos mensurados utilizando técnicas de avaliação baseadas em elementos observáveis.

Este nível inclui designadamente ações e obrigações com baixa liquidez, empréstimos contraídos e vendas a descoberto destes instrumentos, acordos de recompra de curto prazo não mensurados, baseados num preço cotado diretamente observado no mercado, em que os ativos subjacentes são avaliados periodicamente utilizando dados de mercado observáveis, unidades em fundos providos periodicamente de liquidez, derivados negociados em mercados OTC mensurados utilizando técnicas baseadas em elementos observáveis e emissões de dívida estruturada mensuradas utilizando apenas elementos observáveis.

- Nível 3 – Instrumentos financeiros mensurados utilizando técnicas de avaliação baseadas em elementos não observáveis:

Este nível compreende instrumentos financeiros mensurados utilizando técnicas de avaliação baseadas no todo ou em parte em elementos não observáveis.

Entende-se por elemento não observável, um parâmetro cujo valor deriva de pressupostos ou correlações não baseados em preços de transações observáveis no instrumento idêntico na data de mensuração ou em dados de mercado observáveis na mesma data.

Um instrumento é classificado no Nível 3 se uma parcela significativa da sua avaliação se basear em elementos não observáveis.

Este nível inclui designadamente ações não cotadas, obrigações mensuradas utilizando modelos de avaliação que empregam, no mínimo, um elemento não observável significativo ou derivados de dados relativos a preços num mercado não ativo (como unidades de obrigações de dívida colateralizadas, obrigações de empréstimo colateralizadas e títulos garantidos por ativos), acordos de recompra estruturados ou de longo prazo, unidades em fundos em fase de liquidação ou cuja cotação foi suspensa, derivados complexos com subjacentes múltiplos (instrumentos híbridos, obrigações de dívida colateralizadas sintéticas, etc.) e a dívida estruturada subjacente a estes derivados.

128| Fortis Bank Relatório Anual 2011

DISCRIMINAÇÃO POR MÉTODO DE MENSURAÇÃO APLICADO A INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR APRESENTADOS EM LINHA COM AS RECOMENDAÇÕES MAIS RECENTES DA NIRF 7

	31 de Dez. de 2011				31 de Dez. de 2010			
	Preço de mercado cotado	Técnicas de avaliação usando elementos observáveis	Técnicas de avaliação usando elementos não observáveis		Preço de mercado cotado	Técnicas de avaliação usando elementos observáveis	Técnicas de avaliação usando elementos não observáveis	
Em milhões de euros	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 2)	TOTAL	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 2)	TOTAL
ACTIVOS FINANCEIROS								
Instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos detidos para negociação (Nota 5.a)	1.765	86.460	388	86.613	12.327	60.086	2.422	74.836
Instrumentos financeiros designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos (Nota 5.a)	251	1.888	489	2.628	512	2.419	473	3.404
Derivados utilizados para efeitos de cobertura (Nota 5.b)		935		935		503		503
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5.c)	29.644	11.825	1.219	42.688	33.426	19.275	437	53.138
PASSIVOS FINANCEIROS								
Instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos detidos para negociação (Nota 5.a)	429	90.858	162	91.449	12.848	67.045	820	80.713
Instrumentos financeiros designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos (Nota 5.a)	339	7.537	34	7.910	181	7.925	489	8.595
Derivados utilizados para efeitos de cobertura (Nota 5.b)		2.282		2.282		1.321		1.321

Entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro foram efetuados os seguintes movimentos em instrumentos financeiros de nível 3:

Em milhões de euros em 31 Dezembro 2011	Ativos financeiros				Passivos financeiros		
	Instrumentos financeiros considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos detidos para negociação	Instrumentos financeiros designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Ativos financeiros disponíveis para venda	TOTAL	Instrumentos financeiros considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos detidos para negociação	Instrumentos financeiros designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	TOTAL
Início do período	2.422	473	437	3.332	820	489	1.309
- compras			70	70			
- emissões					(430)		(430)
- vendas	(2.057)		(88)	(2.145)			
- liquidações ¹			5	5		(80)	(80)
Reclassificações ²			(1.909)	(1.909)			
Transferências para o nível 3			2.754	2.754		10	10
Transferências do nível 3			(107)	(107)		(398)	(398)
Ganhos ou (perdas) reconhecidos nos resultados	23	16	(32)	7	(228)	13	(215)
Alterações do justo valor de ativos e passivos reconhecidos diretamente no capital							
- movimentos cambiais			(1)	(1)			
- alterações de ativos e passivos reconhecidas no capital			90	90			
Outros							
Fim do período	388	489	1.219	2.096	162	34	196
Ganhos ou perdas totais no período reconhecidos nos resultados relativamente aos instrumentos pendentes no fim do período	2			2			

130| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Em milhões de euros em 31 Dezembro 2010	Ativos financeiros				Passivos financeiros		
	Instrumentos financeiros considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos detidos para negociação	Instrumentos financeiros designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Ativos financeiros disponíveis para venda	TOTAL	Instrumentos financeiros considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos detidos para negociação	Instrumentos financeiros designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	TOTAL
Início do período	761	1.125	722	2.608	1.627	540	2.167
- compras	2.069			2.069			
- emissões					429	233	662
- vendas	(250)			(250)			
- liquidações ¹	(1.164)		28	(1.136)	(1.588)	(320)	(1.908)
Reclassificações ²							
Transferências para o nível 3		473	11	484		56	56

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Transferências do nível 3			(606)	(606)		(335)	(335)
Ganhos ou (perdas) reconhecidos nos resultados	137		29	166	516	321	837
Alterações do justo valor de ativos e passivos reconhecidos diretamente no capital							
- movimentos cambiais							
- alterações de ativos e passivos reconhecidas no capital			(17)	(17)	(284)		(284)
Outros	869	(1.125)	270	14	120	(6)	114
Fim do período	2.422	473	437	3.332	820	489	1.309
Ganhos ou perdas totais no período reconhecidos nos resultados relativamente aos instrumentos pendentes no fim do período	137		(384)	(247)	516	461	977

¹ Nos activos, inclui resgates de capital, pagamentos de juros e entradas e saídas de caixa relacionadas com derivados com justo valor positivo. Nos passivos, inclui resgates de capital, pagamentos de juros e entradas e saídas de caixa relacionadas com derivados com justo valor negativo.

² Trata-se de instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos pelo justo valor e reclassificados como empréstimos e valores a receber.

Os instrumentos financeiros de nível 3 podem ser cobertos por outros instrumentos de nível 1 e/ou nível 2, cujos ganhos e perdas não são apresentados neste quadro. Em conformidade, os ganhos e perdas apresentados neste quadro não são representativos dos ganhos e perdas decorrentes da gestão do risco líquido de todos estes instrumentos.

SENSIBILIDADE DOS VALORES DO MODELO A ALTERAÇÕES PROVAVELMENTE RAZOÁVEIS DOS PRESSUPOSTOS

Os instrumentos da carteira de negociação, geridos com recurso a derivados geralmente complexos, que proporcionam uma cobertura de risco dinâmica, são sujeitos a cálculos de sensibilidade global com base em ajustamentos dos riscos de valor do modelo da carteira.

Estes ajustamentos, que ajudam a tomar em consideração riscos não incluídos no modelo e a incerteza inerente na estimativa dos elementos, são parte integrante do justo valor destas carteiras.

Na mensuração da sensibilidade do justo valor da carteira a alterações nos pressupostos, foram considerados os dois cenários seguintes: um cenário favorável, em que nenhuma avaliação requer ajustamentos de valor nos riscos de nível 3 e um cenário desfavorável, em que todas as avaliações implicam um ajustamento duplo do valor do modelo nos riscos com o dobro do tamanho. Neste método, cada posição (carteiras de instrumentos geridas em conjunto com uma rede de riscos) é considerada individualmente e não se toma em consideração qualquer efeito de diversificação entre elementos não observáveis de natureza diferente.

A sensibilidade do justo valor das posições de títulos, sejam eles títulos da carteira de negociação, ativos disponíveis para venda ou instrumentos designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, baseia-se numa alteração de 1% do justo valor. A sensibilidade dos instrumentos com contrapartes duvidosas é calculada com base no cenário de 1% de alteração na taxa de recuperação pressuposta.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 131

Em milhões de euros

31 de Dezembro de 20110

31 de Dezembro de 2010

Impacto potencial
nos resultados

Impacto potencial
no capital

Impacto potencial
nos resultados

Impacto potencial
no capital

31 de Dezembro de 2011

31 de Dezembro de 2010

Impacto
potencial
nos

Impacto
potencial
no capital

Impacto
potencial
nos

Impacto
potencial
no capital

Em milhões de euros

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	resultados	resultados
Instrumentos financeiros considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos para negociação ou designados ao justo valor ¹	+/- 170	+/- 138
Ativos disponíveis para venda		+/- 12
		+/- 4

¹Os instrumentos financeiros considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, quer integrem a carteira de negociação ou tenham sido designados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos, são apresentados sob o mesmo título para refletir a forma como estes instrumentos são tomados em consideração, dado que a sensibilidade é calculada nas posições líquidas em instrumentos classificados como nível 3 independentemente da sua classificação contabilística.

MARGEM DIFERIDA DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS UTILIZANDO TÉCNICAS DESENVOLVIDAS INTERNAMENTE E BASEADAS EM ELEMENTOS PARCIALMENTE NÃO OBSERVÁVEIS EM MERCADOS ATIVOS.

A margem diferida dos instrumentos financeiros ("day one profit") diz respeito apenas ao âmbito das atividades de mercado elegíveis para o nível 3.

O "day one profit" é calculado após a provisão de reservas para incertezas, como já foi referido, e reintegradas nos lucros ou perdas no período em que se prevê que os elementos serão não observáveis. A quantia ainda não amortizada é incluída em "Instrumentos financeiros detidos para efeitos de negociação ao justo valor através dos lucros ou prejuízos" como redução do justo valor das transações complexas relevantes.

A margem diferida não integrada na conta de lucros e prejuízos e contida no preço dos derivados vendidos aos clientes e mensurados utilizando modelos internos baseados em parâmetros não observáveis ("day one profit") é inferior a 1 milhão de euros, quer em 31 de Dezembro de 2011, quer em 31 de Dezembro de 2010.

5.e Instrumentos financeiros reclassificados como empréstimos e valores a receber

O Fortis Bank optou por transferir determinados ativos financeiros de 'investimentos disponíveis para venda', 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'outros ativos' para 'empréstimos e créditos a receber'. A reclassificação destes ativos financeiros reflete a mudança de intenções e a capacidade do Fortis Bank de os deter no futuro próximo.

Os ativos financeiros que foram reclassificados como empréstimos e valores a receber foram inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor na data da reclassificação, que se tornou a sua nova base de custo nessa data. A mensuração subsequente processa-se a custos amortizados.

Os ativos financeiros que foram reclassificados como empréstimos e créditos a receber dizem respeito por um lado a uma parte significativa dos instrumentos de crédito estruturados (ver nota 8.g 'Instrumentos de Crédito Estruturados') e por outro lado a uma parte da carteira de obrigações soberanas relativa à Grécia, à Irlanda e a Portugal. (ver nota 8.h 'Exposição ao risco da dívida soberana').

5.f Rubricas interbancárias e de mercado monetário

Dívidas de empréstimos e créditos a receber de instituições de crédito

31 de Dez. de 2011

31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Contas à vista	1.983	625
Empréstimos	29.928	25.988
Acordos de recompra	4.141	2.084
DÍVIDAS DE EMPRÉSTIMOS TOTAIS E CRÉDITOS A RECEBER DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, ANTES DE PROVISÕES DE PREJUÍZOS	36.052	28.697
Provisões para prejuízos de dívidas de empréstimos e créditos a receber de instituições de crédito (Nota 2.f)	(266)	(339)
DÍVIDAS TOTAIS DE EMPRÉSTIMOS E CRÉDITOS A RECEBER DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITOS, COMPENSAÇÃO DE PROVISÕES DE PREJUÍZOS	35.786	28.358

As atividades de acordo de recompra são, em parte, geridas numa base de trocas e são incluídas na coluna 'livro comercial' na nota 5.a 'Ativos financeiros, passivos financeiros e derivados considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos'. No entanto, ainda há uma atividade gerida numa base acumulada listada em 'dívida de/para instituições de crédito' e 'dívida de/para clientes'. Esta atividade foi ocupada em 2011 pelo departamento de Tesouraria que se tornou o negócio exclusivo que gere os fundos do Fortis Bank.

De acordo com a política monetária, as instituições de crédito necessitam de colocar montantes de depósito com os bancos centrais nos países onde o Fortis Bank opera. O balanço total tido com os bancos centrais e contas de correios chega aos €7,694 milhões no final de 2011. (2010: €2,489 milhões).

O Fortis Bank implementou estratégias de investimento em que a contabilização de coberturas de justo valor é aplicada. O objetivo geral desta estratégia é dar cobertura às mudanças de justo valor de certos empréstimos em dólares americanos concluídos com partes relacionadas.

Várias trocas monetárias estão designadas para dar cobertura subjacente a empréstimos contra mudanças prejudiciais nas taxas de juros e/ou mudanças nas taxas de juro no dólar/euro.

Como é necessário por princípios de contabilização de coberturas, mudanças no justo valor das trocas monetárias e essas nos empréstimos que são atribuíveis à cobertura da taxa de juro ou ao risco de moeda são ambos reconhecidos na linha 'Ganho/perda de compensação nos instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucro ou prejuízos'.

O Fortis Bank também implantou estratégias de investimento nas quais a contabilização de coberturas de fluxo de caixa é aplicada. Esta estratégia consiste na cobertura de futuros juros recebidos no excesso de dinheiro que o banco investiu no Banco Nacional da Bélgica.

Os instrumentos de cobertura são trocas de taxas de juros transacionadas a taxas de mercado vigentes na altura da transação com contrapartes externas.

Mudanças no justo valor nos instrumentos de cobertura são reconhecidas na linha 'Mudanças em ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital – derivados usados para dar cobertura a propósitos' em capital. Qualquer cobertura sem efeito é imediatamente reconhecida na declaração de rendimentos.

Dívida a Instituições de crédito

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Contas à vista	8.553	7.594
Empréstimos solicitados	23.952	19.098
Acordos de recompra	6.413	5.442
DÍVIDAS DE EMPRÉSTIMOS TOTAIS E CRÉDITOS A RECEBER DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, ANTES DE PROVISÕES DE PREJUÍZOS	38.918	32.134

As atividades de acordos de recompra são, em parte, geridas numa base de trocas e são incluídas na coluna 'livro comercial' na nota 5.a. 'Ativos financeiros, passivos financeiros e derivados considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos'. No entanto ainda há uma atividade gerida num base acumulada e reservada em 'dívida de/para instituições de crédito' e 'dívida de/para clientes'. Esta atividade foi tomada em 2011 pelo departamento de Tesouraria que se tornou o negócio exclusivo que gere os fundos do Fortis Bank.

O Fortis Bank implantou estratégias de investimento nas quais a contabilização de coberturas de fluxo de caixa é aplicada. O objetivo geral desta estratégia é dar cobertura ao juro de correção futura devida aos depósitos bancários feitos pelas instituições de crédito. Os instrumentos de cobertura são trocas de taxas de juro negociadas às taxas de mercado vigentes na altura da transação com contrapartes externas.

Mudanças no justo valor dos instrumentos de coberturas são reconhecidos na linha 'Mudanças em ativos e passivos reconhecidos diretamente em capital – derivados usados para dar cobertura a propósitos' em capital. Qualquer cobertura sem efeito é imediatamente reconhecida na declaração de rendimentos.

5.g Rubricas de clientes

Dívidas de empréstimos e créditos a receber dos clientes

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Contas à vista	1.533	1.329
Empréstimos a cliente	146.367	144.697
Acordos de recompra	1.074	9.541
Locações financeiras	428	2
DÍVIDA TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES, ANTES DAS PROVISÕES DE PREJUÍZO	149.399	155.569
Prejuízo de dívidas de empréstimos e créditos a receber de clientes (nota 2.f)	(3.642)	(3.462)

DÍVIDA TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES, COMPENSAÇÃO DE PROVISÕES DE PREJUÍZOS	145.757	152.107
---	---------	---------

As atividades de acordo de recompra são, em parte, geridas numa base de trocas e são incluídas na coluna 'livro comercial' na nota 5.a 'Ativos financeiros, passivos financeiros e derivados considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos'. No entanto ainda há uma atividade gerida num base acumulada e reservada em 'dívida de/para instituições de crédito' e 'dívida de/para clientes'. Esta atividade foi tomada em 2011 pelo departamento de Tesouraria que se tornou o negócio exclusivo que gere os fundos do Fortis Bank.

Além disso, o Fortis Bank dá cobertura à exposição de taxas de juro de hipotecas de taxas fixas numa base de carteira (cobertura macro), usando trocas de taxas de juro. As hipotecas incluídas numa cobertura de carteira de risco de taxas de juro precisam de partilhar as características do risco de terem cobertura.

Como resultado da cobertura, a volatilidade de mudanças no item valor presente de compensação (VPR) da cobertura de fluxos de caixa futuros, devido a mudanças na curva das taxas básicas de juro adequadas, serão reduzidos por alterações de compensação no justo valor da cobertura de instrumentos financeiros de derivados.

Os instrumentos de cobertura são planos de trocas de taxas de juro transacionadas nas taxas de mercado vigentes na altura da transação com contrapartes externas, e as suas mudanças de justo valor são reconhecidas na declaração de rendimentos.

Mudanças no justo valor das hipotecas que são atribuídas à cobertura do risco das taxas de juro são registadas na linha 'Ajuste de correção em carteiras de taxas de juro de risco coberto' na folha de balanço, de modo a ajustar o valor do empréstimo.

A diferença entre o justo valor e o valor das hipotecas com cobertura na designação da cobertura é amortizado sobre a vida restante do item com cobertura e também é reportado em 'Ajuste de correção em carteiras de taxas de juro de risco coberto' na folha de balanço.

O Fortis Bank também dá cobertura, numa base de carteira, aos fluxos de caixa na produção futura de empréstimos comerciais numa taxa fixa, usando trocas de vencimento constantes. Uma troca constante de vencimento (TCV) é uma troca que permite ao comprador mudar a duração dos fluxos recebidos numa troca.

A troca de vencimentos constante é transacionada nos mercados de taxas vigentes na altura da transação com contrapartes externas.

Quebra de arrendamentos financeiros

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Investimento bruto	427	
Créditos a receber dentro de 1 ano	99	
Créditos a receber depois de 1 ano mas dentro de 5 anos	175	
Créditos a receber após 5 anos	153	
Juros a apropriar	1	2
Investimento líquido antes de provisões para prejuízos	428	2
Créditos a receber dentro de 1 ano	99	
Créditos a receber depois de 1 ano mas dentro de 5 anos	176	2
Créditos a receber após 5 anos	153	
Provisões de prejuízo	(36)	
Investimento líquido depois das provisões para prejuízos	392	2

Em 2011, o BNP Paribas Leasing Solutions (consolidado através do método de capital) vendeu o seu investimento no Fortis Lease Polska Sp.z.o.o. ao BNP Paribas Bank Polska (completamente consolidado). Consequentemente, o Fortis Lease Polska Sp.z.o.o., que foi consolidado em 2010 através do método de capital, está agora completamente consolidado. O aumento de locações financeiras de créditos a receber de €2 milhões para €392 milhões é devido a esta mudança no método de consolidação.

Dívida a clientes

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Depósitos à vista	45.210	47.831
Contas a prazo e notas a curto prazo	41.026	39.119
Contas poupança belgas reguladas	56.455	56.345
Acordos de recompra	11.823	9.526
DÍVIDA TOTAL A CLIENTES	154.514	152.821

As atividades de acordos de recompra são, em parte, geridas numa base de trocas e são incluídas na coluna 'livro comercial' na nota 5.a 'Ativos financeiros, passivos financeiros e derivados considerados ao justo valor através dos lucros ou prejuízos'. No entanto ainda há uma atividade gerida num base acumulada e reservada em 'dívida de/para instituições de crédito' e 'dívida de/para clientes'. Esta atividade foi tomada em 2011 pelo departamento de Tesouraria que se tornou o negócio exclusivo que gere os fundos do Fortis Bank.

O Fortis Bank implantou estratégias de investimento nas quais a contabilização de coberturas de fluxos de caixa é aplicada. A estratégia do Banco consiste em dar cobertura à exposição das taxas de juro de taxas flutuantes em termos de depósito comprando e vendendo opções de taxas de juros (caps). Como resultado, a cobertura é assumida numa flutuação das taxas de juro entre uma gama predeterminada. O banco compra opções de taxas de juro protetoras contra o crescimento das taxas de juro. Se as taxas de juro excedem o preço inicial, o pagamento recebido do derivado pode ser usado para apoiar o pagamento de juros em depósitos naquele período. O banco também está a vender caps ao mais alto preço inicial.

Resultados relacionados com o valor intrínseco do caps designados como instrumentos de cobertura são reconhecidos na linha 'Mudanças nos ativos e passivos reconhecidos diretamente no capital –

derivados usados para fins de cobertura' em capital. Qualquer cobertura sem efeito é imediatamente reconhecida na declaração de rendimentos.

Além disso, o Fortis Bank também decidiu aplicar macro contabilização de coberturas a justo valor em depósitos à vista recebidos no mercado belga por clientes do Banco de Retalho e Privado do BNP Paribas Fortis. O objetivo do banco é dar cobertura ao risco das taxas de juro a depósitos à vista comprando trocas de taxas de juros. Depósitos à vista são designados como itens de cobertura e formam uma carteira. A relação de cobertura é considerada como uma cobertura macro de justo valor.

Como é pedido pelos princípios de contabilização de coberturas, a avaliação de depósitos à vista e trocas de taxas de juros como itens de cobertura como justo valor na declaração de rendimentos.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 137

5.h Títulos de dívida e dívida subordinada

Esta nota cobre todos os títulos de dívida e a dívida subordinada mensurada a custos amortizados. Os títulos de dívida e a dívida subordinada mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos são apresentados na nota 5.a 'Ativos financeiros, passivos financeiros e derivados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos'.

Títulos de dívida mensurados a custos amortizados

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Certificados negociáveis de depósito	10.257	22.793
Emissão de obrigações	4.303	4.532
DÍVIDA TOTAL DE TÍTULOS	14.560	27.325

Dívida subordinada mensurada a custos amortizados

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Dívida subordinada resgatável	7.350	8.489
Dívida subordinada não datada	2.141	2.137
DÍVIDA TOTAL SUBORDINADA A CUSTO AMORTIZADO	9.491	10.626

Títulos inovadores híbridos de Tier 1 emitidos diretamente pelo Fortis Bank

Em 2001 e 2004, o Fortis Bank emitiu diretamente títulos de dívida híbridos perpétuos, cada um com um valor nominal de 1 mil milhão de euros.

- Títulos de dívida cumulativos perpétuos resgatáveis com um valor nominal de 1 mil milhão de euros emitidos pelo Fortis Bank em 2001, a uma taxa de juro de 6,50% até 26 de Setembro de 2011 e à taxa de referência Euribor a três meses + 2,37% a partir dessa data
- Títulos perpétuos emitidos diretamente com um valor nominal de 1 mil milhão de euros emitidos pelo Fortis Bank em 2004, a uma taxa de juro de 4,625% até 27 de Outubro de 2014 e à taxa de referência Euribor a três meses + 1,70%.

Ambos os assuntos partilham características muito similares. Eles são resgatáveis por todo e não em parte, na opção do emitente depois de dez anos. Os títulos beneficiam de um acordo de apoio fornecido pelo Ageas SA/NV e Ageas N.V.

Este Acordo de Apoio garante aos accionistas a opção, não deve o Fortis Bank SA/NV chamar o instrumento, de pedir ao Ageas SA/NV e ao Ageas N.V. para mudar os títulos contra novos assuntos de ações da Ageas. A 27 e a 28 de Abril de 2011, as reuniões de accionistas do Ageas não aprovaram capital suficiente para a troca. Portanto, o Ageas SA/NV e o Ageas N.V. necessitarão de fazer a troca a dinheiro, sujeita a aprovação regulamentar, fornecida por termos de títulos de emissão e condições.

O Fortis Bank decidiu não exercer a sua opção do cupão de Dívida Acumulada de Garantias Resgatáveis Perpétuas no valor de €1 mil milhão na sua primeira data de chamada a 26 de Setembro de 2011. Seguindo a decisão do Fortis Bank, e nos termos e condições destes Títulos, o Ageas pediu a aprovação do Banco Nacional da Bélgica para adquirir os títulos contra dinheiro e ao par em 26 de Setembro de 2011. A 19 de Agosto de 2011, o Ageas foi notificado pelo BNB do seu consentimento pela mudança. Em adição, o Ageas foi informado que os accionistas que representam 95% da quantidade de títulos decidiram optar pela mudança.

A 26 de Janeiro de 2012, o Ageas e o Fortis Bank chegaram a acordo em relação ao resgate total do instrumento de Tier 1. Este acordo foi sujeito ao BNP Paribas chegar a pelo menos 50% de taxa de sucesso numa oferta de aquisição dos CASHES, lançado a 26 de Janeiro de 2012 e foi encerrada com sucesso a 30 de Janeiro de 2012. Esta transação é descrita mais à frente na nota 8.I, Eventos posteriores ao período de relato.

138| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Outros passivos subordinados

O Fortis Bank cobre o risco de taxa de juro associado a passivos subordinados de taxa fixa através da gestão de uma carteira (cobertura macro), utilizando swaps de taxa de juro.

Os passivos subordinados com tais características compõem a carteira de passivos e são designados como rubricas cobertas. Os passivos incluídos na cobertura do risco da taxa de juro de uma carteira têm de partilhar as características do risco que está a ser coberto. Os fluxos de caixa são afetados a janelas temporais mensais, com base nas datas de maturidade contratuais.

Os instrumentos de cobertura são simples swaps de juros transacionados às taxas de mercado em vigor na data da transação com contrapartes externas e as suas alterações no valor são reconhecidas pelo justo valor na demonstração de resultados.

As alterações do justo valor dos passivos subordinados que são atribuíveis ao risco da taxa de juro coberta são inscritas no balanço como "Ajustamento de remensuração de carteiras com cobertura do risco de taxa de juro" de modo a ajustar a quantia escriturada para os passivos subordinados.

A diferença entre o justo valor e o valor escriturado das obrigações cobertas na designação da cobertura é amortizada ao longo da restante vida da rubrica coberta e é comunicada no balanço em "Ajustamento de remensuração de carteiras com cobertura do risco de taxa de juro".

5.i Ativos financeiros detidos até à maturidade

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Certificados de depósito negociáveis	5	57
Títulos do tesouro e outros títulos elegíveis para refinanciamento do banco central	5	57
Outros certificados de depósito negociáveis		
Obrigações	2.182	3.016

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Obrigações de dívida pública	1.781	2.712
Outras obrigações	401	304
TOTAL DOS ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE	2.187	3.073

As imparidades sobre os ativos financeiros relacionados com as obrigações gregas ascenderam a 116 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2011 e não se constataram imparidades a 31 de Dezembro de 2010.

As alienações de títulos de dívida soberana classificados como ativos financeiros detidos até à maturidade durante 2011, são descritos na nota 8.h 'Exposição ao risco da dívida soberana'.

5.j Impostos correntes e diferidos

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Impostos correntes	80	91
Impostos diferidos	4.118	3.807
ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS	4.198	3.898
Impostos correntes	110	103
Impostos diferidos	148	187
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS	258	290

A variação nos impostos diferidos ao longo do período:

	Anual em 31 de Dez. de 2011	Anual em 31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	3.620	3.344
Lucros (perdas) de impostos diferidos (nota 2.g)	47	(109)
Alterações nos impostos diferidos associados à remensuração e à reversão como lucros ou perdas de ajustamentos de remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda	158	279
Alterações nos impostos diferidos associados à remensuração e à reversão através dos lucros ou prejuízos de ajustamentos de remensuração de derivados de cobertura	(27)	(36)
Efeitos cambiais e de outros movimentos	172	142
IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS NO FIM DO PERÍODO	3.970	3.620

Discriminação dos impostos diferidos por origem:

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Ativos financeiros disponíveis para venda	964	452

Derivados de cobertura	483	306
Reserva para locações financeiras não realizadas		42
Provisões para obrigações com benefícios dos colaboradores	59	23
Provisões para risco de crédito	572	735
Outras rubricas	5	7
Escrituração de perdas fiscais	1.887	2.055
IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS	3.970	3.620
<i>dos quais</i>		
<i>Ativos por impostos diferidos</i>	<i>4.118</i>	<i>3.807</i>
<i>Passivos por impostos diferidos</i>	<i>(148)</i>	<i>(187)</i>

Para determinar a extensão dos reportes de perdas fiscais reconhecidas como ativos, o Fortis Bank leva a cabo todos os anos uma análise específica de cada entidade relevante com base no regime fiscal aplicável – e inclusivamente incorporando quaisquer normas de expiração – e uma projeção realística dos seus rendimentos e encargos futuros em linha com o seu plano de negócios. Os reportes de perdas fiscais não reconhecidas como ativos no final do ano totalizou 1.364 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2011 em comparação com 1.445 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2010.

Os ativos por impostos diferidos líquidos a 31 de Dezembro de 2011, os limites legais relativos à recuperação das perdas fiscais e o período de recuperação esperado em questão são indicados abaixo

Em milhões de euros	31 de Dezembro de 2011	Limites legais dos reportes	Período de recuperação esperado
Fortis Bank (Bélgica)	3.601	Ilimitado	14 anos
Esmée	125	Ilimitado	14 anos
BASS	112	Ilimitado	14 anos
Filial US	71	20 anos	13anos
Outro	209		
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS LÍQUIDOS	4.118		

Os ativos por impostos líquidos diferidos ascenderam a 3.601 milhões de euros em relação ao Fortis Bank Bélgica e consistem em 1.848 milhões de euros relativos ao reporte de perdas fiscais, 837 milhões de euros relativos a diferenças temporárias devido a alterações no justo valor registadas em capital (e principalmente relativas à carteira de Disponíveis para venda) e 916 milhões de euros relativos a outras diferenças temporárias (principalmente ligadas a imparidades).

Bass e Esmée são veículos de titularização do Fortis Bank para os quais as alterações no justo valor relativas aos derivados que cobrem o risco de taxa de juro nestas entidades, são totalmente refletidas no Fortis Bank Bélgica. A provisão de ativos por impostos diferidos líquidos nestas entidades consiste em diferenças temporárias consideradas como totalmente abrangidas pelo plano de negócios do Fortis Bank Bélgica.

5.k Rendimentos/custos acumulados e outros ativos/passivos

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Depósitos de garantia e garantias bancárias pagas	41	16
Contas de liquidação relacionadas com transações de títulos	730	2.038
Contas de cobrança	18	107
Rendimentos acumulados e custos pré-pagos	170	87
Outros devedores e ativos diversos	7.322	5.828
TOTAL DE RENDIMENTOS ACUMULADOS E OUTROS ATIVOS	8.281	8.076
Depósitos de garantia recebidos	14	
Contas de liquidação relacionadas com transações de títulos	696	526
Contas de cobrança	84	189
Custos acumulados e rendimentos diferidos	159	41
Outros credores e passivos diversos	2.529	266
TOTAL DE RENDIMENTOS ACUMULADOS E OUTROS ATIVOS	3.482	1.022

A rubrica "contas de liquidação relacionadas com transações de títulos" contém saldos temporários entre a data de negociação e a data de liquidação relativos a compras e vendas de ativos financeiros obrigadas a ser concluídas dentro do quadro temporal estabelecido por convenção regulamentar ou do mercado que são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que o Fortis Bank se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No entanto, as vendas temporárias de títulos, bem como as vendas de empréstimos de títulos contraídos são inicialmente reconhecidas na data de liquidação.

5.1 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

A seguinte tabela mostra os investimentos do Fortis Bank em associados a 31 de Dezembro de 2011:

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
AG Insurance	1.102	1.431
BNP Paribas Investment Partners S.A.	1.921	1.873
Grupo BNP Paribas Lease	786	784
Cardif Luxembourg Vie	54	
Fortis Commercial Finance GmbH	20	
Fortis Commercial Finance Ltd	25	
Stradios FCP FIS		99
Textainer Marine Containers LTD		57
Trip Rail Holdings LLC		26
TAP Ltd	87	
Fortis Luxembourg – Vie SA BNPP		50
Belgolaise		29
Fortis Bank Malta Ltd	43	
FORTIS YATIRIM MENKUL DEGERLER A.S.		22
Immob Sauvenière SA	19	19
Crédit pour habitations sociales – Krediet voor sociale woningen		11
Cronos Holding Company Ltd	48	28
Outros	36	25
INVESTIMENTOS EM ASSOCIADOS	4.141	4.454

A seguinte tabela dá os dados do estado financeiro das sociedades gestoras de participações dos associados maioritários do Fortis Bank:

Em milhões de euros	País	Total de Ações	Receita Líquida	Lucro Líquido
BNP Paribas Investment Partners S.A. ¹	França	4.072	(148)	(138)
AG Insurance ²	Bélgica	57.910	6.659	178
Grupo BNP Paribas Lease ¹	Luxemburgo	6.231	169	162

¹ Dados de 31 de Dezembro de 2011

² Dados de 31 de Dezembro de 2010

Mais informações sobre as mudanças de propriedade que causam impacto nos associados e nos empreendimentos conjuntos estão incluídas na nota 8.a 'Âmbito de consolidação' e na nota 8.b 'Concentrações de negócios'.

De acordo com a IFRS, é necessário acessar, no fim de cada período coberto pelo relatório, se há um qualquer objetivo evidente que um investimento num associado de capital é comprometido ou não. Há evidência de objetivos de prejuízo se os eventos ocorreram depois da aquisição do ativo, com impactos negativos no futuro estimado de fluxo de caixa gerado pelo investimento.

Se o objeto em evidência de prejuízo existe, todo o montante do investimento é testado por prejuízo de acordo com o IAS 36, comparando a sua quantidade recuperável do seu montante.

A 31 de Dezembro, foi considerado que para o investimento em associados e empreendimentos conjuntos não foram apresentados desencadeamentos, que seria preciso um teste de prejuízo, excluindo os investimentos no BNP Paribas Investment Partners (BNPP-IP) e no AG Insurance (AGI).

As condições de incerteza geral que prevalecem nos mercados financeiros e especialmente na indústria bancária e de seguros, dá asas a uma pressão relativa na rentabilidade da gestão de ativos e atividades de seguros, intensificadas pelo risco relativo à crise da dívida soberana do euro. Estas condições podem ser consideradas como desencadeadoras ou indicadoras de que o custo dos investimentos na BNPP-IP e no AGI podem não ser completamente recuperáveis.

142| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Sob estas condições, o investimento no BNPP-IP e no AGI foi testado por prejuízo.

O método aplicado para determinar o valor em uso no investimento no BNPP-IP é baseado num número de suposições em termos de provisões de receitas futuras, despesas e risco de crédito para cada relatório de unidade. Estes parâmetros são tomados do plano de negócio de médio prazo para os primeiros três anos, depois disso é extrapolado sobre um período de crescimento sustentável de sete anos e depois extrapolado em perpetuidade, baseado nas taxas de crescimento sustentável até dez anos e na taxa de inflação depois disso.

Os testes têm em consideração o custo do capital baseado numa taxa sem risco, mais num prémio de risco de negócio específico. Os parâmetros chave, que são sensíveis às suposições feitas, são, depois disso, a relação de custo/renda, a taxa de crescimento sustentável e o custo de capital. Estes parâmetros são específicos para cada negócio.

O capital fictício atribuído é posto a 7% dos Ativos Ponderados pelo Risco e as taxas de crescimentos além 10 anos são postas a 2%. A percentagem de capital empregue cumpre com requerimentos reguladores e a taxa de crescimento além 10 anos é conservadora na vista das taxas de inflação na maioria dos países em que as entidades operam.

O custo de capital usado para descontar os lucros futuros é entidade específica e baseada na taxa livre de risco, o seu beta é o prémio de risco esperado pelo mercado.

No médio a longo prazos, o Fortis Bank acessa que o BNPP-IP deveria estar numa posição para beneficiar de mercados estabelecidos e para alcançar o crescimento da rede (sem nova compensação de fluxos de caixa) acima da atuação normal de mercado. No lado do custo, o melhoramento da relação do custo/rendimento é atingível, considerando as medidas de reestruturação e integração on-going. A avaliação feita, baseada nestas suposições, leva a um montante recuperável acima do valor de investimento no BNPP-IP.

A aproximação da avaliação, seguida pela participação no AGI, consiste em calcular um montante recuperável baseado na determinação de um valor em uso do investimento e tem em consideração os especificidades do negócio e atividades de seguros.

O método de avaliação a uma indústria seguradora específica para determinar o valor em uso é baseado no valor avaliado da carteira da seguradora e é composto por:

- o valor incorporado, sendo o valor do ativo de compensação do accionista atual alocado à atividade da seguradora, aumentado pelo valor do negócio em força, sendo o valor presente dos ganhos gerados e distribuíveis pelo atual portfólio da seguradora;
- o valor do futuro novo negócio, sendo o presente valor dos ganhos gerados e distribuíveis do futuro projeto pelo futuro novo negócio.

O valor do ativo de compensação do atual accionista mais a rentabilidade futura do negócio em força são métodos de avaliação de indústria específicos que são consistentes com os princípios das chegadas de ganhos descontadas como resultados do valor de negócio em força da projeção de ganhos distribuíveis.

A avaliação feita pelo AGI leva a um montante recuperável abaixo do montante de investimento e dá asas ao prejuízo de €(240) milhões, reconhecidos por €(167) milhões através de lucros e prejuízos e €(73) milhões através de capital.

5.m Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Valor bruto	Amortização de depreciações acumuladas e imparidades	Valor escriturado	Valor bruto	Amortização de depreciações acumuladas e imparidades	Valor escriturado
Em milhões de euros						
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	110	(52)	58	117	(49)	68
Terrenos e edifícios	1.944	(919)	1.025	1.780	(750)	1.030
Equipamento, mobiliário e suportes fixos	1.300	(928)	372	1.254	(850)	404
Ativos fixos tangíveis locados como locador ao abrigo de locações operacionais						
Outros ativos fixos tangíveis	181	(69)	112	50	(42)	8
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	3.425	(1.916)	1.509	3.084	(1.642)	1.442
Software adquirido	176	(141)	35	208	(177)	31
Software desenvolvido internamente	296	(286)	10	320	(301)	19
Outros ativos intangíveis	156	(74)	82	86	(50)	36
ACTIVOS INTANGÍVEIS	628	(501)	127	614	(528)	86

Propriedades de investimento

O justo valor estimado de imóveis de investimento apurado pelo custo em 31 de Dezembro de 2011 foi de 65 milhões de euros, por oposição aos 88 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2010.

Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis incluem direitos de arrendamento, goodwill e marcas registadas adquiridas pelo Fortis Bank.

Regra geral, o software é amortizado ao longo de um máximo de cinco anos e os outros ativos intangíveis têm uma vida útil esperada de 10 anos no máximo.

Com a exceção do goodwill (ver nota 5.n) e dos intangíveis relacionados com a recomendação de negócios do BNP Paribas ao Fortis Bank, nenhum outro ativo intangível tem vidas úteis indefinidas. As comissões pagas pelo Fortis Bank para compensar o BNP Paribas pelos negócios relacionados com atividades bancárias no domínio das empresas e transações (CTBE), que as sucursais do BNP Paribas em Portugal, na Alemanha, no Reino Unido em Espanha, transferem para as sucursais do Fortis Bank nesses países, são consideradas Outros ativos intangíveis com vidas úteis definidas (32 milhões de euros). Um ativo intangível com uma vida útil indefinida não é amortizado mas sujeito a teste de imparidade quanto a eventuais imparidades por comparação da sua quantia recuperável com o seu valor escriturado.

Não foram reconhecidas imparidades em 31 de Dezembro de 2011.

Depreciações, amortizações e imparidades

Os custos líquidos com depreciações e amortizações para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 cifraram-se em 227 milhões, por oposição aos 303 milhões de euros registados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

A reversão das perdas por imparidades de imóveis, instalações e equipamentos e de ativos intangíveis inscrita na conta de lucros e prejuízos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 cifrou-se em 0,3 milhões de euros, por oposição às perdas por imparidades no valor de 1 milhão de euros registadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

144| Fortis Bank Relatório Anual 2011

5.n Goodwill

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
MONTANTE NO PERÍODO INICIAL	24	292
Operações descontinuadas		246
MONTANTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS NO PERÍODO INICIAL	24	46
Aquisições	198	6
Desinvestimentos		(14)
Perdas por prejuízos reconhecidas durante o período		(13)
Ajustes de tradução	(30)	
Outros movimentos		
MONTANTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS NO FINAL DO PERÍODO	192	24
<i>Das quais</i>		
<i>Valor bruto</i>	<i>571</i>	<i>408</i>
<i>Prejuízos acumulados reconhecido no final do período</i>	<i>(379)</i>	<i>(383)</i>

Goodwill por unidade de gerador de dinheiro a 31 de Dezembro de 2011 é como o seguinte:

	Montante carregado		Montante bruto		Prejuízo reconhecido		Prejuízo acumulado	
Em milhões de euros	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2011	31 Dezembro 2010
Fortis Bank na Bélgica	24	22	24	22				
Crédito Alfa	22	22	22	22				
Fortis Commercial Finance	2		2					
Fortis Bank no Luxemburgo			40	40		(10)	(40)	(40)
SADE			12	12		(10)	(12)	(12)
Fundamentum Asset Management								
Outros países	169	2	508	345		(4)	(339)	(343)
Dominet			206	206			(206)	(206)
Margaret Inc.			102	102			(102)	(102)
Von Essen KG Bank			28	28			(28)	(28)
TEB Bank	167		167					
Outros	2	2	5	9		(4)	(3)	(7)
TOTAL	192	24	572	407		(14)	(379)	(383)

As atividades do Fortis Bank são divididas em unidades geradoras de dinheiro, representando as entidades de relatórios do Fortis Bank. Esta separação é consistente com a estrutura organizacional e métodos de gestão do Fortis Bank, e reflete a independência de cada entidade de relatórios em termos de resultados e aproximação de gestão. É revisito regularmente de modo a ter em consideração os eventos mais propícios para afetar a composição das unidades geradoras de dinheiro, tais como principais reorganizadoras de aquisições e alienações.

O Goodwill atribuído a unidades geradoras de dinheiro é testado por prejuízos anuais e sempre que há uma indicação de que a unidade pode ter prejuízos, comparando o montante carregado da unidade com o seu montante recuperável. Se o montante recuperável é menor que o montante carregável, uma perda por prejuízos reconhecível é reconhecida, e o goodwill é escrito pelo excesso de montante carregável da unidade sobre o montante recuperável.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 145

O montante recuperável da unidade geradora de dinheiro pode ser baseado em três métodos diferentes: transação multiplicada por negócio comparável, dados de preço partilhável para companhias listadas com negócio comparável, e fluxo de caixa futuro descontinuado (FDC).

Se um dos dois métodos comparáveis indica a necessidade de prejuízo, o método FDC é usado para validar os resultados e determinar a quantidade de prejuízo necessário. O método FDC é também aplicado se nenhuma transação se multiplicar por negócios comparáveis ou dados de preço partilhável para companhias listadas com negócio comparável estão disponíveis.

O método FDC é baseado num número de assunções em termos de receitas futuras, despesas e provisões de risco de crédito para cada unidade de relatório. Estes parâmetros são tomados pelo plano de negócio de médio prazo nos primeiros três anos, depois disso é extrapolado sobre um período de crescimento sustentável de sete anos e depois é extrapolado em perpetuidade, baseado nas taxas de crescimento sustentável até dez anos e as taxas de inflação depois disso.

Os testes tomam em consideração o custo de capital baseado na taxa livre de risco mais um prémio de risco de negócio específico. Os parâmetros chave, que são sensíveis às assunções feitas, são, depois disso, a relação de custo/renda, a taxa de crescimento sustentável e o custo de capital. Estes parâmetros são específicos para cada negócio.

O capital ideal atribuído é posto a 7% nos Risk Weighted Assets e taxas de crescimento além 10 anos são postas a 2% respetivamente a todos os negócios. A percentagem de capital empregue cumpre com os requerimentos reguladores e a taxa de crescimento além 10 anos é conservadora na vista das taxas de inflação na maioria dos países em que as entidades operam. O custo de capital usado para descontar o fluxo de caixa é a entidade específica e é baseada nas taxas livre de risco, o seu beta é o prémio de risco de mercado esperado.

A contínua expansão do Crédito Alfa é baseada no crescimento de empréstimos pessoais, no desenvolvimento da atividade de financiamento direto e no reforço da posição como líder de mercado na atividade financeira de automóveis.

No mercado de rápido crescimento turco, o Banco TEB está a consolidar a sua posição, seguindo a integração, graças ao crescimento de depósito sólido e ao crescimento de empréstimos.

As avaliações feitas pelo Crédito Alfa e pelo Banco TEB levam a um montante recuperável bem acima do valor carregado e tal prejuízo do goodwill não é necessário.

A contabilidade inicial para a aquisição do Fortis Commercial Finance continua on-going e será finalizada na primeira metade de 2012.

5.o Provisões para contingências e encargos

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

31 de Dez. de 2011

31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

PROVISÃO TOTAL NO INÍCIO DO PERÍODO	3821	3.916
Operações descontinuadas		66
PROVISÃO TOTAL DE ATIVIDADES CONTINUADAS NO INÍCIO DO PERÍODO	3.821	3.850
Adições a provisões	360	648
Reversões a provisões	(573)	(182)
Provisões usadas	(248)	(236)
Efeito dos movimentos em taxas de troca e outros movimentos	24	(259)
PROVISÃO TOTAL DE ATIVIDADES CONTINUADAS NO FINAL DO PERÍODO	3.384	3.821

As provisões para contingências e encargos incluíram principalmente provisões para benefícios pós-emprego (Nota 7.f 'Obrigações com benefícios dos colaboradores), para imparidades relacionadas com riscos de crédito (Nota 2.f 'Custo do risco) e para litigação relacionada com transações bancárias.

146| Fortis Bank Relatório Anual 2011

6 COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E COMPROMISSOS DE GARANTIA

6.a Compromissos de financiamento concedidos ou recebidos

Valor contratual dos compromissos de financiamento concedidos e recebidos pelo Fortis Bank:

31 de Dez. de 2011

31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Compromissos financeiros dados:		
- a instituições de crédito	2.230	21.217
- a clientes	38.086	47.375
<i>Cartas de crédito confirmadas</i>	37.332	46.750
<i>Outros compromissos dados a clientes</i>	754	625
Compromissos financeiros totais dados	40.316	68.592
Compromissos financeiros recebidos		
- de instituições de crédito	30.421	27.759
- de clientes	21	718
Compromissos financeiros totais recebidos	30.442	28.477

6.b Compromissos de garantia concedidos por assinatura

31 de Dez. de 2011

31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Compromissos garantidos dados:		
- a instituições de crédito	15.176	1.426
- a clientes	14.229	12.701
Compromissos garantidos totais dados	29.405	14.127

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

O aumento nos compromissos garantidos dados a instituições de crédito relaciona-se com garantias dadas a filiais do Fortis Bank para as filiais do BNP Paribas. Em 2010, o Fortis Bank adquiriu do BNP Paribas as atividades do seu Grupo De Transação Corporativa. Para os ativos adquiridos que ainda não foram transferidas, o Fortis Bank deu a garantia ao BN Paribas.

6.c Outros compromissos de garantia

Instrumentos financeiros dados como colaterais:

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Instrumentos financeiros (títulos negociáveis e créditos a receber privados) alojados com bancos centrais e elegíveis para uso a qualquer altura como colaterais para transações refinanciadas	19.999	11.635
- usado como colateral com bancos centrais	8.814	
- disponível para transações refinanciadas	11.185	11.635
Títulos vendidos sob acordos comprados	37.391	42.026
Outros ativos financeiros garantidos como colaterias para transações com bancos e clientes financeiros		

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 147

Instrumentos financeiros dados como garantias pelo Fortis Bank que o beneficiário é autorizado a vender ou reusar como montante colateral de €80,572 a 31 de Dezembro de 2011 (€44,179 milhões a 31 de Dezembro de 2010).

Instrumentos financeiros recebidos como garantias:

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Instrumentos financeiros recebidos como garantias (excluindo acordos comprados)	9.536	10.550
<i>Dos quais os instrumentos de que o Grupo é autorizado a vender e reusar como garantias</i>	<i>1.219</i>	<i>1.272</i>
Títulos recebidos sob acordos comprados	20.000	33.224

Instrumentos financeiros recebidos como garantias pelo Fortis Bank ou sob acordos comprados que o Fortis Bank vendeu efetivamente ou reusou como montante colateral de €18,723 milhões a 31 de Dezembro de 2011 (€28,036 milhões a 31 de Dezembro de 2010).

148| Fortis Bank Relatório Anual 2011

7 SALÁRIOS E BENEFÍCIOS DE COLABORADORES

7.a Custos com salários e benefícios de colaboradores

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
Remunerações fixas e variáveis, bónus de incentivo e distribuição de lucros	(1.678)	(1.601)

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Bónus de reforma, custos com pensões e contribuições para a segurança social	(595)	(740)
TOTAL DE CUSTOS COM SALÁRIOS E BENEFÍCIOS DE COLABORADORES	(2.273)	(2.341)

7.b Obrigações com benefícios de colaboradores

7.b.1 Benefícios pós-emprego

A NIC 19 distingue entre duas categorias de planos, sendo cada uma delas tratada de forma diferente consoante o risco incorrido pela entidade. Quando a entidade se compromete a pagar uma quantia definida (expresso como percentagem do salário anual do beneficiário, por exemplo) a uma organização externa que processa o pagamento dos benefícios com base nos ativos disponíveis para cada membro do plano, é descrito como um plano de contribuição definida. Inversamente, quando a entidade assume a obrigação de gerir os ativos financeiros financiados com a cobrança de prémios junto dos colaboradores e de suportar o custo dos benefícios ou de garantir a quantia final sob reserva de futuros eventos, é descrito como um plano de benefício definido. O mesmo se aplica se a entidade confiar a gestão da cobrança dos prémios e do pagamento dos benefícios a um organismo externo e continuar a assumir o risco decorrente da gestão dos ativos e de futuras alterações dos benefícios.

BENEFÍCIOS DE PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Nos últimos anos, o Fortis Bank tem convertido os planos de benefício definido em planos de contribuição definida.

O Fortis Bank contribui para vários planos de benefício definido na Bélgica, no Luxemburgo e na Turquia, a maior parte dos quais foi encerrada. Aos novos colaboradores são oferecidos planos de contribuição definida. A obrigação do Grupo ao abrigo destes planos consiste essencialmente em contribuir com uma percentagem do salário anual do colaborador para o plano.

A quantia contribuída para planos pós-emprego de contribuição definida na Bélgica e em outros países no ano findo em 31 de Dezembro de 2011 foi de 23 milhões de euros, por oposição aos 11 milhões de euros entregues no ano findo em 31 de Dezembro de 2010.

1. Planos de pensões de benefício definido de entidades do Fortis Bank

Na Bélgica, o Fortis Bank oferece um plano de pensões aos seus colaboradores e gestores intermédios que entraram para o Banco antes da harmonização dos planos de pensões em 1 de Janeiro de 2002, que se baseia no salário final e no número de anos de serviço. A obrigação é financiada principalmente através da companhia de seguros AG Insurance, em que o Fortis Bank detém uma participação de 25%. Os gestores sénior têm um plano de pensões que oferece um capital baseado no número de anos de serviço e no salário final, que é financiado principalmente através da AXA Bélgica e da AG Insurance.

Pela legislação belga, a entidade patronal é responsável por um retorno mínimo garantido dos planos de contribuição definida. Em resultado desta obrigação, estes planos são classificados como planos de benefício definido.

Em alguns países ainda existem planos de pensões de benefício definido, que se encontram em geral fechados a novos colaboradores, com base em pensões associadas ao salário final do colaborador e ao tempo de serviço (Turquia, Luxemburgo e Reino Unido).

Em 31 de Dezembro de 2011, a Bélgica representava 86% do total bruto das obrigações do Fortis Bank. O justo valor dos respetivos ativos do plano foi dividido da seguinte forma: 77% de obrigações, 10% de dinheiro, 9% de contratos de seguro, 3% de ações e 1% de Bens Imobiliários.

A contribuição esperada para os planos de pensões em 2012 cifra-se em 157 milhões de euros, dos quais 145 milhões representam a obrigação na Bélgica.

2. Planos de saúde pós-emprego

Na Bélgica, o Fortis Bank possui um regime de prestações de saúde para os seus colaboradores e gestores intermédios reformados.

3. Compromissos com planos de benefício definido

Reconciliação de ativos e passivos reconhecidos no balanço

Em milhões de euros	Benefícios pós-emprego		Prestações de saúde pós-emprego	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Valor atual da obrigação de benefício definido	3.301	3.000	59	58
Obrigações de benefício definido decorrentes de planos parcial ou totalmente financiados	3.271	2.980		
Obrigações de benefício definido decorrentes de planos totalmente não financiados	30	20	59	58
Justo valor dos ativos dos planos	(462)	(128)		
Justo valor dos direitos de reembolso	(2.410)	(2.356)		
Custos ainda não reconhecidos em conformidade com a NIC 19	(462)	(514)	(3)	(4)
Custos do serviço anterior				
Ganhos (perdas) atuariais líquidos	(462)	(514)	(3)	(4)
Efeitos do teto de ativos	76			
OBRIGAÇÃO LÍQUIDA PARA PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO	43	2	56	54
Ativo reconhecido no balanço para planos de benefício definido	(2.4309)	(2.373)		
dos quais, ativos líquidos para planos de benefício definido	(20)	(17)		
dos quais, justo valor dos direitos de reembolso	(2.410)	(2.356)		
Passivo reconhecido no balanço para planos de benefício definido	2.473	2.375	56	54

Movimentos no valor atual da obrigação de benefício definido

Em milhões de euros	Benefícios pós-emprego		Prestações de saúde pós-emprego	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
VALOR ACTUAL DA OBRIGAÇÃO DE BENEFÍCIO DEFINIDO NO INÍCIO DO PERÍODO	3.000	3.819	58	55
Operações descontinuadas		556		4
VALOR ACTUAL DA OBRIGAÇÃO DE BENEFÍCIO DEFINIDO DE OPERAÇÕES EM CURSO, NO INÍCIO DO PERÍODO	3.000	3.263	58	51
Custos de serviço atuais	134	130	1	1
Custos com juros	130	107	3	2
Efeitos de alterações aos planos	6			
Efeitos de reduções ou liquidações nos planos	(2)	(250)		
Perdas (ganhos) atuariais líquidos sobre a obrigação	(1)	(113)	(1)	5
Contribuições efetiva dos colaboradores	13	8		
Benefícios pagos diretamente pelo empregador	(22)	(17)	(1)	(1)
Benefícios pagos de ativos/direitos de reembolso	(171)	(158)		
Efeitos de movimentos cambiais	(10)	3		
Efeitos de alterações no âmbito da consolidação	224	26		
Outros		1	(1)	
VALOR ACTUAL DA OBRIGAÇÃO DE BENEFÍCIO DEFINIDO DE OPERAÇÕES EM CURSO, NO FIM DO PERÍODO	3.301	3.000	59	58

Movimentos no justo valor dos ativos do plano

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
JUSTO VALOR DOS ACTIVOS DOS PLANOS NO INÍCIO DO PERÍODO	128	784
Operações descontinuadas		667
JUSTO VALOR DOS ACTIVOS DOS PLANOS DE OPERAÇÕES EM CURSO, NO INÍCIO DO PERÍODO	128	117
Retorno esperado dos ativos dos planos	35	6
Efeitos de reduções ou liquidações nos planos		
Ganhos/(perdas) atuariais líquidos	(12)	4
Contribuições efetivas dos colaboradores	4	
Contribuições da entidade patronal	13	2
Benefícios pagos dos ativos dos planos	(12)	(6)
Efeitos de movimentos cambiais	(13)	2
Efeitos de alterações no âmbito da consolidação	320	1
Outros	(1)	2
JUSTO VALOR DOS ACTIVOS DOS PLANOS DE OPERAÇÕES EM CURSO, NO FIM DO PERÍODO	462	128

Movimentos no justo valor dos direitos de reembolso

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
JUSTO VALOR DOS DIREITOS DE REEMBOLSO NO INÍCIO DO PERÍODO	2.356	2.548
Operações descontinuadas		5
JUSTO VALOR DOS DIREITOS DE REEMBOLSO DE OPERAÇÕES EM CURSO, NO INÍCIO DO PERÍODO	2.356	2.543
Retorno esperado dos direitos de reembolso	92	95
Efeitos de reduções ou liquidações nos planos		(198)
Ganhos/(perdas) atuariais líquidos	1	(58)
Contribuições efetivas dos colaboradores	9	8
Contribuições da entidade patronal	109	106
Benefícios pagos de direitos de reembolso	(159)	(153)
Efeitos de movimentos cambiais		
Efeitos de alterações no âmbito da consolidação	1	12
Outros	1	1
JUSTO VALOR DOS DIREITOS DE REEMBOLSO DE OPERAÇÕES EM CURSO, NO FIM DO PERÍODO	2.410	2.356

Porque o Fortis Bank possui planos de benefício definido que são financiados através de companhias de seguros associadas, os respetivos ativos não são considerados ativos dos planos, tendo de ser classificados como "direitos de reembolso" em conformidade com a NIC 19. Como tal, estes ativos não podem ser deduzidos das obrigações de benefício definido no cálculo do passivo do benefício definido. Nesse sentido, são apresentados como ativos separados intitulados "direitos de reembolso", o que reflete o direito de reembolso dos custos (requeridos para liquidar as obrigações de benefício definido) pela respetiva parte.

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Componentes dos custos das pensões

Em milhões de euros	Benefícios pós-emprego		Prestações de saúde pós-emprego	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Custos de serviço atuais	134	130	1	1
Custos com juros	130	107	3	2
Retorno esperado dos ativos dos planos	(35)	(6)		
Retorno esperado dos direitos de reembolso	(92)	(95)		
Amortização das perdas/(ganhos) atuariais	63	35		
Amortização dos custos de serviço prévios	6			
Efeitos de reduções ou liquidações nos planos	(1)	13		
Efeitos do teto de ativos	(28)			
TOTAL DE CUSTOS INSCRITOS EM				
"CUSTOS COM SALÁRIOS E BENEFÍCIOS DE COLABORADORES"	177	184	4	3

Método utilizado para medir obrigações

Os planos tradicionais de benefício definido na Bélgica e em outros países são avaliados de forma independente por técnicas atuariais que aplicam o método de custo de unidade projetado, de modo a determinar os custos decorrentes de direitos conferidos aos colaboradores e de benefícios a pagar ainda aos colaboradores reformados. Os pressupostos demográficos e financeiros utilizados para estimar o valor atual destas obrigações e dos ativos dos planos tomam em consideração as condições económicas específicas de cada país do Fortis Bank.

As obrigações decorrentes de planos de saúde pós-emprego são medidas utilizando as tabelas de mortalidade específicas aplicáveis a cada país. Também incluem pressupostos sobre os custos das prestações de saúde, incluindo tendências de previsão dos custos dos serviços de saúde e da inflação, calculadas a partir de dados históricos.

Principais pressupostos atuariais utilizados para calcular as obrigações de benefícios pós-emprego no fim do período (excluindo as prestações de saúde pós-emprego)

O Fortis Bank desconta a sua obrigação à taxa de rendimento das obrigações de dívida pública da zona euro e à taxa de rendimento das obrigações privadas de primeira classe com maturidade semelhante à das obrigações em outras zonas monetárias. Quando o mercado para essas obrigações não for suficientemente líquido, a obrigação é descontada à taxa de rendimento das obrigações de dívida pública.

São utilizadas as seguintes taxas:

Em %	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010	
	Zona euro	RU	Turquia	Zona euro	RU
Taxa de desconto	3.30%-4.70%	3.50%	9.15%-9.55%	3.80%-4.50%	4.70%
Futura taxa de aumento da compensação (*)	3.50%-4.27%	2.00%	7.00%	3.90%-4.35%	3.25%

* Inflação incluída

Taxa de retorno efetiva de ativos dos planos e dos direitos de reembolso no período

O retorno esperado dos ativos dos planos é determinado pela ponderação do retorno esperado de cada classe de ativos pela sua respetiva contribuição para o justo valor do total dos ativos dos planos.

Em %	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010	
	Zona euro	RU	Turquia	Zona euro	RU
Retorno esperado dos ativos dos planos e dos direitos de reembolso	3.25%-4.65%	6.24%	9.15%	3.25%-4.54%	6.8%
Retorno efetivo dos ativos dos planos e dos direitos de reembolso	(3.43)%-7.33%	2.80%	6.91%-7.79%	(1.64)%-8.18%	7.80%

¹ Conjunto de valores refletindo a existência de vários planos num único país, zona geográfica ou zona monetária.

152| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações no valor atual de uma obrigação ao abrigo de um plano de benefício definido resultam de ajustamentos de experiência (diferenças entre os pressupostos atuariais anteriores e as ocorrências atuais) e dos efeitos de alterações dos pressupostos atuariais.

O Fortis Bank aplica a abordagem de "corredor" permitida na NIC 19, que especifica que a contabilização dos ganhos e perdas atuariais é diferida quando eles não excedem 10% do maior de dois valores: i) da obrigação e ii) dos ativos do plano. O "corredor" é calculado separadamente para cada plano de benefício definido. Quando o limite é ultrapassado, a parcela dos ganhos e perdas atuariais excedente é reconhecida na conta de lucros e prejuízos em prestações ao longo do período de serviço remanescente dos participantes no plano.

O quadro seguinte apresenta os ganhos e prejuízos atuariais:

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
QUANTIA DE GANHOS/(PREJUÍZOS) ACTUARIAIS ACUMULADOS NÃO RECONHECIDA	(462)	(514)
GANHOS E PREJUÍZOS ACTUARIAIS LÍQUIDOS GERADOS NO PERÍODO	(10)	59
dos quais, ganhos e (prejuízos) atuariais sobre ativos de planos ou direitos de reembolso	(11)	(54)
dos quais, ganhos e (prejuízos) atuariais decorrentes de alterações dos pressupostos atuariais da obrigação	1	109
dos quais, ganhos e (prejuízos) de experiência sobre a obrigação		4

7.b.2 Outros benefícios de longo prazo

O Fortis Bank oferece aos seus colaboradores vários benefícios de longo prazo, principalmente bónus por longos anos de serviço, a capacidade de poupar as férias pagas em contas-poupança e determinadas garantias de proteção em caso de incapacidade.

Integrados na política de remunerações variáveis do Grupo são criados planos anuais de remuneração diferida para determinados colaboradores com elevado desempenho ou em conformidade com quadros regulamentares especiais.

O pagamento ao abrigo destes planos é diferido no tempo e dependente do desempenho das unidades de negócio, dos negócios nucleares e do Grupo.

31 de Dez. de 2011

31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Provisões líquidas para outros benefícios de longo prazo	90
--	----

96

7.b.3 Benefícios de rescisão

O Fortis Bank implementou diversos planos de rescisão voluntária para colaboradores que cumprem determinados critérios de elegibilidade. As obrigações para com colaboradores ativos elegíveis ao abrigo desses planos são previstas quando o plano é objeto de um acordo bilateral ou de uma respetiva minuta.

31 de Dez. de 2011

31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Provisões para planos de saída voluntária e reforma antecipada	217
--	-----

275

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 153

8 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

8.a Âmbito de consolidação

As contas consolidadas são preparadas em conformidade com o Real Decreto de 5 de Setembro de 2004 que altera o Real Decreto de 23 de Setembro de 1992 relativo às contas não consolidadas e às contas consolidadas de instituições de crédito. O Real Decreto estipula que as contas anuais consolidadas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2006 e seguintes têm de ser elaboradas em conformidade com normas internacionais (NIC/NIRF) adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações do Fortis Bank SA/NV e das suas

subsidiárias. As subsidiárias são empresas em que o Fortis Bank tem poderes para, direta ou indiretamente, gerir as políticas financeiras e operacionais de modo a obter benefícios das respetivas atividades ("controlo"). As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo efetivo é transferido para o Fortis Bank e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controlo.

As contas consolidadas são preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade NIC 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, a NIC 28 Investimentos em associadas, a IAS 31 Participações em joint ventures e em conformidade com a SIC-12 Consolidação-Entidades de finalidade especial (SPE), que exige a consolidação das SPE sempre que a substância da relação indicar que o Fortis Bank controla a SPE e detém um interesse beneficiário significativo nas atividades da SPE.

Os investimentos em joint ventures – acordos contratuais em que o Fortis Bank e outras partes exercem uma atividade económica sujeita a controlo conjunto – são contabilizados pelo método proporcional.

Os investimentos em associadas – investimentos em que o Fortis Bank exerce uma influência significativa mas não controla, e em que detém, em regra, entre 20% e 50% dos direitos de voto – são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Os limites de consolidação são detalhados na secção 1.c.1 Esfera de consolidação na Nota 1: 'resumo das políticas contabilísticas significativas aplicadas pelo Fortis Bank'.

Os quadros abaixo incluem as alterações no âmbito durante o ano de 2010 e 2011.

Nome	País		Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Sociedade consolidante						
Fortis Banque SA / Fortis Bank NV	Bélgica			Full	100.00%	100.00%
Bélgica						
Ace Equipment Leasing	Bélgica	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Ace Leasing	Bélgica	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
AG Insurance-Groupe	Bélgica			Equity	25.00%	25.00%
Alpha Card Scrl (Groupe)	Bélgica			Equity	50.00%	50.00%
Alpha Crédit SA	Bélgica			Full	100.00%	100.00%
Anking Funding Company SA	Bélgica	2010	<limiares			
Banque De La Poste S.A. – Bank van de Post N.V.	Bélgica			Prop.	50.00%	50.00%
Bcc Corporate	Bélgica			Equity	50.00%	50.00%
Belgolaise SA	Bélgica	2011	<limiares			
		2010		Equity 1	100.00%	100.00%
BNP Paribas Fortis Factor	Bélgica			Full	99.00%	99.00%
BNP Paribas Investment Partners Be Holding	Bélgica	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
BNP Paribas Investment Partners Belgium	Bélgica	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Bancontact-MisterCash BC-MC	Bélgica	2011	Before known as “Bran & Licence Company SA”			
		2010	<limiares			
Certifimmo V SA	Bélgica	2010	<limiares			
Comptoir Agricole De Wallonie	Bélgica	2010	<limiares			
Continuing Care Retirement Community NV	Bélgica	2011	<limiares			
		2010		Full	99.00%	99.00%
Credissimo	Bélgica	2010	<limiares			
Credissimo Hainaut SA	Bélgica	2010	<limiares			
Crédit Pour Habitations Sociales	Bélgica	2011	<limiares			
		2010		Equity 1	81.66%	81.66%
Demetris N.V.	Bélgica			Equity 1	99.00%	99.00%
Eos Aremas Belgium S.A. / N.V.	Bélgica			Equity	49.97%	49.97%
Es-Finance	Bélgica	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Euro Fashion Center SA	Bélgica	2010	Alienação			
Euorpay Belgium	Bélgica			Equity	40.02%	40.02%
F.L. Zeebrugge	Bélgica	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	12.50%
Finalia	Bélgica			Full	51.00%	51.00%
Fintrimo SA	Bélgica	2010	<limiares			
Fortis Commercial Finance Nv	Bélgica	2011	Compra	Full	100.00%	100.00%
Foris Film Fund SA	Bélgica	2010	<limiares			
Fortis Finance Belgium S.C.R.L.				Full	100.00%	100.00%
Fortis Lease	Bélgica	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%

- 1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial
2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial
3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 155

Nome	País		Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Fortis Lease Car & Truck	Bélgica	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Group Services	Bélgica	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Private Equity Asia Fund SA	Bélgica	2010	<limiares			
Fortis Private Equity Belgium N.V.	Bélgica			Full	100.00%	100.00%
Fortis Private Equity Expansion Belgium N.V.	Bélgica			Full	100.00%	100.00%
Fortis Private Equity Management N.V.	Bélgica	2010	<limiares			
Fortis Private Equity Venture Belgium N.V.	Bélgica			Full	100.00%	100.00%
Fpre Management (Belgium) SA	Bélgica	2011	<limiares			
		2010		Full	100.00%	100.00%
Fpre Second Residences SA	Bélgica	2010	Fusão			
Fpre Second Residences Sca	Bélgica	2010	Fusão			
Frynaco	Bélgica	2011	<limiares			
		2010		Full	99.00%	99.00%
Fund Administration Services & Technology Networks Belgium	Bélgica	2011	Alienação			
		2010		Equity	47.80%	23.90%
Fv Holding NV	Bélgica		<limiares	Equity	40.00%	40.00%
Genfinance international SA	Bélgica	2010	<limiares			
Het Werkmanshuis NV	Bélgica	2010	<limiares			
Immobiliere Sauveniere S.A.	Bélgica			Equity	1	99.00%
Isabel SA	Bélgica	2010	<limiares			
La Propriété Sociale De Binche-Morlanwez SA	Bélgica	2010	<limiares			
Landbouwkantoor Van Vlaanderen NV	Bélgica	2010	<limiares			
Mees Pierson Private Belgian Offices NV	Bélgica	2011	<limiares			
		2010		Full	99.00%	99.00%
Nieuwe Maatschappij Den Heerd NV	Bélgica	2010	Liquidação			
Nissan Finance Belgium N.V.	Bélgica			Full	100.00%	100.00%
Prestibel Left Village	Bélgica	2010	<limiares			
Sowo Investment SA	Bélgica	2010	<limiares			
Visa Belgium Scrl	Bélgica	2010	<limiares			
Entidades de fim especial						
Bass Master Issuer NV	Bélgica			Full		
Esmee Master Issuer	Bélgica			Full		
Luxemburgo						
Alteray	Luxemburgo	2011	<limiares			
		2010		Full	100.00%	100.00%
Argance	Luxemburgo	2010				
Bgi Bnp Paribas	Luxemburgo			Full	100.00%	100.00%
Bnp paribas Fortis Funding	Luxemburgo			Full	50.00%	50.00%
Bnp Parisbas Lease Group Luxembourg	Luxemburgo	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Bnp Parisbas Leasing Solutions	Luxemburgo	2011		Equity	33.33%	16.67%
		2010	Compra	Equity	33.33%	16.67%

Bnp Parisbas Luxembourg SA	Luxemburgo 2010	Compra & Fusão			
Cardif Lux Vie	Luxemburgo 2011	Compra	Equity	33.33%	16.67%
Cofhylux S.A.	Luxemburgo		Full	100.00%	50.00%
Compagnie Financière De La Porte Neuve SA	Luxemburgo 2011	<limiares			
	2010	Compra	Full		
Dalgarno	Luxemburgo 2010	<limiares			
Delvino	Luxemburgo 2010	<limiares			

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

156| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nome	País	Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Elfa Auto	Luxemburgo 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	34.00%	17.00%
Eris Investissements	Luxemburgo 2010	<limiares			
F.A.M. Fund Advisory	Luxemburgo 2010	Dissolução			
Fb Energy Trading S.A.R.L.	Luxemburgo 2011	<limiares			
	2010		Full	100.00%	100.00%
Flexfund Associates	Luxemburgo 2010	Dissolução			
Fortis Bank Resinsurance S.A.	Luxemburgo 2011	Alienação			
	2010		Full 3	100.00%	100.00%
Fortis Direct Real Estate Management	Luxemburgo 2010	Alienação			
Fortis International Finance Luxembourg Sarl	Luxemburgo 2010	Alienação			
Fortis Investment Management Luxembourg SA	Luxemburgo 2010	Fusão			
Fortis Luxembourg – Vie S.A.	Luxemburgo 2011	Fusão			
	2010		Equity	50.00%	25.00%
Fortis Private Real Estate Holding	Luxemburgo 2011	<limiares			
	2010		Full	100.00%	100.00%
Fund Administration Services & Technology Network Luxembourg	Luxemburgo 2010	Alienação			
Fundamentum Asset Management	Luxemburgo		Full	100.00%	50.00%
Generalcorp 10	Luxemburgo 2011	Alienação			
	2010	Compra	Full 3	100.00%	100.00%
Immoparibas Royale-Neuve SA	Luxemburgo 2011	<limiares			
	2010	Compra	Full	100.00%	50.00%
Internaxx Bank	Luxemburgo 2010	Alienação			
Marie Lease Sarl	Luxemburgo 2010	<limiares			
ParibasTrust Luxembourg SA	Luxemburgo		Full	100.00%	50.00%
Pattison	Luxemburgo 2010	<limiares			
Plagefin – Placement Gestion, Finance Holding S.A.	Luxemburgo		Full	100.00%	50.00%
Quainton Funding Sarl	Luxemburgo 2010	<limiares			
Tabor Funding	Luxemburgo 2010	<limiares			
Entidades de fim especial	Luxemburgo		Full		
Aura Capital Investment SA	Luxemburgo		Full		
Delphinus Titri 2010 SA	Luxemburgo		Full		
Royale Neuve Finance S.A.R.L.	Luxemburgo		Full		
Royale Neuve Investments Sarl					
Stradios Fcp Fis	Luxemburgo 2011	Alienação			

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	2010		Equity		
Resto do mundo					
3D Güvenlik Sistemleri Ve Org Tic. As	Turquia	2010	Dissolução		
Abn Amro Bank Asset Management Investments (Asia) Ltd	Ilhas Caimão	2010	Dissolução		
Abn Amro Bank Asset Management Real Estate (Asia)	Ilhas Caimão	2010	<limiares		
Abn Amro Bank Asset Management Real Estate Korea (Caiman)	Ilhas Caimão	2010	<limiares		
Abn Amro Emerging Europe Private Equity (Curaçao)	Dutch West Indies	2010	<limiares		
Abn Amro Investment Trust Company	EUA	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Abn Amro Teda Fund Management Co. Ltd	China	2010	Alienação		
Ace Leasing BV	Holanda	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33% 16.67%
Acg Capital Partners LLC	EUA	2010	Alienação		
Acg Investment Capital Partners LLC	EUA	2010	Alienação		

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 157

Nome	País	Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Afilease BV	Holanda	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33% 16.67%
Agrilease BV	Holanda	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33% 16.67%
Alfred Berg Administration A/S	Dinamarca	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Alfred Berg Asset Management Ab	Suécia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Alfred Berg Asset Management Services	Suécia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Alfred Berg Fonder Ab	Suécia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Alfred Berg Fondsmægielselskab A/S	Dinamarca	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Alfred Berg Forvaltning As	Noruega	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Alfred Berg Funds	Finlândia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Alfred Berg Kapitalförvaltning Ab	Suécia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Alfred Berg Kapitalforvaltning As	Noruega	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Alfred Berg Kapitalforvaltning Finland Ab	Finlândia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Alsabail	França	2011	Alienação			
		2010		Equity	40.68%	20.34%
Aramea Asset Management Ag	Alemanha	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	10.00%	9.23%
Arnheim Investment Management Pty Ltd	Austrália	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	13.23%	12.31%
Artemis Asset Management Ltd	RU	2010	Alienação			
Artemis Fund Management Ltd	RU	2010	Alienação			
Artemis Investment Management Ltd	RU	2010	Alienação			
Artemis Ocean Racing 2 Ltd	RU	2010	Alienação			
Artemis Ocean Racing Ltd	RU	2010	Alienação			
Artemis Strategic Asset Management Ltd	RU	2010	Alienação			
Artemis Trust Managers Ltd	RU	2010	Alienação			
Athymis Gestion SA	França	2010	<limiares			
Bnp Paribas Asset Management India Private Limited	Índia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

158| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nome	País		Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Bnp Paribas Bank Polska	Polónia			Full	99.87%	99.87%
Bnp Paribas Clean Energy Partners Gp Limited	RU	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	16.67%
Bnp Paribas Energy Trading Canada Corp	Canadá	2010	Alienação			
Bnp Paribas Energy Trading Gp	EUA	2010	Alienação			
Bnp Paribas Fortis Yatrimiar Holding Anonim	Turquia	2010		Full	100.00%	100.00%
		2010	Incorporation	Full	100.00%	100.00%
Bnp Paribas Investment Partners	França	2010		Equity	33.33%	30.78%
		2010	Compra	Equity	33.33%	30.78%
Bnp Paribas Investment Partners (Australia) Holdings Pty Limited	Austrália	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Bnp Paribas Investment Partners (Australia) Pty Limited	Austrália	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Bnp Paribas Investment Partners (Suíça) SA	Suíça	2010	<limiares			
Bnp Paribas Investment Partners Ásia Limited	Hong-Kong	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Bnp Paribas Investment Partners Canada Ltd	Canadá	2010	<limiares			
Bnp Paribas Investment Partners Funds (Nederland) NV	Holanda	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Bnp Paribas Investment Partners Holding N.V.	Holanda	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Bnp Paribas Investment Partners Nederland N.V.	Holanda	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Bnp Paribas Investment Partners Taiwan Co. Ltd	Taiwan	2010	<limiares			
Bnp Paribas Private Investment Management Ltd	RU	2010	Alienação			
Ca Motor Finance Ltd	RU	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Camomile Alzette Investments RU Ltd	Ilhas Caimão	2010	Alienação			
Camomile Asset Finance (Nº 5) Partnership	RU	2010	<limiares			
Camomile Canopia Trading (RU) Ltd	Ilhas Caimão	2010	Alienação			
Camomile Investments RU Ltd	RU	2010	<limiares			
Camomile Pearl (RU) Ltd	Ilhas Caimão	2010	Alienação			
Camomile Ulster Investments RU Ltd	Ilhas Caimão	2010	Alienação			
Captive Finance Ltd	Hong-Kong	2010	<limiares			
Captive Finance Taiwan Co. Ltd	Taiwan	2010	<limiares			
Cf Leasing Ltd	Bermuda	2010	Partial Alienação & Integration in the Cronos Group	Equity	30.00%	2.90%
Cronos Holding Company	Bermuda			Equity	30.00%	30.00%
Dikodi BV	Holanda	2010	<limiares			
Dominet Finanse S.A.	Polónia	2010	Alienação			
Dominet S.A.	Polónia			Full	100.00%	100.00%
Domint Spv-Ii Sp Z.O.O.	Polónia	2010	<limiares			
Dreieck One Ltd	Ilhas Caimão	2010	Dissolução			
Eiser Infrastructure Capital Management Ltd	RU	2010	Alienação			
Euro-Scribe Sas	França	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease			

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

Nome	País	Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis	Interesse de propriedade do Fortis
------	------	-------------------------------------	--------	-----------------------------	------------------------------------

				Bank (%)	Bank (%)
Fastnet Nederland	Holanda	2011	Alienação		
		2010	Equity	47.84%	23.92%
Fb Energy Holdings LLC	EUA	2011	<limiares		
		2010	Full	100.00%	100.00%
Bnp Paribas Holding Canada	Canadá	2011	Dissolução Before known as "Fb Holdings Canada Corp"		
		2010	Full	100.00%	100.00%
Fb Transportation Capital LLC	EUA	2010	Full	100.00%	100.00%
Fbc Ltd	Bermuda	2010	Liquidação		
Fcm Private Equity SI	Espanha	2010	Liquidação		
Fimagen Holding SA	França	2010	Alienação		
Fimapierre	França	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Fisher Francis Trees & Watts Singapore Limited	Singapura	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Fisher Francis Trees & Watts RU Limited	RU	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33% 30.78%
Folea Grundstücksverwaltungs Und Vermietungs GmbH & Co. Objekt Leverkusen Kg	Alemanha	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33% 1.51%
Folea Grundstücksverwaltungs Und Vermietungs GmbH & Co. Objekt Leverkusen Kg	Alemanha	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	3.01% 1.51%
Folea Grundstücksverwaltungs Und Vermietungs GmbH & Co. Objekt Thafingen	Alemanha	2010	<limiares		
Folea Ii Verwaltungs GmbH	Alemanha	2010	<limiares		
Folea Iii Verwaltungs GmbH	Alemanha	2010	<limiares		
Folea Verwaltungs GmbH	Alemanha	2010	<limiares		
Fondo Nazca I Fcr	Espanha	2010	Dissolução		
Fortis / Kfh Scof Advisor Ltd	Ilhas Virgens	2010	Alienação		
Fortis Asset Management Japan Co. Ltd	Japão	2010	Alienação		
Fortis Bank Anonim Sirketi	Turquia	2011	Fusão		
		2010	Full	94.11%	94.11%
Fortis Bank Malta Ltd	Malta	2011	<limiares for full	Equity 1	100.00% 100.00%
		2010	Full	100.00%	100.00%
Fortis Bank Suisse SA	Suíça	2010	Alienação		
Fortis Bank France SA	França	2010	Alienação		
Fortis Capital (Canada) Ltd	Canadá	2010	Alienação		
Fortis Capital Corporation	EUA	2010	Alienação		
Fortis Commercial Finance Deutschland Bv	Holanda	2011	Compra		
Fortis Commercial Finance GmbH	Alemanha	2011	Compra		
Fortis Commercial Finance Holding Bv	Holanda	2011	Compra		
Fortis Commercial Finance Ltd	RU	2011	Compra		
Fortis Energy Leasing X2	Holanda	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33% 16.67%
Fortis Energy Leasing Xi	Holanda	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33% 16.67%
Fortis Energy Leasing X3 BV	Holanda	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33% 16.67%

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Nome	País		Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Fortis Energy Leasing Xiv BV	Holanda	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Epargne Retraite	França	2011	Alienação			
Fortis Faktoring As	Turquia	2011	Compra	Equity 1	33.33%	16.67%
Fortis funding LLC	EUA			Full	100.00%	100.00%
Fortis Gesbeta Sgiic	Espanha	2010	Alienação			
Fortis Gestão De Investimentos Brasil Limitada	Brasil	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Fortis gestion Privée	França	2010	Alienação			
Fortis Holding Malta B.V.	Holanda			Full	100.00%	100.00%
Fortis Holding Malta Ltd	Malta			Full	100.00%	100.00%
Fortis international Finance (Dublin)	Irlanda	2011	<limiares			
		2010	<limiares	Full	100.00%	100.00%
Fortis paribas Bergere	França	2011	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
		2010	<limiares			
Fortis Investment Management (Cayman) Ltd	Ilhas Caimão	2010	Liquidação			
Fortis Investment Management Argentina Soc. Gerente De Fci SA	Argentina	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Fortis Investment Management Chile SA	Chile	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Fortis Investment Management France	França	2010	Alienação			
Fortis Investment Management Hong Kong Ltd	Hong Kong	2010	Liquidação			
Fortis Investment Management USA, inc	EUA	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Fortis paribas Leasing Solutions China Co. Ltd	China	2011	Before known as "Fortis Lease (China) Co Ltd"			
		2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease (France)	França	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease (malaysia) Sdn. Bhd	Malásia	2010	<limiares			
Fortis Lease Czech	R. Checa	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Danmark As	Dinamarca	2010	<limiares			
Fortis Lease Deutschlang Ag	Alemanha	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Holding Norge As	Norega	2010	<limiares			
Fortis Lease Holdings RU Ltd	RU	2010	<limiares			

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Fortis Lease Hong Kong Ltd	Hong Kong 2010	<limiares			
Fortis Lease Hungaria Equipment Financing Financial Leasing Company	Hungria 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 161

Nome	País	Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Fortis Lease Hungaria Real Estate	Hungria 2010	<limiares			
Fortis Lease Hungaria Vehicle Financing Financial Leasing Company	Hungria 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Iberia	Espanha 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	34.49%	34.49%
Fortis Lease Immobilien Suisse	Suíça 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Bnp Paribas Leasing Solutions N.V.	Holanda 2011	Before known as "Fortis Lease Nederland B.N.V."			
	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Norge As	Noruega 2010	Alienação			
Fortis Lease Operativ Lizing Zartikoruen MRUodo Reszvenytarsasag	Hungria 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Polska Sp Z.O.O.	Polónia 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Portugal	Portugal 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Romania Ifn Sa	Roménia 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease S.P.A.	Itália 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Singapore Pte Ltd	Singapura 2010	<limiares			
Bnp Paribas Leasing Solutions Suisse	Suíça 2011	Before known as "Fortis Lease Suisse"			
	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease Sweden Ab	Suécia 2010	Alienação			
Fortis Lease RU (1) Ltd	RU 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease RU (2) Ltd	RU 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease RU (3) Ltd	RU 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease RU (4) Ltd	RU 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease RU (5) Ltd	RU 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Lease RU Ltd	RU 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

Nome	País		Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Fortis Lease RU Retail Limited	RU	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Mediacom Finance	França	2010	Alienação			
Fortis Money Short Term Fund	França	2010	Liquidação			
Fortis Park Lane Ireland Ltd	Irlanda	2010	<limiares			
Fortis Pf Investments (RU) Ltd	RU	2011	Alienação			
Fortis Portfóy Yonetimi A.S.	Turquia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	32.67%	30.16%
Fortis Prime Fund Solutions (Usa) LLC	EUA	2010	<limiares			
Fortis Private Equity France Fund	França			Full	99.90%	99.90%
Fortis Private Equity France Sas	França	2010	Alienação			
Investment Fundsmanagement Company	Polónia	2011	Before knwon as " Fortis Private Investment Polska"	Equity	33.33%	16.67%
Investment Fundsmanagement Company	Polónia	2010	<limiares			
Fortis Proprietary Capital Inc	EUA	2010	Alienação			
Fortis Proprietary investment (Ireland) Ltd	Irlanda	2011	<limiares			
		2010		Full	100.00%	100.00%
Fortis Securities LLC	EUA	2010	Alienação			
Fortis Vastgoedlease BV	Holanda	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Wealth Management Hong Kong Ltd	Hong Kong	2011	Alienação			
		2010		Full	100.00%	100.00%
Fortis Wealth Management taiwan Co Ltd	Taiwan	2010	Liquidação	Equity	33.33%	16.67%
Fortis Yatirim Menkul Degerler As	Turquia	2011	Fusão			
		2010		Equity 1	33.33%	16.67%
Friedland Participation Et Gestion	França	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Fsi Holdings Inc	EUA	2010	Alienação			
G I Finance	Irlanda	2011	Liquidação			
		2010		Full	100.00%	100.00%
Generale Belgian Finance Cy Ltd	Hong Kong	2010	Alienação			
Geneve Credit & Leasing SA	Suíça	2011	Alienação			
		2010	Passing qualifiaing limiares	Prop.	51.00%	51.00%
Gesellschaft für capital & Vermögensverwaltung GmbH	Alemanha	2010	<limiares			
Gie Immobilier Groupe Fortis France	França	2010	Alienação			
Gie Services Groupe Fortis France	França	2010	Alienação			
Global Management Services	Roménia	2010	<limiares			
GroenvermogenNV	Holanda	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Haitong – Fortis private Equity Fund Management Co. Ltd	China	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	11.00%	10.16%
Hft Investment Management Co., Limited	China	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	16.33%	15.08%
Industrifinans Forskningsparken Eiendom As	Noruega	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que	Equity	33.33%	30.78%

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

		foi comprado pelo BNPP Investment Partners			
Inkasso Kodt GmbH & Co. Kg	Alemanha 2010	<limiares			

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 163

Nome	País	Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Kit Fortis Investment Management	Cazaquistão 2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	16.67%	15.39%
Kota jaya Ltd	Hong Kong 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Lisia Ltd	Jersey 2010	Dissolução			
Margaret Inc	EUA 2011	<limiares			
	2011		Full	100.00%	100.00%
Merconter SA	Argentina 2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.33%	30.78%
Merkur Beteiligungs Und Verwaltungsgesellschaft Mit Beschränkter Haftung	Alemanha 2010	<limiares			
Mermoz Jet Finance	Espanha 2010	Alienação			
Money Alpha	França 2011	Dissolução			
	2010		Full	100.00%	100.00%
Money Beta	França 2011	Dissolução			
	2010		Full	100.00%	100.00%
Nazca Inversiones SA	Espanha 2011	Liquidação			
Ostara Partners Inc	Ilhas Caimão 2010	<limiares			
Ostara Partners Inc Korea	Ilhas Caimão 2010	<limiares			
Otis Vehicle Rentals Ltd	RU 2011	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	13.33%	6.67%
Park Mountain Sme 2007-l BV	Holanda 2010	Liquidação			
Loft Beck Ltd	Irlanda 2011	<limiares Before known as "Postbank Ireland Ltd"			
	2010		Equity	50.00%	25.00%
Pt Abn Amro Manajemen Investasi	Indonésia 2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	28.33%	26.16%
Pt Bnp paribas Investment Partners	Indonésia 2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	33.00%	30.47%
Rfh Ltd	Bermuda	Liquidação	Equity 1	100.00%	99.66%
Robin Flight Ltd	Irlanda 2011	<limiares			
	2010	Compra	Full		
Sci Champvernier	França 2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Sci Flif Azur	França	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Sci Flif Château Landon	França	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Sci Flif Evry 2	França	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

164| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nome	País		Alteração no âmbito de consolidação	Método	Interesse de voto do Fortis Bank (%)	Interesse de propriedade do Fortis Bank (%)
Sci Flif Le gallo	França	2010	(a) - Diluição do Fortis Bank no Grupo Fortis Lease	Equity	33.33%	16.67%
Sci Flif Le Port	França	2010	Dissolução			
Sci Flif Sainte Marie	França	2010	Dissolução			
Societe Alsacienne De Developpement Et d'Expansion	França			Full	100.00%	50.00%
		2011				
Tap Ltd	Bermuda	2011	Incorporation	Equity 1	100.00%	100.00%
Top Fund I, L.P.	Ilhas Caimão			Full	99.66%	99.66%
Teb Holding As	Turquia	2011		Prop.	50.00%	50.00%
		2010	Compra	Prop.	50.00%	50.00%
Textainer Marine Containers Ltd	Bermuda	2011	Alienação			
		2010		Equity	25.00%	24.92%
Tfunds Mutual Fund management Company SA	Grécia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	15.00%	13.85%
Tkb Bnp Paribas Investment Partners LLC	Rússia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	16.67%	15.39%
Tkb Bnp Paribas Investment Partners Holding B.V.	Holanda	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	16.67%	15.39%
Tkb Bnp Paribas Investment Partners Jsc	Rússia	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	16.67%	15.39%
Trip Rail Holdings Inc	Eua	2011	No significant influence			
		2010		Equity	16.33%	16.33%
Upper hatch Securities Ltd	Irlanda	2010	<limiares			
Versiko Ag	Alemanha	2010	(b) - Diluição do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas IP BE Holding, que foi comprado pelo BNPP Investment Partners	Equity	8.33%	7.69%
Von Essen GmbH & Co. Kg Bankgesellschaft	Alemanha			Full	100.00%	100.00%
Wa Pei Finance Company Ltd	Hong Kong	2010	Alienação			

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Wa Pei Properties Ltd	Hong Kong 2010	Alienação			
Entidades de fim especial					
Alandes Bv	Holanda		Full	2	
Astir B.V.	Holanda		Full		
Black Kite Investments Limited	Irlanda		Full		
Scaldis Capital LLC	EUA		Full	2	
Scaldis Capital (Ireland) Ltd	Irlanda		Full	2	
Scaldis Capital Limited	Jersey		Full	2	
Swallow Flight Ltd	Irlanda 2011	<limiares			
	2010	Compra	Full		

1 – Subsidiárias não materiais consolidadas via método da equivalência patrimonial

2 – Entidades excluídas do âmbito de consolidação prudencial

3 – Entidades consolidadas ao abrigo do método da equivalência patrimonial para fins prudenciais

8.b Concentrações de negócios

No contexto do projeto de integração global do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas, foi proposto reorganizar e integrar certas atividades do Fortis Bank e do BNP Paribas, através da transferência e da disponibilização de ativos entre várias entidades do grupo. O projeto que lidou com esta reorganização e transações relacionadas denominou-se projeto “Cavaleiro”. A implementação deste projeto gerou a maior parte das aquisições e alienações em 2010 e algumas das operações continuaram a ser implementadas durante o ano 2011.

8.b1 Reestruturação de entidades turcas

Após a execução do projeto “Cavaleiro”, foi criada a operação “Nectarina”, com o objetivo de fundir as duas margens do Grupo BNP Paribas, na Turquia (Türk Ekonomi Bankasi AS (“TEB”) e Fortis Bank Turkey). Esta operação foi executada em várias etapas, em 2010 e 2011.

No dia 25 de Outubro de 2010, o Fortis Bank adquiriu, através do grupo BNP Paribas Fortis Yatirimlar, um veículo para fins totalmente especiais (SPV), 250 milhões (ou 50%) de ações do TEB Mali Yatirimlar AS (“TEB Mali”) do BNP Paribas para uma consideração TRY de 1,162,650,714. O TEB Mali é contabilizado usando o “método proporcional” nas demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank. Em 2011, o TEB Mali foi renomeado para “TEB Holding”.

A 14 de Fevereiro de 2011, tomou lugar a fusão entre o Türk Ekonomi Bankasi AS (“TEB”) (84% subsidiária do TEB Holding) e o Fortis Bank da Turquia (94,10% subsidiária do Fortis Bank). O Fortis Bank recebeu 1039356553 (ou 47,15%) das ações do TEB (valor de mercado em 2,16 partes), fazendo um total de 2245010154 contra as ações que o Fortis Bank Turkey detinha.

A 30 de Março de 2011, o TEB prosseguiu com um aumento de capital do total 90,863,380 ações, das quais o grupo BNP Paribas Fortis Yatirimlar (SPV Fortis Bank) subscreveu 8.423.113 (ou 14,97%) das ações em TRY 4,65 por ação, totalizando 411167475.

A 30 de Março de 2011, o Fortis Bank dispôs de 280364843 (ou 12,72%) das ações, totalizando 605.588.060 (2,16 partes) que detinha no banco resultante da fusão TEB para TEB Holding. Como resultado desta transação, o TEB seguiu 55% do banco TEB resultante da fusão.

A 30 de Março de 2011, o Fortis Bank dispôs de 448511854 (ou 20,35%) das ações, totalizando 865.440.422 (1,9296 partes) que detinha no banco resultante da fusão TEB ao BNP Paribas.

A 30 de Março de 2011, o Fortis Bank dispôs de 310479856 (ou 14,08%) das ações, totalizando 670.636.489 (2,16 partes) que detinha no banco resultante da fusão TEB para a sua filial a 100% BNP Paribas Fortis Yatirimlar (SPV).

A 31 de Março de 2011, o BNP Paribas Fortis Yatirimlar dispôs de 42.991.423 (ou 7,28%) das ações, totalizando 200.000.000 (4,65 partes) que detinha no TEB Holding, o parceiro turco - Grupo Colakoglu. Como resultado desta transação, o BNP Paribas Fortis Yatirimlar e Colakoglu Grupo passaram a deter, cada um, 50% das ações do TEB Holding.

Como resultado da fusão a 14 de Fevereiro de 2011, o Fortis Bank perdeu o controlo exclusivo sobre o Fortis Bank Turkey, e este deu origem, à data da perda de controlo, a uma perda realizada de €233 milhões na conta de ganhos e prejuízos relacionados principalmente com a reciclagem de impacto líquido da diferença cambial anteriormente registada em "Outros resultados abrangentes" no Fortis Bank Turkey.

166| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Como parte do Acordo de Accionistas, o BNP Paribas e Fortis Bank (em uma base de 50% / 50%) concedeu um direito de liquidez (opção de venda) para o Grupo Colakoglu (que detém 50% restantes das ações do TEB Holdings) nas suas partes do TEB Holding. Esta opção é considerada como um derivado e é valorizada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. O valor (negativo) inicial justo desta opção levou a uma perda de €75 milhões.

Após a aquisição de 50% do TEB Holding a 25 de Outubro de 2010 pelo Fortis Bank, através do seu SPV, o Fortis Bank aplicou a base antecessora do método de contabilidade "para dar conta desta aquisição. Uma tentativa de 212 milhões deu como resultado um património líquido negativo até ao final de 2010, ao nível do TEB holding que se relaciona à aquisição do TEB Holding agrícola do ex-TEB.

A 31 de Março de 2011, esta tentativa de 212 milhões (€97 milhões) foi transferida para o Fortis Bank. Após a disposição de ações do TEB (448,511,854 ações ou 20,35%) pelo Fortis Bank ao BNP Paribas, parte da tentativa (69 milhões (€32 milhões)) foi transferida para o BNP Paribas, que reduziu a quantidade de tentativas para 143 milhões (€65 milhões) reconhecidos no balanço da filial do Fortis Bank - BNP Paribas Fortis Yatirimlar. A tentativa foi de 143 milhões (€59 milhões) a 31 de Dezembro de 2011.

Um novo goodwill também foi reconhecido no balanço do Fortis Bank representando a diferença entre o justo valor das ações TEB recebidos pelo Fortis Bank e da parte proporcional de propriedade do Fortis Bank sobre os ativos e passivos do banco recém-fusionado TEB. Este goodwill equivale a 237 milhões (€98 milhões).

A 17 de Junho de 2011, uma oferta pública obrigatória tomou lugar onde o Fortis Bank adquiriu, através da sua filial a 100% BNP Paribas Fortis Yatirimlar, um adicional de 66,103,950 ações (ou 3,00%) do banco TEB, resultante da fusão. Como resultado desta aquisição, um goodwill adicional de 26 milhões (€11 milhões) foi reconhecido.

Depois de todas as operações de transação, o Fortis Bank obteve o controlo conjunto sobre o banco TEB recém-fundido através de 50% de participação do TEB Holding (o TEB holding detém 55% do banco resultante da fusão), bem como 17,08% de participação directa através da sua filial - BNP Paribas Fortis Yatirimlar. O BNP Paribas detém 23,58% do banco TEB resultante da fusão. As participações restantes no banco TEB resultantes da fusão são flutuantes e livres.

8.b2 Aquisições

Transações com o BNP Paribas

A 29 de Dezembro de 2011, o Cardif Luxemburgo Internacional absorveu o Fortis Luxembourg SA Vie, em que o BGL BNP Paribas SA tem uma participação de 50%. O BGL BNP Paribas SA é uma filial do Fortis Bank.

Após a fusão, o Fortis Luxembourg SA Vie foi desconciliado do Fortis Bank e BNP Paribas SA BGL. A empresa recém-fundida é denominada Cardif Luxemburgo Vie em que o BGL BNP Paribas SA detém uma participação de 33,33%. O Cardif Vie Luxemburgo é contabilizado usando o método da equivalência patrimonial. Esta transação resultou num ganho de capital de €6,2 milhões sobre a diluição da participação accionária do BGL BNP Paribas SA em Fortis Luxembourg Vie de 50% para 33,33%, e numa badwill de €8,2 milhões na aquisição de 33,33 % do Cardif Vie Luxemburgo.

Durante o ano de 2010, o Fortis Bank fez várias aquisições no contexto do projeto de integração global do Fortis Bank no Grupo BNP Paribas. As principais entidades adquiridas junto ao BNP Paribas foram o BNP Paribas Luxembourg (BNPPL), o BNP Paribas Investment Partners (BNPP IP) e o TEB Mali Yatirimlar AS ('TEB Mali). Detalhes sobre essas transações podem ser encontrados no Relatório Anual de 2010 do Fortis Bank, nota 8.b Combinações de negócios.

Transações com partes não relacionadas

A 10 de Junho de 2011, o Fortis Bank e o ABN AMRO anunciaram que assinaram um acordo pelo qual o Fortis Bank vai adquirir o Fortis Commercial Finance (FCF) da rede mundial, com exceção das actividades holandesas.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 167

A FCF é uma empresa de factoring líder, com uma ampla rede comercial em 12 países em toda a Europa e Ásia. A parte adquirida da rede FCF, na Bélgica e noutros países, vai-se juntar ao BNP Paribas Rede de factoring, que após esta aquisição irá atender clientes empresariais do BNP Paribas em 14 países.

A 3 de Outubro de 2011, o Fortis Bank concluiu a aquisição da FCF Holding, detentora de várias filiais. Entre as entidades do grupo, o Fortis Commercial Financial Holding NV (sociedade holandesa) e o Fortis Commercial Finance NV (Bélgica) são contabilizados como entidades totalmente consolidadas, o Fortis Commercial Finance BV Deutschland, o Fortis Commercial Finance GmbH, o Fortis Commercial Finance Ltd e o Fortis Faktoring AS são contabilizados usando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank. As restantes entidades não são consolidadas. Além disso, o Fortis Commercial Finance SAS na França foi vendido ao BNP Paribas Factor de 21 de Dezembro de 2011.

Em 2012 mais reestruturações no seio do Grupo BNP Paribas das empresas de factoring adquiridas estão previstas.

8.b3 Alienações

Transações com o BNP Paribas

A 23 de Dezembro de 2011, o Fortis Bank vendeu a sua filial a 100% de Resseguros do Banco Fortis ao Royal Neuve VII, uma contrapartida de €149 milhões, resultando num ganho líquido de €36,9 milhões.

Fortis Bank Asia

A 16 de abril de 2011, o Fortis Bank vendeu as suas actividades de sucursal em Xangai e Guangzhou (China) ao BNP Paribas China Ltd, uma contrapartida de \$131,8 milhões, resultando numa perda líquida de €2,7 milhões.

A 20 de Junho de 2011, o Fortis Bank vendeu a sua filial Fortis Wealth Management Hong Kong ao Fortune Business Holding Ltd., uma contrapartida de €76,7 milhões (€6,9 milhões), resultando num ganho líquido de €1,7 milhões.

Durante o ano de 2010, o Fortis Bank eliminou algumas das suas atividades de sucursal (Tóquio, Taipei, Singapura, Hong Kong, Nova Iorque, Londres, Paris, Milão, Atenas, Budapeste, Madrid), bem como algumas filiais, principalmente o Fortis Capital Corp, o Fortis Bank Switzerland, o Fortis Investment Management ao Grupo BNP Paribas. Estas alienações foram o resultado da implementação do projecto de integração global. Detalhes sobre essas transações podem ser encontrados no Relatório Anual de 2010 do Fortis Bank, nota 8.b Concentrações de negócios.

Transações com partes não relacionadas

A 5 de Maio de 2011, o BGL BNP Paribas SA, filial do Fortis Bank, vendeu a sua participação em Alsabail a OSEO SA por um valor de €5,4 milhões, resultando num ganho líquido de €0,5 milhões.

A 13 de Julho de 2011, o Fortis Bank vendeu 'Chambon, o seu edifício por um valor de €35 milhões, resultando num ganho líquido de €3,1 milhões.

A 30 de Setembro de 2011, o BGL BNP Paribas SA, filial da Fortis Bank, vendeu a sua participação em 47,80% de Fastnet Bélgica para o CACEIS Bank Luxembourg SA, uma contrapartida de €8,3 milhões, resultando num ganho líquido de €2,9 milhões.

As alienações principais em 2010, com partes não relacionadas, foram relacionadas com a venda do Artemis Asset Management Ltd, do Banco Internaxx, do Teda, do Capital Management Infrastructure Limited (ICM) e do Captive Financial Norway and Sweden. Detalhes sobre essas transações podem ser encontrados no Relatório Anual de 2010 do Fortis Bank, nota 8.b Concentrações de negócios.

A tabela abaixo fornece detalhes sobre as combinações de negócios durante o ano de 2011.

Filiais adquiridas	País	% Adquirida	Preço de aquisição	Goodwill	Em milhões de euros				
					Caixa líquida	Números chave na data de aquisição			
						Entradas	Activo	Passivo	
Fortis Commercial Finance Holding N.V.	Holanda	100.00%	48	2		Empréstimos e valores a receber – devidos de (34) clientes		Devido a instituições financeiras	867
							1.458	Devido a clientes	463
Cardif Luxembourg Vie	Luxemburgo	16.66%	82	(8)		Activos financeiros ao justo valor – Através de proveitos ou perdas	2506	Reservas técnicas – de c's de seguros	2126
						Activos financeiros disponíveis para venda	2351	Devido a clientes	2579

8.c Ativos não correntes classificados como detidos para venda e operações descontinuadas

Operações descontinuadas

Em 12 e 13 de Maio de 2009, o BNP Paribas adquiriu 74,93% das acções do Fortis Bank NV/SA e 15,96% das acções do BGL BNP Paribas S.A. ("BGL"), o que lhe permitiu assumir o controlo do Fortis Bank NV/SA. Após a aquisição foi iniciado um projecto de integração global com o intuito de organizar a integração do Fortis Bank NV/SA e do BNP Paribas Group. O projecto de integração global tem por principais objectivos consolidar e integrar os dois grupos, integrar e simplificar a estrutura dos grupos, gerar sinergias entre as diferentes actividades de cada grupo e identificar oportunidades para criação de valor. Estão em curso algumas transacções entre diferentes afiliadas do BNP Paribas S.A. ("BNPP") e do Fortis Bank NV/SA no contexto da integração de certas actividades do Fortis Bank NV/SA com certas actividades do BNP Paribas.

No Relatório Anual 2009 do Fortis Bank, na secção "Relatório anual do Fortis Bank 2009 (não consolidado), informações relacionadas com o artigo 524.º do Código das Sociedades Belgas" são descritas as transacções de integração decididas em 2009 e executadas em 2010 e 2011.

No Relatório Anual 2010 do Fortis Bank, na secção "Relatório anual do Fortis Bank 2010 (não consolidado), informações relacionadas com o artigo 524.º do Código das Sociedades Belgas" são descritas as transacções de integração adicionais decididas em 2010 e executadas em 2010 e 2011.

A maior parte das transacções de integração decididas em 2009 e 2010 foram executadas em 2010 e 2011. Os ativos e passivos ainda classificados como detidos para venda no final do ano de 2011 dizem respeito a contratos em relação aos quais a venda ainda não ocorreu devido a restrições legais.

Os activos e os passivos de entidades que se qualificam como detidos para venda e como operações descontinuadas são reclassificados e apresentados em rubricas separadas "Activos classificados como detidos para venda" e "Passivos classificados como detidos para venda", respectivamente, no balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2011. As informações comparativas não foram ajustadas em conformidade com a NIRF 5.

Os resultados relacionados com essas entidades são reclassificados e apresentados numa rubrica separada "Resultados líquidos de operações descontinuadas" na conta de lucros e perdas consolidada a 31 de Dezembro de 2011. As informações comparativas foram ajustadas em conformidade com a NIRF 5.

Nas secções seguintes são incluídos uma análise das principais classes de activos e passivos e os resultados líquidos das entidades apresentadas como operações descontinuadas.

170| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Principais classes de activos e passivos classificados como detidos para venda

Os activos e passivos classificados como detidos para venda em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 são apresentados a seguir.

	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Em milhões de euros		
ATIVOS		
Caixa e quantias devidas por bancos centrais e bancos postais		359
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos através	125	505
Derivados utilizados para efeitos de cobertura		
Ativos financeiros disponíveis para venda		516
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito	5	4.426
Empréstimos e valores a receber de clientes	(12)	4.490
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro		
Ativos financeiros detidos até à maturidade		88
Ativos por impostos correntes e diferidos		116
Rendimentos acumulados e outros activos		206
Investimentos em Associadas		14
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis		98
Ativos intangíveis		4
Goodwill		154
TOTAL ATIVOS	118	10.975
PASSIVOS		
Débitos a bancos centrais e bancos postais		
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	114	226
Derivados utilizados para efeitos de cobertura		
Débitos a instituições de crédito		882
Débitos a clientes	23	4.513
Títulos de dívida		2.998
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro		
Passivos por impostos correntes e diferidos		22
Custos acumulados e outros passivos		577
Provisões para contingências e encargos		47
Dívida subordinada		
TOTAL PASSIVOS	137	9.265

Transacções com o BNP Paribas

Os quadros infra apresentam a composição dos activos classificados como detidos para venda e dos passivos classificados como detidos para venda para as entidades que fazem parte das transacções de integração com o BNP Paribas, decididas mas ainda não plenamente executadas em 31 de Dezembro de 2011.

Em milhões de euros		Fortis Bank Reino Unido	Fortis Bank Grécia
ATIVOS			
Caixa e quantias devidas por bancos centrais e bancos postais			
Activos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos		125	
Derivados utilizados para efeitos de cobertura			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito			5
Empréstimos e valores a receber de clientes		(12)	
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro			
Ativos financeiros detidos até à maturidade			
Ativos por impostos correntes e diferidos			
Rendimentos acumulados e outros activos			
Investimentos em Associadas			
Propriedades de investimento			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Goodwill			
TOTAL ATIVOS		113	5
PASSIVOS			
Débitos a bancos centrais e bancos postais			
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos		114	
Derivados utilizados para efeitos de cobertura			
Débitos a instituições de crédito			
Débitos a clientes		23	
Títulos de dívida			
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro			
Passivos por impostos correntes e diferidos			
Custos acumulados e outros passivos			
Provisões para contingências e encargos			
Dívida subordinada			
TOTAL PASSIVOS		137	

	Ásia	América do Norte	Reino Unido	ativos
ATIVOS				
Caixa e quantias devidas por bancos centrais e bancos postais	31			
Activos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	2	3	115	
Derivados utilizados para efeitos de cobertura				
Ativos financeiros disponíveis para venda	36			
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito	259	3.464	9	309
Empréstimos e valores a receber de clientes	385	111	45	25
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro				
Ativos financeiros detidos até à maturidade				
Ativos por impostos correntes e diferidos	14	81		
Rendimentos acumulados e outros activos	35	7		2
Investimentos em Associadas				
Propriedades de investimento				
Ativos fixos tangíveis		2		
Ativos intangíveis				
Goodwill				
TOTAL ATIVOS	762	3.668	170	336
PASSIVOS				
Débitos a bancos centrais e bancos postais				
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	2	54	138	
Derivados utilizados para efeitos de cobertura				
Débitos a instituições de crédito	267	162	1	68
Débitos a clientes	168	900	286	261
Títulos de dívida		3.000	(2)	
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro				
Passivos por impostos correntes e diferidos	20			
Custos acumulados e outros passivos	63	164		8
Provisões para contingências e encargos				
Dívida subordinada				
TOTAL PASSIVOS	520	4.280	423	337

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 173

Em milhões de euros	Fortis Bank Grécia	Fortis Bank Hungria	Fortis Bank Turquia	31 de Dez. de 2010 Fortis Bank Itália	Fortis Bank Suíça
ATIVOS					
Caixa e quantias devidas por bancos centrais e bancos postais			327		
Activos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos			385		
Derivados utilizados para efeitos de cobertura					
Ativos financeiros disponíveis para venda			480		
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito	4	1	373	7	
Empréstimos e valores a receber de clientes			3.923		
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro					
Ativos financeiros detidos até à maturidade			88		
Ativos por impostos correntes e diferidos			21		
Rendimentos acumulados e outros activos	8		70	84	

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Investimentos em Associadas					
Propriedades de investimento					
Ativos fixos tangíveis			66		
Ativos intangíveis			4		
Goodwill			154		
TOTAL ATIVOS	12	1	5.891	91	
PASSIVOS					
Débitos a bancos centrais e bancos postais					
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos			32		
Derivados utilizados para efeitos de cobertura					
Débitos a instituições de crédito			384		
Débitos a clientes			2.898		
Títulos de dívida					
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro					
Passivos por impostos correntes e diferidos	4		(3)	1	
Custos acumulados e outros passivos	25		237	78	2
Provisões para contingências e encargos			47		
Dívida subordinada					
TOTAL PASSIVOS	29		3.595	79	2

Transacções com partes não relacionadas

O quadro infra apresenta a composição dos activos classificados como detidos para venda e dos passivos classificados como detidos para venda das entidades que serão vendidas a partes não relacionadas.

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011 Outras entidades	31 de Dez. de 2010 Outras entidades
ATIVOS		
Caixa e quantias devidas por bancos centrais e bancos postais		
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos através dos lucros ou prejuízos		
Derivados utilizados para efeitos de cobertura		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito		
Empréstimos e valores a receber de clientes		
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro		
Ativos financeiros detidos até à maturidade		
Ativos por impostos correntes e diferidos		
Rendimentos acumulados e outros activos		
Investimentos em Associadas	14	
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis	30	
Ativos intangíveis		
Goodwill		
TOTAL ATIVOS	44	
PASSIVOS		
Débitos a bancos centrais e bancos postais		
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos através dos lucros ou prejuízos		
Derivados utilizados para efeitos de cobertura		
Débitos a instituições de crédito		
Débitos a clientes		
Títulos de dívida		
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura da taxa de juro		
Passivos por impostos correntes e diferidos		
Custos acumulados e outros passivos		
Provisões para contingências e encargos		
Dívida subordinada		
TOTAL PASSIVOS		

Resultados líquidos de operações descontinuadas

O resultado relacionado com activos e passivos classificados como detidos para venda é relatado na demonstração de rendimentos em Resultados líquidos de operações descontinuadas. Os resultados de alienações ocorridas no período também são relatados neste título. Os resultados líquidos totais de operações descontinuadas são apresentados nos quadros infra.

Em milhões de euros	Anual a 31 de Dez. de 2011	Anual a 31 de Dez. de 2010
Rendimentos de juros	60	1.059
Custos de juros	(27)	478)
Rendimentos de comissões	9	474
Custos de comissões	(6)	(253)
Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	1	(25)
Ganhos/perdas líquidos sobre activos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não mensurados pelo justo valor	3	5
Rendimentos de outras actividades	3	60
Custos de outras actividades	(1)	(42)
RECEITAS	42	800
Custos operacionais	(39)	(596)
Depreciações, amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis e activos intangíveis	(3)	(48)
RENDIMENTOS OPERACIONAIS BRUTOS		156
Custos do risco	(3)	(113)
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	(3)	43
Partilha dos rendimentos das associadas		(3)
Ganhos/perdas líquidos sobre activos não correntes		(6)
Goodwill		(102)
RENDIMENTOS ANTES DE IMPOSTOS	(3)	(68)
Imposto sobre o rendimento das empresas	(2)	35
RENDIMENTOS LÍQUIDOS ANTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(5)	(33)
Resultados da venda de operações descontinuadas	(309)	1.003
RENDIMENTOS LÍQUIDOS	(314)	970

176 | Fortis Bank Relatório Anual 2011

Transacções com o BNP Paribas

Os resultados líquidos totais das operações descontinuadas das entidades que fazem parte das transacções de integração com o BNP Paribas são apresentados detalhadamente nos quadros infra.

Em milhões de euros	Anual a 31 de Dez. de 2011			
	Fortis Bank Ásia	Fortis Bank Turquia	Fortis Bank Reino Unido	Fortis Bank Espanha
Rendimentos de juros	5	55		
Custos de juros	(2)	(25)		
Rendimentos de comissões	1	8		

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Custos de comissões	(1)	(5)		
Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos		1		
Ganhos/perdas líquidos sobre activos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não mensurados pelo justo valor		3		
Rendimentos de outras actividades		3		
Custos de outras actividades		(1)		
RECEITAS	3	39		
Custos operacionais	(1)	(38)		
Depreciações, amortizações e imparidades de activos ativos fixos tangíveis e activos intangíveis		(3)		
RENDIMENTOS OPERACIONAIS BRUTOS	2	(2)		
Custos do risco		(3)		
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2	(5)		
Partilha dos rendimentos das associadas				
Ganhos/perdas líquidos sobre activos não correntes				
Goodwill				
RENDIMENTOS ANTES DE IMPOSTOS	2	(5)		
Imposto sobre o rendimento das empresas	(1)	(1)		
RENDIMENTOS LÍQUIDOS ANTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	1	(6)		
Resultados da venda de operações descontinuadas		(308)	(6)	2
RENDIMENTOS LÍQUIDOS	1	(314)	(6)	2

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 177

Anual a 31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros	Fortis Bank Ásia	Fortis Bank América do Norte	Fortis Bank Reino Unido	Gestão de ativos
Rendimentos de juros	99	35	47	3
Custos de juros	(42)	(14)	(14)	(2)
Rendimentos de comissões	21	16	10	280
Custos de comissões	(6)	(2)	10	(192)
Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	(8)	25	3	9
Ganhos/perdas líquidos sobre activos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não mensurados pelo justo valor	(10)	(10)		(1)
Rendimentos de outras actividades	6			
Custos de outras actividades		(6)		
RECEITAS	60	44	56	97
Custos operacionais	(57)	(47)	(26)	(66)
Depreciações, amortizações e imparidades de activos ativos fixos tangíveis e activos intangíveis	(5)	(7)	(1)	(7)
RENDIMENTOS OPERACIONAIS BRUTOS	(2)	(10)	29	24
Custos do risco	24	35	(78)	4
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	22	25	(49)	28
Partilha dos rendimentos das associadas				
Ganhos/perdas líquidos sobre activos não correntes	(2)			
Goodwill				
RENDIMENTOS ANTES DE IMPOSTOS	20	25	(49)	33
Imposto sobre o rendimento das empresas	(7)	65	10	(12)
RENDIMENTOS LÍQUIDOS ANTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	13	90	(39)	21
Resultados da venda de operações descontinuadas	509	23	122	195

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

RENDIMENTOS LÍQUIDOS**522****113****83****216**

Anual a 31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Fortis Bank
FrançaFortis Bank
ItáliaFortis Bank
Suíça

Fortis Lease

Rendimentos de juros

16

7

9

252

Custos de juros

82)

(4)

(173)

Rendimentos de comissões

6

2

13

1

Custos de comissões

(23)

(1)

(2)

(1)

Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos

2

3

7

Ganhos/perdas líquidos sobre activos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não mensurados pelo justo valor

5

Rendimentos de outras actividades

1

32

Custos de outras actividades

(3)

(15)

RECEITAS**(2)****7****19****108**

Custos operacionais

(1)

(5)

(14)

(51)

Depreciações, amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis e activos intangíveis

(2)

(1)

RENDIMENTOS OPERACIONAIS BRUTOS**(3)****2****3****56**

Custos do risco

(9)

(10)

(4)

(77)

RENDIMENTOS OPERACIONAIS**(12)****(8)****(1)****(21)**

Partilha dos rendimentos das associadas

(8)

Ganhos/perdas líquidos sobre activos não correntes

(3)

Goodwill

RENDIMENTOS ANTES DE IMPOSTOS**(12)****(8)****(1)****(32)**

Imposto sobre o rendimento das empresas

5

(8)

RENDIMENTOS LÍQUIDOS ANTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS**(7)****816****(1)****(32)**

Resultados da venda de operações descontinuadas

13

3

65

97

RENDIMENTOS LÍQUIDOS**6****(13)****64****65**

178| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Anual a 31 de Dez. de 2010

Em milhões de euros

Fortis Bank
GréciaFortis Bank
HungriaFortis Bank
TurquiaFortis Bank
Espanha

Rendimentos de juros

13

3

572

2

Custos de juros

(1)

(1)

(223)

Rendimentos de comissões

1

95

4

Custos de comissões

81)

(26)

Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos

(66)

Ganhos/perdas líquidos sobre activos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não mensurados pelo justo valor

21

Rendimentos de outras actividades

14

Custos de outras actividades

(13)

RECEITAS**12****2****374****6**

Custos operacionais

(3)

(2)

(303)

(11)

Depreciações, amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis e activos intangíveis

(25)

RENDIMENTOS OPERACIONAIS BRUTOS**9****46****(5)**

Custos do risco

23

1

16

1

RENDIMENTOS OPERACIONAIS**32****1****62****(4)**

Partilha dos rendimentos das associadas

Ganhos/perdas líquidos sobre activos não correntes

(1)

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Goodwill			(102)	
RENDIMENTOS ANTES DE IMPOSTOS	32	1	(40)	(5)
Imposto sobre o rendimento das empresas	(9)		(19)	
RENDIMENTOS LÍQUIDOS ANTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	23	1	(59)	(5)
Resultados da venda de operações descontinuadas	(22)	(1)		(1)
RENDIMENTOS LÍQUIDOS	1		(59)	(6)

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 179

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
	Outras entidades	Outras entidades
Rendimentos de juros		1
Custos de juros		(1)
Rendimentos de comissões		1
Custos de comissões		
Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos		
Ganhos/perdas líquidos sobre activos financeiros disponíveis para venda e outros activos financeiros não mensurados pelo justo valor		
Rendimentos de outras actividades		
Custos de outras actividades		
RECEITAS		1
Custos operacionais		
Depreciações, amortizações e imparidades de activos tangíveis e activos intangíveis		
RENDIMENTOS OPERACIONAIS BRUTOS		1
Custos do risco		
RENDIMENTOS OPERACIONAIS		1
Partilha dos rendimentos das associadas		
Ganhos/perdas líquidos sobre activos não correntes		
Goodwill		
RENDIMENTOS ANTES DE IMPOSTOS		1
Imposto sobre o rendimento das empresas		
RENDIMENTOS LÍQUIDOS ANTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		1
Resultados da venda de operações descontinuadas		10
RENDIMENTOS LÍQUIDOS		11

180| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Transacções com partes não relacionadas

Os resultados líquidos totais de operações descontinuadas das entidades vendidas a partes não relacionadas são detalhados nos quadros infra.

Em milhões de euros	Anual a 31 de Dez. de 2011		Anual a 31 de Dez. de 2010	
	Empresas de gestão de ativos não nucleares	Outras Entidades	Empresas de gestão de ativos não nucleares	Outras entidades
Rendimentos de juros				
Custos de juros				(1)
Rendimentos de comissões			24	
Custos de comissões			(9)	
Ganhos/perdas líquidos sobre instrumentos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos				
Ganhos/perdas líquidos sobre activos financeiros disponíveis para venda e outros ativos financeiros não mensurados pelo justo valor				
Rendimentos de outras actividades				7
Custos de outras actividades				(5)
RECEITAS			15	1
Custos operacionais			(9)	(1)
Depreciações, amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis e activos intangíveis				
RENDIMENTOS OPERACIONAIS BRUTOS			6	
Custos do risco				(39)
RENDIMENTOS OPERACIONAIS			6	(39)
Partilha dos rendimentos das associadas				
Ganhos/perdas líquidos sobre activos não correntes				
Goodwill				
RENDIMENTOS ANTES DE IMPOSTOS			6	(39)
Imposto sobre o rendimento das empresas			(2)	12
RENDIMENTOS LÍQUIDOS ANTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			4	(27)
Resultados da venda de operações descontinuadas		3	(9)	(1)
RENDIMENTOS LÍQUIDOS		3	(5)	(28)

8.d Remunerações e prestações atribuídas aos quadros superiores do Fortis Bank

REMUNERAÇÕES E PRESTAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO COMITÉ EXECUTIVO DO FORTIS BANK

8.d.1 Política remuneratória

A política remuneratória do Conselho de Administração e da Comissão Executiva não registou adaptações significativas em 2011.

Categoria 1: Diretor-geral

Durante 2011, a posição de Diretor-Geral (CEO) e Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração foi preenchida de 1 de Janeiro a 28 de Fevereiro pelo Sr Jean-Laurent Bonnafé,

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

substituído desde 1 de Março pelo Sr. Maxime Jadot. Esta posição de trabalhador liberal dá direito ao detentor deste receber os seguintes componentes retributivos: remuneração mensal fixa, remuneração anual variável com base no cumprimento de critérios de desempenho claros e controlo do risco, a possibilidade de obter incentivos de longo prazo (ações gratuitas ou opções de aquisição de ações) e prestações em espécie (uso de um carro da empresa, ou de um telemóvel e internet). A parte variável da sua remuneração é proposta pelo Presidente do Conselho de Administração à Comissão de Governação, Nomeações e Remunerações (GNRC) para análise e aprovação do Conselho de Administração. A parte variável da remuneração é sujeita aos princípios de diferimento especificados nos princípios gerais mencionados abaixo, e pode estar sujeita a outros regulamentos a serem propostos pelo Governo.

A nível de seguros (plano de pensões e prestações de segurança social), o Sr Maxime Jadot tem direito a um plano de uma seguradora que compreende um plano de benefícios definidos e um plano de pensões de benefício definido e de contribuição definida, um plano de prestações hospitalares, um seguro de vida e prestações por incapacidade. O Sr. Bonnafé não beneficiou de planos de seguro adicionais para além dos existentes no BNP Paribas S.A. em França e associados às suas várias posições dentro do Grupo BNP Paribas.

Categoria 2: Membros não executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração apenas recebem uma remuneração do CA definida com base nos princípios infra, aprovada na Assembleia-Geral de Acionistas de 21 de Abril de 2011, durante a qual se decidiu manter estes princípios e definir um teto máximo de 1,5 milhões de euros por ano.

Salário anual fixo do Presidente do Conselho de Administração	EUR	50.000 (bruto)
Salário anual fixo dos membros do Conselho de Administração	EUR	25.000 (bruto)
Senha de presença do Presidente das Comissões Directivas	EUR	4.000 (bruto)
Senha de presença dos membros do Conselho de Administração/Comissões Directivas	EUR	2.000 (bruto)

Os membros não executivos do Conselho de Administração não recebem remuneração variável, plano de pensões ou seguros, nem quaisquer outras prestações¹.

A remuneração paga aos membros não executivos do Conselho de Administração é detalhada mais à frente.

Categoria 3: Membros executivos do Conselho de Administração (que, em conjunto com o CEO, compõem a Comissão Executiva)

Os membros executivos do Conselho de Administração são trabalhadores liberais e recebem uma remuneração do Conselho com base nos mesmos princípios que os membros não executivos. Adicionalmente são retribuídos pelas funções que desempenham na direção executiva com os seguintes componentes: remuneração mensal fixa, remuneração anual variável com base no cumprimento de critérios de desempenho claros e controlo do risco, associados aos critérios de desempenho individuais e coletivos referidos infra, um plano de uma seguradora (plano de pensões, plano de prestações hospitalares, seguro de vida e prestações por incapacidade), prestações em espécie (utilização de viatura da empresa ou de um telemóvel e internet) e a possibilidade de obter incentivos de longo prazo sob a forma de pagamentos baseados em ações (ações gratuitas ou opções de ações).

¹ Com exceção do Presidente, o qual recebe o direito ao uso de uma carro da empresa, telemóvel e internet em casa.

A parte variável da remuneração é sujeita aos princípios de diferimento especificados nos princípios gerais mencionados infra.

Categoria 4: Membros do Comité Executivo

Os membros do Comité Executivo, como pertencentes a um comité consultivo, têm um contrato de trabalho e o seu pacote retributivo é composto pelos seguintes elementos: remuneração mensal fixa, remuneração anual variável com base no cumprimento de critérios de desempenho claros e associados aos critérios de desempenho individuais e coletivos referidos infra, um plano de uma seguradora (plano de pensões (plano de benefício definido para todos e para alguns um plano de contribuição definida adicional), plano de prestações hospitalares, seguro de vida e prestações por incapacidade), prestações em espécie (utilização de viatura da empresa ou de um telemóvel e internet) e a possibilidade de obter incentivos de longo prazo sob a forma de pagamentos baseados em ações (ações gratuitas ou opções de ações).

A parte variável da remuneração é sujeita aos princípios de diferimento especificados nos princípios gerais mencionados infra.

Princípios gerais

A estrutura remuneratória e os níveis de política remuneratória são determinados pelo Conselho de Administração por recomendação da Comissão de Governança, Nomeações e Remunerações (GNRC) tomando em consideração as práticas comuns de compensação de quadros diretivos executivos e referências do mercado apropriadas e com o apoio de empresas de consultoria especializadas. A governação relativa à remuneração seguiu os mesmos processos e princípios do ano passado e espera-se que tal continue nos anos que se aproximam.

Com base nas políticas e práticas remuneratórias aplicáveis, a parte variável da remuneração obedece aos princípios definidos infra e a parte diferida depende do desempenho futuro da empresa e de uma boa gestão do risco:

Categoria 1 – Diretor-geral, Category 3 – Membros executivos do Conselho de Administração

A Comissão de Governança, Nomeações e Remunerações do Conselho ainda não tinha decidido acerca da remuneração variável e incentivos a longo prazo no momento da publicação deste relatório.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 183

Categoria 4: Membros do Comité Executivo

Aplicação das normas constantes no plano DCP2012 conforme aprovado pela GNRC e pelo Conselho de Administração a 9 de Fevereiro de 2012.

A parte diferida, após a aplicação das regras de diferimento pertinentes, é dividida como se segue:

- Parte à cabeça:
 - 50% pagos efetivamente em Abril de 2012
 - 50% pagos no prazo de um ano após o vencimento do bónus
- Parte diferida:
 - Partes pagas em 2013, 2014 e 2015
 - Parte indexada (mín. 50%):
 - Parte do Plano global de incentivos com base em ações (GSIP): a conceder em 2016
 - Parte indexada após dedução da parte do GSIP: pagamento em 2013, 2014 e 2015

Síntese das condições de contratação da direção executiva

Membros da Comissão Executiva e membros do Comité Executivo	Contrato de trabalho	
	Sim	Não
Comissão Executiva		
Sr. Jean-Laurent Bonnafé (até 28/02/2011)		X
Sr. Maxime Jadot (desde 01/03/2011)		X
Sr. Filip Dierckx		X
Sr. Jean-Yves Fillon (desde 01/02/2011)		X
Sr. Camille Fohl		X
Sr. Thomas Mennicken		X
Sr. Peter Vandekerckhove (desde 01/05/2011)		X
Comité Executivo		
Sr. Olivier de Broqueville (desde 01/03/2011)	X	
Sr. Yvan De Cock (desde 01/03/2011)	X	
Sr. Jacques Godet	X	
Sr. Luc Haegemans	X	
Sr. Maxime Jadot (até 28/02/2011)	X	
Sr. Lars Machenil	X	
Sr. Frédéric Van Gheluwe	X	
Sr. Peter Vandekerckhove (até 30/04/2011)	X	
Sr. Bert Van Rompaey	X	

CrITÉRIOS de remuneração utilizados para determinar a remuneração variável

São utilizados três critérios de desempenho para determinar a parte variável da remuneração dos diretores executivos da Comissão e dos membros do Comité Executivo:

- Desempenho individual;
- Desempenho profissional; e
- Desempenho da empresa.

A. Desempenho individual

É preparada uma auto-avaliação por cada Membro da Comissão Executiva e do Conselho Executivo, o qual é depois desafiado pelo Diretor-geral que decide em discussão próxima com o Presidente do Conselho de Administração acerca da pontuação a atribuir. Em seguida é feita uma avaliação global pelas Funções de Controlo.

O desempenho individual é definido como o cumprimento de objetivos pessoais e do desempenho de gestão, tal como avaliado pelo Conselho de Administração nos termos dos quatro seguintes princípios de gestão:

184| Fortis Bank Relatório Anual 2011

- Enfoque no Cliente: inspirar as pessoas a centrarem-se em primeiro lugar, de uma forma inovadora, no cliente, uma vez que o interesse do cliente é o que está sempre no centro da ação;
- Empreendedorismo no Reconhecimento do Risco: levar a cabo iniciativas para o desenvolvimento e eficácia ao ser-se responsável por:
 - Atuar de um modo interdependente e cooperativo com outras entidades para servir os interesses globais do Grupo e dos seus clientes
 - Estar continuamente vigilante dos riscos relativos à nossa área de responsabilidade e capacitar o nosso pessoal para fazer o mesmo;

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

- Preocupação com as Pessoas: preocupar-se com o nosso pessoal, mostrando-lhes respeito, promovendo a igualdade de oportunidades e desenvolvendo os seus talentos e capacidades;
- Dar o exemplo: estabelecer o exemplo através do nosso próprio comportamento e tendo em conta a ética através do cumprimento dos regulamentos, da aplicação das normas de conformidade e de um comportamento socialmente responsável.

B. Desempenho profissional baseado em Indicadores-chave de desempenho (KPI)

O desempenho profissional é baseado em Indicadores-chave de desempenho (KPI). Todos os anos, cada negócio elabora um plano estratégico de que derivam os indicadores que permitem à equipa de gestão desse negócio medir e avaliar o desempenho profissional. Os critérios de desempenho medidos para cada negócio são: resultados financeiros, gestão de custos, gestão de risco/diretiva Mifid, evolução de longo prazo e responsabilidade social empresarial (gestão de recursos humanos, política de RSE, sustentabilidade, etc.). Anualmente, a Comissão Executiva/Comité Executivo atribui uma classificação a cada negócio.

C. Desempenho da empresa

A Comissão Executiva/Comité Executivo define uma pontuação para classificar o desempenho do Fortis Bank com base nos seguintes critérios:

- Resultados financeiros do Fortis Bank;
- Realização da integração e do plano industrial;
- Gestão de risco, conformidade (compliance) e controlo permanente; e
- Reposicionamento da empresa com uma perspetiva de longo prazo (melhoria da satisfação do cliente, melhoria do desempenho dos colaboradores, Responsabilidade Social Empresarial, etc.).

O período de avaliação para mensuração do desempenho nestes três níveis é de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os métodos utilizados para avaliar o desempenho das metas são qualitativos (satisfação do cliente, governação sólida do risco, resultados do inquérito global aos colaboradores, gestão de recursos humanos, etc.) e quantitativo (lucros operacionais líquidos, rendimentos brutos, aumento de quotas de mercado, etc.).

8.d.2 Remuneração anual

REMUNERAÇÃO BASE

Remuneração do Conselho de Administração

O quadro infra apresenta a remuneração bruta paga em 2011 a cada membro do Conselho de Administração.

APELIDO	NOME	SENHAS DE PRESEÇA	HONORÁRIOS FIXOS	TOTAL 2011
DAEMS	Herman	82.000	50.000	132.000
CHODRON de COURCEL	Georges	18.000	25.000	43.000
BONNAFÉ	Jean-Laurent	22.000	25.000	47.000
BOOGMANS	Dirk	60.000	25.000	85.000
COUMANS	Wim	8.000	4.167	12.167
DIERCKX	Filip	24.000	25.000	49.000
DUTORDOIR	Sophie	32.000	25.000	57.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

FILLION	Jean-Yves	16.000	18.750	34.750
FOHL	Camille	18.000	25.000	43.000
GEENS	Koenraad	16.000	18.750	34.750
JADOT	Maxime	22.000	25.000	47.000
LAVENIR	Frédéric	20.000	25.000	45.000
MENNICKEN	Thomas	22.000	25.000	47.000
PAPIASSE	Alain	6.000	25.000	31.000
PRUVOT	Jean-Paul	24.000	25.000	49.000
STÉPHENNE	Jean	42.000	25.000	67.000
VANDEKERCKHOVE	Peter	14.000	18.750	32.750
VARÉNE	Thierry	18.000	25.000	43.000
WIBAUT	Serge	38.000	25.000	63.000
TOTAL		502.000	460.417	962.417

Remuneração do CEO

O quadro infra apresenta a remuneração bruta paga ou a pagar ao CEO e Presidente da Comissão Executiva em 2010, incluindo prestações em espécie e honorários.

Remuneração paga em 2011	Remuneração			GSIP pelo justo valor	Honorários do Director em 2011	Prestações em espécie	Pensão vitalícia e de sobrevivência	Remuneração total
Em euros	Fixa	Parte pecun. da remuner. variáv. 2011	Parte diferida da remuner. variáv. 2011					
Sr. Jean-Laurent Bonnafé (até 28/02/2011)	33.333				12.250			45.583
Sr. Maxime Jadot (desde 01/03/2011)	466.729				47.000	2.283	142.667	658.679

186| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Remuneração da Comissão Executiva e do Comité Executivo

O quadro infra apresenta, agregada, a remuneração bruta a pagar ou paga aos membros executivos do Conselho de Administração e aos membros do Comité Executivo, com excepção do CEO, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 (inclui prestações em espécie e honorários).

Remuneração paga (19 em 2011)	Remuneração			GSIP pelo justo valor (6)	Honorários do Director em 2011	Prestações em espécie (2)(4)	Pensão vitalícia e de sobrevivência (3)	Remuneração total
Em euros	Fixa (5)	Parte pecun. da remuner. variáv. 2011 (6)	Parte diferida da remuner. variáv. 2011 (6)					
Membros da Comissão Executiva e do Comité Executivo	5.717.530	299.081	334.215	363.638	206.500	212.209	579.522	7.712.695

(1) Só é reportada a remuneração paga nos períodos em que serviram como membros da Comissão Executiva e do Comité Executivo.

(2) Os membros da Comissão Executiva dispõem de viatura de serviço e de telemóvel.

(3) Para planos de contribuição definida: soma das contribuições da entidade patronal e para planos de benefício definido: soma dos custos de serviço.

(4) Em 2011, 7350 ações condicionadas 2008 foram concedidas a um Diretor Executivo que decidiu por um bloqueio adicional de 3.675 ações. Os benefícios fiscais daí advindos foram de 8.489.25 EUR e os impostos aplicáveis devidos foram pagos em Novembro de 2011.

(5) Os pagamentos de férias, subsídios de mudança e subsídios de renda brutos são incluídos nos pagamentos fixos reportados.

(6) Apenas para membros do Comité Executivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

A Comissão de Governação, Nomeações e Remunerações do Conselho ainda não tinha decidido acerca da remuneração variável e incentivos a longo prazo a pagar aos membros da Comissão Executiva no momento da publicação deste relatório.

Para os membros do Comité Executivo, foi decidido pela Comissão de Governação, Nomeações e Remunerações do Conselho, a 15 de Março de 2012, um bonus pool atribuído individualmente de 633.296 euros (299.081 € em dinheiro e 334.215 € deferidos).

Planos de opção de subscrição de acções

Em 2011, todos os colaboradores e gestores do Fortis Bank foram convidados – tal como em 2010 – a participar no plano de aquisição de acções criado ao nível do Grupo, que permite comprar acções do BNP por um preço reduzido. Foram aplicadas as mesmas condições a todas as categorias com excepção dos trabalhadores liberais.

Pagamento com base em acções

2011

Os quadros infra apresentam, numa base individual, o número e as principais características das acções, opções de acções e outros direitos concedidos em 2011 e 2012 aos membros executivos do Conselho de Administração e aos membros do Comité Executivo, bem como os direitos exercidos ou expirados em 2011.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 187

Opção de subscrição de stock concedido e / ou exercido pelos membros do conselho executivo e comité executivo	Número de opções/acções livres concedido exercido	Preço exercido em €	Data de concessão	Data de expiração do plano
OPÇÕES CONCEDIDAS EM 2011				
Mr. Filip Dierckx	7.485	56.45	04/03/2011	05/03/2019
Condições de atuação revistas com base em 2011	2.495	62.10	04/03/2011	05/03/2019
Mr. Camille Fohl	3.720	56.45	04/03/2011	05/03/2019
Condições de atuação revistas com base em 2011	1.240	62.10	04/03/2011	05/03/2019
Mr. Thomas Mennicken	2.565	56.45	04/03/2011	05/03/2019
Condições de atuação revistas com base em 2011	135	62.10	04/03/2011	05/03/2019
Membros do comité executivo	28.389	56.45	04/03/2011	05/03/2019
Condições de atuação revistas com base em 2011	7.591	62.10	04/03/2011	05/03/2019
AÇÕES LIVRES CONCEDIDAS EM 2011				
Mr. Filip Dierckx	2.505	n/a	04/03/2011	05/03/2015
Mr. Camille Fohl	1.260	n/a	04/03/2011	05/03/2015
Mr. Thomas Mennicken	675	n/a	04/03/2011	05/03/2015
Membros do comité executivo	9.000	n/a	04/03/2011	05/03/2015

Conforme descrito nos Termos e Condições do Plano de Opção de Stock de 2011, a aquisição de uma fração de Opções está sujeita a uma condição de desempenho com base numa comparação do desempenho da Ação BNP Paribas ao do índice. A condição de desempenho será baseada em quatro avaliações, respectivamente para cada um dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014. Cada

avaliação aplica-se a um quarto das Opções sujeitos à condição de desempenho. Em cada avaliação, o preço de exercício das opções correspondentes depende do resultado da avaliação de desempenho e é fixada em: €56,45 se o BNP Paribas Share superar o índice, €59,28 se o BNP Paribas Share não superar o índice em menos de 5 pontos, €62,10 se o BNP Paribas Share não superar o índice de 5 a menos de 10 pontos, €67,74 se o BNP Paribas Share não superar o índice de 10 a menos de 20 pontos. Se o desempenho do BNP Paribas Share for inferior ao índice de 20 pontos ou mais, as opções correspondentes sujeitas à condição de desempenho tornam-se nulas e sem efeito e não pode mais ser exercido.

Conforme descrito nos Termos e Condições do Plano de Ações 2011 Free, a aquisição de uma fração do prémio total de ações livres está sujeita às condições de desempenho relacionadas com os ganhos por ação de BNP Paribas ("EPS"). A condição de desempenho será avaliada por três vezes, respectivamente, para cada um dos anos civis de 2011, 2012 e 2013, segundo o qual cada avaliação se aplica a um terço das ações livres. Se a condição de desempenho não tiver sido preenchida no momento de uma das primeiras três avaliações, uma avaliação adicional será realizado em 2013. Em cada avaliação, se o aumento do EPS é maior ou igual a 5%, as partes livres correspondentes podem ser adquiridas à data da aquisição. Se o aumento do EPS é inferior a 5%, as ações correspondentes livres são permanentemente perdidas, salvo se após a avaliação complementar em 2013, o EPS tiver aumentado em pelo menos 15% durante esses três anos. A primeira avaliação em 2011 é expressa como uma percentagem em que o EPS, em relação ao calendário do ano 2011, é dividido pelo EPS em relação ao calendário do ano 2010.

2012

O Comité de Nomeação, Governação e Remuneração do Conselho ainda não decidiu sobre o assunto de incentivos de longo prazo concedidos aos membros do Conselho Executivo no momento da publicação deste relatório.

Os membros do Comité Executivo receberam 12700 ações livres no âmbito do Plano de Incentivo de 2012 Grupo de Stocks sem condições de desempenho de €32,36 e com condições de desempenho de €27,46.

Em 2009, não foram concedidas nem exercidas opções por quaisquer membros da Diretoria Executiva e do Conselho executivo. Em 2010, não foram exercidas opções por qualquer delas. Em 2011, nenhum dos dois.

Informações sobre indemnizações

188| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Os contratos de todos os membros executivos do Conselho de Administração cumprem na íntegra o disposto em matéria de indemnizações pelo Código Belga de Governo das Sociedades de 2009.

Em 2011 não foram pagos benefícios de rescisão a qualquer membro do Conselho de Administração ou do Comité Executivo do Fortis Bank.

8.e. Partes relacionadas

Partes relacionadas com o Fortis Bank

As partes relacionadas com o Fortis Bank em 31 de Dezembro de 2011 incluem:

- partes que controlam ou detêm uma participação que lhes confere influência significativa sobre o Fortis Bank
- partes que são controladas pelo Fortis Bank
- associadas e joint ventures
- outras entidades relacionadas, tais como subsidiárias não consolidadas e fundos de pensões
- membros do Conselho de Administração e do Comité Executivo do Fortis Bank
- familiares próximos de qualquer das pessoas anteriormente referidas e
- entidades controladas ou significativamente controladas por qualquer das pessoas anteriormente referidas.

Consequentemente, as partes relacionadas com o Fortis Bank em 31 de Dezembro de 2010 incluem:

- sociedades consolidadas, incluindo entidades consolidadas pelo método de consolidação proporcional ou pelo método da equivalência patrimonial
- o BNP Paribas (e todas as suas subsidiárias), que detêm controlo do Fortis Bank
- SFPI/FPIM (Société Fédérale de Participations et d'Investissement/Federale Participatie- en Investeringsmaatschappij), que detém uma influência significativa sobre o Fortis Bank
- o Estado belga, que detém indiretamente uma influência significativa sobre o Fortis Bank
- outras empresas controladas pelo Estado belga sob controlo comum (excluindo entidades locais, regionais e supranacionais, bem como autoridades locais e municípios).

As transações entre o Fortis Bank e as suas subsidiárias plenamente consolidadas, que são partes relacionadas com o Fortis Bank, foram eliminadas com a consolidação e não são divulgadas nesta nota.

Relações com o Estado belga, o Banco Nacional da Bélgica (NBB), a SFPI/FPIM e outras entidades controladas pelo Estado belga

De acordo com a NIC 24, Divulgações de Partes Relacionadas, não são necessárias divulgações para as transações entre entidades controladas, controladas em comum ou significativamente influenciadas pelo mesmo estado ("entidades controladas pelo estado").

Não se verificaram alterações significativas nas transações entre o Fortis Bank e o Estado belga, a SFPI/FPIM, o Banco Nacional da Bélgica e outras entidades controladas pelo Estado belga relativamente às operações descritas na Nota 8. do Relatório Anual de 2010.

Transações com outras partes relacionadas

- No âmbito das suas operações comerciais, o Fortis Bank celebra transações com várias partes relacionadas. Essas transações dizem respeito a todo o tipo de transações celebradas nos mesmos termos e condições comerciais e de mercado aplicáveis às partes não relacionadas.

A Nota 8.a "Âmbito de consolidação", apresenta uma lista das sociedades consolidadas pelo Fortis Bank. Como as transações e os saldos no fim do período entre entidades plenamente consolidadas são totalmente eliminados durante o processo de consolidação, os quadros infra apenas apresentam números relacionados com transações e saldos com (i) sociedades em que o Fortis Bank exerce controlo conjunto (contabilizadas pelo método de consolidação proporcional), apresentando apenas a parcela não eliminada na consolidação e (ii) sociedades em que o Fortis Bank exerce influência significativa (contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial).

Rubricas de lucros ou prejuízos das partes relacionadas:

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011			31 de Dez. de 2010		
	Entidades do grupo BNP Paribas	Entidades consolidadas pelo método proporcional	Entidades consolidadas pelo método da equivalência patrimonial	Entidades do grupo BNP Paribas	Entidades consolidadas pelo método proporcional	Entidades consolidadas pelo método da equivalência patrimonial
Rendimentos de juros	321	8	333	212	3	286
Custos de juros	(276)		(51)	(217)	(5)	(7)
Rendimentos de comissões	135	1	440	95	1	244
Custos de comissões	(34)			(22)	(154)	(8)
Serviços prestados	109	2	17	29	2	5
Serviços recebidos	(62)		(25)	(13)	1	1
Rendimentos de locações						
TOTAL	193	11	692	(48)	2	521

Rubricas do balanço das partes relacionadas:

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011			31 de Dez. de 2010		
	Entidades do grupo BNP Paribas	Entidades consolidadas pelo método proporcional	Entidades consolidadas pelo método da equivalência patrimonial	Entidades do grupo BNP Paribas	Entidades consolidadas pelo método proporcional	Entidades consolidadas pelo método da equivalência patrimonial
ATIVOS						
Empréstimos, adiantamentos e títulos						
Contas correntes	1.156	1	298	298	1	19
Empréstimos	23.693	492	10.257	11.947	221	9.225
Títulos	522	74	19	658		56
Locações financeiras						
Títulos não negociáveis detidos na carteira	5	1	2	6		850
Outros ativos	252	4	133	435		28
TOTAL	25.628	572	10.709	13.344	222	10.178
PASSIVOS						
Depósitos						
Contas correntes	1.963	29	2.610	2.062	85	2.478
Outros empréstimos contraídos	15.480	1	47	11.394		11
Títulos de dívida	7.193	62	3	2.44	188	20
Outros passivos	65		2	910		
TOTAL	24.701	92	2.662	16.830	273	2.509
COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO E COMPROMISSOS DE GARANTIA						
Compromissos de financiamento concedidos	27.564	1	1.111	12.929	4	2.807
Compromissos de garantia concedidos	707	88	141	547		271
TOTAL	28.271	89	1.252	13.476	4	3.078

O Fortis Bank leva também a cabo transações de negociação com partes relacionadas envolvendo derivados (swaps, opções e forwards, etc.). Os montantes a 31 de Dezembro de 2010 relativos a rubricas do balanço e a Anual a 31 de Dezembro de 2010 relativos a rubricas de lucros ou prejuízos foram reportados para excluir tais transações.

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

A 12 de Março de 2009 foi concluído um acordo sobre a venda de 25% + 1 participação da AG Insurance Bélgica ao Fortis Bank por um montante de EUR 1.375 milhões. Como parte desta transação a Ageas concedeu ao Fortis Bank uma opção de venda para revender a participação adquirida na AG Insurance Bélgica no período de seis meses a começar em 1 de Janeiro de 2018 à Ageas pelo justo valor.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 191

Relacionamento com pessoal relevante da administração

Em 31 de Dezembro de 2011, o total de empréstimos concedidos directa ou directamente a membros do Conselho de Administração e a membros do Comité Executivo, por liquidar, cifrava-se em 4,7 milhões de euros. Este valor representa o total de empréstimos concedidos a membros do Conselho de Administração e do Comité Executivo do Fortis Bank e a familiares próximos. Estes empréstimos, que representam transacções normais, foram realizados numa base independente e equitativa.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

192| Fortis Bank Relatório Anual 2011

8.f Balanço por maturidade

O quadro infra apresenta uma discriminação do balanço por maturidade contratual. As maturidades de ativos e passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos na carteira de negociação são consideradas “indeterminadas” porque estes instrumentos se destinam a ser vendidos ou resgatados antes das suas datas de maturidade contratual. As maturidades de ativos financeiros de rendimento variável classificados como disponíveis para venda, de instrumentos de cobertura derivados, de ajustamentos de remensuração de carteiras com cobertura do risco de taxa de juro e de dívida subordinada não datada também são consideradas “indeterminadas”.

31 de Dez. de 2011	Não determinada	1 dia ou exigível à vista	Até 1 mês (exclui mat. 1 dia)	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	TOTAL
Em milhões de euros								
Caixa e quantias devidas por bancos centrais e bancos postais		8.287						8.287
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	91.241							91.241
Derivados utilizados para efeitos de cobertura	935							935
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.258		1.390	1.065	7.359	15.259	16.359	42.688
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito	71	5.126	3.017	16.683	2.482	6.394	2.013	35.786
Empréstimos e valores a receber de clientes		5.764	15.310	14.220	13.900	29.221	67.342	145.757
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura do risco de taxa de juro	674							674
Ativos financeiros detidos até à maturidade			10	60	631	961	525	2.187
ATIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	94.177	19.177	19.727	32.028	24.372	51.835	86.239	327.555

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Débitos a bancos centrais e bancos postais		41						41
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	99.359							99.359
Derivados utilizados para efeitos de cobertura	2.282							2.282
Débitos a instituições de crédito		9.872	5.751	12.180	2.035	8.128	952	38.918
Débitos a clientes		103.841	23.568	7.244	5.378	10.803	3.680	154.514
Títulos de dívida			3.972	4.315	1.891	2.281	2.101	14.560
Dívida subordinada	2.140		27	259	337	2.933	3.795	9.491
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura do risco de taxa de juro	472							472
PASSIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	104.253	113.754	33.318	23.998	9.641	24.145	10.528	319.637

31 de Dez. de 2011	Não determinada	1 dia ou exigível à vista	Até 1 mês (exclui mat. 1 dia)	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	TOTAL
Em milhões de euros								
Caixa e quantias devidas por bancos centrais e bancos postais		2.989						2.989
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	78.239							78.239
Derivados utilizados para efeitos de cobertura	503							503
Ativos financeiros disponíveis para venda	611		1.157	2.034	5.453	22.366	21.517	53.138
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito		1.698	4.950	3.602	3.469	4.460	10.179	28.358
Empréstimos e valores a receber de clientes		15.067	10.455	13.318	17.950	29.427	65.890	152.107
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura do risco de taxa de juro	537							537
Ativos financeiros detidos até à maturidade			30	43	242	2.068	690	3.073
ATIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	79.890	10.754	16.592	18.997	27.114	58.321	98.276	318.944
Débitos a bancos centrais e bancos postais		25						25
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	89.308							89.308
Derivados utilizados para efeitos de cobertura	1.321							1.321
Débitos a instituições de crédito		13.961	10.080	2.809	2.418	3.207	(341)	32.134
Débitos a clientes		115.145	9.954	7.575	4.574	5.571	10.002	152.821
Títulos de dívida			8.023	7.789	4.583	4.607	2.323	27.325
Dívida subordinada	2.137		20	93	178	3.019	5.179	10.626
Ajustamento de remensuração das carteiras com cobertura do risco de taxa de juro	359							359
PASSIVOS FINANCEIROS POR MATURIDADE	93.125	129.131	28.077	18.266	11.753	16.404	17.163	313.919

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 193

A maioria dos compromissos de financiamento e de garantia concedidos, no total de 40.316 milhões de euros e de 15.543 milhões de euros respetivamente a 31 de Dezembro, pode ser sacada à vista.

194| Fortis Bank Relatório Anual 2011

8.g Instrumentos de crédito estruturados

O FortisBank detém instrumentos de crédito estruturados (SCI), como parte da sua carteira de investimentos. Os instrumentos de crédito estruturados são títulos criados por reagrupamento de fluxos de caixa de produtos financeiros. Abrangem títulos garantidos por ativos (ABS), títulos garantidos por hipotecas (MBS) e obrigações de empréstimo colateralizadas (CLO). A exposição a instrumentos de crédito estruturados é classificada nas Demonstrações de resultados financeiros

como investimentos disponíveis para venda, investimentos reclassificados como empréstimos e valores a receber e ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos.

A exposição líquida a instrumentos de crédito estruturados globais em 31 de Dezembro pode ser discriminada da seguinte forma:

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Instrumentos de crédito estruturados (SCI) em ativos financeiros disponíveis para venda	3	152
Instrumentos de crédito estruturados (SCI) em ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	128	394
Instrumentos de crédito estruturados (SCI) em empréstimos e valores a receber	18.501	20.785
TOTAL	18.632	21.331

Esta exposição líquida em 31 de Dezembro também pode ser discriminada por tipo de ativos, como se segue:

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011	31 de Dez. de 2010
Títulos garantidos por hipoteca de habitação (RMBS)	10.511	11.744
Títulos garantidos por hipoteca comercial (CMBS)	766	828
Obrigações de empréstimo colateralizadas (CLO)	2.577	3.200
Outros títulos garantidos por activos (ABS)	4.779	5.559
TOTAL	16.633	21.331

Em 12 de Maio de 2009, uma parte substancial da carteira de instrumentos de crédito estruturados foi transferida para investimentos reclassificados como empréstimos e valores a receber, aplicando as alterações à NIC 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e a NIRF 7: Instrumentos Financeiros: Divulgações (ver nota 5.e “Reclassificação de instrumentos financeiros como empréstimos e valores a receber” no Relatório Anual de 2010). Esta reclassificação visou ativos financeiros anteriormente reconhecidos como investimentos disponíveis para venda, ativos detidos para negociação e outros ativos.

Parte desta carteira inclui uma garantia do Estado belga no segundo nível de perdas. Para além de uma primeira tranche de perdas finais (3,5 mil milhões de euros), o Estado belga garante em condições de exigibilidade à vista uma segunda tranche de perdas até 1,5 mil milhões de euros.

Os ativos financeiros reclassificados como empréstimos e créditos a receber encontram-se resumidos no seguinte quadro:

Em milhões de euros	31 de Dez. de 2011			31 de Dez. de 2010	
	Valor escriturado na data de reclassificação	Valor escriturado	Valor do mercado ou do modelo	Valor escriturado	Valor do mercado ou do modelo
Activos financeiros reclassificados da carteira de negociação	108	251	238	376	397
- Como empréstimos e valores a receber devidos a clientes	108	251	238	376	397
Activos financeiros reclassificados da carteira disponível para venda	21.312	12.917	12.854	14.871	14.613
- Como empréstimos e valores a receber devidos a clientes	21.312	12.917	12.854	14.871	14.613
Activos financeiros reclassificados da carteira de outros activos	2.030	1.434	1.313	1.638	1.582
- Como empréstimos e valores a receber devidos a clientes	2.030	1.434	1.313	1.638	1.582
TOTAL DA CARTEIRA RECLASSIFICADA COMO EMPRÉSTIMOS E VALORES A RECEBER	23.450	14.602	14.405	16.885	16.592

À data da reclassificação, a média ponderada da taxa de juro efetiva dos ativos financeiros reclassificados como empréstimos e valores a receber foi de 7,157% e os fluxos de caixa esperados como recuperáveis foram de EUR 18.531 milhões.

Em Setembro de 2010, foi exigido o resgate, pelo valor nominal, de títulos de dívida neerlandeses com garantia hipotecária (notas Dolphin) no total de 4,1 mil milhões de euros. Estes títulos de dívida foram previamente inscritos como instrumentos de crédito estruturados na rubrica empréstimos e valores a receber. Os proventos deste resgate foram reinvestidos pelo valor de 3,9 mil milhões de euros em outros títulos de dívida neerlandeses com garantia hipotecária (títulos de dívida Goldfish) e inscritos, também, como instrumentos de crédito estruturados na rubrica empréstimos e valores a receber.

Outras vendas e reembolsos desde a data da reclassificação explicam a redução ainda maior ao longo do tempo da carteira.

A tabela seguinte mostra os itens de lucro ou prejuízo relacionados com os activos reclassificados, tanto como eles foram registados no período e como eles teriam sido registados se a reclassificação não tivesse ocorrido:

Em milhões de euros	Até 31 de Dezembro do ano de 2011	Até 31 de Dezembro de 2010
Lucros ou prejuízos de itens de capital próprio (antes de impostos) relacionadas com activos reclassificados como registado	(1.014)	(1.481)
Lucro ou prejuízo de itens	342	241
- juros	277	191
- ganhos ou prejuízos em activos financeiros	12	(33)
- custo/risco	39	73
- outros	14	10
Itens patrimoniais	(1.356)	(1.722)
Lucro ou prejuízo de itens de capital próprio (antes de impostos) se os activos não tivessem sido reclassificados	372	(2.739)
Itens de lucro ou prejuízo	(125)	271
Itens de capital	497	(3.010)

196| Fortis Bank Relatório Anual 2011

8.h Exposição ao risco da dívida soberana

Como parte da sua gestão de liquidez, o Fortis Bank e o Grupo BNP Paribas procuram maximizar os ativos disponíveis para refinanciamento, de modo a que possam atender às necessidades inesperadas de liquidez. Em particular, esta estratégia baseia-se em deter títulos elegíveis como garantia para refinanciamento dos bancos centrais e inclui uma parte substancial dos títulos de dívida altamente cotados, emitidos por governos que representam um baixo nível de risco. Como parte do seu ALM e da sua estrutural política de gestão de risco da taxa de juros, o grupo detém uma carteira de ativos que inclui instrumentos de dívida soberana, com taxas de juro características que contribuem para as suas estratégias de cobertura.

A carteira do Fortis Bank é apresentado na tabela abaixo:

Em milhões de euros	31 de Dezembro de 2011 Carteira bancária
Zona Europeia	
Áustria	539
Bélgica	17.007
Chipre	23
Finlândia	293
França	2.761
Alemanha	2.226
Itália	1.111
Luxemburgo	31

Holanda	7.467
Eslováquia	29
Eslovénia	41
Espanha	578
Países com apoio	
Grécia	290
Irlanda	169
Portugal	1.182
Total da zona Europeia	33.747

- Circunstâncias especiais em matérias de risco de crédito soberano da Grécia, Irlanda e Portugal, que receberam apoio ao abrigo de um plano europeu.

Três países europeus, nomeadamente a Grécia, Irlanda e Portugal, sofreram uma deterioração acentuada nas suas finanças públicas, no contexto da crise económica e financeira. Isso levou os mercados evitarem progressivamente os títulos públicos de dívida emitidos por esses países, deixando-os incapazes de levantar o financiamento de que necessitam para executar os seus défices públicos.

O país da Política Europeia de solidariedade levou os membros da zona do euro, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), colocar em regime de apoio local. Isso levou à formulação e implementação de vários planos para a Grécia, depois para a Irlanda e Portugal.

Em Maio de 2010, os governos da zona do euro e do FMI forneceram à Grécia um plano de apoio de €110 mil milhões em troca de um compromisso de reduzir o seu défice orçamental. A 21 de Julho de 2011, representantes dos 17 Estados membros da zona do euro elaboraram um segundo plano para a Grécia no valor de cerca de €160 mil milhões em geral. Este plano foi submetido para a Grécia chegar a um acordo com representantes de credores do setor privado. Esses credores renunciaram 50% do valor nominal dos títulos do governo grego que possuem, em troca do reembolso de cerca de 15% dos títulos detidos de forma a determinar, juntamente com a emissão de novos títulos a serem trocados por títulos existentes e representando 35% do seu valor nominal. A 21 de Fevereiro de 2012, um acordo posterior foi alcançado entre o governo grego e os ministros das finanças europeus (Eurogrupo) sobre os termos de um pacote de ajuda financeira adicionais para a Grécia.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 197

O plano de apoio para a Irlanda, que foi aprovado em Novembro de 2010, fornecido em €85 mil milhões em apoio do público, enquanto o plano para Portugal adoptou em Maio de 2011, desde €78 mil milhões em ajuda pública.

Cada um desses planos é acompanhado de medidas para trazer reduções pesadas dos défices públicos.

- Tratamento contabilizado de títulos de dívida emitidos pela Grécia, Irlanda e Portugal

1. Reclassificação de títulos a 30 de Junho de 2011

A falta de liquidez observada nos mercados para os instrumentos de dívida pública emitidos pela Grécia, Irlanda e Portugal durante o primeiro semestre de 2011, solicitou ao Fortis Bank e ao Grupo BNP Paribas que esses títulos não podiam mais ser classificados como disponíveis para venda ativa.

A estagnação no mercado primário, os volumes comerciais cada vez mais finos no mercado secundário, o seu pequeno tamanho e a ampliação em compra/venda refletiu a aversão ao risco dos investidores para esses três países e ao quase desaparecimento do mercado. Ilustrando isso, os volumes de transações mensais na dívida soberana Grega foram contabilizados durante o primeiro semestre de 2011 para apenas 2% da média mensal registada ao longo dos últimos dez anos. A curva de juros implícita sobre a dívida pública desses países está invertida, com taxas de curto prazo

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

significativamente mais elevadas do que as taxas de longo prazo, confirmando o deslocamento do mercado. As perdas implícitas que o nível muito elevado de taxas de curto prazo sugerem não refletem os resultados esperados do apoio dos planos implementados para dar a estes países a capacidade de obterem as suas finanças públicas de volta em forma e honrar os seus compromissos.

Assim, conforme faculta o parágrafo 50E da IAS 39, em tais circunstâncias excepcionais, e dado o período que o banco acredita ser necessário para estes três países para restaurar o estado das suas finanças, o Fortis Bank e o Grupo BNP Paribas procederam com efeitos a partir de 30 de Junho de 2011 - títulos de dívida pública destes três países da Categoria 'Disponível para venda de activos financeiros' "para o 'Empréstimos e créditos a receber'.

Os instrumentos de dívida soberana Grega, com vencimento anterior a 31 de Dezembro de 2020, foram abrangidos por disposições ao abrigo do segundo plano de suporte para a Grécia, que foi iniciado em Junho de 2011 e finalizado a 21 de Julho de 2011, refletindo o compromisso dos bancos para oferecer apoio. Este plano tinha várias opções, incluindo uma troca voluntária a par de títulos de 30 anos de dívida com seu principal garantido por títulos com classificação AAA de cupão zero, em termos que levam ao reconhecimento de um desconto inicial de 21%. O Fortis Bank e o Grupo BNP Paribas pretendem ter acesso a esta opção de câmbio em conexão com o compromisso coletivo dado pelo sector financeiro. Assim, os títulos de dívida detidos na folha de balanço do Grupo, e que deverá ser trocado, foram medidos através do reconhecimento do desconto de 21%. Tratada como uma concessão pelo credor, devido às dificuldades encontradas pelo mutuário, este desconto levou a uma perda por imparidade, sendo reconhecido através de resultados no primeiro semestre de 2011.

No que diz respeito aos títulos de dívida soberana grega não trocados, bem como os instrumentos da dívida soberana irlandesa e portuguesa, após a devida consideração dos vários aspectos do plano de apoio europeu, a maioria dos investidores considerou que não havia nenhuma evidência objetiva de que a recuperação da caixa recuperação dos fluxos de caixa futuros associados a esses títulos foi comprometida, especialmente desde que o Conselho Europeu sublinhou o carácter único e não replicável de participação do setor privado em tal operação.

Assim, o banco considerou que não havia motivos para reconhecer prejuízo por esses títulos.

2. Medição de títulos a 31 de Dezembro de 2011

No segundo semestre de 2011, foi reconhecido que a Grécia estava com dificuldade em atingir as metas económicas do plano de 21 de Julho, nomeadamente no que respeita a sustentabilidade das suas dívidas. Isto levou a um novo acordo, no início de 26 de Outubro, com base em credores do setor privado à dispensa de 50% dos valores devidos a eles. Inicialmente, o banco determinou a perda por imparidade em todos os títulos que detém, com base na proposta apresentada em Outubro de 2011, pelos credores do setor privado representados pelo Institute of International Finance (IIF).

As condições incluídas no acordo, no início de 26 de Outubro de 2011 foram: (1) um corte de cabelo de 50%, (2) o reembolso imediato de 15% dos valores devidos por meio de títulos do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF) com um prazo de dois anos e taxas de juro que pagam no mercado, (3) o pagamento de juros acumulados através de títulos EFSF, com um prazo de seis meses e pagando taxas de juro de mercado, (4) um cupão de 3% até 2020 e 3,75%, posteriormente em títulos com vencimento entre 2023 e 2042 recebido em troca de títulos existentes e (5) taxa de desconto de 12% sobre os fluxos de caixa futuros. Nesta base, o banco estimou uma perda provável de títulos existentes em 75%, que é quase idêntico ao preço de mercado através do desconto médio sobre esses valores, a 31 de Dezembro de 2011.

A 21 de Fevereiro de 2012, um acordo posterior foi alcançado entre o governo grego, os ministros das finanças europeus e investidores privados sobre os termos de um pacote de ajuda financeira adicional para a Grécia. O Eurogrupo afirmou que o rácio da dívida da Grécia em relação ao PIB deve cair a 120,5% até 2020, de cerca de 160% em 2011 e que as medidas vão preservar a estabilidade financeira da Grécia.

Também foi anunciado que uma compreensão comum sobre os termos e condições de novos títulos do governo grego e PIB atrelados a serem emitidas em troca de títulos de capital fechado do governo grego foi alcançado entre o Governo da Grécia, aprovada pelo Eurogrupo, a Troika (composto por representações da Comissão Europeia, o FMI e o Banco Central Europeu) e pelo Comité Diretivo do Comité de Credores investidor privado para a Grécia.

A oferta envolve uma redução de 53,5% no valor de face nominal da dívida grega detida por investidores privados e envolve o apoio do setor oficial de €30 mil milhões pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF).

A Grécia entrou num amplo pacote de entendimentos com os credores do setor oficial e privado de que a troca da dívida é parte integrante. Se concluído com sucesso, a troca da dívida levará a uma redução no stock da dívida de cerca de €107 mil milhões para a Grécia.

As principais características da oferta de troca a serem apresentadas pela Grécia são:

- Para cada ligação do governo elegível privado grego 53,5% do valor principal será perdoado, 31,5% do valor principal será trocado em 20 novos títulos do governo grego com prazo de 11 a 30 anos, e os restantes 15% serão trocados em títulos a curto prazo emitidos pelo Fundo Europeu de Estabilidade financeira (EFSF).
- O cupão sobre os novos títulos do governo grego será estruturado de forma que será de 2% para o período de três anos a partir de Fevereiro de 2012 a Fevereiro de 2015. Depois de 3% nos cinco anos seguintes de 2015 a Fevereiro de 2020, 3,65% para o ano 2021 e 4,3% para o período de Fevereiro de 2022 a Fevereiro de 2042.
- Os juros acumulados sobre os títulos existentes elegíveis do governo grego serão fornecidos em notas de curto prazo da EFSF.
- Títulos distintos relacionados com o crescimento do PIB futuro da economia grega serão oferecidos a investidores que podem proporcionar um aumento no rendimento, no caso de o crescimento ultrapassar os níveis atualmente previstos.

Com base nas condições para a oferta da nova troca relacionada com os títulos do governo grego, o banco ainda considera que o valor presente líquido dos títulos a serem recebidos é de aproximadamente 25%, com base numa taxa de desconto de 12%. O seu valor final será fixado, com base nas condições finais da oferta e nas condições de mercado prevalecentes na data da troca.

Como resultado, os títulos gregos do banco foram escritos em 75% e a perda em relação a 2011 é, portanto, de €866 milhões, incluídos no custo do risco (ver nota 2.f) e €185 milhões incluídos na rubrica Share de ganhos de associados relacionadas com a AG Insurance.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 199

A 9 de Março de 2012, foi anunciado pela República Helénica que os detentores de aproximadamente €172 mil milhões do valor principal dos títulos emitidos ou garantidos pela República Helénica terem proposto os seus títulos para troca, ou consentiram com as alterações propostas em resposta aos convites e solicitações de consentimento anunciadas pela República Helénica a 24 de Fevereiro de 2012. O Fortis Bank também licitou os seus títulos do governo grego para troca.

“Títulos emitidos por Portugal e Irlanda, realizados pelo Banco Fortis e reclassificados em ‘Empréstimos e créditos a receber’, foram medidos pelo valor de mercado para fins da nota 5.e. Instrumentos financeiros reclassificados como empréstimos e créditos a receber e são classificados como instrumentos de nível 2, dada a falta de liquidez do mercado.

- A exposição do Fortis Bank ao risco de crédito grego, irlandês e português soberano, os três países da zona do euro cobertos por um plano de apoio europeu

A tabela a seguir mostra a exposição a 31 de Dezembro de 2011 do risco de crédito desses três estados soberanos sob a forma de títulos, após a imparidade reconhecida em títulos gregos.

Os valores apresentados na categoria de “Empréstimos e contas” a receber derivam da reclassificação a 30 de Junho de 2011, de títulos anteriormente mostrados em ‘Ativos financeiros disponíveis para venda’.

Posições da carteira bancária, discriminadas pelo prazo residual até ao vencimento

Em milhões de euros	Prazo de vencimento residual					31 de Dezembro de 2011	
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	10 anos	>10 anos	Total
Grécia							
Empréstimos e créditos a receber							
Exposição ao risco e valor contabilizado após prejuízos	22	34	114	25		52	248
Mantidos até ao vencimento de activos financeiros							
Exposição ao risco e valor contabilizado após prejuízos	37	6					42
Irlanda							
Empréstimos e créditos a receber							
Exposição a riscos			3	20	187		210
Valor contabilizado			3	17	150		169
Portugal							
Empréstimos e créditos a receber							
Exposição a riscos	113	140	401	478	30	100	1.262
Valor contabilizado	115	129	353	367	21	95	1.080
Mantidos até o vencimento de activos financeiros							
Exposição ao risco e valor contabilizado após prejuízos	72	10			19		102

- Reclassificação de instrumentos financeiros reconhecidos inicialmente como disponíveis para venda de ativos

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

As alterações à IAS 39 e à IFRS 7 adoptada pela União Europeia a 15 Outubro de 2008 permitiram a reclassificação de instrumentos inicialmente classificados como disponíveis para venda nas carteiras de crédito dos clientes.

Os ativos financeiros relativos a títulos soberanos reclassificados para empréstimos e créditos a receber são resumidos na tabela a seguir:

200| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Em milhões de euros	Data de reclassificação	Ativos reclassificados como empréstimos e créditos a receber		
		Valor do transporte	Expectativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis	Média eficaz da taxa de juros
Títulos soberanos da carteira de títulos disponíveis para venda		1.903	3.897	
<i>dos quais títulos soberanos gregos</i>	<i>30 de Junho 2011</i>	<i>687</i>	<i>2.168</i>	<i>9.0%</i>
<i>dos quais títulos soberanos portugueses</i>	<i>30 de Junho 2011</i>	<i>1.020</i>	<i>1.446</i>	<i>8.8%</i>
<i>dos quais títulos soberanos irlandeses</i>	<i>30 de Junho 2011</i>	<i>196</i>	<i>283</i>	<i>6.1%</i>

Medição de ativos reclassificados a 31 de Dezembro de 2011

As tabelas a seguir mostram os itens relacionados com os activos reclassificados, tal como eles foram registados durante o período e como eles teriam sido registados se a reclassificação não tivesse ocorrido:

Na folha de balanços:

Em milhões de euros	31 de Dezembro	
	Valor do transporte	Valor de mercado ou modelo
Títulos soberanos reclassificados como empréstimos e créditos a receber devido a clientes	1.497	1.331
<i>Dos quais títulos soberanos gregos</i>	<i>248</i>	<i>248</i>
<i>Dos quais títulos soberanos portugueses</i>	<i>1.080</i>	<i>907</i>
<i>Dos quais títulos soberanos irlandeses</i>	<i>169</i>	<i>176</i>

Na demonstração de resultados e como uma mudança direta no capital próprio.

Em milhões de euros	31 de Dezembro de 2011			
	Antes da reclassificação	Realizado Depois da reclassificação	Total	Pró-forma do montante para o período
Em item lucrativo ou prejudicial	(115)	(477)	(592)	(592)
Em rendimentos	29	131	160	161
<i>Dos quais títulos soberanos gregos</i>	<i>9</i>	<i>65</i>	<i>74</i>	<i>75</i>
<i>Dos quais títulos soberanos portugueses</i>	<i>14</i>	<i>61</i>	<i>75</i>	<i>75</i>
<i>Dos quais títulos soberanos irlandeses</i>	<i>6</i>	<i>5</i>	<i>11</i>	<i>11</i>
Em custo ou risco	(144)	(608)	(752)	(753)
<i>Dos quais títulos soberanos gregos</i>	<i>(144)</i>	<i>(608)</i>	<i>(752)</i>	<i>(753)</i>
Como a mudança direta no capital próprio (antes de impostos)	16	124	139	(32)
<i>Dos quais títulos soberanos gregos</i>	<i>173</i>	<i>95</i>	<i>268</i>	<i>268</i>
<i>Dos quais títulos soberanos</i>	<i>(158)</i>	<i>26</i>	<i>(132)</i>	<i>(308)</i>

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

<i>portugueses</i>				
<i>Dos quais títulos soberanos</i>				
<i>irlandeses</i>	1	3	3	8
Impacto do lucro e prejuízo total de mudanças diretas no património líquido decorrentes de itens reclassificados	(99)	(353)	(463)	(624)

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 201

- Alienação de Títulos Mantidos até o vencimento em 2011

Em 2011, o BGL BNP Paribas vendeu €550 milhões em títulos de dívida soberana, emitidos pela Itália e Espanha, que até então tinham sido classificados como realizados até ao vencimento dos ativos.

A venda de títulos italianos e espanhóis foi motivada pela deterioração económica da Itália e da situação da Espanha, que se reflecte na desclassificação da Itália e classificações de crédito espanhóis por agências de classificação de várias agências em Setembro e Outubro de 2011 e pela queda do valor de mercado desses títulos.

Rebaixamentos de classificação sofridos por determinados emitentes ameaçaram aumentar a quantidade de ativos ponderados pelo risco correspondente aos empréstimos em questão. Como resultado, o banco reduziu a sua exposição a posições mais afectadas por esta mudança, independentemente da sua classificação contabilizada.

Como resultado, o Grupo aplicou as exigências dos parágrafos 22a AG) e e) do IAS 39, para demonstrar que essas alienações não alteraram a sua intenção de realizar outros activos nesta categoria até o vencimento, ou a sua capacidade de financiá-los. Outros ativos foram, portanto, mantidos dentro desta categoria.

202 | Fortis Bank Relatório Anual 2011

8.i Justo valor de instrumentos financeiros escriturados pelo custo amortizado

As informações prestadas nesta nota devem ser utilizadas e interpretadas com a maior cautela, pelas seguintes razões:

- Estes justos valores são uma estimativa do valor dos instrumentos relevantes em 31 de Dezembro de 2011. São passíveis de flutuações de um dia para o outro em resultado de alterações de vários parâmetros, tais como as taxas de juro e a qualidade do crédito da contraparte. Pode m, em particular, diferir significativamente das quantias efetivamente recebidas ou pagas na maturidade do instrumento. Na maior parte dos casos, o justo valor não se destina a ser realizado imediatamente e, na prática, poderá não ser realizado imediatamente. Consequentemente, este justo valor não reflete o valor atual do instrumento para o Fortis Bank enquanto empresa em atividade.
- A maior parte destes justos valores não são tomados em consideração na gestão das atividades bancárias comerciais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

- Estimar um justo valor para instrumentos financeiros escriturados pelo custo histórico exige com frequência o recurso a técnicas de modelação, hipóteses e pressupostos que podem variar de banco para banco. Isso significa que comparações entre os justos valores dos instrumentos financeiros escriturados pelo custo histórico, divulgados pelos diferentes bancos, podem não ter relevância.
- Os justos valores apresentados infra não incluem os justos valores de instrumentos não financeiros, tais como ativos fixos tangíveis, goodwill e outros ativos intangíveis como, por exemplo, o valor atribuído a carteiras de depósitos em conta-corrente ou relações com clientes. Consequentemente, estes justos valores não devem ser encarados como a contribuição efetiva dos respetivos instrumentos para a avaliação global do Fortis Bank.

Em milhões de euros	31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Valor escriturado ¹	Justo valor estimado	Valor escriturado ¹	Justo valor estimado
ACTIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos e valores a receber de instituições de crédito	35.786	35.912	28.358	28.693
Empréstimos e valores a receber de clientes	145.757	151.432	152.107	154.712
Activos financeiros detidos até à maturidade	2.187	2.308	3.073	3.188
PASSIVOS FINANCEIROS				
Débitos a instituições de crédito	38.918	39.105	32.131	32.336
Débitos a clientes	154.514	155.583	152.821	153.888
Títulos de dívida	14.560	15.257	27.325	28.528
Dívida subordinada	9.491	9.221	10.628	11.090

¹A quantia escriturada não inclui a remensuração de carteiras de instrumentos financeiros em relações de cobertura ao justo valor. Em 31 de Dezembro de 2011, isso está incluído em "Ajustamento de remensuração de carteiras com cobertura do risco de taxa de juro", respetivamente 674 milhões de euros em ativos e 472 milhões de euros em passivos (537 milhões de euros e 539 milhões de euros, respetivamente, em 31 de Dezembro de 2010).

O justo valor de um instrumento financeiro é definido como a quantia pela qual um ativo pode ser permutado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas no âmbito de uma transação independente e equitativa.

Os pressupostos e técnicas de avaliação utilizados pelo Fortis Bank garantem que o justo valor dos ativos e passivos financeiros é mensurado de forma consistente em todo o Grupo. O justo valor baseia-se nos preços cotados num mercado ativo, quando estes estão disponíveis. Noutros casos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de avaliação, como o desconto de estimativas futuras de fluxos de caixa relativamente a empréstimos, passivos e ativos financeiros detidos até à maturidade, ou modelos de avaliação específicos relativamente a outros instrumentos financeiros, tal como descrito na nota 1 "Resumo das políticas contabilísticas significativas aplicadas pelo Fortis Bank". No caso de empréstimos, passivos e ativos financeiros detidos até à maturidade que não têm uma maturidade inicial inferior a um ano (incluindo os depósitos em conta-corrente) ou que são concedidos a taxas de juro flutuantes, o justo valor é equivalente à quantia escriturada. O mesmo se aplica à maioria dos produtos de poupança regulados.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 203

8.j Ativos e passivos contingentes

Processos judiciais

O Fortis Bank e as suas subsidiárias consolidadas estão envolvidos como arguido em diversas queixas, disputas e processos judiciais na Bélgica e em algumas jurisdições estrangeiras, surgidas no decurso normal da sua atividade bancária, incluindo no âmbito das suas atividades como mutuante, entidade patronal, investidor e contribuinte.

O Fortis Bank cria provisões para essas questões sempre que, no entender da administração, e após aconselhamento com consultores jurídicos, se afigura provável que o Banco terá de efetuar um pagamento e sempre que a quantia puder ser razoavelmente estimada.

No que diz respeito a novos processos judiciais e queixas contra o Fortis Bank (e as suas subsidiárias consolidadas) que são do conhecimento da administração (e para os quais não foi efetuada uma provisão de acordo com os princípios descritos anteriormente), a administração, após ponderação do aconselhamento profissional que lhe foi prestado nesse sentido, considera, embora não sendo frequentemente exequível prever ou determinar o resultado final de todos os processos judiciais e regulamentares pendentes ou iminentes, que esses processos não têm mérito, que podem ser defendidos com êxito ou que o seu resultado previsivelmente não redundará em perdas significativas nas demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank.

Na sequência da reestruturação do Fortis Bank (que se refere tanto ao “Fortis SA/NV” como ao “Fortis NV” e, atualmente, à “Ageas SA/NV” e à “Ageas NV”, ambas designadas como Ageas), no final de Setembro e no início de Outubro de 2008, alguns grupos em representação de acionistas e outros intentaram (ou ameaçaram intentar) ações judiciais contra diversas entidades do anterior Grupo Fortis e/ou determinados membros do seu Conselho de Administração e direção. Estas ações judiciais incluem, entre outras:

- **Queixa de detentores de títulos convertíveis obrigatórios (MCS) contra a Ageas, o Fortis Bank e outros**

Alguns detentores de títulos convertíveis obrigatórios intentaram duas ações contra os seus co-emitentes, incluindo o Fortis Bank, e contra a Bank of New York Corporate Trustee Services Ltd, na sua qualidade de fiduciária junto do Tribunal Comercial de Bruxelas, reclamando a anulação da conversão dos títulos e a restituição destes e, acessoriamente, uma compensação por perdas e danos. O Fortis Bank, depois de se aconselhar com os seus consultores jurídicos e analisada a documentação da transação, considera que as queixas não têm mérito ao abrigo da legislação belga. Não se espera um veredicto do tribunal antes do início de 2012.

- **Carta de contestação do Estado neerlandês contra a Ageas e Fortis Bank**

Em 23 de Dezembro de 2010, o Estado neerlandês (Ministerie van Financiën) enviou ao Fortis Bank uma carta de contestação no valor de 186 milhões de euros. A contestação tem origem na venda pelo Fortis Bank das ações do Fortis Bank Nederland (Holding) N. V. (FBNH) ao Estado neerlandês em 3 de Outubro de 2008 e baseia-se numa alegada violação da garantia. Não foi intentada qualquer ação nesta matéria.

- **Queixas da VEB NCVB e da Fundação ‘Queixa de Investidores contra o Fortis’ perante os tribunais holandeses**

Estas duas ações judiciais dizem respeito à emissão da queixa do Fortis na altura da sua aquisição do ABN Amro e ao papel do Fortis Bank como subscritor.

Em Setembro de 2007, o Fortis Bank assumiu em conjunto com a Merrill Lynch e outros bancos a função de subscritor de uma emissão de direitos no Fortis SA/NV e no Fortis N.V. (atualmente, Ageas SA/NV e Ageas N.V., respetivamente) no valor de 13,4 mil milhões de euros. A emissão de direitos destinou-se a financiar parcialmente a participação do Fortis na aquisição do ABN Amro Bank N.V. Fortis.

O Fortis Bank foi notificado em 3 de Fevereiro de 2011 com uma petição inicial da associação de acionistas neerlandesa “VEB NCVB”. De acordo com esta associação, o Fortis Bank, em conjunto com a Ageas, Merrill Lynch e outros, é solidariamente responsável pelos erros do prospeto. A associação exige uma decisão declaratória confirmando que os atos e omissões do Fortis Bank

relativos ao prospeto penalizaram quem adquiriu ações do Fortis entre 24 de Setembro de 2007 e 3 de Outubro de 2008 e que, como consequência, o Fortis Bank é solidariamente com outros bancos responsável pelas perdas e danos sofridas pelos acionistas. Como o

204| Fortis Bank Relatório Anual 2011

processo diz respeito a uma declaração pretendida por uma associação, não foi acionado até agora qualquer pedido de reparação, mas estes processos podem abrir a possibilidade de pedidos de reparação futuros.

A 7 de Julho de 2011 o Fortis Bank foi também notificado com uma petição inicial da fundação 'Queixa de Investidores contra o Fortis'. Esta petição tem o mesmo objeto e é baseada em grande parte nas mesmas alegações. A Ageas e Merrill Lynch são coarguidos.

Embora não seja possível excluir que os processos acima possam afetar negativamente as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fortis Bank, tal possibilidade é no momento considerada como limitada.

Encontram-se ainda em curso outros pleitos e investigações relacionados com a reestruturação do Grupo Fortis em que o Fortis Bank não foi constituído parte. Incluem, entre outros, um relatório de inquérito à gestão e atuação do Fortis ordenado pela Câmara de Comércio Neerlandesa (Ondernemingskamer), que foi apresentado em Junho de 2010. Após a apresentação do relatório, a VEB solicitou ao tribunal que se pronunciasse sobre a eventualidade de má gestão. Não se pode excluir a possibilidade do resultado destes pleitos e/ou investigações vir a ter impacto no Fortis Bank.

À semelhança de muitas outras sociedades bancárias, de investimento, fundos de investimento e corretagem, o Fortis Bank (e as suas subsidiárias consolidadas) receberam ou podem receber muitos pedidos de informação remetidos por agências de supervisão, governamentais ou auto-regulação. O Fortis Bank responde a esses pedidos e coopera com os reguladores e outras partes na resolução das questões que possam ser suscitadas. O Fortis Bank considera que as questões identificadas não representam um problema material ou sistémico para o Fortis Bank ou as suas atividades.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 |205

8.j Honorários dos técnicos oficiais de contas

Segue-se a discriminação dos honorários pagos aos técnicos oficiais de contas em 2011 e 2010:

Em milhares de euros	Anual a 31 de Dezembro de 2011						Anual a 31 de Dezembro de 2010					
	Deloitte	%	PwC	%	Total	%	Deloitte	%	PwC	%	Total	%
Honorários de auditoria												
Auditorias legais e contratuais, incluindo:	2.377	47%	2.087	89%	4.464	60%	2.360	36%	2.412	46%	4.772	41%
- Fortis Bank	1.348	26%	1.179	50%	2.527	34%	1.087	17%	1.140	22%	2.227	19%
- Subsidiárias contratadas	1.029	20%	908	39%	1.937	26%	1.273	20%	1.272	24%	2.545	22%
Outras análises e serviços directamente relacionados com a missão de auditoria legal, incluindo:	85	2%	256	11%	341	5%	627	10%	2.653	51%	3.280	28%
- Fortis Bank	40	1%	233	10%	273	4%	573	9%	2.507	48%	3.080	26%
- Subsidiárias contratadas	45	1%	23	1%	68	1%	54	1%	146	3%	200	2%
Subtotal	2.462	48%	2.343	100%	4.805	64%	2.987	46%	5.065	97%	8.052	69%
Honorários não relacionados												

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

com auditorias												
Impostos e assuntos jurídicos	4	0%		0%	4	0%	67	1%	63	1%	130	1%
- Fortis Bank												
- Subsidiárias contratadas	4	0%		0%	4	0%	67	1%	63	1%	130	1%
Outros	2.645	52%		0%	2.645	35%	3.461	53%	110	2%	3.571	30%
- Fortis Bank		0%		0%		0%		0%		0%		0%
- Subsidiárias contratadas	2.645	52%		0%	2.645	35%	3.461	53%	110	2%	3.571	30%
Subtotal	2.649	52%		0%	2.649	36%	3.528	54%	173	3%	3.701	31%
TOTAL	5.111	100%	2.343	100%	7.454	100%	6.515	100%	5.238	100%	11.753	100%

Os honorários de auditoria pagos a auditores que não sejam membros da rede de um dos auditores que certificam as demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank, mencionados no quadro acima, ascenderam a 635 milhares de euros no ano de 2011.

206| Fortis Bank Relatório Anual 2011

8.I Eventos posteriores ao período de relato

Não ocorreram eventos significativos desde a data do balanço que motivem ajustamentos às Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2011.

A 26 de Janeiro de 2012, a Ageas e o Fortis Bank anunciaram um acordo para um pagamento parcial da RPN (Nota de Desempenho Relativo) relacionada com os CASHES e o resgate total de um instrumento de Tier 1 emitido pelo Fortis Bank em 2001 e detido em 95% pela Ageas desde Setembro de 2011. O pagamento e o resgate ficaram sujeitos ao BNP Paribas atingir pelo menos uma taxa de sucesso de 50% numa oferta pública de aquisição dos CASHES, lançada 26 de Janeiro de 2012.

Os CASHES (Títulos Híbridos Convertíveis e Subordinados Indexados a Ações) são títulos emitidos pelo Fortis Bank SA/NV em 2007, com uma taxa flutuante (EURIBOR a 3 meses + 200 bps), com as antigas empresas mãe do Fortis, as atuais Ageas N.V. e Ageas SA/NV, como Codevedores e convertíveis em 125,313,283 de ações da Ageas shares. Os CASHES são descritos mais detalhadamente na nota 5.a, Ativos financeiros, passivos financeiros e derivados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos.

A RPN (Nota de Desempenho Relativo) relacionada com os CASHES é um instrumento financeiro detido pela Ageas SA/NV, pela Ageas N.V. e pelo Fortis Bank, que resulta em pagamentos de juros trimestrais a serem feitos ao, ou recebidos do Fortis Bank SA/NV. Cada pagamento de juros trimestrais (EURIBOR a 3 meses + 20 bps) é pago sobre um montante de referência com base no valor da RPN. Esta RPN foi inicialmente concebida para evitar uma volatilidade contabilística no Fortis Bank SA/NV em relação às alterações do valor de mercado dos CASHES e das suas 125,313,283 ações subjacentes da Ageas.

O instrumento de Tier 1 emitido pelo Fortis Bank em 2001 diz respeito a 1 mil milhão de euros de Redeemable Perpetual Cumulative Coupon Debt Securities, no valor de 952,9 milhões de euros detidos pela Ageas N.V. desde 26 de Setembro de 2011 como resultado de uma troca por dinheiro com os detentores anteriores após o Fortis Bank ter decidido não efetuar o resgate destas obrigações na sua primeira data de resgate. Esta troca está em conformidade com um Acordo de Apoio introduzido pelas antigas empresas mãe do Fortis, atuais Ageas SA/NV e Ageas N.V. Estes títulos híbridos inovadores de Tier 1 são descritos mais detalhadamente na nota 5.h, Títulos de dívida e dívida subordinada.

A 31 de Janeiro de 2012, foi anunciado que a oferta pública de aquisição dos CASHES, lançada pelo BNP Paribas a 26 de Janeiro de 2012 tinha encerrado com sucesso na segunda-feira, 30 de Março de 2012. A taxa de aceitação atingiu os 63% a um preço de oferta de 47.5%.

A 6 de Fevereiro de 2012, o BNP Paribas trocou 7.553 de títulos adjudicados retirados de 12.000 títulos CASHES pendentes (62.94%) por 78.874.241 ações da Ageas existentes, com direito a dividendos e direitos de votação. O BNP Paribas comprometeu-se a não vender estas ações durante um período de 6 meses.

O BNP Paribas irá receber uma indemnização da Ageas e do Fortis Bank. O mecanismo da RPN irá deixar de existir proporcionalmente aos CASHES convertidos. Os pagamentos do resgate dos títulos de Tier 1 e o pagamento da indemnização serão compensados.

Esta transação irá ter vários tipos de impacto no Fortis bank em 2012. O principal impacto financeiro positivo deve-se ao resgate de uma parte maioritária dos CASHES, evitando-se assim encargos de juros relativamente elevados durante os anos que se aproximam. Tal impacto é compensado pelas antigas indemnizações e custos de transação pagos (parcialmente) para deixar este instrumento. Além disso, no caso do BNP Paribas trocar CASHES adicionais num período de 2 anos, este será indemnizado pelo Fortis Bank e pela Ageas, dentro dos limites especificados para a recente oferta.

Existe um impacto negativo na liquidez e solvência do Fortis Bank, embora não levando a um alteração significativa nos rácios regulamentares relacionados.

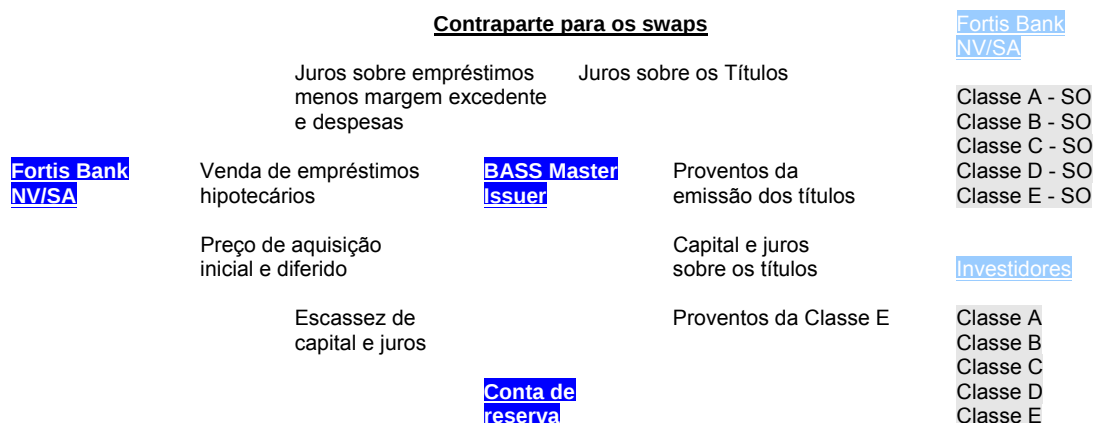
Fortis Bank Relatório Anual 2011 |207

8.m Informações adicionais sobre operações de titularização da Bass e da Esmée

BASS Master Issuer NV/SA, instituição de investimento em valores a receber ao abrigo da legislação belga

Descrição da operação

A Bass Master Issuer NV/SA é um veículo de finalidade especial (SPV) criado para titularizar empréstimos hipotecários, originalmente concedidos pelo Fortis Bank NV/SA na Bélgica. Os empréstimos hipotecários são titularizados com base na seguinte estrutura:



O Fortis Bank NV/SA transfere mensalmente os reembolsos dos juros e capital referentes aos empréstimos titularizados para a BASS

Master Issuer NV/ SA. No âmbito permitido pelo programa, a BASS Master Issuer NV/SA utiliza as receitas de capital para adquirir novos empréstimos hipotecários ao Fortis Bank NV/SA. Os pagamentos de juros que a BASS Master Issuer NV/SA recebe são objeto de swaps numa base trimestral pelos juros a pagar sobre as obrigações emitidas, acrescido do excesso de spread garantido de 0,20% por ano.

As obrigações emitidas ao abrigo do programa BASS Master Issuer em 31 de Dezembro de 2010 são apresentadas no quadro seguinte.

O programa Bass Master Issuer foi lançado em Junho de 2008. A quantia total de títulos emitidos ao abrigo do programa foi aumentada ao longo do tempo.

Ranche	ISIN	Valor nocional em Euros	Valor nocional em 31 Dezembro 2011	Data de set up	Maturidade final legal	Cupão	Cupão de set up	Fitch	Moody's	S&P
Bass 2008-1 A0	BE0002364363	15.750.000.000	23.400.000.000	15/07/2012	15/07/2052	3-m Euribor + 25	3-m Euribor + 25	AAA	Aaa	NR
Bass 2008-1 B0	BE0002365378	525.000.000	780.000.000	15/07/2012	15/07/2052	3-m Euribor +45	3-m Euribor +45	AA	Aa3	NR
Bass 2008-1 C0	BE0002366384	525.000.000	780.000.000	15/07/2012	15/07/2052	3-m Euribor + 60	3-m Euribor + 60	A	A2	NR
Bass 2008-1 D0	BE0002367390	700.000.000	1.040.000.000	15/07/2012	15/07/2052	3-m Euribor + 120	3-m Euribor + 120	BBB	NR	NR
Bass 2008-1 E0	BE0002368406	157.500.000	234.000.000	15/07/2012	15/07/2052	3-m Euribor + 600	3-m Euribor + 600	NR	NR	NR
Total Bass			26.234.000.000							

208| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Em 31 de Dezembro de 2011, o Fortis Bank NV/SA tinha transferido empréstimos hipotecários no valor de 25.800.721.999,90 euros para a BASS Master Issuer NV/SA.

Resumo geral das partes relevantes

O Fortis Bank NV/SA desempenha diversas funções no âmbito da operação de titularização. Partes exteriores ao âmbito do Fortis Bank NV/SA desempenham várias outras funções. O quadro seguinte fornece um resumo geral das partes relevantes:

Emitente das obrigações	Esmée BASS Master Issuer NV/ SA, instituição de investimento em valores a receber ao abrigo da legislação belga. A empresa não é uma subsidiária do Fortis Bank NV/SA e é representada por dois directores independentes.
Entidade que aliena os empréstimos	Fortis Bank NV/SA. Subsidiárias directas ou indirectas do Fortis Bank NV/SA podem participar no programa, em determinadas condições, desde que seja publicado um suplemento ao prospecto.
Entidade que fornece os empréstimos	Fortis Bank NV/SA ou qualquer subsidiária ou predecessora do Fortis Bank NV/SA.
Sociedade creditícia	Fortis Bank NV/SA
Administradora da Bass Master Issuer NV/SA	Intertrust (Nederland) B.V.
Contraparte da GIC	Fortis Bank NV/SA

Contraparte para os swaps de juro	Fortis Bank NV/SA
Corretor	Stichting Security Agent BASS, fundação ao abrigo da lei neerlandesa. A fundação é representada por um director independente.
Accionistas da BASS Master Issuer	Stichting Holding BASS, fundação ao abrigo da legislação belga, e Genfinance NV/SA. bA Stichting Holding BASS é representada por dois directores independentes.
Agente domiciliário	Fortis Bank NV/SA
Agente de admissão	Fortis Bank NV/SA
Agente de referência	Fortis Bank NV/SA

Outros direitos e obrigações

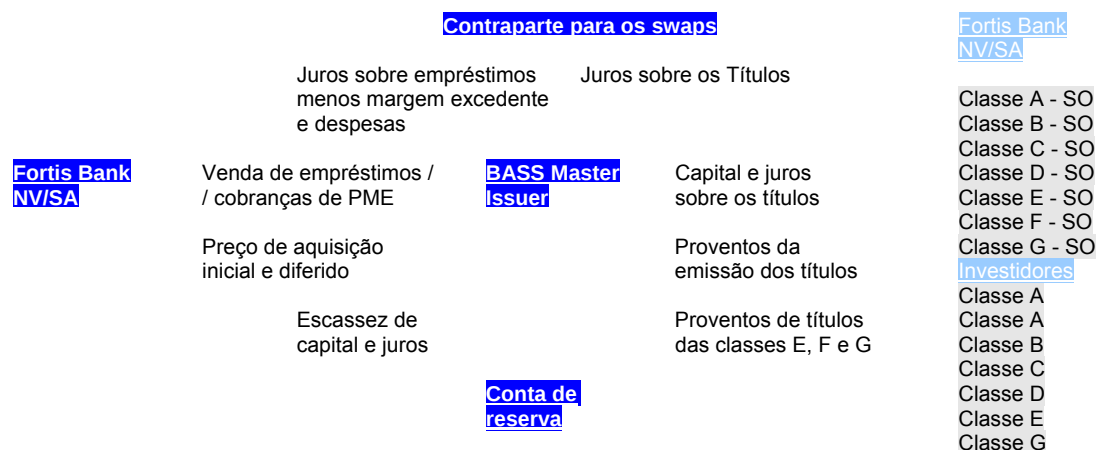
Uma vez que o veículo de titularização está plenamente consolidado no Fortis Bank NV/SA, todas as outras relações mútuas entre as duas entidades estão igualmente consolidadas.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 209

Esmée Master Issuer NV/SA, instituição de investimento em valores a receber ao abrigo da legislação belga

Descrição da operação

A Esmée Master Issuer NV/SA é um segundo veículo de final idade especial (SPV) criado para titularizar empréstimos a profissionais por conta própria e pequenas e médias empresas, originalmente concedidos pelo Fortis Bank NV/SA na Bélgica. Os empréstimos são titularizados com base na seguinte estrutura:



O Fortis Bank NV/SA transfere mensalmente os reembolsos dos juros e capital referentes aos empréstimos titularizados para a Esmée Master Issuer NV/SA. No âmbito permitido pelo programa, a Esmée Master Issuer NV/SA utiliza as receitas de capital para adquirir novos empréstimos ao Fortis Bank NV/SA, com base em critérios predeterminados que os empréstimos devem cumprir. Os pagamentos de juros que a Esmée Master Issuer NV/SA recebe são objeto de swaps numa base

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

trimestral pelos juros a pagar sobre as obrigações emitidas, acrescido do excesso de spread garantido de 0,75% por ano.

As obrigações emitidas ao abrigo do programa Esmée Master Issuer em 31 de Dezembro de 2011 são apresentadas no quadro seguinte. O programa Esmée Master Issuer foi lançado em Dezembro de 2009.

Tranche	ISIN	Valor nominal em Euros	Valor nominal em 31 Dezembro 2011	Data de set up	Maturidade final legal	Cupão	Cupão de set up	Fitch	Moody's	S&P
Esmée 2009-1 A0	BE0002387596	6.040.000.000	6.040.000.000	25/10/2013	25/10/2045	3-m Euribor + 35	3-m Euribor + 35	AAA	Aaa	NR
Esmée 2009-1 B0	BE0002388602	1.400.000.000	1.400.000.000	25/10/2013	25/10/2045	3-m Euribor +75	3-m Euribor +75	NR	A2	NR
Esmée 2009-1 C0	BE0002389618	320.000.000	320.000.000	25/10/2013	25/10/2045	3-m Euribor + 100	3-m Euribor + 100	NR	Baa2	NR
Esmée 2009-1 D0	BE0002390624	240.000.000	240.000.000	25/10/2013	25/10/2045	3-m Euribor + 150	3-m Euribor + 150	NR	Ba2	NR
Esmée 2009-1 E0	BE0002391630	96.000.000	96.000.000	25/10/2013	25/10/2045	3-m Euribor + 300	3-m Euribor + 300	NR	NR	NR
Esmée 2009-1 F0	BE0002392646	96.000.000	96.000.000	25/10/2013	25/10/2045	3-m Euribor + 400	3-m Euribor + 400	NR	NR	NR
Esmée 2009-1 G0	BE0002393651	88.000.000	88.000.000	25/10/2013	25/10/2045	3-m Euribor + 500	3-m Euribor + 500	NR	NR	NR
Total Esmée			8.280.000.000							

210| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Em 31 de Dezembro de 2011, o Fortis Bank NV/SA tinha transferido empréstimos a profissionais por conta própria e pequenas e médias empresas no valor de 7.854.189.449,02 euros para a Esmée Master Issuer NV/SA.

Resumo geral das partes relevantes

O Fortis Bank NV/SA desempenha diversas funções no âmbito da operação de titularização. Partes exteriores ao âmbito do Fortis Bank NV/SA desempenham várias outras funções. O quadro seguinte fornece um resumo geral das partes relevantes:

Emitente das obrigações	Esmée Master Issuer NV/SA, institui ção de investimento em valores a receber ao abrigo da legislação belga. A empresa não é uma subsidiária do Fortis Bank NV/SA e é representada por dois directores independentes.
Entidade que aliena os empréstimos	Fortis Bank NV/SA. Subsidiárias directas ou indirectas do Fortis Bank NV/SA podem participar no programa, em determinadas condições, desde que seja publicado um suplemento ao prospecto.
Entidade que fornece os empréstimos	Fortis Bank NV/SA ou qualquer subsidiária ou predecessora do Fortis Bank NV/SA.
Sociedade creditícia	Fortis Bank NV/SA
Administradora da Bass Master Issuer NV/SA	Intertrust (Nederland) B.V.
Contraparte da GIC	Fortis Bank NV/SA
Contraparte para os swaps de juro	Fortis Bank NV/SA
Corretor	Stichting Security Agent Esmée, fundação ao abrigo da lei neerlandesa. A fundação é representada por um director independente.

Accionistas da Esmée Master	Issuer Stichting Holding Esmée, fundação ao abrigo da legislação belga, e Genfinance NV/SA. A Stichting Holding Esmée é representada por dois directores independentes.
Agente domiciliário	Fortis Bank NV/SA
Agente de admissão	Fortis Bank NV/SA
Agente de referência	Fortis Bank NV/SA

Outros direitos e obrigações

Uma vez que o veículo de titularização está plenamente consolidado no Fortis Bank NV/SA, todas as outras relações mútuas entre as duas entidades estão igualmente consolidadas.

Relatório dos revisores oficiais de contas acreditados

RELATÓRIO CONJUNTO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS A APRESENTAR NA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS SOBRE ASDEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSO LIDADAS DA SOCIEDADE FORTIS BANK SA/NV RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Fortis Bank Relatório Anual 2011 |213

**Relatório
Anual 2011
(não consolidado)
do Fortis Bank**

214| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Relatório do Conselho de Administração

Em conformidade com o Código das Sociedades belgas (art. 119) e para evitar a repetição, o Fortis Bank tem combinado o relatório não consolidado e o relatório consolidado do Conselho de Administração. O relatório consolidado do Conselho de Administração pode ser encontrado na página 7 a 41 do presente relatório anual.

Comentários sobre a evolução do Balanço

O total do balanço a 31 de Dezembro de 2011 ascende a €301 mil milhões, um aumento de €2 mil milhões ou 1% em comparação com 31 de Dezembro de 2010. Há um aumento no Fortis Bank na Bélgica, de €6.000 milhões, em grande parte compensado por uma diminuição das filiais estrangeiras do banco de €4 mil milhões, que é principalmente o resultado da transferência de atividades para outras entidades do Grupo BNP Paribas.

Ativos

A Caixa, junto dos bancos centrais e escritórios giro tem uma quantidade para €2 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011, refletindo um aumento de €1.7 mil milhões. Esta evolução está relacionada com os montantes devidos pelos bancos centrais.

Os valores a receber de instituições de crédito chegou a €44 mil milhões no fim de 2011, um aumento de €3 mil milhões ou 7%, composto por um aumento de €7 mil milhões na Bélgica e uma diminuição de €(4) mil milhões nas filiais estrangeiras.

A quantidade de €44 mil milhões contém principalmente os acordos de recompra reversa (€17 mil milhões), contas correntes e empréstimos de dia para dia (€8 mil milhões), aplicações interfinanceiras de liquidez (€14 mil milhões) e ativos de Reserva monetária (€4 mil milhões). No final de 2011, o peso relativo dos créditos interbancário representa 14% do total de ativos em linha com o ano anterior.

Na Bélgica, as aplicações interfinanceiras de liquidez e da Reserva Monetária aumentaram, respectivamente, de €6 mil milhões e €3 mil milhões, as contas correntes e os empréstimos de dia-a-dia diminuíram €(2) mil milhões. Nas filiais estrangeiras, as contas correntes no dia-a-dia para empréstimos diminuíram em €(3) mil milhões.

Os montantes a receber de clientes estão em €82 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011, uma diminuição de €(9) mil milhões ou 10%, dos quais €(7) mil milhões são na Bélgica e €(2) mil milhões nas filiais estrangeiras.

A quantidade de €82 mil milhões consiste em termos de empréstimos (€52 mil milhões), reverter os acordos de recompra (€10 mil milhões), empréstimos hipotecários (€11 mil milhões), adiantamentos sobre contas correntes (€4 mil milhões) e outros créditos (€5 mil milhões). No final de 2011, eles representam 27% dos ativos totais contra 31% do final de 2010.

A securitização, através dos “veículos especiais propostos”, permanece estável e ascende a €33 mil milhões no final de 2011, dos quais €25 mil milhões são de empréstimos hipotecários e empréstimos de longo prazo são de €8 mil milhões.

As evoluções em comparação com 2010 podem ser descritas da seguinte maneira. Na Bélgica, os acordos de recompra reversa diminuíram €(11) mil milhões e os empréstimos hipotecários aumentar €3 mil milhões. Os empréstimos de curto prazo diminuíram €(2) mil milhões nas filiais, causado principalmente pela transferência de filiais para o Grupo BNP Paribas.

As obrigações e outros títulos de renda fixa atingem os €91 mil milhões. Esta carteira diminui em €(5) mil milhões, ou 5%, principalmente na Bélgica.

216| Fortis Bank Relatório Anual 2011

A quantidade de €91 mil milhões é composta pela maior parte de uma carteira de investimentos, incluindo empréstimos de outros emissores (€56 mil milhões), empréstimos de entidades públicas (€31 mil milhões) e empréstimos de instituições financeiras (€2 mil milhões). A carteira de negociação ascende a €2 mil milhões. As obrigações e outros títulos de rendimento fixo representam 30% dos ativos totais contra 32% no final de 2010.

A redução total é explicada pela redução da carteira de investimentos de €(5) mil milhões, principalmente em empréstimos de autoridades públicas.

Os activos fixos financeiros chegam a €9 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011. A redução de €(207) milhões ou 2% é devida principalmente à venda de participações (o Fortis Bank Reinsurance e o BIM) e do comprometimento da participação na AG Insurance.

Os outros ativos atingem os €5 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011 e diminuem em €(1) mil milhão, ou 12%. Esta redução encontra-se especialmente na Bélgica, devido aos prémios menos pagos com derivativos, opções essencialmente comerciais.

Os diferidos e a quantidade dos rendimentos vão até aos €67 mil milhões e aumentam em €13 mil milhões ou 25%, principalmente na Bélgica. Essa evolução diz respeito principalmente aos acréscimos de derivativos, essencialmente trocas de taxas de juro de €(11 mil milhões) e as opções de taxas de juro (€4 mil milhões) e é devido a um efeito de avaliação que vem do impacto da evolução dos juros de longo prazo no valor da perna fixa dos contratos. Por outro lado, os volumes sobre as opções de taxas de juro e trocas de taxas de juro caem 15% na Bélgica.

Os ativos diferidos e acréscimos representam 22% dos ativos totais, contra 18% no final de 2010.

Património passivo e líquido

Os montantes a pagar às instituições de crédito representam €47 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011. Elas aumentam em €5 mil milhões ou 11% em relação a 2010, principalmente na Bélgica.

A quantidade €47 mil milhões de euros consiste, nomeadamente, em acordos de recompra (€27 mil milhões), em empréstimos interbancários (€12 mil milhões) e em contas das instituições de crédito visto (€7 mil milhões). No final de 2011, o peso relativo dos passivos interbancários representa 16% dos passivos totais, contra 14% do final de 2010.

Os acordos de recompra mostram uma evolução positiva de €5 mil milhões. No entanto, este efeito é ligeiramente compensado por uma diminuição dos empréstimos interbancários de €(1) mil milhão.

Os montantes a pagar aos clientes estão em €132 mil milhões a 31 Dezembro de 2011. Isto representa uma redução de €(8) mil milhões ou 6% e está dividido em €(2) mil milhões de euros na Bélgica e €(6) mil milhões nas filiais estrangeiras.

O montante de €132,000 milhões consiste principalmente em depósitos de poupança (€54 mil milhões), contas correntes (€30 mil milhões), acordos de recompra (€26 mil milhões) e depósitos a prazo (€19 mil milhões), representando 44% do passivo total contra 47% de 2010.

A queda resulta principalmente dos depósitos a prazo (€(4) mil milhões nas filiais estrangeiras, mas aumentam na Bélgica em €1 mil milhão) e os depósitos à ordem (€(3) mil milhões, dos quais €(1) milhão na Bélgica e €(2) mil milhões nas filiais estrangeiras).

Os montantes a pagar representados por um título chegam a €19 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011. Em geral, eles diminuem em €(6) mil milhões ou 23% em relação a 2010, divididos em €(2) mil milhões na Bélgica e em €(4) mil milhões nas filiais estrangeiras.

A quantidade de €19 mil milhões consiste principalmente em certificados de depósitos (€4 mil milhões), não conversíveis em títulos (€8 mil milhões) e certificados de aforro (€7 mil milhões), representando 6% do total do passivo contra 8% no fim de 2010.

Esse declínio é explicado, em grande parte, pela diminuição dos certificados de depósitos (€(7) mil milhões, dos quais €(3) mil milhões na Bélgica e €(4) mil milhões nas filiais estrangeiras). Por outro lado, os certificados de aforro aumentaram €1 mil milhão na Bélgica.

Os outros valores pagáveis representam €7 mil milhões a 31 de Dezembro de 2011, reflectindo uma diminuição de €(2) mil milhões, ou 25%, em particular relacionados com a diminuição dos prémios recebidos nos diversos mercados, opções essencialmente comerciais (€(2) mil milhões). Esta evolução está concentrada principalmente na Bélgica.

As despesas acumuladas e a quantidade de renda atingem os €67 mil milhões e têm um aumento de €15 mil milhões ou 28%, principalmente na Bélgica. Este aumento diz respeito essencialmente aos acréscimos de derivados e é devido a um efeito de avaliação proveniente do impacto da evolução de juros de longo prazo sobre o valor da perna fixa dos contratos. Por outro lado, os volumes sobre as opções de taxas de juro e trocas de taxas de juro caíram em 15% na Bélgica.

Os correspondentes encargos e proveitos diferidos representam 22% dos passivos totais, contra 18% no final de 2010.

O fundo para riscos bancários gerais permanece inalterado em €1 mil milhão.

A quantidade de dívidas chega a €15 mil milhões e tem uma queda de €(1) mil milhão, ou 7%. A diminuição é o reflexo do calendário run-off.

O património líquido, após um resultado apropriado, ascendeu a €12 mil milhões no fim de 2011 e a uma queda de €(0,1) mil milhões ou 1%. A evolução é explicada pela distribuição do dividendo (€(0,2) mil milhões) superior ao lucro do ano (€0.1 mil milhões), gerando uma diminuição do lucro reservada de anos anteriores ((0,1) mil milhões de dólares).

Comentários na evolução da declaração de rendimentos

O resultado do ano, antes da transferência de reservas sem taxas, é um lucro de €72 milhões comparando com €1,875 milhões em 2010.

O ano 2011 é influenciado negativamente pelo impacto do prejuízo da dívida soberana grega liderada a uma provisão €670 milhões, e pelo prejuízo e resultados realizados em ativos financeiros fixos de €180 milhões. O ano 2011 levou também um impacto negativo nos custos de integração no BNP

Paribas (€199 milhões) e levou um impacto negativo pela reversão da provisão da taxa relativa de €253 milhões.

O resultado do ano de 2010 levou um impacto de eventos one-off, tais como a alienação de participações (€1,175 milhões) e atividades de filiais estrangeiras (€156 milhões) e também pelos custos de integração no BNP Paribas (€301 milhões).

As receitas do banco de retalho e privado aumentaram, comparado com o último ano, enquanto os lucros das atividades de mercado diminuíram devido às condições difíceis de mercado. Os custos, excluindo custos de integração, estão a diminuir e os prejuízos, excluindo o impacto da dívida soberana grega, são mais baixos que o ano passado.

Os montantes da margem de interesse (captações I e II) a €2,522 milhões reflete um decréscimo de €105 milhões ou 4% comparado com 2010. Este decréscimo é de €208 milhões localizados nas filiais estrangeiras, maioritariamente explanadas pela integração progressiva durante 2010 de filiais estrangeiras noutras entidades do grupo BNP Paribas, e é parcialmente compensada por um aumento de €103 milhões na Bélgica.

A margem de juro da banca de retalho cresceu em 2011. Numa mão, o volume médio de empréstimos aumentou em €4,3 mil milhões com uma taxa de juros média estável. Na outra mão, o volume médio de contas poupança também aumentou em €4 mil milhões, combinando um ligeiro decréscimo na taxa de juros média.

Além disso, os juros aumentam devido ao aumento da média das taxas de juro no portfólio de ações apesar do declínio dos volumes. Nos passivos, questões menores e necessidades de fundos bancários, assim como a diminuição de depósitos, têm um impacto decrescente nas taxas de juros.

Receitas de títulos de receita variável (rubrica III) num montante de €453 milhões em 2011, um aumento de €69 milhões ou 18% comparado com 2010, maioritariamente explicado pelo aumento de dividendos recebidos de participações.

O montante de comissões (captações IV e V) de €959 milhões, um aumento de €48 milhões ou de 5%.

As comissões da banca de retalho diminuíram, particularmente aquelas em relação com os títulos e os produtos de seguros, para pôr em paralelo com a positiva evolução de balanço das poupanças.

As comissões de compensação foram também de impacto negativo pela reorganização das atividades do mercado de capital dentro do Grupo BNP Paribas.

Essas evoluções negativas são mais do que compensadas pela transferência de atividades entre filiais estrangeiras e outras entidades do Grupo BNP Paribas.

O lucro de operações financeiras (rubrica VI) no valor de €20 milhões, baixou para €244 milhões. Este decréscimo pode ser explicado pelo ambiente de dificuldade económica caracterizada pelas turbulências dentro da zona Euro e refletidas por um aumento do risco de crédito e pela exposição dos bancos para a crise de dívida soberana.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 |219

O lucro em operações de câmbio e negociação de títulos e de outros valores de instrumentos financeiros chega a €41 milhões em 2011 contra €182 milhões em 2010.

A alienação de títulos de investimento, em relação aos contratos, bem como títulos de renda variável, gera uma perda atingindo €(21) milhões em 2011, comparado a um lucro de €82 milhões em 2010.

As despesas gerais administrativas (rubrica VII) têm a quantia de €(2826) milhões, uma diminuição de €46 milhões em relação a 2010.

A remuneração, encargos sociais e pensões descem em €92 milhões ou 5%, principalmente devido à menor força de trabalho média nas filiais estrangeiras, seguindo o processo de integração no BNP Paribas. O nível de custo na Bélgica permanece estável, reflectindo, por um lado, uma maior força de trabalho médio (+ 1,6%) e, por outro lado, uma diminuição dos salários variáveis.

As outras despesas administrativas aumentarem em 2011 para €(46) milhões, principalmente devido aos custos de integração no Grupo BNP Paribas e a uma contribuição crescente no regime de garantia de depósitos.

As amortizações e os montantes amortizados em despesas de formação, intangíveis e imobilizações corpóreas (rubrica VIII) têm a quantia de €172 milhões, uma diminuição de €12 milhões em relação a 2010. Esta evolução pode ser explicada pelas depreciações aceleradas de edifícios em 2010, parcialmente compensado pelas amortizações mais elevadas sobre ativos intangíveis em 2011 (€(14) milhões) devido à integração do Grupo de Transações Corporativas e atividades financeiras do Fortis Bank na Bélgica.

Os montantes amortizados em valores a receber e da carteira de investimentos (captações IX + X) elevam-se a €(847) milhões em 2011 contra €(251) milhões em 2010, mostrando um aumento de €(596) milhões. O nível de imparidades em 2011 tem impacto principalmente pelas deficiências da dívida soberana grega, resultando numa prestação de €(670) milhões. Sem este impacto, o nível de disposições específicas em 2011 é menor do que em 2010.

As provisões para riscos e encargos (captações XI e XII) representam uma reversão líquida de e350 milhões em 2011 contra um custo de €(10) milhões em 2010. As disposições em 2011 são, em primeiro lugar, devido à reversão de provisões tributárias relacionadas (€253 milhões) e, em segundo lugar, por uma reversão de provisões legais utilizadas (€64 milhões - para ser colocado em paralelo com a legenda XV Outros Custos de Exploração).

Em 2010, as provisões relacionadas a compromissos contratuais foram registadas em filiais estrangeiras.

A diferente renda operacional (rubrica XIV) ascende aos e213 milhões, um aumento de € 13 milhões em relação a 2010. Esta evolução pode ser explicada principalmente pela refaturação de custos para o Grupo BNP Paribas.

Os outros custos de exploração têm um montante (rubrica XV) de €326 milhões, um aumento de €(67) milhões, em comparação a 2010. Esta evolução pode ser explicada principalmente pelo pagamento de já provisionados riscos legais (€(64) milhões, a serem ligados à rubrica XI Usos de provisões para riscos e encargos).

A renda extraordinária (rubrica XVII) ascende a €317 milhões, uma diminuição de €(1687) milhões, e as preocupações têm principalmente uma reversão de prejuízos em imobilizações financeiras (e244 milhões, incluído na rubrica XVII B) dos ganhos realizados financeiramente em ativos fixos (€35 milhões, incluído na rubrica XVII D) e os ganhos realizados na propriedade, instalações e equipamento (€32 milhões, incluído na rubrica XVII D). Em 2010, €2.004 milhões deveram-se principalmente aos ganhos realizados sobre imobilizações financeiras (€1.325 milhões, incluído na rubrica XVII D) e aos ganhos realizados em filiais no exterior (€648 milhões, incluído na rubrica XVII E).

Os encargos extraordinários (rubrica XVIII) atingem os €541 milhões, uma redução de €479 milhões e referem-se principalmente na deficiência de imobilizações financeiras (€(386) milhões, incluído na rubrica XVIII B), registando perdas em imobilizações financeiras (€(73) milhões, incluído na rubrica XVIII D) e perdas realizadas na propriedade, instalações e equipamentos (€(35) milhões, incluído na rubrica XVIII D). Em 2010, €(1.020) milhões foram, principalmente, resultantes de deficiências em imobilizações financeiras (€(240) milhões, incluído na rubrica XVIII B), provisões para partidas antecipadas (€(118) milhões, incluído na rubrica XVIII C), realizado perdas em imobilizações

financeiras (€(150) milhões, incluído na rubrica XVIII D) e perdas realizadas em filiais estrangeiras (€(492) milhões, incluído na rubrica XVIII E).

220| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Os **impostos de renda** (rubricas XIXbis + XX) mostram uma figura negativa de €(49) milhões em 2011, em comparação com uma quantidade positiva de €81 milhões em 2010. O nível de taxa é influenciado pelas regulações dos anos anteriores e pelo tratamento fiscal de provisões de partidas anteriores na Bélgica, assim como pelos regimes de taxas nas filiais estrangeiras.

As dez **filiais estrangeiras** restantes estão situadas em Bucareste, Colónia, Copenhaga, Lisboa, Londres, Madrid, Nova Iorque, Praga, Estocolmo e Viena, fazendo, todas juntas, um lucro de €211 milhões em 2011, contra um lucro de €268 milhões de 21 filiais estrangeiras em 2010.

Tomando em consideração a transferência de reservas não tributadas, o montante de **lucro do ano disponível para apropriação** é de €72 milhões.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 221

Proposta de dotação do resultado do exercício contabilístico

Lucro do exercício para dotação	EUR	72,5	milhões
Lucros transitados do exercício anterior	EUR	1.371,6	milhões
Lucro para dotação	EUR	1.444,1	milhões
Dotação para reservas regulamentares	EUR	3,6	milhões
Lucro a transportar	EUR	1.221,3	milhões
Dividendos	EUR	207,8	milhões
Outras dotações	EUR	11,4	milhões

Em conformidade com a dotação de lucro supramencionada para o exercício de 2011, o Conselho de Administração do Fortis Bank solicitará a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas para a distribuição de um dividendo bruto de EUR 0,43 por ação, o que corresponde a um dividendo líquido de EUR 0,3225. No que respeita às ações com strips VVPR, o dividendo líquido ascende a EUR 0,3397.

Como parte da sua estratégia de obtenção de capital mais barato, o Fortis Bank emitiu instrumentos financeiros de dívida ("Redeemable Perpetual Cumulative Coupon Debt Securities") no mercado internacional, em 26 de Setembro de 2001, no montante total de mil milhões de euros. A emissão visava reforçar a solvência do Fortis Bank de uma forma pró-ativa e, desse modo, apoiar o desenvolvimento das operações bancárias, em termos de provisão de crédito às empresas e ao consumo e de operações de marketing. A emissão permitiu também uma antecipação da nova regulação em matéria de solvência, incluindo a cobertura de categorias de risco adicionais, como o risco operacional. Uma vez que, por natureza, esses títulos são passivos subordinados de nível elevado, a Comissão da Banca, Finanças e Seguros aprovou a sua classificação como capital de Tier 1. Para este efeito é necessário cumprir um conjunto de condições, incluindo a possibilidade de, em

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

condições específicas, converter os títulos em instrumentos de partilha de lucros do Fortis Bank. Para autorizar a emissão de instrumentos de partilha de lucros mediante a apresentação desses títulos, a Assembleia Extraordinária de Acionistas de 23 de Novembro de 2001 aditou o artigo 5-A aos estatutos. O capital autorizado foi igualmente ajustado para permitir ao Conselho de Administração, nomeadamente, proceder ao pagamento do juro sobre os títulos através da emissão de ações do Fortis Bank, caso se tornasse necessário. O artigo 5-A dos estatutos estabelece ainda as circunstâncias em que é possível emitir instrumentos de partilha de lucros, as características desses instrumentos, as restrições em matéria de dividendos que lhes são aplicáveis, bem como outras disposições.

O Conselho de Administração também se comprometeu a respeitar os seguintes limites regulamentares: se efetivamente emitidos, os instrumentos de partilha de lucros, juntamente com outros instrumentos de capital inovadores emitidos pelo Fortis Bank classificados como “Tier 1”, não poderão exceder 15 % do capital de Tier 1 do Fortis Bank e, se efetivamente utilizados, os instrumentos de partilha de lucros, em conjunto com outros instrumentos similares ou ações sem direitos de voto emitidos pelo Fortis Bank, não poderão exceder um terço do capital autorizado do Fortis Bank, incluindo prémios de emissão.

O Fortis Bank decidiu não exercer a sua opção de resgate sobre os Redeemable Perpetual Cumulative Coupon Debt Securities no valor de 1 mil milhão de euros na sua primeira data de resgate em 26 de Setembro de 2011. No seguimento da decisão do Fortis Bank decision, e de acordo com os termos e condições destes Títulos, a Ageas pretendeu a aprovação do Banco Nacional da Bélgica para adquirir os títulos contra dinheiro e pelo valor nominal em 26 de Setembro de 2011. A 19 de Agosto de 2011, a Ageas foi notificada pelo NBB do seu consentimento na troca. Além disso, a Ageas foi informada que os detentores que representavam 95% do valor dos títulos tinham decidido optar pela troca.

Em 27 de Outubro de 2004, o Fortis Bank procedeu à emissão de Directly Issued Perpetual Securities (Títulos Perpétuos Emitidos Diretamente), no valor de mil milhões de euros, com objetivo e características muito idênticas aos Redeemable Perpetual Cumulative Coupon Debt Securities emitidos em 2001. Os limites regulamentares descritos supra são igualmente aplicáveis a esta emissão. Por forma a facilitar a emissão de Directly Issued Perpetual Securities, os estatutos foram alterados na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 28 de Abril de 2005. Foi aditado um novo artigo 5-B que estabelece em pormenor as circunstâncias em que os instrumentos de partilha de lucros serão emitidos, as suas características, as restrições aplicáveis aos dividendos e várias outras disposições.

222| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Em 19 de Dezembro de 2007, o Fortis Bank emitiu títulos híbridos convertíveis e subordinados indexados a ações (CASHES, Convertible And Subordinated Hybrid Equity-linked Securities), com um valor nominal de 3 mil milhões de euros e uma denominação de 250.000 euros cada. Os cupões dos títulos são pagáveis trimestralmente a uma taxa anual variável correspondente à Euribor a 3 meses + 2 %. Para efeitos de regulamentação, os títulos CASHES são considerados como parte do capital de Tier 1. Os cupões dos títulos CASHES constituem obrigações diretas e subordinadas de cada uma das instituições Fortis Bank S.A./N.V. Ageas S.a./N.V. (anteriormente designada Fortis S.A./N.V.) e Ageas N.V. (anteriormente designada Fortis N.V.) como obrigacionistas. Os cupões dos CASHES estão subordinados a todos os outros empréstimos concedidos, empréstimos subordinados concedidos e ações preferenciais, mas prevalecem sobre as ações ordinárias. O capital dos títulos não será reembolsado em numerário. O único recurso dos titulares de certificados dos títulos CASHES contra qualquer um dos co-obrigacionistas no que respeita ao capital é equivalente a 125.313.283 ações que o Fortis Bank garantiu a favor dos titulares de CASHES. Essas ações não têm direito a qualquer dividendo nem direitos de voto até à conversão. Os títulos CASHES não têm maturidade, mas podem ser trocados por ações da Ageas (ex-Fortis) ao preço de EUR 23,94 por ação por iniciativa do titular. A partir de 19 de Dezembro de 2014, as obrigações serão trocadas automaticamente por ações da Ageas (ex- Fortis), se o preço das ações da Agea (ex - Fortis) for igual ou superior a 35,91 euros durante vinte dias de negociação consecutivos.

A 26 de Janeiro de 2012, a Ageas e o Fortis Bank anunciaram um acordo para um pagamento parcial da RPN (Nota de Desempenho Relativo) relacionada com os CASHES e o resgate total de um instrumento de Tier 1 emitido pelo Fortis Bank em 2001 e detido em 95% pela Ageas desde Setembro de 2011. O pagamento e o resgate ficaram sujeitos ao BNP Paribas atingir pelo menos uma taxa de sucesso de 50% numa oferta pública de aquisição dos CASHES, lançada 26 de Janeiro de 2012.

A RPN é um instrumento financeiro detido pela Ageas SA/NV, pela Ageas N.V. e pelo Fortis Bank, que resulta em pagamentos de juros trimestrais a serem feitos ao, ou recebidos do Fortis Bank SA/NV.

A 31 de Janeiro de 2012, foi anunciado que a oferta pública de aquisição dos CASHES, lançada pelo BNP Paribas a 26 de Janeiro de 2012 tinha encerrado com sucesso na segunda-feira, 30 de Março de 2012. A taxa de aceitação atingiu os 63% a um preço de oferta de 47.5%. A 6 de Fevereiro de 2012, o BNP Paribas trocou 7.553 de títulos adjudicados retirados de 12.000 títulos CASHES pendentes (62.94%) por 78.874.241 ações da Ageas existentes, com direito a dividendos e direitos de votação. O BNP Paribas irá receber uma indemnização da Ageas e do Fortis Bank. O mecanismo da RPN irá deixar de existir proporcionalmente aos CASHES convertidos. Os pagamentos do resgate dos títulos de Tier 1 e o pagamento da indemnização serão compensados.

Informações relativas ao artigo 523.º do Código das Sociedades belga

Isenção de responsabilidade dos administradores – Conflito de interesses

Reunião de 13 de Janeiro de 2011

- Nos dias 21 e 27 de Janeiro de 2009, 28 de Julho de 2009, 5 de Novembro de 2009 e 2 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração da sociedade decidiu que a responsabilidade potencial incorrida pelos seus administradores no exercício dos respetivos mandatos deve ser isentada em casos específicos.
- O Presidente explicou que a sociedade deve igualmente ponderar conceder uma isenção ao Sr. Maxime JADOT para o proteger da responsabilidade em que possa incorrer enquanto administrador da sociedade. O Presidente referiu as considerações subjacentes às decisões do Conselho de 21 e 27 de Janeiro de 2009, de 28 de Julho de 2009, de 5 de Novembro de 2009 e de 2 de Dezembro de 2010, as quais se mantêm pertinentes até à data. Assim, o Presidente propõe que a sociedade se comprometa a isentar o Sr. M. JADOT sempre que esEa atue de boa fé e da forma que considere ser do melhor interesse da sociedade, exceto nos casos em que a responsabilidade do administrador decorra de um ato de fraude ou negligência intencional ou nos casos em que tal responsabilidade esteja abrangida por uma apólice de seguro (subscrita ou não pela sociedade) em benefício desse administrador.
- O Presidente confirmou que, em conformidade com o artigo 523.º do Código das Sociedades, antes de qualquer deliberação, o Sr. M. JADOT informou os restantes administradores e os auditores da sociedade de que deveria ser considerado como tendo um conflito de interesses com as decisões a adotar pelo Conselho em relação a este ponto da agenda, tendo em conta que beneficiaria pessoalmente com a isenção descrita supra.
- O Sr. M. JADOT saiu da sala onde decorria a reunião e não participou na deliberação e na resolução do Conselho registadas nos números 5 e 6 infra.
- Os restantes Administradores reconheceram que a isenção descrita supra estaria em conformidade com as práticas de mercado na Bélgica, tendo em conta as especificidades da

sociedade. Esta isenção serviria os melhores interesses da sociedade, uma vez que esta precisa de ser capaz de atrair e manter administradores e beneficiar da sua valiosa contribuição. Além disso, os restantes Administradores beneficiam de uma isenção idêntica e a não concessão dessa isenção a estes Administradores consistiria numa diferença de tratamento que não pode ser justificada e dificultaria significativamente o propósito de atrair e manter futuros administradores. Os Administradores participantes na deliberação reconheceram ainda que esta isenção não deveria ter consequências financeiras para a sociedade, com exceção das resultantes de qualquer pagamento efetuado pela sociedade nos seus termos.

- Os restantes Administradores prosseguiram então com a deliberação. Debateram os termos da isenção e decidiram por unanimidade que a sociedade deverá isentar o Sr. M. JADOT, na extensão máxima permitida pela legislação aplicável, de quaisquer responsabilidades, despesas, danos ou outros montantes razoavelmente incorridos ou suportados pelo mesmo em relação a qualquer ação ou procedimento judicial intentado por terceiro (incluindo, em especial, um acionista da sociedade agindo por sua própria conta) contra si enquanto administrador da sociedade, em relação a qualquer decisão, ação ou omissão efetuada ou ocorrida (ou que se considere ter sido efetuada ou ocorrido) antes ou após da data da presente reunião, mas desde que:
 - tenha agido de boa fé e da forma que considerou melhor servir os interesses da sociedade; e
 - a isenção atribuída não será aplicável (i) a responsabilidades, despesas, danos ou outros montantes decorrentes de um ato de fraude ou negligência intencional de um administrador, nem (ii) se, e na medida em que, tais responsabilidades, despesas, danos ou outros montantes se encontrem abrangidos por uma apólice de seguro (subscrita ou não pela sociedade) que beneficie o administrador em questão.

224| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Reunião de 26 de Maio de 2011

- Durante as reuniões que ocorreram em 2009, 2010 e 2011, o Conselho de Administração da sociedade decidiu que a responsabilidade potencial incorrida pelos seus administradores no exercício dos respetivos mandatos deve ser isentada em casos específicos.
- O Presidente explicou que a sociedade deve igualmente ponderar conceder uma isenção aos Srs. Peter Vandekerckhove e Koen Geens para os proteger da responsabilidade em que possam incorrer enquanto administradores da sociedade. O Presidente referiu as considerações subjacentes às decisões do Conselho de 2009, 2010 e 2011, as quais se mantêm pertinentes até à data. Assim, o Presidente propõe que a sociedade se comprometa a isentar os Srs. Peter Vandekerckhove e Koen Geens sempre que estes atuem de boa fé e da forma que considerem ser do melhor interesse da sociedade, exceto nos casos em que a responsabilidade do administrador decorra de um ato de fraude ou negligência intencional ou nos casos em que tal responsabilidade esteja abrangida por uma apólice de seguro (subscrita ou não pela sociedade) em benefício desse administrador.
- O Presidente confirmou que, em conformidade com o artigo 523.º do Código das Sociedades, antes de qualquer deliberação, os Srs. Peter Vandekerckhove e Koen Geens informaram os restantes administradores e os auditores da sociedade de que deveriam ser considerados como tendo um conflito de interesses com as decisões a adotar pelo Conselho em relação a este ponto da agenda, tendo em conta que beneficiariam pessoalmente com a isenção descrita supra

- Os Srs. Peter Vandekerckhove e Koen Geens saíram da sala onde decorria a reunião e não participaram na deliberação e na resolução do Conselho registadas nos números 5 e 6 infra.
- Os restantes Administradores reconheceram que a isenção descrita supra estaria em conformidade com as práticas de mercado na Bélgica, tendo em conta as especificidades da sociedade. Esta isenção serviria os melhores interesses da sociedade, uma vez que esta precisa de ser capaz de atrair e manter administradores e beneficiar da sua valiosa contribuição. Além disso, os restantes Administradores beneficiam de uma isenção idêntica e a não concessão dessa isenção a estes Administradores consistiria numa diferença de tratamento que não pode ser justificada e dificultaria significativamente o propósito de atrair e manter futuros administradores. Os Administradores participantes na deliberação reconheceram ainda que esta isenção não deveria ter consequências financeiras para a sociedade, com exceção das resultantes de qualquer pagamento efetuado pela sociedade nos seus termos.
- Os restantes Administradores prosseguiram então com a deliberação. Debateram os termos da isenção e decidiram por unanimidade que a sociedade deverá isentar os Srs. Peter Vandekerckhove e Koen Geens, na extensão máxima permitida pela legislação aplicável, de quaisquer responsabilidades, despesas, danos ou outros montantes razoavelmente incorridos ou suportados pelos mesmos em relação a qualquer ação ou procedimento judicial intentado por terceiro (incluindo, em especial, um acionista da sociedade agindo por sua própria conta) contra estes enquanto administradores da sociedade, em relação a qualquer decisão, ação ou omissão efetuada ou ocorrida (ou que se considere ter sido efetuada ou ocorrido) antes ou após da data da presente reunião, mas desde que:
 - tenham agido de boa fé e da forma que consideraram melhor servir os interesses da sociedade; e
 - a isenção atribuída não será aplicável (i) a responsabilidades, despesas, danos ou outros montantes decorrentes de um ato de fraude ou negligência intencional de um administrador, nem (ii) se, e na medida em que, tais responsabilidades, despesas, danos ou outros montantes se encontrem abrangidos por uma apólice de seguro (subscrita ou não pela sociedade) que beneficie o administrador em questão.

Demonstrações Financeiras 2011 (não consolidadas)

do Fortis Bank

226| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Balanço após imputações

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 2.1

BALANÇO APÓS IMPUTAÇÕES					
		Notas	Códigos	Exercício	Exercício anterior
ATIVO					
I	Caixa, saldos com bancos centrais e câmaras de compensação		10100	2.057.488	351.580
II	Títulos do tesouro elegíveis para refinanciamento no banco central		10200		19.992
III	Empréstimos e adiantamentos de instituições de crédito	5.1	10300	43.635.968	40.838.054
	A. Reembolsáveis à ordem		10310	8.307.011	12.412.948
	B. Outros empréstimos e adiant. (com datas de vencimento acordadas)		10320	35.328.957	28.425.108
IV	Valores a receber de clientes	5.2	10400	81.908.899	91.241.507
V	Títulos de dívida e outros títulos de rendimento fixo	5.3	10500	90.696.553	995.916.770
	A. De emitentes públicos		10510	32.182.825	38.032.831
	B. De outros emitentes		10520	58.513.728	57.883.939
VI	Acções e outros títulos de rendimento variável	5.4	10600	752.451	1.059.803
VII	Ativos fixos financeiros	5.5/5.6.1	10700	9.015.811	9.222.319
	A. Participações em empresas afiliadas		10710	6.027.852	5.910.871

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	B. Participações em outras empresas ligadas por participações		10720	2.657.688	3.002.917
	C. Outras acções detidas como ativos financeiros fixos		10730	162.565	227.090
	D. Empréstimos subordinados a empresas afiliadas e outras empresas ligadas por participações		10740	167.706	81.441
VII	Custos de formação e ativos fixos intangíveis	5.7	10800	62.211	82.703
IX	Ativos fixos tangíveis	5.8	10900	1.023.703	983.518
X	Acções próprias		11000		
XI	Outros ativos	5.9	11100	4.844.963	5.504.109
XII	Encargos diferidos e rendimentos acumulados	5.10	11200	66.650.093	53.253.241
TOTAL DO ATIVO			19900		

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 227

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 2.2

		Notas	Códigos	Exercício	Exercício anterior
PASSIVO					
FUNDOS DE TERCEIRAS PARTES					
I	Débitos a instituições de crédito	5.11	20100	288.871.622	286.550.386
	A. Reembolsáveis à ordem		20110	47.264.789	42.540.364
	B. Montantes devidos como resultantes de refinanciamento por redesconto de efeitos comerciais		20120	8.841.926	8.547.988
	C. Outras dívidas com datas de vencimento acordadas ou pré-aviso		20130	38.422.863	33.992.376
II	Débitos a clientes	5.12	20200	132.283.340	140.193.353
	A. Depósitos a prazo		20210	53.887.795	54.010.775
	B. Outros débitos		20220	78.395.545	86.182.578
	1. Reembolsáveis à ordem		20221	31.091.680	34.406.006
	2. Com datas de vencimento acordadas ou pré-aviso		20222	47.303.865	51.776.572
	3. Resultantes de refinanciamento por redesconto de efeitos comerciais		20223		
III	Débitos representados por certificados	5.13	20300	19.030.111	24.779.625
	A. Títulos de dívida e outros títulos de rendimento fixo em circulação		20310	15.114.915	13.869.501
	B. Outros		20320	3.915.196	10.910.124
IV	Outros passivos	5.14	20400	6.856.628	8.861.032
V	Encargos acumulados e rendimentos diferidos	5.15	20500	67.446.803	52.613.869
VI	Provisões e impostos diferidos		20600	403.588	949.799
	A. Provisões para passivos e encargos		20610	403.579	949.688
	1. Pensões e obrigações similares		60611		
	2. Encargos fiscais		20612	9.000	10.586

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	3. Outros passivos e encargos	5.16	20613	394.579	939.102
	B. Impostos diferidos		20620	9	111
VII	Fundo para riscos bancários gerais		20700	871.681	871.680
VIII	Passivos subordinados	5.17	20800	14.714.683	15.740.664
FUNDOS PRÓPRIOS			209/213	11.776.518	11.923.210
IX	CAPITAL	5.18	20900	9.374.878	9.374.878
	A. Capital subscrito		20910	9.374.878	9.374.878
	B. Capital não realizado (-)		20920		
X	Prémios de emissão		21000	230.475	230.475
XI	Excedentes de reavaliação		21100		
XII	Reservas		21200	949.878	946.280
	A. Reserva legal		21210	408.809	405.184
	B. Reservas não disponíveis para distribuição		21220	36.988	36.988
	1. Para acções próprias		21221		
	2. Diversos		21222	36.988	36.988
	C. Reservas não tributadas		21230	150.790	151.100
	D. Reservas disponíveis para distribuição		21240	353.291	353.008
XIII	Lucros (prejuízos (-)) escriturados	(+)/(-)	21300	1.221.287	1.371.577
			29900	300.648.140	298.473.596

Fora do Balanço

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 2.3

		Notas	Códigos	Exercício	Exercício anterior
RUBRICAS FORA DO BALANÇO					
I	Passivos contingentes	5.22	30100	51.340.692	45.774.283
	A. Aceites não negociados		30110	5.117	5.441
	B. Garantias sob a forma de substitutos de crédito		30120	16.844.532	8.946.746
	C. Outras garantias		30130	32.924.463	34.032.614
	D. Créditos documentários		30140	1.566.580	2.789.482
	E. Ativos garantidos por colaterais em favor de terceiros		30150		
II	Compromissos que podem suscitar um risco de crédito	5.22	30200	44.385.719	62.322.148
	A. Compromissos de crédito firmes		30210	2.267.958	9.037.938
	B. Compromissos como resultado de compras no mercado à vista (spot) de títulos transferíveis ou outros títulos		30220	202.898	318.838
	C. Margem disponível ao abrigo de linhas de crédito confirmadas		30230	41.914.863	52.962.836
	D. Compromissos para subscrever e colocar títulos no mercado		30240		2.536
	E. Compromissos como resultado de vendas ao público e contratos de recompra		30250		

III	Ativos confiados à instituição de crédito		30300	121.634.425	115.486.240
	A. Ativos detidos pela instituição de crédito para fins fiduciários		30310		
	B. Depósitos de guarda em cofres e itens similares		30320	121.634.425	115.486.240
IV	Montantes não resgatados do capital de acionistas		30400	278.847	401.649

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 229

Demonstração de resultados

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 3

		Notas	Códigos	Exercício	Exercício anterior
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Apresentação vertical)					
I	Juros a receber e rendimentos similares	5.23	40100	5.679.797	5.845.202
	Dos quais: de títulos de rendimento fixo		40110	2.458.882	2.297.699
II	Juros a pagar e encargos similares		40200	3.157.114	3.217.858
III	Rendimentos de títulos de rendimento variável	5.23	40300	452.818	384.074
	A. De acções e outros títulos de rendimento variável		40310	64.754	60.111
	B. De participações em empresas afiliadas		40320	334.205	312.192
	C. De participações em outras empresas ligadas por participações		40330	52.618	10.520
	D. De outras acções detidas como ativos financeiros fixos		40340	1.241	1.251
IV	Comissões a receber	5.23	40400	1.267.156	1.247.547
	A. Corretagem e comissões relacionadas		40410	534.798	563.945
	B. Comissões por serviços de gestão, consultoria e guarda de títulos		40420	266.815	251.191
	C. Outras comissões recebidas		40430	465.543	432.411
V	Comissões pagas		40500	307.743	336.379
VI	Lucros (perdas) em operações financeiras	(+)/(-) 5.23	40600	19.918	264.170
	A. Sobre a negociação de títulos e outros instrumentos financeiros		40610	40.828	182.426
	B. Sobre a alienação de títulos de investimento		40620	(20.910)	81.744
VII	Custos administrativos gerais		40700	2.826.157	2.872.312
	A. Remunerações, encargos sociais e pensões		40710	1.652.537	1.744.831
	B. Outros custos administrativos		40720	1.173.620	1.127.481
VIII	Depreciações e amortizações e outras reduções de custos de formação, activos fixos intangíveis e tangíveis		40800	172.420	183.803
IX	Amortizações de valores a receber e provisões para as rubricas fora do balanço "I. Passivos contingentes" e "II. Passivos que podem suscitar um risco de crédito"	(+)/(-)	40900	155.122	282.660
X	Amortizações na carteira de investimento de títulos de dívida, acções e outros títulos de rendimento fixo	(+)/(-)	41000	692.100	(31.656)

	ou variável:				
XI	Utilização e anulações de provisões para passivos e encargos, à exceção dos referidos nas rubricas fora do balanço	(+)/(-)	41110	(379.402)	(66.211)
XII	Provisões para passivos e encargos, à exceção dos cobertos pelas rubricas fora do balanço		41200	29.762	76.676
XIII	Transferências de (transferências para) o fundo para riscos bancários gerais	(+)/(-)	41300		438
XIV	Outros rendimentos operacionais	523	41400	212.833	199.596
XV	Outros encargos operacionais	5.23	41500	326.278	259.439
XVI	Lucros (prejuízos) sobre atividades correntes antes de impostos	(+)/(-)	41600	345.148	809.767

230| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 3

		Notas	Códigos	Exercício	Exercício anterior
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Apresentação vertical)					
XVII	Rendimentos extraordinários		41700	316.653	2.003.552
	A. Ajustamentos de depreciações e amortizações em ativos fixos intangíveis e tangíveis		41710		
	B. Ajustamentos de amortizações nos ativos fixos financeiros		41720	244.146	15.584
	C. Ajustamentos de provisões para passivos e encargos excepcionais		41730	2.148	
	D. Ganhos de capital com a alienação de imobilizado		41740	67.513	1.332.236
	E. Outros rendimentos extraordinários	5.25	41750	2.846	655.732
XVIII	Encargos extraordinários		41800	540.667	1.019.853
	A. Depreciações e amortizações extraordinárias de custos de formação e ativos fixos intangíveis e tangíveis		41810		
	B. Amortizações dos ativos fixos financeiros		41820	388.265	240.360
	C. Provisões para passivos e encargos extraordinários	(+)/(-)	41830	16.882	118.180
	D. Perdas de capital com a alienação de imobilizado		41840	108.248	153.289
	E. Outros encargos extraordinários	5.25	41850	29.272	508.024
XIX	Lucros (prejuízos) no exercício, antes de impostos	(+)/(-)	10910	121.134	1.793.466
XIX-a	A. Transferências para impostos diferidos		41921		
	B. Transferências de impostos diferidos		41922	102	113
XX	Impostos sobre o rendimento	(+)/(-) 5.25	42000	48.784	(80.941)
	A. Impostos sobre o rendimento		42010	61.975	(36.423)
	B. Ajustamento dos impostos sobre o rendimento e reintegração de provisões para impostos		42020	13.191	44.518
XXI	Lucros (perdas) no exercício	(+)/(-)	42100	72.452	1.874.520
XXII	Transferências de (para) reservas não tributadas (de reservas não tributadas)	(+)/(-)	42200	(27)	(23)
XXIII	Lucros (prejuízos) no exercício disponíveis para imputação	(+)/(-)	42300	72.479	1.874.543

Nº BE 403.199.702

F-estb 4

		Notas	Códigos	Exercício	Exercício anterior
CONTA DE IMPUTAÇÃO					
A	Lucros (prejuízos) para imputação	(+)/(-)	49100	1.444.056	(18.171.036)
	1. Lucros (prejuízos) no exercício disponíveis para imputação	(+)/(-)	(42300)	72.479	1.874.543
	2. Lucros (prejuízos) transitados do exercício anterior	(+)/(-)	(21300P)	1.371.577	(20.045.579)
B	Transferências de capital e reservas		49200		20.045.579
	1. Da conta de capitais e prêmios de emissão		49210		20.045.579
	2. Das reservas		49220		
C	Imputações ao capital e reservas		49300	(3.625)	(94.000)
	1. À conta de capitais e prêmios de emissão		49310		
	2. À reserva legal		49320	(3.625)	(94.000)
	3. A outras reservas		49330		
D	Resultado escriturado	(+)/(-)	49400	1.221..287	(1.371.577)
E	Contribuições dos accionistas para os prejuízos		49500		
F	Distribuição dos lucros		49600	(219.144)	(408.966)
	1. Dividendos		49610	(207.794)	(386.593)
	2. Direitos dos administradores		49620		
	3. Outras afectações		49630	(11.350)	(22.373)

Notas sobre as contas

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.1

ANEXO				
I	DEMONSTRAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (Rubrica III do Ativo)			
		Códigos	Exercício	Exercício anterior
A	PARA A RUBRICA EM GERAL	(10300)	43.635.968	40.838.054
1	Empréstimos e adiantamentos de empresas afiliadas	50501	18..952.824	5.448.893
2	Empréstimos e adiantamentos de outras empresas ligadas por participações	50102		
3	Empréstimos e adiantamentos subordinados	50103	19.288	
B	OUTROS EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (com datas de vencimento acordadas ou com pré-aviso)	(10320)	35.328.957	28.425.108
1	Títulos elegíveis para refinanciamento no banco central do país ou países de estabelecimento da instituição de crédito	50104	752.693	
2	Discriminação de acordo com a maturidade remanescente			
	a. Até três meses	50105	24.271.960	
	b. Superior a três meses até um ano	50106	3.553.335	
	c. Superior a um ano e até cinco anos	50107	2.960.284	
	d. Superior a cinco anos	50108	4.543.378	
	e. Período indeterminado	50109		

II		DEMONSTRAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (Rubrica IV do Ativo)		
		Códigos	Exercício	Exercício anterior
1	Empréstimos de empresas afiliadas	50201	8.422.332	7.853.528
2	Empréstimos de outras empresas ligadas por participações	50202	358.898	21.423
3	Empréstimos subordinados	50203	19.658	
4	Títulos elegíveis para refinanciamento no banco central do país ou países onde a instituição de crédito está estabelecida	50204	201.626	
5	Discriminação de acordo com o período remanescente até à maturidade			
	a. Até três meses	50205	19.423.309	
	b. Superior a três meses até um ano	50206	12.536.849	
	c. Superior a um ano e até cinco anos	50207	12.453.014	
	d. Superior a cinco anos	50208	32.700.999	
	e. Período indeterminado	50209	4.794.728	
6	Discriminação dos empréstimos de clientes com base no tipo de devedor			
	a. Queixas relativas ao governo	50210	8.955.879	6.636.821
	b. Exposições de retalho	50211	9.755.659	7.471.344
	c. Queixas relativas a empresas	50212	63.197.361	77.133.342
7	Discriminação por tipo:			
	a. Efeitos comerciais (incluindo aceites próprios)	50213626	201	
	b. Empréstimos e adiantamentos resultantes de locações e acordos similares	50214		
	c. Empréstimos com encargos a taxa fixa	50215	195.956	
	d. Empréstimos hipotecários	50216	11.498.616	
	e. Outros empréstimos a prazo por períodos superiores a um ano	50217	33.786.552	
	f. Outros empréstimos e adiantamentos	50218	36.226.149	
8	Discriminação geográfica			
	a. Origem belga	50219	53.587.968	
	b. Estrangeiro	50220	28.320.931	
9	Detalhes dos empréstimos hipotecários com reconstituição do capital ou associados a contratos de seguro de vida e de capitalização			
	a. As quantias de capital inicialmente emprestadas	50221		
	b. O fundo de reconstituição e reservas matemáticas relacionadas com estes empréstimos	50222		
	c. A quantia em dívida líquida (a – b)	50223		

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.3.1

III	DEMONSTRAÇÃO DOS TÍTULOS DE DÍVIDA E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO (Rubrica V do Ativo)			
		Códigos	Exercício	Exercício anterior
A	DEMONSTRAÇÃO GERAL	(10500)	90.696.553	95.916.770
1	Obrigações e outros títulos emitidos por empresas afiliadas	50301	33.380.193	33.503.791
2	Obrigações e outros títulos emitidos por outras empresas ligadas por participações	50302		226
3	Obrigações e títulos representando empréstimos subordinados	50303		
4	Discriminação geográfica dos títulos emitidos			
	a. por organismos públicos	50304	15.619.877	
	b. por outros detentores de empréstimos	50305	16.562.948	
	c. Emitentes não públicos belgas	50306	34.973.658	
	d. Emitentes não públicos estrangeiros	50307	23.540.070	
5	Títulos cotados			
	a. Valor contabilístico dos títulos cotados	50308	27.255.366	
	b. Valor de mercado dos títulos cotados	50309	26.999.504	
	c. Valor contabilístico dos títulos não cotados	50310	63.441.187	
6	Maturidades			
	a. Maturidade remanescente até um ano	50.311	14.193.630	
	b. Maturidade remanescente superior a um ano	50312	76.502.923	
7	Análise por carteira			
	a. Carteira de negociação	50313	6.949.619	
	b. Carteira de investimento	50314	83.746.934	
8	Carteira de negociação			
	a. Diferença entre o valor de mercado (se superior) e o valor de aquisição (para os títulos de acordo com o seu valor de mercado)	50315	66.525	
	b. Diferença entre o valor de mercado (se superior) e o valor contabilístico (para os títulos valorizados em conformidade com o artigo 35.º-B, n.º 2, ponto 2)	50316	10.719	
9	Carteira de investimento			
	a. Diferença entre o valor de resgate (se superior) e o valor contabilístico	50317	356.467	
	b. Diferença entre o valor de resgate (se inferior) e o valor contabilístico	50318	482.183	

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 235

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.3.2

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
B	DEMONSTRAÇÃO ESPECIFICADA DO VALOR CONTABILÍSTICO DOS TÍTULOS DE INVESTIMENTO E DE OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO			
1	No fim do exercício anterior	50323P	xxxxxxxxxxxxxx	93.953.026
2	Movimentos no exercício:	50319	(9.401.782)	

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	a. Aquisições	50320	4.619.931	
	b. Vendas	50321	14.070.165	
	c. Ajustamentos efectuados em conformidade com os artigos 35.º-B, n.ºs 4 e 5 (+)/(-)	50322	48.452	
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50323	84.551.244	
4	Transferências entre carteiras			
	a. Transferências da carteira de investimento para a carteira de negociação	50324		
	b. Transferências da carteira de negociação para a carteira de investimento	50325		
	c. Impactos nos resultados	5026		
5	Amortizações no fim do exercício anterior	50332P	xxxxxxxxxxxxxx	909.523
6	Movimentos no exercício:	50327	(105.213)	
	a. Imputações	50328	718.717	
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50329	66.351	
	c. Cancelamentos	50330	757.579	
	d. Transferências de uma rubrica para outra (+)/(-)	50331		
7	Amortizações no fim do exercício	50332	804.310	
8	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	(50314)	83.746.934	

IV	DEMONSTRAÇÃO DE ACÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL (Rubrica VI do Ativo)			
		Códigos	Exercício	Exercício anterior
A	DEMONSTRAÇÃO GERAL	(10600)	752.451	1.059.802
1	Discriminação geográfica dos emitentes dos títulos			
	a. Emitentes belgas	50401	3.206	17.509
	b. Emitentes estrangeiros	50402	749.245	1.042.293
2	Títulos cotados			
	a. Valor contabilístico	50403	50.675	
	b. Valor de mercado	50404	50.675	
	c. Valor contabilístico dos títulos não cotados	50405	701.776	

3	Análise por carteira		
	a. Carteira de negociação	50406	46.076
	b. Carteira de investimento	50407	706.375
4	Carteira de negociação:		
	a. diferença entre o valor de mercado (se superior) e o valor de aquisição (para os títulos valorizados ao seu valor de mercado)	50408	7.475
	b. diferença entre o valor de mercado (se superior) e o valor contábilístico (para os títulos valorizados em conformidade com o artigo 35.º-B, n.º 2, ponto 2)	50409	

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.4.2

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
B	DEMONSTRAÇÃO ESPECIFICADA DO VALOR CONTABILÍSTICO DOS TÍTULOS DE INVESTIMENTO E DE OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	5041P	xxxxxxxxxxxxxx	935.061
2	Movimentos no exercício:	50410	22.428	
	a. Aquisições	50411	139.825	
	b. Vendas	50412	124.385	
	c. Outros ajustamentos (+)/(-)	50413	6.988	
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50414	957.489	
4	Transferências entre carteiras			
	a. Transferências da carteira de investimento para a carteira de negociação	50415		
	b. Transferências da carteira de negociação para a carteira de investimento	50416		

	c. Impactos nos resultados	50417	
5	Amortizações no fim do exercício anterior	50423P	Xxxxxxxxxxxxxx
6	Movimentos no exercício:	50418	12.470
	a. Imputações	50419	74.306
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50420	34.572
	c. Cancelamentos	50421	27.264
	d. Transferências de uma rubrica para outra (+)/(-)	50422	
7	Amortizações no fim do exercício	50423	251.114
8	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	(50.407)	706.375

238| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.5.1

V	DEMONSTRAÇÃO DOS ACTIVOS FIXOS FINANCEIROS (rubrica VII do Ativo)			
		Códigos	Exercício	Exercício anterior
A	DEMONSTRAÇÃO GERAL			
1	Discriminação dos activos fixos financeiros por sector económico			
	a. Participações em empresas afiliadas que constituem instituições de crédito	50501	3.254.808	4.192.124
	b. Participações em empresas afiliadas que não são instituições de crédito	50502	2.773.044	1.718.747
	c. Participações em outras empresas ligadas por participações e que constituem instituições de crédito	50503		63.248
	d. Participações em outras empresas ligadas por participações e que não são instituições de crédito	50504	2.657.688	2.939.669
	e. Outras acções que constituem activos fixos financeiros de entidades que constituem instituições de crédito	50505	51	57
	f. Outras acções que constituem activos fixos financeiros de entidades que não são instituições de crédito	50506	162.514	227.032
	g. Créditos subordinados sobre empresas afiliadas que constituem instituições de crédito	50507	167.706	227.033
	h. Créditos subordinados sobre empresas afiliadas que não constituem instituições de crédito	50508		
	i. Créditos subordinados sobre outras empresas ligadas por participações e que constituem instituições de crédito	50509		
	j. Créditos subordinados sobre outras empresas ligadas por participações e que não constituem instituições de crédito	50510		
2	Títulos cotados			
	a. Participações em empresas afiliadas que estão cotadas	50511	310.190	
	b. Participações em empresas afiliadas que não estão cotadas	50512	5.717.662	
	c. Participações em outras empresas ligadas por participações que estão cotadas	50513		
	d. Participações em outras empresas ligadas por participações e que não estão cotadas.	50514	2.657.688	
	e. Outras acções que constituem activos fixos financeiros cotados	50515	150.940	
	f. Outras acções que constituem activos fixos financeiros não cotados	50516	11.625	

	g. Quantia de créditos subordinados representados por títulos cotados	50517	
--	---	-------	--

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 239

Nº	BE 403.199.702	F-estb 5.5.2
----	----------------	--------------

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
B	DEMONSTRAÇÃO ESPECIFICADA DO VALOR CONTABILÍSTICO DOS ATIVOS FIXOS FINANCEIROS EM EMPRESAS AFILIADAS			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50522P	xxxxxxxxxxxxxx	7.676.644
2	Alterações no exercício:	50518	(175.574)	
	a. Aquisições	50519	2.155.633	
	b. Alienações e cessação do uso	50520	2.331.207	
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50521		
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50522	7.501.070	
4	Excedentes no fim do exercício anterior	50528P	xxxxxxxxxxxxxx	113.023
5	Alterações no exercício:	50523		
	a. Registos	50524		
	b. Aquisições a terceiros	50525		
	c. Cancelamentos	50526		
	d. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50527		
6	Excedentes no fim do exercício	50528	113.023	
7	Amortizações no fim do exercício anterior	50535P	xxxxxxxxxxxxxx	1.878.796
8	Alterações no exercício:	50529	(292.555)	
	a. Registos	50530	36.369	
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50531	244.146	
	c. Aquisições a terceiros	50532		
	d. Cancelamentos	50533	84.778	
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50534		
9	Amortizações no fim do exercício	50535	1.588.241	
10	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	10710	6.027.852	

240 | Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702	F-estb 5.5.3
----	----------------	--------------

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
C	DEMONSTRAÇÃO ESPECIFICADA DO VALOR CONTABILÍSTICO DOS ATIVOS FINANCEIROS FIXOS EM			

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	OUTRAS EMPRESAS LIGADAS POR PARTICIPAÇÕES			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50540P	xxxxxxxxxxxxxx	3.045.574
2	Alterações no exercício:	50536	(82.001)	
	a. Aquisições	50537	7.272	
	b. Alienações e cessação do uso	50538	89.273	
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50539		
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50540	2.963.573	
4	Excedentes no fim do exercício anterior	50546P	xxxxxxxxxxxxxx	
5	Alterações no exercício:	5051		
	a. Registos	50542		
	b. Aquisições a terceiros	50543		
	c. Cancelamentos	50544		
	d. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50545		
6	Excedentes no fim do exercício	50546		
7	Amortizações no fim do exercício anterior	50553P	xxxxxxxxxxxxxx	42.657
8	Alterações no exercício:	50547	263.228	
	a. Registos	50548	285.378	
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50549		
	c. Aquisições a terceiros	50550		
	d. Cancelamentos	50551	22.150	
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50552		
9	Amortizações no fim do exercício	50553	305.885	
10	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	10720	2.657.688	

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 241

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.5.4

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
D	ANÁLISE DO VALOR CONTABILÍSTICO DE OUTRAS AÇÕES DETIDAS COMO ATIVOS FINANCEIROS FIXOS			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50558P	xxxxxxxxxxxxxx	2.369.317
2	Alterações no exercício:	50.554	(60)	
	a. Aquisições	50.555	27	
	b. Alienações e cessação do uso	50556	87	
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50557		
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50558	2.369.257	
4	Excedentes no fim do exercício anterior	50564P	xxxxxxxxxxxxxx	
5	Alterações no exercício:	50559		
	a. Registos	50560		
	b. Aquisições a terceiros	50561		
	c. Cancelamentos	50562		
	d. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50563		
6	Excedentes no fim do exercício	50564		
7	Amortizações no fim do exercício anterior	50571P	xxxxxxxxxxxxxx	2.142.226

8	Alterações no exercício:	50565	64.466
	a. Registos	50566	64.518
	b. Reintegrações por	50567	
	c. apresentarem excedentes Aquisições a terceiros	50568	
	d. Cancelamentos	50569	52
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50570	
9	Amortizações no fim do exercício	50571	2.206.692
10	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	10730	162.565

242| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.5.5

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
E	ANÁLISE DO VALOR CONTABILÍSTICO DE EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS SOBRE EMPRESAS AFILIADAS			
1	Valor contabilístico líquido no fim do exercício anterior	50588P	xxxxxxxxxxxxxx	
2	Alterações no exercício:	50581		
	a. Acréscimos	50582		
	b. Reembolsos	50583		
	c. Registos de amortizações	50584		
	d. Reintegração de amortizações	50585		
	e. Diferenças cambiais (+)/(-)	50586		
	f. Outras (+)/(-)	50587		
3	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50588		
4	Amortizações cumulativas no fim do exercício	50589		

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.5.6

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
F	ANÁLISE DO VALOR CONTABILÍSTICO DE EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS SOBRE OUTRAS EMPRESAS LIGADAS POR PARTICIPAÇÕES			
1	Valor contabilístico líquido no fim do exercício anterior	50579P	xxxxxxxxxxxxxx	81.441
2	Alterações no exercício:	50572	86.265	
	a. Acréscimos	50573	135.000	
	b. Reembolsos	50574	47.000	
	c. Registos de amortizações	50575		
	d. Reintegração de amortizações	50576		
	e. Diferenças cambiais (+)/(-)	50577	(1.735)	
	f. Outras (+)/(-)	50578		
3	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50579	167.706	
4	Amortizações cumulativas no fim do exercício	50580		

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.6.1

VI LISTA DAS EMPRESAS NAS QUAIS AS INSTITUIÇÕES DETÊM PARTICIPAÇÕES

A. AÇÕES NO CAPITAL E OUTROS DIREITOS NOUTRAS EMPRESAS

Lista de empresas nas quais a empresa detém participações dentro do significado do Decreto Real de 23 de Setembro de 1992 e outras empresas nas quais a instituição detém direitos no montante de pelo menos 10% do capital emitido.

NOME, endereço completo das SEDES e da empresa regulada pela lei belga, o NÚMERO DA EMPRESA	Ações detidas				Informação do período mais recente para o qual estão disponíveis as contas anuais			
	Diretamente			Por subsidiárias	Data das contas anuais	Código da moeda	Fundos próprios	Resultado líquido
	Tipo	Número	%	%			(+) ou (-) (em unidades de milhar)	
AG Insurance Bruxelles BE 404.494.849		157.822	25.00		31/12/2010	EUR	2.122.295	176.050
Alandes B.. Amsterdam		1	50.00		31/12/2010	EUR	46	13
Alpha Card Watermael-Boitsfort BE 463.926.551		735.000	50.00		31/12/2010	EUR	11.825	2.866
Alpha Credit Bruxelles BE 445.781.316		1.146.937	100.00		31/12/2010	EUR	147.998	28.392
ASLK-CGER Services Bruxelles BE 458.523.354		89	89.00			BEF	Liquidação	
Astir B.V. Amsterdam		1	100.00		31/12/2010	EUR	20	(3.528)
Atrialis Dublin		1	100.00		31/12/2011	EUR	38	
Banking Funding Company S.A. Bruxelles BE 884.525.164		20.586	33.47		31/12/2010	EUR	801	55
Banque de la Poste S.A. Bruxelles BE 456.038.471		300.000	50.00		31/12/2010	EUR	255.368	26.566
BBOF III Investors B.V. Amsterdam		24.300	12.13		31/12/2010	EUR	36.998	4.143
Bedrijvencentrum Dendermonde N.V. Dendermonde BE 438.558.081		500	19.61		31/12/2010	EUR	1.162	21
Bedrijvencentrum Regio Aalst N.V. Erembodegem BE 428.749.502		80	14.23		31/12/2010	EUR	701	14
Bedrijvencentrum Vilvoorde N.V. Vilvoorde BE 434.222.577		400	10.20		31/12/2010	EUR	933	15
Bedrijvencentrum Waasland N.V. Sint-Niklaas BE 427.264.214		400	16.03		31/12/2010	EUR	613	(30)
Bedrijvencentrum Zaventem N.V. Zaventem Sud 8 BE 46.496.726		751	24.98		31/12/2010	EUR	254	42

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Belgolaise N.V. Bruxelles BE 403.200.294	(1)	449.999	100.000		31/12/2010	EUR	28.758	22
--	-----	---------	---------	--	------------	-----	--------	----

244| Fortis Bank Relatório Anual 2011

BEM II Lombardstraat 34-2, 1000 Brussel BE0832115686		2.000	15.04			EUR	Fase inicial	
BEM-Flemish Construction & Investmente Company N.V. Bruxelles – BE 461.612.904		2.793	12.05		31/12/2010	EUR	3.982	(210)
BGL BNP Paribas Luxembourg		13.989.568	50.00		31/12/2010	EUR	5.618.790	290.209
BNP Paribas Fortis Funding Luxembourg		19.999	100.00		31/12/2010	EUR	59.995	30.803
BNP Paribas Fortis Yatirimlar Holding Anonim Sirkti Istanbul		49.996	99.99	0.01	31/12/2010	YTL	9.969	(31)
BNP Paribas Investment Partners Paris		406.433	28.22	2.56	31/12/2011	EUR	2.525.041	21.350
BNPP Fortis Factor Louvain BE 819.568.044		8.999	99.99		31/12/2010	EUR	7.665	(1.330)
Brand & Licence Company Bruxelles BE 884.499.250		123	20.00		31/12/2010	EUR	185	35
Certifimmo V S.A. Bruxelles BE 450.355.261		12.261	99.99	0.01	31/12/2010	EUR	5.189	1.654
China-Belgium Direct Equity Investment Fund Beijing (Pequim)		10.000.000	10.00		31/12/2010	RMB	1.382.458	236
Coppefis Bruxelles BE 453.987.813		74	98.67	1.33	31/12/2010	EUR	627	585
Comptoir Agricole de Wallonie Nivelles BE 400.364.530		2.499	99.96	0.04	31/12/2010	EUR	2.046	156
Cooperatieve H2 Equity partners Fund III U.A. Amsterdam		6.670.994	24.07		31/12/2010	EUR	46.963	24.624
Credissimo Seraing BE 403.977.482		124.999	100.00		31/12/2010	EUR	13.724	436
Credissimo Hainaut Tournai BE 402.495.065		465.570	99.72		31/12/2010	EUR	3.248	120
Crédit pour Habitations Sociales Watermael-Boitsfort BE 402.204.461		70.629	77.56	3.89	31/12/2010	EUR	13.274	436
Crédit Social de la Province du Brabant Wallon Nivelles – BE 400.351.068		11.013	12.10	0.08	31/12/2010	EUR	287	97
Demetris Groot-Bijgarden BE 452.211.723		9.999	99.99	0.01	31/12/2010	EUR	5.406	2.606
Dikodi Amsterdam		42	100.00		31/12/2010	EUR	(17.494)	(499)
Discontokantoor van Turnhout Turnhout BE 404.154.755		10.000	100.00		31/12/2010	EUR	22	(15)

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Distri-Invest S.A. Bruxelles BE 431.242.105		102	51.00		31/12/2011	EUR	124	1
Dominet S.A. Piaseczno		25.615	100.00		31/12/2010	PLN	286.490	11.691

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 245

Domus Flandria N.V. Antwerpen BE 436.825.642		22.500	11.22		31/12/2010	EUR	26.795	1.842
Eiser Global Infrastructure Fund LTD Londen			26.50		31/12/2010	EUR	243.448	4.328
Europay Belgium S.C. Bruxelles BE 434.197.536		13.618	39.79	0.15	31/12/2010	EUR	1.255	5.278
European Carbon Fund Luxembourg		15.000.000	10.53		31/12/2010	EUR	74.534	8.909
FB Energy Trading S.a.r.l. Luxembourg		10.434.106	100.00		31/12/2011	USD	437	(70.075)
FB Transportation Capital LLC Wilmington, USA		5.000.000	100.00		31/12/2010	USD	88.425	8.139
Finest Bruxelles BE 449.082.680		14.793	99.99		31/12/2010	EUR	(169)	(177)
Fintrimo S.A. Sint-Joost-ten-Noode BE 0874.308.807		300	50.00	12.50	31/12/2010	EUR	263	(11)
Fortis Bank Escritório De Representação Ltda São Paulo		450.000	75.00		31/12/2010	BRL	673	30
Fortis Bank polska Warszawa		18.848.593	78.13	21.74	31/12/2010	PLN	1.251.673	21.593
FORTIS COMM. FINANCE HOLDING NV Hambakenwetering 2, 5231 DC's – HERTOGENBOSCH - NETHERLANDS		91.449	100.00		31/12/2010	EUR	51.842	4.847
Fortis Film Fund S.A. Bruxelles BE 893.587.655		99	99.00	1.00	31/12/2010	EUR	114	16
Fortis Finance Belgium S.C.R.L. Bruxelles BE 879.866.412		599.998	100.00		31/12/2010	EUR	701.300	50.995
Fortis Funding LLC New York		100.000	100.00		31/12/2010	USD	(3.059)	1
Fortis Holding Malta B.V. Amsterdam		55.123.082	100.00		31/12/2010	EUR	64.493	(13)
Fortis Int'l Finance Dublin Dublin		209.368.065	100.00		31/12/2010	EUR	327.616	425
Fortis Lease Iberia Barcelona		1.170.000	21.39	13.10	31/12/2010	EUR	(7.671)	(12.911)

Fortis Private Equity Asia Fund Bruxelles BE 0866.161.894		22.199	100.00		31/12/2010	EUR	5.332	1.106
Fortis Private Equity Belgium Bruxelles BE 421.883.286		557.866	100.00		31/12/2010	EUR	141.927	31.031
Fortis Private Equity France Fund Strasbourg		50.000.000	99.84		31/12/2011	EUR	12.241	(1.486)
Fortis Private Real Estate Holding Luxembourg		700	100.00		31/12/2010	EUR	20.233	17.218
Fortis Proprietary Investments Dublin, Ireland		762.506.366	100.00		31/12/2010	USD	241.002	124.017

246| Fortis Bank Relatório Anual 2011

FPREManagement (Belgium) Bruxelles BE 871.937.750		148.501	99.58	0.42	31/12/2010	EUR	630	(27)
Fscholen Sint-Joost-ten-Noode		8.925	50.00		31/12/2010	EUR	7.990	
FV Holding Etterbeek BE 810.422.825		17.504.600	40.00		31/12/2010	EUR	29.141	(4.459)
Generale Branch Nominees Ltd Londres		100	100.00		31/12/2010	GBP	117	
Genfinance International Bruxelles BE 421.429.267		19.999	100.00		31/12/2011	EUR	1.241	27
German Equity Partners III Francfort			14.49		31/12/2010	EUR	42.468	22.398
GIE Immobilier Groupe Fortis Parijs Puteaux			12.61	1.36	31/12/2010	EUR		
G I Finance Dublin 2		54.600.000	100.00		31/12/2010	GBP	54.615	(14)
Gudrun Epert Bruxelles BE 477.315.422		5.200	26.00		31/12/2010	EUR	739	2
Heracles S.C.R.L. Carleroi BE 427.178.892		4.500	13.55		31/12/2010	EUR	221	(513)
Immo Kolonel Brougstraat Bruxelles BE 461.139.879		1.250	50.00		31/12/2010	EUR	(9.117)	(4.337)
Immo Beaulieu Bruxelles BE 450.193.133		500	25.00		31/12/2010	EUR	68	117
Immobilier Distri-Land N.V. Bruxelles BE 403.302.739		156	12.48		31/12/2010	EUR	234	11
Immobilier Sauvenière N.V. Bruxelles BE 403.302.739		15.741	99.99	0.01	31/12/2010	EUR	18.225	1.426
Immolouneuve S.A. Bruxelles BE 416.030.426		1.000	50.00	12.50	31/12/2010	EUR	100	13

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Innovation et Développement en Brabant Wallon – Tubize (Saintes) BE 460.658.938		3.500	16.32		31/12/2010	EUR	2.278	(28)
Isabel N.V. Bruxelles BE 455.530.509		253.322	25.33		31/12/2010	EUR	12.732	1.561
La Propriété Sociale de Binche – Morlanwelz Binche BE 401.198.136		23.520	20.81	0.67	31/12/2010	EUR	1.306	13
Lanbouwkantoor Vlaanderen Wevelgem BE 405.460.889		499	99.80	0.20	31/12/2010	EUR	4.686	373
Le Crédit Social de Tubize Tubize BE 400.344.140		400	11.43		31/12/2011	EUR	116	(125)
Le Crédit Social et les petits Propriétaires Réunis Châtelet BE 401.609.593		3.347	12.38		31/12/2010	EUR	2.766	87
Le Petit Propriétaire Bruxelles BE 403.290.366		690	11.60		31/12/2010	EUR	696	

Fortis Bank Relatório Anual 2011 |247

Margaret Inc Atlanta		500	100.00		31/12/2010	USD	176.046	33.775
MeesPierson Private Belgian Offices CV Bruxelles BE 870.419.996		126	99.56		31/12/2010	EUR	17.048	688
Microstart Saint-Gilles BE 0829.081.071		899	89.90	0.10	31/12/2010	EUR	Fase inicial	
Greenspring Global Partners II Owings Mills			16.24		31/12/2010	USD	115.597	26.756
Park De Haan N.V. Bruxelles BE 438.533.436		300	15.00		31/12/2011	EUR	210	(30)
Penta Fund 1Ltd partnership United Kingdom			12.28		31/12/2010	GBP	35.162	877
Renoir CDO Amsterdam		1	100.00		31/12/2010	EUR	18	9
Seavi Advent Equity V (Cayman) LP Grand Cayman			23.58		31/12/2010	USD	22.209	(479)
S.A. Berlaymont 2000 N.V. Bruxelles BE 441.629.617		150	14.85		31/12/2010	EUR	13.581	(352)
Secoya Private Equity Investments General Partner Luxembourg		250	100.00		31/12/2011	EUR	16.620	2.003
Secoya Private Equity Investments SCA-SICAR Luxembourg		309	99.68	0.32		EUR	Fase inicial	
Shenergy Groupe Finance Company Limited Shanghai		100.000.000	10.00		31/12/2010	CNY	1.267.000	100.000
St.-Jozefs Kreietmaatschappij Beringen Beringen BE 401.349.970		522	11.93		31/12/2010	EUR	21.514	628

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

S.B.I. – B.M.I. Bruxelles BE 411.892.088		2.595	19.51		31/12/2010	EUR	34.949	886
SOWO Invest Bruxelles BE 877.279.282		875	87.50		31/12/2010	EUR	543	1
Tous Propriétaires SA Erquelinnes BE 401.731.339		43.425	16.82		31/12/2010	EUR	6.441	316
Via-Zaventem N.V. Bruxelles BE 892.742.765		5.100	51.00		31/12/2010	EUR	87	(14)
Visa Belgium SRCL Bruxelles BE 435.551.972		44	24.58	0.56	31/12/2011	EUR	900	2.773
Von Essen GmbH Essen		1	100.00		31/12/2010	EUR	60	2
Von Essen GmbH & Co KG Bank Essen		1	100.00		31/12/2010	EUR	100.971	42.712

248| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.6.2

B. LISTA DE ENTIDADES PELAS QUAIS A SOCIEDADE DETÉM RESPONSABILIDADE ILIMITADA ENQUANTO PARCEIRA DE RESPONSABILIDADE ILIMITADA OU MEMBRO

As demonstrações financeiras de cada uma das entidades pelas quais a sociedade detém responsabilidade ilimitada são adicionadas às correspondentes demonstrações financeiras e publicadas em conjunto, excepto se a segunda coluna mencionar a razão por que não é esse o caso; para o efeito é referido o código aplicável (A, B ou C), definido infra.

As demonstrações financeiras da sociedade:

- são publicadas por depósito por esta sociedade no Banco Nacional da Bélgica;
- são publicadas efectivamente por esta sociedade num outro Estado-Membro da CEE na forma prescrita no artigo 3.º da Directiva 68/151/CEE;
- são integradas por consolidação global ou por consolidação proporcional nas contas consolidadas da instituição, compiladas, auditadas e publicadas em conformidade com o Real Decreto de 23 de Setembro de 1992 relativo às contas consolidadas de instituições de crédito, sociedades de investimento e sociedades de gestão de investimentos colectivos.

Denominação, endereço completo da SEDE, PERSONALIDADE JURÍDICA e, para as sociedades que se regem pela legislação belga, número de pessoa colectiva	Eventuais códigos
ASLK-CGER Services, rue du Fossé-aux-loups 48, 1000 Bruxelles BE 458.523.354	

VII. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE FORMAÇÃO E ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS (título VIII do Ativo)

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
A	CUSTOS DE FORMAÇÃO			
1	Valor contabilístico líquido no fim do exercício anterior	50705P	xxxxxxxxxxxxxx	
2	Alterações no exercício:	50701		
	a. Custos adicionais	50702		
	b. Depreciações	50703		
	c. Outras (+)/(-)	50704		
3	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50705		
4	Incluindo			
	a. Custos de formação e de aumento de capital, de emissão de empréstimos e outros custos de arranque	50706		
	b. Custos de reorganização	50707		

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 249

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
B	GOODWILL			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50712P	xxxxxxxxxxxxxx	83.924
2	Alterações no exercício:	50708	12.000	
	a. Aquisições, incluindo produção, apresentadas como ativos fixos	50709	12.000	
	b. Transferências e alienações	50710		
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50711		
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50712	95.924	
4	Depreciações e amortizações no fim do exercício anterior	50719P	xxxxxxxxxxxxxx	27.228
5	Alterações no exercício:	50713	27.363	
	a. Imputações	50714	27.363	
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50715		
	c. Aquisições a terceiros	50716		
	d. Cancelamentos	50717		
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50718		
6	Depreciações e amortizações no fim do exercício	50719	54.591	
7	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50720	41.333	

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.7.3

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
C	COMISSÕES PAGAS PELA CONTRIBUIÇÃO DE OPERAÇÕES COM CLIENTES			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50725P	xxxxxxxxxxxxxx	
2	Alterações no exercício:	50721		
	a. Aquisições, incluindo produção, apresentadas como activos fixos	50722		
	b. Transferências e alienações	50710		
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50724		
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50725		
4	Depreciações e amortizações no fim do exercício anterior	50723P	xxxxxxxxxxxxxx	
5	Alterações no exercício:	50726		
	a. Imputações	50727		
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50728		
	c. Aquisições a terceiros	50729		
	d. Cancelamentos	50730		
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50731		
6	Depreciações e amortizações no fim do exercício	50732		
7	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50733		

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 251

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.7.4

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
D	OUTROS ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50738P	xxxxxxxxxxxxxx	97.199
2	Alterações no exercício:	50734	(7.165)	
	a. Aquisições, incluindo produção, apresentadas como activos fixos	50735	6.142	
	b. Transferências e alienações	50736	13.307	
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50737		
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50738	90.034	
4	Depreciações e amortizações no fim do exercício anterior	50745P	xxxxxxxxxxxxxx	71.192
5	Alterações no exercício:	50739	(2.036)	
	a. Imputações	50740	11.584	
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50741		
	c. Aquisições a terceiros	50742		
	d. Cancelamentos	50743	13.600	
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50744		
6	Depreciações e amortizações no fim do exercício	50745	69.156	
7	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50746	20.878	

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.8.1

VIII. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (Título IX do Activo)

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
A	TERRENOS E IMÓVEIS			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50805P	xxxxxxxxxxxxxx	1.629.560
2	Alterações no exercício: (+)/(-)	50801	(11.131)	
	a. Aquisições, incluindo activos fixos produzidos	50802	46.203	
	b. Alienações e cessação do uso	50803	110.124	
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50804	52.790	
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50805	1.618.429	
4	Ganhos de capital no fim do exercício anterior	50811P	xxxxxxxxxxxxxx	258.220
5	Alterações no exercício: (+)/(-)	50806	(58.275)	
	a. Registos	50807	214	
	b. Aquisições a terceiros	50808		
	c. Cancelamentos	50809	58.489	
	d. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50810		
6	Ganhos de capital no fim do exercício	50811	199.945	
7	Depreciações e amortizações no fim do exercício anterior	50818P	xxxxxxxxxxxxxx	1.219.419
8	Alterações no exercício (+)/(-)	50812	(38.130)	
	a. Registos	50813	53.466	
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50814		
	c. Aquisições a terceiros	50815		
	d. Cancelamentos por apresentarem excedentes e cessação do uso	50816	125.868	
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50817	34.272	
9	Depreciações e amortizações no fim do exercício	50818	1.181.289	
10	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50819	637.085	

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.8.2

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
B	INSTALAÇÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50824P	xxxxxxxxxxxxxx	271.405
2	Alterações no exercício: (+)/(-)	50820	36.433	
	a. Aquisições, incluindo activos fixos produzidos	50821	43.551	
	b. Alienações e cessação do uso	50822	9.407	
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50.823	2.289	
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50824	307.838	
4	Ganhos de capital no fim do exercício anterior	50830P	xxxxxxxxxxxxxx	
5	Alterações no exercício: (+)/(-)	50825		
	a. Registos	50826		

	b. Aquisições a terceiros	50827		
	c. Cancelamentos	50828		
	d. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50829		
6	Ganhos de capital no fim do exercício	50830		
7	Depreciações e amortizações no fim do exercício anterior	50837P	xxxxxxxxxxxxxx	199.872
8	Alterações no exercício (+)/(-)	50831	33.079	
	a. Registos	50832	34.592	
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50833		
	c. Aquisições a terceiros	50834		
	d. Cancelamentos por apresentarem excedentes e cessação do uso	50835	2.769	
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50836	1.256	
9	Depreciações e amortizações no fim do exercício	50837	232.951	
10	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50838	74.887	

254| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.8.3

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
C	MOBILIÁRIO E VIATURAS			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50843P	xxxxxxxxxxxxxx	127.426
2	Alterações no exercício: (+)/(-)	50839	16.806	
	a. Aquisições, incluindo activos fixos produzidos	50840	20.218	
	b. Alienações e cessação do uso	50841	1.012	
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50842	(2.400)	
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50843	144.232	
4	Ganhos de capital no fim do exercício anterior	50849P	xxxxxxxxxxxxxx	
5	Alterações no exercício: (+)/(-)	50844		
	a. Registos	50845		
	b. Aquisições a terceiros	50846		
	c. Cancelamentos	50847		
	d. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50848		
6	Ganhos de capital no fim do exercício	50849		
7	Depreciações e amortizações no fim do exercício anterior	50856P	xxxxxxxxxxxxxx	70.138
8	Alterações no exercício (+)/(-)	50850	10310	
	a. Registos	50851	12.845	
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50852		
	c. Aquisições a terceiros	50853		
	d. Cancelamentos por apresentarem excedentes e cessação do uso	50854	430	
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50855	(2.105)	
9	Depreciações e amortizações no fim do exercício	50856	84.448	
10	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50857	63.784	

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.8.4

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
D	LOCAÇÃO E DIREITOS SEMELHANTES			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50862P	xxxxxxxxxxxxxx	
2	Alterações no exercício: (+)/(-)	50858		
	a. Aquisições, incluindo activos fixos produzidos	50859		
	b. Alienações e cessação do uso	50860		
	c. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50861		
3	Valor de aquisição no fim do exercício	50862		
4	Ganhos de capital no fim do exercício anterior	50868P	xxxxxxxxxxxxxx	
5	Alterações no exercício: (+)/(-)	50863		
	a. Registos	50864		
	b. Aquisições a terceiros	50865		
	c. Cancelamentos	50866		
	d. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50867		
6	Ganhos de capital no fim do exercício	50868		
7	Depreciações e amortizações no fim do exercício anterior	50875P	Xxxxxxxxxxxxxx	
8	Alterações no exercício (+)/(-)	50869		
	a. Registos	50870		
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50871		
	c. Aquisições a terceiros	50872		
	d. Cancelamentos por apresentarem excedentes e cessação do uso	50873		
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50874		
9	Depreciações e amortizações no fim do exercício	50875		
10	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50876		
11	Incluindo			
	a. Terrenos e edifícios	50877		
	b. Instalações, máquinas e equipamentos	50878		
	c. Mobiliário e viaturas	50879		

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.8.5

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
E	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50884P	xxxxxxxxxxxxxx	369.098

2	Alterações no exercício:	(+)/(-)	50880	(39.981)	
	a. Aquisições, incluindo activos fixos produzidos		50881	20.467	
	b. Alienações e cessação do uso		50882	7.635	
	c. Transferências de um título para outro	(+)/(-)	50883	(52.813)	
3	Valor de aquisição no fim do exercício		50884	329.117	
4	Ganhos de capital no fim do exercício anterior		50890P	xxxxxxxxxxxxxx	8.102
5	Alterações no exercício:	(+)/(-)	50885	(251)	
	a. Registos		50886		
	b. Aquisições a terceiros		50887		
	c. Cancelamentos		50888	251	
	d. Transferências de um título para outro	(+)/(-)	50889		
6	Ganhos de capital no fim do exercício		50890	7.851	
7	Depreciações e amortizações no fim do exercício anterior		50897P	xxxxxxxxxxxxxx	190.864
8	Alterações no exercício	(+)/(-)	50891	(9.405)	
	a. Registos		50892	32.590	
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes		50893		
	c. Aquisições a terceiros		50894		
	d. Cancelamentos por apresentarem excedentes e cessação do uso		50895	6.722	
	e. Transferências de um título para outro	(+)/(-)	50896	(35.280)	
9	Depreciações e amortizações no fim do exercício		50897	181.459	
10	Valor contabilístico líquido no fim do exercício		50898	155.509	

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
F	ACTIVOS FIXOS EM CONSTRUÇÕES E ADIANTAMENTOS			
1	Valor de aquisição no fim do exercício anterior	50903P	xxxxxxxxxxxxxx	
2	Alterações no exercício:	(+)/(-)	50899	92.438
	a. Aquisições, incluindo activos fixos produzidos		50900	92.438
	b. Alienações e cessação do uso		50901	
	c. Transferências de um título para outro	(+)/(-)	50902	
3	Valor de aquisição no fim do exercício		50903	92.438
4	Ganhos de capital no fim do exercício anterior		50909P	xxxxxxxxxxxxxx
5	Alterações no exercício:	(+)/(-)	50904	
	a. Registos		50905	

	b. Aquisições a terceiros	50906		
	c. Cancelamentos	50907		
	d. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50908		
6	Ganhos de capital no fim do exercício	50909		
7	Depreciações e amortizações no fim do exercício anterior	50916P	xxxxxxxxxxxxxx	
8	Alterações no exercício (+)/(-)	50910		
	a. Registos	50911		
	b. Reintegrações por apresentarem excedentes	50912		
	c. Aquisições a terceiros	50913		
	d. Cancelamentos por apresentarem excedentes e cessação do uso	50914		
	e. Transferências de um título para outro (+)/(-)	50915		
9	Depreciações e amortizações no fim do exercício	50916		
10	Valor contabilístico líquido no fim do exercício	50917	92.438	

258| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.9

IX. OUTROS ATIVOS (Título XI do Ativo)

Discriminação do título XI em caso de quantias significativas		Exercício
	Prémios pré-pagos sobre derivados	3.674.339
	Contas provisórias	926.559
	Créditos sobre facturas	172.297
	Recuperação de impostos	50.936
	Créditos sociais	11.194
	Propriedade detida para revenda	5.433
	Depósitos pecuniários	4.205

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.10

X. ENCARGOS DIFERIDOS E RENDIMENTOS ACUMULADOS (título XII do Activo)

	Códigos	Exercício
--	---------	-----------

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

1	Encargos diferidos
2	Rendimentos acumulados

51001	100.424
51002	66.549.669

X.-B REINVESTIMETNO DE FUNDOS DE CLIENTES DESAGREGADOS

	Total

Códigos	Exercício
51003	

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 259

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.11

XI DEMONSTRAÇÃO DE DÉBITOS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (Título I do Passivo)

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
1	Débitos a empresas afiliadas	51101	13.181.069	7.432.765
2	Débitos a outras empresas ligadas por participações	51102		
3	Discriminação de débitos com exceção dos débitos à vista por período remanescente até à maturidade			
	a. Até três meses	51103	34.217.856	
	b. Superior a três meses e até um ano	51104	2.231.679	
	c. Superior a um ano e até cinco anos	51105	1.298.186	
	d. Superior a cinco anos	51106	675.142	
	e. Período indeterminado	10107		

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.12

XII. DEMONSTRAÇÃO DE DÉBITOS A CLIENTES (Título II do Passivo)

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
1	Débitos a empresas afiliadas	51201	4.555.249	3.683.804
2	Débitos a outras empresas ligadas por participações	51202	2.366.733	1.452.699
3	Discriminação débitos por período residual até à maturidade			

	a. À vista	51203	29.965.920	
	b. Até três meses	51204	35.136.843	
	c. Superior a três meses e até um ano	51205	2.881.281	
	d. Superior a um ano e até cinco anos	51206	5.620.839	
	e. Superior a cinco anos	51207	4.636.412	
	f. Período indeterminado	51208	54.042.045	
4	Discriminação dos débitos por natureza dos devedores			
	a. Débitos a governos	51209	6.929.803	6.481.420
	b. Débitos a clientes particulares	51210	58.144.927	58.687.939
	c. Débitos a empresas	51211	67.208.610	75.023.994
5	Discriminação geográfica dos débitos:			
	a. À Bélgica	51212	94.020.031	
	b. Ao estrangeiro	51213	38.263.309	

260| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.13

XIII. DEMONSTRAÇÃO DE DÉBITOS REPRESENTADOS POR UM TÍTULO (Título III do Passivo)

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
1	Débitos que, segundo a instituição de crédito, constituem créditos a empresas afiliadas	51301	2.000.814	2.901.752
2	Débitos que, segundo a instituição de crédito, constituem débitos a outras empresas ligadas por participações	50302		
3	Discriminação de débitos representados por um título por período remanescente até à maturidade			
	a. Até três meses	51303	4.952.308	
	b. Superior a três meses e até um ano	51304	3.424.852	
	c. Superior a um ano e até cinco anos	51305	9.109.259	
	d. Superior a cinco anos	50306	1.458.724	
	e. Período indeterminado	50307	84.968	

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 261

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.14

XIV. DEMONSTRAÇÃO DE OUTROS DÉBITOS (Título IV do Passivo)

		Códigos	Exercício
1	Impostos, salários e encargos sociais:	51401	68.187
	a. Débitos vencidos	51402	

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	b. Débitos ainda não vencidos
2	Débitos relativos a impostos, salários e encargos sociais com a segurança social
	a. Débitos vencidos
	b. Débitos ainda não vencidos
3	Impostos
	a. Impostos devidos
	b. Impostos devidos estimados
4	Outros débitos
	Discriminação deste subtítulo em caso de quantias significativas
	Prémios recebidos relativos a derivados financeiros
	Contas provisórias
	Dívidas a fornecedores
	Dívidas resultantes da afectação de lucros
	Reavaliação
	Dívidas com salários

51403	68.187
51404	
51405	
51406	128.777
51407	
51408	8.679
	4.137.785
	1.592.261
	203.829
	211.653
	38.517
	466.940

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.15

XV. ENCARGOS ACUMULADOS E RENDIMENTOS DIFERIDOS (título V do Passivo)

1	Encargos acumulados
2	Rendimentos diferidos

Códigos	Exercício
51501	67.324.851
51502	121.952

262| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.16

XVI. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS (Título VI. A. 3. do Passivo)

	Discriminação do título VI. A. 3 do Passivo em caso de quantias significativas
	Provisões créditos não pagos
	Provisões para compromissos
	Provisões para custos com pessoal

Exercício
192.903
94.132
107.544

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.17

XVII. DEMONSTRAÇÃO DOS DÉBITOS SUBORDINADOS (Título VIII do Passivo)

		Códigos	Exercício	Exercício anterior
1	Débitos subordinados a empresas afiliadas	51701	2.132.936	2.069.291
2	Débitos subordinados a outras empresas ligadas por participações	51702	0	0

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

		Códigos	Exercício
3	Encargos relativos a débitos subordinados e atribuíveis ao exercício		

4	Para cada empréstimo subordinado são indicados os seguintes dados: número de referência, código de moeda, montante do empréstimo na respectiva moeda, modalidades de reembolso, data de maturidade e, na falta de uma data de maturidade especificada, as modalidades de vencimento, se aplicável, as circunstâncias em que se verifica um reembolso precoce, as condições de subordinação e, se aplicável as condições de conversão para o capital de outro passivo
---	--

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 263

Número de referência	Moeda	Montante (Em 000)	Taxas de juro	Data de maturidade ou condições que regulam a maturidade	a) circunstâncias nas quais a empresa tem de reembolsar o empréstimo b) Condições para a subordinação c) Condições para a conversão em capital
BE2121879040	EUR	2.547	4.70	01/01/2012	-
BE2122114454	EUR	5.057	5.00	01/01/2012	-
BE2130116939	EUR	7.262	3.70	01/01/2012	-
BE2130234179	EUR	12.135	3.50	01/01/2012	-
XS0208412063	EUR	100.000	4.20	02/01/2012	-
BE2122229633	EUR	6.881	5.00	01/02/2012	-
BE2130351379	EUR	13.454	3.50	01/02/2012	-
BE2122346833	EUR	2.270	5.00	01/03/2012	-
BE2122581272	EUR	3.408	5.20	01/03/2012	-
BE2130468759	EUR	5.154	3.50	01/03/2012	-
BE2130586784	EUR	2.670	3.35	01/03/2012	-
BE2130780783	EUR	3.530	3.25	01/03/2012	-
XS0186431895	EUR	150.000	4.63	19/03/2012	-
BE2122464073	EUR	10	5.00	01/04/2012	-
BE2122697466	EUR	13.365	5.20	01/04/2012	-
BE2122932871	EUR	5.264	5.35	01/04/2012	-
BE2130664599	EUR	328	3.35	01/04/2012	-
BE2130782805	EUR	16.905	3.25	01/04/2012	-
XS0110854071	EUR	14.413	6.16	27/04/2012	-
XS0110854071	EUR	7.206	6.16	27/04/2012	-
BE2122815670	EUR	43	5.20	01/05/2012	-
BE2123048099	EUR	6.398	5.35	01/05/2012	-
BE2130785832	EUR	333	3.25	01/05/2012	-
BE2131132422	EUR	28.937	3.55	01/05/2012	-
BE2131253665	EUR	4.402	3.30	01/05/2012	-
XS0147076037	EUR	1.990	5.72	03/05/2012	-
BE0932894455	USD	700.000	0.49	22/05/2012	a) 22/05/2012
XS0190917160	EUR	100.000	4.64	25/05/2012	-
BE2123166305	EUR	5.440	5.35	01/06/2012	-
BE2131135458	EUR	157	3.55	01/06/2012	-
BE2131370865	EUR	13.953	3.30	01/06/2012	-
BE2123282490	EUR	6.764	5.35	01/07/2012	-
BE2131488105	EUR	13.118	3.30	01/07/2012	-
BE2131606318	EUR	9.314	3.05	01/07/2012	-
BE2123398684	EUR	1.888	5.35	01/08/2012	-
BE2123515881	EUR	5.372	5.05	01/08/2012	-
BE2123749316	EUR	202	4.90	01/08/2012	-
BE2131724525	EUR	9.114	3.05	01/08/2012	-
BE2123632116	EUR	120	5.05	01/09/2012	-
BE2123865500	EUR	911	4.90	01/09/2012	-
BE2123983717	EUR	2.403	4.75	01/09/2012	-
BE2131841725	EUR	10.792	3.05	01/09/2012	-
BE2124100915	EUR	4.730	4.75	01/10/2012	-
BE2124333334	EUR	1.083	4.60	01/10/2012	-
BE2131958925	EUR	12.904	3.05	01/10/2012	-
BE2124216133	EUR	73	4.75	01/11/2012	-
BE2124449528	EUR	3.789	4.60	01/11/2012	-
BE2132075158	EUR	2.247	3.05	01/11/2012	-

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

BE2132193365	EUR	8.194	3.15	01/11/2012	-
BE2124566727	EUR	5.379	4.60	01/12/2012	-

264| Fortis Bank Relatório Anual 2011

BE2132273191	EUR	1.965	3.15	01/12/2012	-
BE2132391407	EUR	15.659	3.45	01/12/2012	-
BE2124682912	EUR	7.398	4.60	01/01/2013	-
BE2132509610	EUR	26.561	3.45	01/01/2013	-
BE2124798130	EUR	4.898	4.60	01/02/2013	-
BE2125145695	EUR	2.347	4.40	01/02/2013	-
BE2132626810	EUR	20.129	3.45	01/02/2013	-
XS0055748544	USD	22.330	0.46	19/02/2013	a) 17/02/2013
BE2125261880	EUR	2.242	4.40	01/03/2013	-
BE2125379120	EUR	3.540	4.15	01/03/2013	-
BE2132743045	EUR	11.753	3.45	01/03/2013	-
BE2125495314	EUR	2.426	4.15	01/04/2013	-
BE2125612512	EUR	10.369	4.05	01/04/2013	-
BE2132860245	EUR	2.306	3.45	01/04/2013	-
BE2132978450	EUR	17.632	3.55	01/04/2013	-
BE2125729712	EUR	1.524	4.05	01/05/2013	-
BE2125846912	EUR	4.104	4.30	01/05/2013	-
BE2133096666	EUR	590	3.55	01/05/2013	-
BE2133214871	EUR	20.782	3.95	01/05/2013	-
XS0166164789	EUR	100.000	5.25	16/05/2013	-
BE2125962131	EUR	5.487	4.30	01/06/2013	-
BE2126079331	EUR	1.690	3.95	01/06/2013	-
BE2133332111	EUR	21.635	3.95	01/06/2013	-
XS0362491291	EUR	375.000	8.03	03/06/2013	a) 03/06/2013
BE2126195525	EUR	545	3.95	01/07/2013	-
BE2126313730	EUR	6.235	3.70	01/07/2013	-
BE2126546156	USD	477	3.50	01/07/2013	-
BE2133449311	EUR	20.994	3.95	01/07/2013	-
BE2126429924	EUR	210	3.70	01/08/2013	-
BE2126662342	EUR	1.313	3.50	01/08/2013	-
BE2126782579	EUR	2.096	3.80	01/08/2013	-
BE2133566510	EUR	77	3.95	01/08/2013	-
BE2133684727	EUR	35.555	4.20	01/08/2013	-
XS0346793713	USD	750.000	8.28	27/08/2013	a) 27/08/2013
BE2126899779	EUR	46	3.80	01/09/2013	-
BE2127014956	EUR	29.821	4.40	01/09/2013	-
BE2127251418	EUR	13.574	4.50	01/09/2013	-
BE2133802931	EUR	65.111	4.20	01/09/2013	-
BE2127136239	EUR	136	4.40	01/10/2013	-
BE2127252424	EUR	88.800	4.50	01/10/2013	-
BE2133919164	EUR	5.667	4.20	01/10/2013	-
BE2134035358	EUR	20.511	3.95	01/10/2013	-
BE2127255450	EUR	39.013	4.50	01/11/2013	-
BE2127370630	EUR	9.287	4.15	01/11/2013	-
BE2127491873	EUR	12.954	4.40	01/11/2013	-
BE2134155586	EUR	15.716	3.95	01/11/2013	-
BE2127373667	EUR	65	4.15	01/12/2013	-
BE2127608104	EUR	19.435	4.40	01/12/2013	-
BE2134272787	EUR	21.805	3.95	01/12/2013	-
XS0234938024	EUR	14.000	3.82	06/12/2013	-

BE2127726310	EUR	38.851	4.40	01/01/2014	-
BE2134389011	EUR	17.270	3.95	01/01/2014	-
XS0236744321	EUR	13.000	3.78	06/01/2014	-
BE2127843511	EUR	1.923	4.40	01/02/2014	-
BE2127959705	EUR	8.637	4.10	01/02/2014	-
BE2128080949	EUR	2.944	4.00	01/02/2014	-
BE2134506218	EUR	11.668	3.95	01/02/2014	-
BE2134923504	EUR	10.196	4.25	01/02/2014	-
XS0238588353	EUR	10.000	3.63	06/02/2014	-
BE2127962733	EUR	34	4.10	01/03/2014	-
BE2128197172	EUR	6.592	4.00	01/03/2014	-
BE2134805297	EUR	31	3.95	01/03/2014	-
BE2135040704	EUR	25.838	4.25	01/03/2014	-
BE2128315386	EUR	2.825	4.00	01/04/2014	-
BE2128433593	EUR	5.586	3.90	01/04/2014	-
BE2135158910	EUR	16.790	4.25	01/04/2014	-
BE2135274139	EUR	16.960	4.10	01/04/2014	-
BE2128551808	EUR	3.621	3.90	01/05/2014	-
BE2135277165	EUR	12.316	4.10	01/05/2014	-
BE2128668032	EUR	26	3.90	01/06/2014	-
BE2128786248	EUR	9.690	4.20	01/06/2014	-
BE2135394366	EUR	5.025	4.10	01/06/2014	-
BE2135629779	EUR	10.540	4.30	01/06/2014	-
BE2128904452	EUR	5.492	4.20	01/07/2014	-
BE2129139868	EUR	8.976	4.40	01/07/2014	-
BE2135511563	EUR	41	4.10	01/07/2014	-
BE2135746979	EUR	5.066	4.30	01/07/2014	-
BE2135865225	EUR	15.990	4.50	01/07/2014	-
BE2129256092	EUR	8.652	4.40	01/08/2014	-
BE2129375314	EUR	4.087	4.20	01/08/2014	-
BE2135984448	EUR	3.960	4.50	01/08/2014	-
BE2136102651	EUR	14.880	4.70	01/08/2014	-
BE2129492515	EUR	7.762	4.20	01/09/2014	-
BE2136222889	EUR	12.766	4.70	01/09/2014	-
BE2136457329	EUR	8.733	4.55	01/09/2014	-
XS0196988587	EUR	200.000	4.92	03/09/2014	-
BE2136460356	EUR	100.000	4.76	01/10/2014	-
BE2129610728	EUR	16.267	4.20	01/10/2014	-
BE2136460356	EUR	17.305	4.55	01/10/2014	-
BE0119806116	EUR	1.000.000	4.63	27/10/2014	a) 27/10/2014
BE2129727928	EUR	3.140	4.20	01/11/2014	-
BE2129843147	EUR	8.154	4.05	01/11/2014	-
BE2126809933	EUR	18.331	4.55	01/11/2014	-
BE2129956303	EUR	11.925	4.05	01/12/2014	-
BE2136926166	EUR	28.137	4.55	01/12/2014	-
BE2137275746	EUR	1.253	4.85	01/12/2014	-
BE2137509177	EUR	159	4.85	01/12/2014	-
BE2130117945	EUR	5.705	4.05	01/01/2015	-
BE2130235184	EUR	8.411	3.85	01/01/2015	-
BE2137158546	EUR	220	4.55	01/01/2015	-

266| Fortis Bank Relatório Anual 2011

BE2137392947	EUR	15.0	4.85	01/01/2015	-
BE2137624356	EUR	618	4.70	01/01/2015	-
BE2130352385	EUR	6.078	3.85	01/02/2015	-
BE2137645567	EUR	20.150	4.70	01/02/2015	-
BE2137687015	EUR	777	4.50	01/02/2015	-
BE2130469585	EUR	4.098	3.85	01/03/2015	-
BE2130587790	EUR	2.056	3.60	01/03/2015	-
BE2130781799	EUR	1.366	3.50	01/03/2015	-
BE2137666779	EUR	56	4.70	01/03/2015	-
BE2137708225	EUR	7.015	4.50	01/03/2015	-
XS0213287070	EUR	25.000	4.02	31/03/2015	-
BE2130665604	EUR	188	3.60	01/04/2015	-
BE2130783811	EUR	6.652	3.50	01/04/2015	-
BE2137729437	EUR	13.942	4.50	01/04/2015	-
XS0214846874	EUR	50.000	4.12	11/04/2015	-
XS0247259871	EUR	50.000	1.58	20/04/2015	-

BE2130786848	EUR	109	3.50	01/05/2015	-
BE2131133438	EUR	14.124	3.85	01/05/2015	-
BE2131254671	EUR	2.271	3.60	01/05/2015	-
BE2137750649	EUR	4.039	4.50	01/05/2015	-
BE2137798150	EUR	61	4.50	01/05/2015	-
BE2137993165	EUR	2	4.95	01/05/2015	-
BE2131136464	EUR	42	3.85	01/06/2015	-
BE2131371871	EUR	6.238	3.60	01/06/2015	-
BE2137771850	EUR	13	4.50	01/06/2015	-
BE2137819360	EUR	250	4.50	01/06/2015	-
BE2137840572	EUR	4.039	4.95	01/06/2015	-
BE2137899198	EUR	24	4.95	01/06/2015	-
BE2137951718	EUR	176	4.95	01/06/2015	-
BE2138003261	EUR	1.869	4.95	01/06/2015	-
BE2138045684	EUR	20	4.95	01/06/2015	-
BE2138087132	EUR	20	4.95	01/06/2015	-
XS0168668498	EUR	50.000	5.12	17/06/2015	-
BE2131489111	EUR	6.599	3.60	01/07/2015	-
BE2131607324	EUR	4.896	3.35	01/07/2015	-
BE2137859762	EUR	303	4.95	01/07/2015	-
BE2137972920	EUR	23	4.95	01/07/2015	-
BE2138024473	EUR	839	4.95	01/07/2015	-
BE2138066896	EUR	412	4.95	01/07/2015	-
BE2138089153	EUR	250	4.95	01/07/2015	-
BE2138114407	EUR	380	4.95	01/07/2015	-
XS0221564544	EUR	10.000	3.58	01/07/2015	-
XS0221564544	EUR	10.000	3.71	01/07/2015	-
XS0223235390	EUR	22.000	3.74	29/07/2015	-
BE2131725530	EUR	5.335	3.35	01/08/2015	-
BE2138135618	EUR	144	4.95	01/08/2015	-
XS0059603802	EUR	22.890	1.74	21/08/2015	a) 21/08/2015
BE2131842731	EUR	5.256	3.35	01/09/2015	-
BE2138165912	EUR	112	4.95	01/09/2015	-
BE2138208373	EUR	1	4.80	01/09/2015	-

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 267

XS0058107102	USD	61.637	0.54	08/09/2015	a) 08/09/2015
BE2131959931	EUR	7.292	3.35	01/10/2015	-
BE2138220493	EUR	366	4.80	01/10/2015	-
XS0061894316	JPY	5.000.000	4.82	26/10/2015	a) 26/10/2015
XS0061263082	EUR	20.000.000	4.85	26/10/2015	a) 26/10/2015
BE2132076164	EUR	4.667	3.35	01/11/2015	-
BE2138232613	EUR	18	4.80	01/11/2015	-
BE2138255846	EUR	240	4.80	01/11/2015	-
BE2132274207	EUR	1.150	3.35	01/12/2015	-
BE2132392413	EUR	5.032	3.65	01/12/2015	-
BE2138276081	EUR	327	4.80	01/12/2015	-
BE2138297293	EUR	23	4.10	01/12/2015	-
BE2132510626	EUR	9.884	3.65	01/01/2016	-
BE2138318503	EUR	48	4.10	01/01/2016	-
BE2138339715	EUR	3	3.80	01/01/2016	-
BE2132627826	EUR	7.543	3.65	01/02/2016	-
BE2138381162	EUR	13	4.10	01/02/2016	-
XS0122720732	EUR	149.510	6.47	16/02/2016	-
BE2132744050	EUR	3.555	3.65	01/03/2016	-
BE2138423584	EUR	362	5.00	01/03/2016	-
BE0931376793	EUR	500.000	4.25	23/03/2016	23/03/2016
BE2132861250	EUR	455	3.65	01/04/2016	-
BE2132979466	EUR	4.506	3.70	01/04/2016	-
BE2138444796	EUR	6.018	5.00	01/04/2016	-
BE2138465031	EUR	3.105	4.80	01/04/2016	-
BE2138497356	EUR	10.122	5.30	01/04/2016	-
BE2133097672	EUR	449	3.70	01/05/2016	-
BE2133215886	EUR	4.088	4.00	01/05/2016	-
BE2138474124	EUR	10	4.80	01/05/2016	-
BE2138498362	EUR	7.183	5.30	01/05/2016	-
BE2138502403	EUR	11.400	5.50	01/05/2016	-
XS0252159404	EUR	50.000	4.42	01/06/2016	-
BE2133333127	EUR	3.839	4.00	01/06/2016	-
BE2138522609	EUR	31.878	5.50	01/06/2016	-

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

BE2138545832	EUR	10.353	4.80	01/06/2016	-
BE2133450327	EUR	2.532	4.00	01/07/2016	-
BE2138547853	EUR	11.976	4.80	01/07/2016	-
BE2138585267	EUR	5.723	4.50	01/07/2016	-
XS0255903923	EUR	50.000	4.36	11/07/2016	-
BE2133567526	EUR	11	4.00	01/08/2016	-
BE2133685732	EUR	8.777	4.40	01/08/2016	-
BE2138607483	EUR	5.325	4.50	01/08/2016	-
BE2138634750	EUR	6.971	4.35	01/08/2016	-
BE2138678229	EUR	1.433	4.35	01/08/2016	-
XS0260531297	EUR	50.000	4.66	29/08/2016	-
BE2133803947	EUR	15.835	4.40	01/09/2016	-
BE2138656977	EUR	36	4.35	01/09/2016	-
BE2138700445	EUR	10.316	4.35	01/09/2016	-
BE2133920170	EUR	1.257	4.40	01/10/2016	-
BE2134036364	EUR	11.558	4.15	01/10/2016	-

268| Fortis Bank Relatório Anual 2011

BE2138722662	EUR	15.782	4.35	01/10/2016	-
BE2138785321	EUR	3.242	4.25	01/10/2016	-
XS0267937935	EUR	49.700	4.36	25/10/2016	-
BE2134156592	EUR	7.570	4.15	01/11/2016	-
BE2138799462	EUR	24.224	4.25	01/11/2016	-
BE2138821688	EUR	772	4.00	01/11/2016	-
XS0269358734	EUR	49.610	4.38	28/11/2016	-
BE2134273793	EUR	7.784	4.15	01/12/2016	-
BE2138835829	EUR	9.804	4.00	01/12/2016	-
BE2138857070	EUR	2.530	3.90	01/12/2016	-
XS0071344799	EUR	62.383	0.57	28/12/2016	a) 24/12/2016
XS0269360045	EUR	49.950	4.24	29/12/2016	-
BE2134390027	EUR	7.884	4.15	01/01/2017	-
BE2138866162	EUR	6.721	3.90	01/01/2017	-
BE2138888380	EUR	2.015	3.70	01/01/2017	-
BE0932317507	EUR	500.000	1.57	17/01/2017	a) Marcada
BE2134507224	EUR	6.681	4.15	01/02/2017	-
BE2134924510	EUR	4.224	4.35	01/02/2017	-
BE2138909590	EUR	3.592	3.70	01/02/2017	-
BE2138932824	EUR	1.528	3.60	01/02/2017	-
XS0280951392	EUR	49.860	4.47	21/02/2017	-
XS0284019907	EUR	49.900	4.56	27/02/2017	-
BE2134806303	EUR	97	4.15	01/03/2017	-
BE2135041710	EUR	4.707	4.35	01/03/2017	-
BE2138952053	EUR	1.287	3.60	01/03/2017	-
XS0288084881	EUR	49.960	4.64	30/03/2017	-
BE2135159926	EUR	2.000	4.35	01/04/2017	-
BE2135275144	EUR	3.481	4.20	01/04/2017	-
BE2135278171	EUR	2.889	4.20	01/05/2017	-
XS0293631296	EUR	49.950	4.44	04/05/2017	-
BE2135395371	EUR	956	4.20	01/06/2017	-
BE2135630875	EUR	2.895	4.40	01/06/2017	-
BE2135512579	EUR	5	4.20	01/07/2017	-
BE2135747019	EUR	555	4.40	01/07/2017	-
BE2135866231	EUR	4.511	4.60	01/07/2017	-
XS0301637459	EUR	74.970	4.84	03/07/2017	-
BE2135985452	EUR	735	4.60	01/08/2017	-
BE2136103667	EUR	3.295	4.80	01/08/2017	-
BE2136223895	EUR	3.155	4.80	01/09/2017	-
BE2136458335	EUR	4.109	4.70	01/09/2017	-
XS0318517009	EUR	49.950	5.04	28/09/2017	-
BE2136461362	EUR	7.798	4.70	01/10/2017	-
BE0933514839	EUR	1.000.000	5.76	04/10/2017	-
BE0933514839	EUR	225.000	5.76	04/10/2017	-
BE2136810949	EUR	5.985	4.70	01/11/2017	-
BE2136927172	EUR	8.442	4.70	01/12/2017	-
BE2137276751	EUR	263	5.05	01/12/2017	-
BE2137511083	EUR	138	5.05	01/12/2017	-
BE0933860414	EUR	251.800	1.47	05/12/2017	-
BE0933831126	EUR	178.000	5.60	28/12/2017	-

BE2137043367	EUR	26	4.70	01/01/2018	-
BE2137159551	EUR	109	4.70	01/01/2018	-
BE2137393952	EUR	8.142	5.05	01/01/2018	-
BE2137625361	EUR	162	4.80	01/01/2018	-
XS0338096893	EUR	10.000	1.54	02/01/2018	-
BE2137646573	EUR	3.383	4.80	01/02/2018	-
BE2137688021	EUR	320	4.70	01/02/2018	-
XS0237348692	EUR	10.000	3.90	06/02/2018	-
BE0930831194	EUR	800.000	1.71	14/02/2018	a) 14/02/2018
BE2137667785	EUR	202	4.80	01/03/2018	-
BE2137709231	EUR	2.648	4.70	01/03/2018	-
XS0240062553	EUR	5.000	3.87	06/03/2018	-
BE0934083701	EUR	200.000	5.65	26/03/2018	-
BE2137730443	EUR	4.487	4.70	01/04/2018	-
BE0934259525	EUR	150.000	5.75	30/04/2018	-
BE2137751654	EUR	837	4.70	01/05/2018	-
BE2137799166	EUR	2	4.70	01/05/2018	-
BE2137772866	EUR	85	4.70	01/06/2018	-
BE2137820376	EUR	179	4.70	01/06/2018	-
BE2137841588	EUR	1.200	5.05	01/06/2018	-
BE2137900202	EUR	1	5.05	01/06/2018	-
BE2137952724	EUR	46	5.05	01/06/2018	-
BE2138004277	EUR	245	5.05	01/06/2018	-
XS0370380247	EUR	25.000	1.42	18/06/2018	-
BE0934414138	EUR	50.000	5.75	27/06/2018	-
BE2137860778	EUR	83	5.05	01/07/2018	-
BE2137921414	EUR	10	5.05	01/07/2018	-
BE2137973936	EUR	30	5.05	01/07/2018	-
BE2138025488	EUR	262	5.05	01/07/2018	-
BE2138067902	EUR	62	5.05	01/07/2018	-
BE2138090169	EUR	51	5.05	01/07/2018	-
BE2138115412	EUR	581	5.05	01/07/2018	-
BE0934551533	EUR	25.000	3.09	02/07/2018	-
BE0934549511	EUR	75.000	7.50	11/07/2018	a) 11/07/2018
BE2138136624	EUR	314	5.05	01/08/2018	-
BE2138166928	EUR	372	5.05	01/09/2018	-
BE2138209389	EUR	250	4.90	01/09/2018	-
BE0934735433	EUR	24.000	6.35	28/09/2018	a) 28/09/2018
BE2138188179	EUR	21	5.05	01/10/2018	-
BE2138221509	EUR	391	4.90	01/10/2018	-
BE2138233629	EUR	181	4.90	01/11/2018	-
BE2138256851	EUR	266	4.90	01/11/2018	-
BE2138277097	EUR	286	4.90	01/12/2018	-
BE2138298309	EUR	136	4.90	01/12/2018	-
BE2138319519	EUR	149	4.40	01/01/2019	-
BE2138340721	EUR	31	4.15	01/01/2019	-
BE2138361933	EUR	101	4.15	01/02/2019	-
BE2138382178	EUR	98	4.50	01/02/2019	-
BE2138403388	EUR	334	4.50	01/03/2019	-
BE2138424590	EUR	86	5.50	01/03/2019	-

BE2138445801	EUR	1.750	5.50	01/04/2019	-
BE2138466047	EUR	517	5.20	01/04/2019	-
BE2138495335	EUR	2.597	5.70	01/04/2019	-
BE2138475139	EUR	5	5.20	01/05/2019	-
BE2138496341	EUR	2.058	5.70	01/05/2019	-
BE2138503419	EUR	10.720	6.40	01/05/2019	-
BE2138523615	EUR	29.921	6.40	01/06/2019	-
BE2138546848	EUR	3.902	5.30	01/06/2019	-
BE2138548869	EUR	8.018	5.30	01/07/2019	-
BE2138586273	EUR	5.600	4.90	01/07/2019	-
BE2138608499	EUR	3.728	4.90	01/08/2019	-
BE2138635765	EUR	1.922	4.75	01/08/2019	-
BE2138679235	EUR	601	4.75	01/08/2019	-
BE2138657017	EUR	68	4.75	01/09/2019	-
BE2138701450	EUR	6.917	4.75	01/09/2019	-
BE2138783300	EUR	150	5.05	01/09/2019	-
BE2138723678	EUR	12.250	4.75	01/10/2019	-
BE2138786337	EUR	1.042	4.65	01/10/2019	-
BE2138800476	EUR	9.790	4.65	01/11/2019	-
BE2138822694	EUR	230	4.40	01/11/2019	-
BE2138836835	EUR	5.041	4.40	01/12/2019	-
BE2138858086	EUR	1.689	4.30	01/12/2019	-
BE2138867178	EUR	4.415	4.30	01/01/2020	-
BE2138889396	EUR	2.549	4.20	01/01/2020	-
BE2138910606	EUR	4.383	4.20	01/02/2020	-
BE2138953069	EUR	3.895	4.20	01/03/2020	-
XS0063913387	USD	35.040	0.45	16/02/2021	a) 15/02/2021
XS0255154717	EUR	10.500	1.40	29/06/2021	-
XS0123739533	EUR	30.000	6.48	27/01/2031	-
BE0933899800	EUR	3.000.000	1.42	19/12/2072	-
BE0933899800	EUR	1	1.42	19/12/2072	-
BE0117584202	EUR	1.000.000	1.41	28/09/2099	a) 26/03/2012

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.18

XVIII. DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL E DA ESTRUTURA DOS ACCIONISTAS

	Códigos	Exercício	Exercício anterior
A	DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL		
1	Capital subscrito		
a.	Capital subscrito no fim do exercício anterior	20910P	9.374.878
b.	Capital subscrito no fim do exercício	(20910)	9.374.878

	Códigos	Montante	Número de ações
c.	Alterações no exercício		
d.	Estrutura do capital		
d.	Estrutura do capital		
e.	Categorias de ações		
	Ordinárias	9.374.878	483.241.153
f.	Ações registadas	51801	xxxxxxx
			482.999.010

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

g. Acções ao portador	51802	xxxxxxxxxxx	242.143
-----------------------	-------	-------------	---------

	Códigos	Montante de capital não realizado	Capital realizado não pago
2 CAPITAL NÃO REALIZADO			
a. Capital não realizado	(20920)		Xxxxxxxxxxxx
b. Capital realizado não pago	51803	Xxxxxxxxxxxx	
c. Accionistas ainda a dever o pagamento de capital			

	Códigos	Exercício
3 ACÇÕES PRÓPRIAS		
a. Detidas pela própria sociedade		
* Total de acções próprias	51804	
* Número correspondente de acções	51805	
b. Detidas pelas suas subsidiárias		
* Total de acções próprias	51806	
* Número correspondente de acções	51807	
4 COMPROMISSOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES		
a. Resultantes do exercício da conversão		
* Total de empréstimos convertíveis em dívida	51808	
* Total de capital por subscrever	51809	
* Número correspondente de acções por emitir	51810	
b. Resultantes do exercício da subscrição		
* Número de direitos de subscrição em circulação	51811	
* Total de capital por subscrever	51812	
* Número correspondente de acções por emitir	51813	
5 CAPITAL AUTORIZADO NÃO SUBSCRITO	51814	9.374.000

	Códigos	Exercício
6 UNIDADES ACCIONISTAS EMITIDAS QUE NÃO SÃO REPRESENTATIVAS DO CAPITAL		
a. Distribuição		
* Número de unidades accionistas	51804	
* Número de votos associados	51805	
b. Discriminação por accionista		
* Número de acções detidas pela própria sociedade	51806	
* Número de acções detidas pelas suas subsidiárias	51807	

272| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.18

B. ESTRUTURA ACCIONISTA DA INSTITUIÇÃO NA DATA DE FECHO DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM AS NOTIFICAÇÕES RECEBIDAS PELA INSTITUIÇÃO

O Fortis Bank NV/SA tem a sua sede social em 1000 Brussels, Montagne du Parc 3.

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital subscrito do Fortis Bank ascendia a 9.374.878.367 euros.

O BNP Paribas era detentor de 362.115.778 acções de capital das 483.241.153 acções do Fortis Bank, o que representa 74,93% da participação efetiva.

A Société Fédérale de Participations et d'Investissement / Federale participatie en Investeringsmaatschappi NV era detentora de 12.810.289 acções do Fortis Bank, o que representa 25% do capital.

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

As restantes 315.086 ações, representando 0,07% da participação efetiva, são detidas por uma minoria de acionistas.

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.19

XIX. DISCRIMINAÇÃO DO TOTAL DO BALANÇO E DO TOTAL DO ACTIVO, PARA VALORES SUPERIORES A 15 MILHÕES, EM EUROS E MOEDAS ESTRANGEIRAS

		Códigos	Exercício
1	Total do Ativo		
	a. em euros	51901	265.840.503
	b. em moedas estrangeiras (equivalente em euros)	51902	34.807.637
2	Total do Passivo		
	a. em euros	51903	271.118.213
	b. em moedas estrangeiras (equivalente em euros)	51904	29.529.927

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.20

XX. OPERAÇÕES FIDUCIÁRIAS REFERIDAS NO ARTIGO 27.º, n.º 1, ponto 3

		Exercício
	Títulos relevantes do ativo e do passivo	

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 273

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.21.1

XXI. DEMONSTRAÇÃO DAS DÍVIDAS E OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

		Exercício
A	HIPOTECAS (Quantia registada ou valor contabilístico dos imóveis hipotecados, se o segundo montante for inferior)	
1	Garantias reais prestadas ou irrevogavelmente prometidas pela instituição a partir dos seus próprios activos como garantia para as dívidas e obrigações da instituição	
	a. Títulos dos passivos	
	b. Títulos não contabilizados no balanço	
2	Garantias reais prestadas ou irrevogavelmente prometidas pela instituição a partir dos seus próprios activos como garantia para as dívidas e obrigações de terceiros	

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.21.2

		Exercício
B	HIPOTECAS (Quantia registada ou valor contabilístico dos imóveis hipotecados, se o segundo montante for inferior)	
1	Garantias reais prestadas ou irrevogavelmente prometidas pela instituição a partir dos seus próprios activos como garantia para as dívidas e obrigações	

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	da instituição
	a. Títulos dos passivos
	b. Títulos não contabilizados no balanço
2	Garantias reais prestadas ou irrevogavelmente prometidas pela instituição a partir dos seus próprios activos como garantia para as dívidas e obrigações de terceiros

274| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.21.3

C	GARANTIA DE OUTROS ATIVOS (Valor contabilístico dos ativos garantidos)
1	Garantias reais prestadas ou irrevogavelmente prometidas pela instituição a partir dos seus próprios activos como garantia para as dívidas e obrigações da instituição
	a. Títulos dos passivos Débitos em resultado de mobilizações e adiantamentos
	b. Títulos não contabilizados no balanço
2	Garantias reais prestadas ou irrevogavelmente prometidas pela instituição a partir dos seus próprios activos como garantia para as dívidas e obrigações de terceiros

Exercício

38.837.710

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.21.4

D	GARANTIAS DEFINIDAS SOBRE ATIVOS FUTUROS (Total dos ativos relevantes)
1	Garantias reais prestadas ou irrevogavelmente prometidas pela instituição a partir dos seus próprios activos como garantia para as dívidas e obrigações da instituição
	a. Títulos dos passivos
	b. Títulos não contabilizados no balanço
2	Garantias reais prestadas ou irrevogavelmente prometidas pela instituição a partir dos seus próprios activos como garantia para as dívidas e obrigações de terceiros

Exercício

Fortis Bank Relatório Anual 2011 |275

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.22

XXII. DEMONSTRAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS QUE PODEM SUSCITAR UM RISCO DE CRÉDITO (Títulos I e II da secção não contabilizada no balanço)

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

		Códigos	Montante	Número de acções
1	Total de compromissos contingentes em favor de empresas afiliadas	52201		
2	Total de passivos contingentes em nome de outras empresas ligadas por participações	52202		
3	Total de compromissos que podem suscitar um crédito de risco com empresas afiliadas	52203	18.536.729	2.620.635
4	Total de compromissos que podem suscitar um crédito de risco em outras empresas ligadas por participações	52204	310.091	87.230

276| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº BE 403.199.702

F-estb 5.23

XXIII. ESPECIFICAÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS (títulos I a XV das contas de resultados operacionais)

		Códigos	Montante	Número de acções
1	Discriminação dos resultados operacionais por origem			
	a. Juros e rendimentos similares	(40.100)	5.679.707	5.845.202
	* Instituições belgas	52301	5.453.112	5.350.153
	* Instituições estrangeiras	52302	226.595	495.049
	b. Rendimento de títulos de rendimento variável, acções, unidades e outros títulos de rendimento variável	(40310)	64.754	60.111
	* Instituições belgas	52303	64.754	60.111
	* Instituições estrangeiras	52304		
	c. Rendimentos de títulos de rendimento variável: participações em empresas afiliadas	(40320)	334.205	312.192
	* Instituições belgas	52305	334.205	301.174
	* Instituições estrangeiras	52306		11.018
	d. Rendimentos de títulos de rendimento variável: participações em outras empresas ligadas por participações	(40330)	52.618	10.520
	* Instituições belgas	52307	52.618	10.520
	* Instituições estrangeiras	52308		
	e. Rendimentos de títulos de rendimento variável: outras acções que constituem activos fixos financeiros	(40340)	1.241	1.251
	* Instituições belgas	52309	1.231	1.241
	* Instituições estrangeiras	52310	10	10
	f. Comissões recebidas	(40400)	1.267.156	1.247.548
	* Instituições belgas	52311	1.096.166	1.163.239
	* Instituições estrangeiras	52.312	170.990	84.309
	g. Lucros de operações financeiras	(40600)	19.918	264.170
	* Instituições belgas	52313	6.891	247.540
	* Instituições estrangeiras	52314	13.027	16.630
	h. Outros rendimentos operacionais	(41400)	212.833	199.596
	* Instituições belgas	52315	193.671	199.596
	* Instituições estrangeiras	52316	19.162	
2	Colaboradores inscritos no registo de pessoal			
	a. Total de colaboradores no fim do exercício	52317	20.453	20.510
	b. Número médio de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro	52318	18.671	18.695

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	* Quadros directivos	52319	1.951	1.907
	* Empregados	52320	16.720	16.788
	* Trabalhadores manuais	52321		
	* Outros	52322		
	c. Horas efetivamente trabalhadas	52323	24.910.137	24.654.913
3	Custos de pessoal			
	a. Remunerações e benefícios directos	52324	1.168.398	1.259.486
	b. Contribuições para a segurança social	52325	323.081	316.653
	c. Prémios para seguros não obrigatórios	52326	119.060	118.765
	d. Outros custos de pessoal	52327	40.081	47.548
	e. Pensões de reforma e sobrevivência	52328	1.917	2.399
4	Provisões para pensões e obrigações similares			
	a. Aumento (+)	52329		
	b. Diminuição (-)	52330		

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 277

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.23

		Códigos	Montante	Número de acções
5	Discriminação dos outros encargos operacionais em caso de quantias significativas			
	a. Rendimentos de arrendamentos		12.731	11.707
	b. Recuperações diversas		162.287	142.232
	c. Custos de inventário		14.170	17.812
	d. Franquias		13.210	13.811
	e. Retornos sobre dívidas		11.811	11.156
	f. Outros			1.130
6	Outros encargos operacionais			
	a. Impostos	52331	202.114	210.092
	b. Outros	52332	124.164	49.346
	c. Discriminação dos outros encargos operacionais em caso de quantias significativas			
7	Resultados operacionais relativos a empresas afiliadas	52333	1.859.144	2.394.857
8	Encargos relativos a empresas afiliadas	52334	925.072	800.443

278 | Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.24.1

XXIV. DEMONSTRAÇÃO DE OPERAÇÕES A PRAZO NÃO CONTABILIZADAS NO BALANÇO NO ÂMBITO DE TÍTULOS, DIVISAS ESTRANGEIRAS E OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO REPRESENTANDO PASSIVOS QUE PODEM SUSCITAR UM RISCO DE CRÉDITO NA ACEPÇÃO DO TÍTULO II DA SECÇÃO NÃO CONTABILIZADA NO BALANÇO

	Códigos	Exercício
--	---------	-----------

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

A	TIPOS DE OPERAÇÕES (Total na data de fecho das contas)		
1	Operações no âmbito de títulos		
	a. Aquisições e vendas de títulos e instrumentos negociáveis a prazo	52401	6530
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52402	6.530
2	Operações em divisas estrangeiras (totais definidos)		
	a. Operações cambiais a prazo	52403	41.603.731
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52404	41.441.552
	b. Swaps cambiais e de taxa de juro	52405	11.846.336
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52406	10.293.412
	c. Futuros em divisas	52407	
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52408	
	d. Opções em divisas	52409	6.248.985
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52410	6.248.985
	e. Contratos cambiais a prazo	52411	1.843.916
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52412	1.843.916
3	Operações no âmbito de outros instrumentos financeiros		
	Transacções de taxa de juro a prazo (valor de referência nominal/teórico)		
	a. Swaps de taxa de juro	52413	943.668.247
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52414	865.549.118
	b. Futuros de taxa de juro	52415	12.729.759
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52416	12.729.759
	c. Contratos de taxa de juro a prazo	52417	408.421.501
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52418	408.421.501
	d. Opções de taxa de juro	52419	1.224.486.923
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52420	1.221.619.373
	Outras aquisições e vendas a prazo (preço de compra/venda acordado entre as partes)		
	e. Outros contratos de opções	52421	3.457.438
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52422	3.359.910
	f. Outras operações de futuros	52423	
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52424	
	g. Outras aquisições e vendas a prazo	52425	317.570
	* Incluindo: operações não afectadas por cobertura	52426	317.570

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 279

Nº	BE 403.199.702	F-estb 5.24.2
----	----------------	---------------

		Códigos	Exercício
B	EFEITOS ESTIMADOS NOS RESULTADOS DE ISENÇÃO DA REGRA DE AVALIAÇÃO REFERIDA NO ARTIGO 36.-A, SECÇÃO 2, RELATIVAMENTE A OPERAÇÕES DE TAXA DE JURO A PRAZO		
1	Transacções de taxa de juro a prazo no âmbito da gestão de caixa		
	a. Valor de referência nominal/teórico na data de fecho das contas	52427	15.832.483
	b. Diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico (+)/(-)	52428	(4.674)
2	Transacções de taxa de juro a prazo no âmbito da gestão de activos e passivos		
	a. Valor de referência nominal/teórico na data de fecho das contas	52429	37.372.178
	b. Diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico (+)/(-)	52430	(245.656)

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

3	Operações com reduções do risco (LOCOM)		
	a. Valor de referência nominal/teórico na data de fecho das contas	52431	Nada obstante
	b. Diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico (+)/(-)	52432	Nada obstante

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.25

XXV. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

		Códigos	Exercício
1	Ganhos de capital obtidos com a transferência de imobilizado para empresas afiliadas	52501	30.340
2	Perdas de capital sofridas com a transferência de imobilizado para empresas afiliadas	52502	72.653
3	Discriminação de outros resultados extraordinários em caso de quantias significativas		
	a. Ganhos de alienações de participações		30.340
	b. Ganhos com a venda de actividades de sucursais estrangeiras a entidades do BNP Paribas SA		1.912
4	Discriminação de outros encargos extraordinários em caso de quantias significativas		
	a. Plano de reorganização		15.776
	b. Perdas com a venda de actividades de sucursais estrangeiras a entidades do BNP Paribas SA		13.495

280| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.26

XXVI. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

		Códigos	Exercício
1	Impostos sobre os resultados do exercício	52601	30.894
	a. Impostos e retenções devidos ou pagos	52602	29.615
	b. Excedentes de pagamentos de impostos ou retenções transitados para os activos	52603	
	c. Passivos fiscais adicionais estimados	52604	1.279
2	Impostos sobre os resultados de exercícios anteriores	52605	17.890
	a. Impostos adicionais devidos ou pagos	52606	23.313
	b. Impostos adicionais estimados ou transferidos para provisões	52607	(5.423)
3	Principais causas de disparidades entre os lucros antes de impostos apresentados nas demonstrações financeiras e os lucros tributáveis estimados		143.939
	Custos não aceites		(5.140)
	Movimentos de reservas		355.688
	Acréscimos/decréscimos de acções e unidades		(160.609)

4	Impacto dos resultados extraordinários nos impostos e nos resultados do exercício		
----------	--	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

		Códigos	Exercício
5	Fontes de impostos diferidos		
	a. Activos por impostos diferidos	52608	8.829.417
	* Perdas fiscais acumuladas dedutíveis de futuros lucros tributáveis	52609	8.750.954
	* Outros activos por impostos diferidos		
	São contabilizados os activos por impostos diferidos relativos a planos de reestruturação em curso		78.463
	b. Passivos por impostos diferidos	52610	25
	* Discriminação dos passivos por impostos diferidos relativos a créditos fiscais potenciais referentes a excedentes de reavaliações de edifícios		
	São contabilizados os impostos diferidos provenientes da indústria de crédito		

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 281

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.27

XXVII. IMPOSTOS SOBRE O VALOR ACRESCENTADO E OUTROS IMPOSTOS DEVIDOS POR TERCEIROS

		Códigos	Montante	Número de acções
1	Impostos sobre o valor acrescentado cobrados			
	a. À empresa (dedutíveis)	52701	82.524	115.700
	b. Pela empresa	52702	50.373	47.548
2	Retenções devidas por terceiros relativas a			
	a. Retenções nos salários	52703	363.944	379.096
	b. Retenções nos rendimentos de investimento	52704	273.517	263.762

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.28.1

XXVIII. DIREITOS E COMPROMISSOS NÃO RECONHECIDOS NO BALANÇO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A. DIREITOS E COMPROMISSOS NÃO RECONHECIDOS NO BALANÇO

		Códigos	Exercício
1	Principais compromissos com a aquisição de imobilizado		
2	Principais compromissos com a venda de imobilizado		
3	Acções judiciais importantes e outros compromissos importantes		
4	Se apropriado, uma breve descrição do sistema de reforma ou sobrevivência complementar em benefício do pessoal ou dos executivos, indicando as medidas tomadas para cobrir os encargos resultantes		

		Códigos	Exercício
5	Pensões cujo serviço deve ser pago pela própria empresa		
	Estimativa dos compromissos decorrentes	52801	
	*Bases e métodos de cálculo		

6 Natureza e objetivo comercial dos compromissos não contabilizados no balanço

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Quando os riscos ou benefícios desses acordos são significativos e a sua publicação necessária para avaliar a posição financeira da empresa; se necessário, devem mencionar-se também as consequências financeiras desses acordos para a empresa:

282| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.28.2

B TRANSACÇÕES COM AFILIADAS EM CONDIÇÕES DE NÃO MERCADO

Demonstração dessas transacções, quando significativas, indicando o seu valor, a natureza da relação com a parte relacionada e outras informações sobre as transacções, necessárias para visualizar a posição da empresa:

Exercício

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.29

XXIX. RELAÇÕES FINANCEIRAS COM

		Códigos	Exercício
A	DIRECTORES E ADMINISTRADORES, PESSOAS SINGULARES OU COLECTIVAS QUE DIRETA OU INDIRECTAMENTE CONTROLAM A INSTITUIÇÃO MAS QUE NÃO CONSTITUEM EMPRESAS AFILIADAS OU AS OUTRAS EMPRESAS DIRECTA OU INDIRECTAMENTE CONTROLADAS PELAS REFERIDAS PESSOAS SINGULARES OU COLECTIVAS	52801	
1	Valores a receber destas pessoas	52901	4.736
	a. Principais condições relativas a valores por receber		
2	Garantias fornecidas em seu favor	52902	
	a. Principais condições das garantias concedidas		
3	Outros compromissos significativos assumidos em seu favor	52903	
	a. Principais condições destes outros compromissos		
4	Remunerações directas e indirectas e pensões cobradas na demonstração de resultados, desde que este registo não diga respeito exclusiva ou principalmente à situação de uma só pessoa identificável		
	a. A directores e administradores	52904	7.207
	b. A ex-directores e ex-administradores	52905	12

		Códigos	Exercício
B	TÉCNICO(S) OFICIA(L)IS DE CONTRAS E PESSOAS COM QUEM EXISTE UMA LIGAÇÃO		
1	Remuneração do(s) técnico(s) oficia(l)is de contas	52906	2.527
2	Remuneração de serviços excepcionais ou missões especiais prestados na empresa pelo(s) técnico(s) oficia(l)is de contas		
	a. Outras missões de análise	52907	273
	b. Missões relativas a consultoria fiscal	52908	
	c. Outras missões exteriores à revisão oficial das contas	52909	
3	Remuneração de serviços excepcionais ou missões especiais prestadas na empresa por pessoas com quem existe uma ligação do(s) técnico(s) oficia(l)is de contas		
	a. Outras missões de análise	52910	

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

	b. Missões relativas a consultoria fiscal	52911	
	c. Outras missões exteriores à revisão oficial das contas	52912	

4 Termos ao abrigo do artigo 133.º, n.º 6, do Código das Sociedades

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 283

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.30

XXX. POSIÇÕES EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

		Códigos	Exercício
1	Instrumentos financeiros a receber pela entidade em nome de clientes	53001	1.877.572
2	Instrumentos financeiros a pagar pela entidade a clientes	53002	916.377
3	Instrumentos financeiros de clientes recebidos para guarda pela entidade	53003	114.242.335
4	Instrumentos financeiros de clientes dados para guarda pela entidade	53004	119.552.264
5	Instrumentos financeiros de clientes recebidos como garantia pela entidade	53005	6.271.304
6	Instrumentos financeiros de clientes dados como garantia pela entidade	53006	

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.31

XXXI. DERIVADOS NÃO AVALIADOS AO JUSTO VALOR

Os derivados mencionados infra são utilizados para fins de cobertura. O justo valor da transação na sua totalidade (justo valor dos negócios cobertos e das coberturas) não tem impacto material nos lucros do exercício

	Exercício
Cálculo do justo valor para cada categoria de derivados que não são avaliados ao justo valor, com informações sobre a natureza e o volume dos instrumentos	
ALM / RS	253.761
ALM 7 CAP	13.563
(C) RS	(929.789)
Outros derivados	(979)

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.32.2

C. RELAÇÕES FINANCEIRAS DO GRUPO QUE A EMPRESA ENCABEÇA NA BÉLGICA COM O(S) TÉCNICO(S) OFICIA(L)IS DE CONTAS E AS PESSOAS COM QUEM EXISTE UMA LIGAÇÃO: DEMONSTRAÇÃO EM APLICAÇÃO DO ARTIGO 133.º, N.º 6 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES

		Códigos	Exercício
D	RELAÇÕES FINANCEIRAS DO GRUPO QUE A EMPRESA ENCABEÇA NA BÉLGICA COM O(S) TÉCNICO(S) OFICIA(L)IS DE CONTAS E AS PESSOAS COM QUEM EXISTE UMA LIGAÇÃO: Demonstração em aplicação do artigo 134.º, N.ºS 4 e 5 do código das sociedades		
1	Remuneração do(s) técnico(s) oficia(l)is de contas pelo exercício do seu mandato legal a nível do Grupo que a empresa que publica as informações encabeça	53201	2.527
2	Remuneração de serviços excepcionais ou missões especiais prestados na empresa pelo(s) técnico(s) oficia(l)is de contas		
	a. Outras missões de análise	53202	273
	b. Missões relativas a consultoria fiscal	53203	
	c. Outras missões exteriores à revisão oficial das contas	53204	
3	Remuneração das pessoas com quem o(s) técnico(s) oficia(l)is de contas têm uma ligação, pelo exercício do seu mandato legal a nível do Grupo que a empresa que publica as informações encabeça	53205	1.937
4	Remuneração de serviços excepcionais ou missões especiais executados por este grupo de pessoas com quem os técnicos oficiais de contas têm uma ligação		
	a. Outras missões de análise	53206	68
	b. Missões relativas a consultoria fiscal	53207	4
	c. Outras missões exteriores à revisão oficial das contas	53208	2.645

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.33

VALORES DE PARTICIPAÇÕES E ACÇÕES NÃO REALIZADAS
(Em aplicação do artigo 29.º, n.º 1)
de euros)

(em milhares)

Título Anexo B	Denominação da empresa	Quantia não realizada
VII. A.	FORTIS PRIVATE EQUITY BELGIUM	32.438
	F. SCHOLEN	3.500
	SOWO INVEST N.V.	73
	FINTRIMO S.A.	25
	FINTRIMO S.A.	25
	FINTRIMO S.A.	25
	VI ZAVENTEM N.V.	144

	Total	36.230
VII. B	CREDIT SOC. DE BRABANT WALLON	16
	CREDIT SOC. P.P. REUNIS LIB 90	4
	BEM II	375
	Total	395
Vii. C	CREDIT HYPOTH. OSCAR BRICOULT	4
	CREDIT TRAVAILLEURS LIB 50 PC	1
	LANDWAARTS SOC. WOONKR LIB 36 %	80
	ONS EIGEN HUIS LIB 95 PC	1
	EIGEN HUIS – THUIS BEST	3
	UW EIGEN HUIS VLAAN LIB 84 PC	6
	MQAISON DE L'ENTREPR. LIB 25%	6
	MQAISON DE L'ENTREPR. LIB 25%	9
	Total	110

XXVIII. DIREITOS E OBRIGAÇÕES NÃO DEMONSTRADOS NO BALANÇO E COBERTOS PELA SECÇÃO ANTERIOR OU PELAS RUBRICAS NÃO CONTABILIZADAS NO BALANÇO

- C. Quando aplicável, faz-se uma breve descrição da pensão complementar de reforma e sobrevivência dos colaboradores ou executivos, em que se apresentam as medidas adoptadas para cobrir os custos decorrentes.

I. Breve descrição dos sistemas de pensões

O Fortis Bank tem quatro sistemas de pensões em curso.

- A. O primeiro sistema de pensões é aplicável aos colaboradores que foram admitidos no Banco antes de 1 de Janeiro de 2002 e que não são executivos do Fortis Bank (ex-ASLK, ex-Generale Bank e Fortis Bank).

Este sistema abrange:

- 1) um plano básico de benefício definido, que fornece as seguintes prestações:
 - prestação de reforma, pagável quando é atingida a idade da reforma (60 anos), que toma em consideração a reforma actual do membro efectivamente paga pelo Estado;
 - uma prestação por morte antes da idade da reforma e uma prestação de órfão
- 2) Um plano complementar (só para a categoria ex-ASLK) de tipo de contribuição definida, que prevê contribuições obrigatórias do membro e fornece prestações adicionais por reforma e morte.

- B. O segundo sistema é aplicável aos colaboradores que foram admitidos no Banco depois de 31 de Dezembro de 2001 e que não são executivos do Fortis Bank (só a categoria Fortis Bank). Este sistema, que prevê contribuições obrigatórias do membro, é um sistema de contribuição definida para a pensão de reforma e um sistema de benefício definido para as prestações por morte e de órfão.

C. O terceiro sistema é aplicável aos colaboradores da categoria ex-KN. É um sistema de contribuição definida para a prestação da reforma e um sistema de benefício definido para as prestações por morte e de órfão.

D. O quarto sistema aplica-se aos executivos do Fortis Bank.
É um sistema de benefício definido que fornece as seguintes prestações:

- prestação de reforma pagável quando é atingida a idade de reforma (65 anos), variando o capital da pensão consoante a categoria do cargo;
- uma prestação por morte antes da idade da reforma e uma prestação de órfão

II. Breve descrição das medidas adotadas pela empresa para cobrir os custos decorrentes

A. Os custos do sistema de pensões são cobertos por:

- um seguro colectivo subscrito na AXA Bélgica e na Allianz sobre os direitos acumulados (contribuições dos colaboradores); em 31 de Dezembro de 2001 para as categorias ex-Generale Bank e Fortis Bank;
- um seguro colectivo subscrito na AG Insurance sobre a diferença entre os benefícios definidos e estes direitos acumulados e para as prestações a pagar em caso de morte ou orfandade.

1) Nos compromissos assumidos em I.A.1), a entidade patronal paga contribuições mensais ao Fundo de Financiamento do seguro colectivo (calculadas como percentagem fixa dos salários;

2) Nos compromissos assumidos em I.A.2), as contribuições são divididas equitativamente entre os colaboradores e a entidade patronal.

Fortis Bank Relatório Anual 2011 287

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 5.34

B. Os custos do segundo sistema são cobertos por um seguro colectivo subscrito com a AG Insurance. Os colaboradores pagam uma contribuição mensal individual consoante o seu salário. A entidade patronal paga uma contribuição mensal para o Fundo de Financiamento do seguro colectivo.

C. Os custos do terceiro sistema são cobertos por um seguro colectivo subscrito com a AG Insurance.
A entidade patronal paga um prémio mensal sobre o seguro colectivo.

D. Os custos do quarto sistema são cobertos por um seguro colectivo subscrito com a AXA Bélgica. A entidade patronal paga um prémio mensal sobre o seguro colectivo para o Fundo de Financiamento do seguro colectivo, administrado pela AG Insurance.

288| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 6

BALANÇO SOCIAL (Em euros)

Número de comissões industriais conjuntas que governam a empresa: 310

INFORMAÇÕES SOBRE O PESSOAL EMPREGADO

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

FUNCIONÁRIOS REGISTADOS NO REGISTO DE PESSOAL

No exercício e no exercício anterior	Códigos	1. Tempo inteiro	2. Tempo parcial	3. Total (T) ou total em equivalentes a tempo inteiro (FTE)	3P. Total (T) ou total em equivalentes a tempo inteiro (FTE)
		(Exercício)	(Exercício)	(Exercício)	(Exercício anterior)
Número médio de colaboradores	100	14.739	5.700	18.671 (FTE)	18.455 (FTE)
N.º de horas de trabalho efetivas	101	20.625.028	4.285.109	24.910.137 (T)	24.654.913 (T)
Custos de pessoal	102	1.257.871.587	324.954.117	1.582.825.704 (T)	1.586.528.000 (T)
Benefícios adicionais ao salário	103	xxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxx	(T)	(T)

No exercício e no exercício anterior	Códigos	1. Tempo inteiro	2. Tempo parcial	3. Total em equivalentes a tempo inteiro
No fim do exercício				
Número de colaboradores inscritos no registo de pessoal	105	14.858	5.595	18.694
Discriminação por tipo de contratação				
Contrato de duração ilimitada	110	14.632	5.591	18.465
Contrato de duração limitada	111	226	4	229
Contrato para um projecto claramente definido	112			
Substituição temporária	113			
Discriminação por género e habilitações escolares				
Homens	120	8.753	1.510	9.711
ensino primário	1200			
ensino secundário	1201	2.047	889	2.586
grau superior não académico	1202	3.398	422	3.680
grau académico	1203	3.308	199	3.445
Mulheres	121	6.105	4.085	8.983
ensino primário	1210			
ensino secundário	1211	1.208	1.766	2.390
grau superior não académico	1212	2.600	1.577	3.745
grau académico	1213	2.297	742	2.848
Discriminação por cargo				
Gestão	130	1.880	102	1.954
Colaboradores	134	12.978	5.493	16.740
Trabalhadores manuais	132			
Outros	133			

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 289

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 6

PESSOAL TEMPORÁRIO E PESSOAS DISPONÍVEIS PARA A EMPRESA

No exercício	Códigos	1. Temporários	2. Pessoas colocadas à disposição da empresa
Número médio empregado	150	40.954	
N.º de horas de trabalho efetivas	151	237.596	
Custo para a empresa	152	7.739.055	

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE PESSOAL NO EXERCÍCIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

ADMITIDOS	Códigos	1. Tempo inteiro	2. Tempo parcial	3. Total em equivalentes a tempo inteiro
Pessoal contratado no exercício	205	1.519	35	1.547
Discriminação por tipo de contrato de trabalho				
Contrato de duração indefinida	210	1.304	32	1.330
Contrato de duração definida	211	215	3	217
Contrato para um projecto claramente definido	212			
Contrato de substituição temporária	213			

RESCISÕES	Códigos	1. Tempo inteiro	2. Tempo parcial	3. Total em equivalentes a tempo inteiro
Número de colaboradores em que o registo de pessoal indica uma data do exercício como data de cessação do seu contrato de trabalho	305	1.030	581	1.358
Discriminação por tipo de contrato de trabalho				
Contrato de duração indefinida	310	848	578	1.174
Contrato de duração definida	311	182	3	184
Contrato para um projecto claramente definido	312			
Contrato de substituição temporária	313			
Discriminação por razão da cessação do contrato de trabalho				
Reforma	340	268	458	521
Reforma antecipada	341			
Despedimento	342	157	18	168
Outras razões	343	605	105	669
Das quais: número de colaboradores que continua a trabalhar para a empresa como profissional liberal, pelo menos a meio tempo	350			

290| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Nº	BE 403.199.702
----	----------------

F-estb 6

INFORMAÇÕES SOBRE ACÇÕES DE FORMAÇÃO NO EXERCÍCIO

	Códigos	Homens	Códigos	Mulheres
Total de iniciativas de formação profissional contínua a cargo da empresa				
Número de formandos	5801	9.688	5811	8.858
Número de horas de formação	5802	287.228	5812	281.322
Custos para a empresa	5803	35.334.748	5813	32.307.515
dos quais custos brutos directamente ligados à formação	58031	34.999.190	58131	32.000.704
dos quais encargos pagos e transferências para fundos	58032	335.559	58132	306.810
dos quais contribuições e outras prestações financeiras recebidas (dedutíveis)	58033		58133	
Total de iniciativas de formação profissional contínua semi-formais ou informais a cargo da entidade patronal				
Número de formandos	5821	76	5831	67
Número de horas de formação	5822	1.479	5832	2.840
Custos para a empresa	5823	98.372	5833	188.896
Total de iniciativas de formação profissional inicial a cargo da entidade patronal				
Número de formandos	5841	5851		
Número de horas de formação	5842	5852		
Custos para a empresa	5843	5853		

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Resumo das políticas contábilísticas para as demonstrações financeiras não consolidadas

Princípios gerais

As políticas contábilísticas do Fortis Bank cumprem o disposto no Decreto Real de 23 de Setembro de 1992 que regulamenta as contas anuais de instituições de crédito.

As políticas contábilísticas do Fortis Bank mantêm-se inalteradas em relação ao ano passado.

O resumo seguinte descreve de forma mais pormenorizada as políticas contábilísticas utilizadas nos principais componentes do balanço e da demonstração de resultados.

Ativos

Créditos de instituições de crédito e clientes

Os empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito e clientes são contabilizados pelo montante inicial pago deduzido de reembolsos subsequentes e de provisões em conformidade. Todas as despesas pagas a terceiros pela realização de transações com clientes são integralmente contabilizadas no período contábilístico em que ocorreram.

Eventuais diferenças entre o valor nominal dos empréstimos e adiantamentos e os montantes originalmente concedidos são contabilizadas numa base cumulativa como rendimentos ou despesas de juros na demonstração de resultados.

Os outros créditos são contabilizados pelo seu valor nominal.

As provisões para empréstimos de cobrança duvidosa e futuro incerto são contabilizados proporcionalmente à parte considerada irrecuperável com base em fontes de informação objetivas. Quando um empréstimo é classificado como de cobrança duvidosa ou incerto, os respetivos juros deixam normalmente de ser incluídos na demonstração de resultados.

As políticas contábilísticas contemplam a possibilidade de instituir um fundo de segurança interno para cobrir possíveis futuros riscos bem definidos, que ainda não podem ser especificados.

Ações e obrigações

Os títulos ou créditos representados por títulos comercializáveis são incluídos na carteira de negociação se forem adquiridos com a finalidade de revenda, com base no seu retorno por um período que, normalmente, não excede seis meses.

Os títulos transacionados são valorizados pelo valor de mercado se forem transacionados num mercado líquido. Na ausência de um mercado líquido, são valorizados pelo custo mais baixo (todos os custos incluídos, deduzidos das provisões creditadas) ou pelo valor do mercado.

Os títulos de rendimento fixo da carteira de investimentos são contabilizados com base na sua taxa de rendimento até ao vencimento. A diferença entre o custo de aquisição (todos os custos incluídos, deduzidos das provisões creditadas) e o valor de resgate é acumulada na demonstração de resultados.

Os ganhos e perdas realizados com a venda de títulos de rendimento fixo são contabilizados imediatamente na demonstração de resultados. Se, no entanto, forem realizados com transações de

arbitragem, poderão ser acumulados, em conformidade com o disposto no artigo 35.º, n.º 5 do Real Decreto de 23 de Setembro de 1992.

As ações da carteira de investimentos são valorizadas pelo custo mais baixo (todos os custos incluídos, deduzidos das provisões creditadas) ou pelo valor do mercado, sendo todas as diferenças contabilizadas na demonstração de resultados.

292| Fortis Bank Relatório Anual 2011

Se existir risco de não pagamento pelo devedor, são inscritas depreciações tal como para em préstimos de cobrança duvidosa ou empréstimos de futuro incerto.

Imobilizações financeiras

As imobilizações financeiras são contabilizadas pelo custo. É inscrita uma depreciação quando o decréscimo do valor é permanente. Quando as imobilizações financeiras são financiadas com fundos emprestados, as diferenças cambiais destes fundos não são contabilizadas na demonstração de resultados.

Os custos incrementais são inscritos diretamente na demonstração de resultados.

Despesas de formação e ativos intangíveis

Os custos de arranque são capitalizados e depreciados linearmente ao longo de 5 anos.

Os custos de aumento de capital são imputados diretamente na demonstração de resultados.

Os custos de emissão de empréstimos subordinados são depreciados linearmente ao longo da duração do empréstimo. Os custos de emissão de empréstimos perpétuos são depreciados linearmente ao longo de 5 anos ou do período que antecede a data da primeira opção de compra, se for uma data anterior.

Os custos relacionados com software desenvolvido pelo próprio Banco ou relacionados com software standard ou específico adquirido a terceiros são contabilizados diretamente na demonstração de resultados como despesas gerais. Se houver a certeza que a vida económica do software específico adquirido a terceiros é superior a um ano, e se essa vida económica for determinada sobretudo pelo risco de mudanças tecnológicas e desenvolvimentos comerciais, este software pode ser capitalizado e depreciado linearmente ao longo da vida útil estimada, por um período máximo de 5 anos.

Os outros ativos fixos intangíveis são depreciados ao longo de um período máximo de 10 anos.

O Banco não faz uso da opção de capitalizar comissões pagas a terceiros pela realização de transações com clientes que possuam um período contratual superior a um ano.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados pelo custo, incluindo custos acessórios e impostos indiretos não recuperáveis, deduzidos da depreciação.

A depreciação ocorre linearmente ao longo da vida económica estimada.

É permitida a reavaliação dos ativos fixos tangíveis, desde que o seu valor exceda o valor da carteira de negociação de forma clara e durável.

Outros ativos

Este título inclui, entre outras rubricas, os impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos não podem ser contabilizados. No entanto, a CBFA permite a contabilização de impostos diferidos ativos relacionados com custos de reestruturação, incluindo os relacionados com planos sociais.

Passivos

Débitos a instituições de crédito e clientes

Os montantes devidos a instituições de crédito e clientes são contabilizados pelo montante inicial recebido, deduzidos de reembolsos subsequentes. Todas as despesas pagas a terceiros pela angariação de depósitos são integralmente contabilizadas no período contabilístico em que ocorreram.

Débitos representados por um título

Os títulos de dívida emitidos com capitalização fixa são contabilizados pelo montante original acrescido dos juros capitalizados.

Outros débitos

Este título inclui, entre outras rubricas, todas as dívidas a pessoal relacionadas com salários e outras despesas com a segurança social incorridos no presente período contabilístico e pagas no próximo período contabilístico.

Provisões para riscos e encargos

As provisões para pensões e obrigações sociais similares são contabilizadas de acordo com os requisitos legais belgas.

Fundo para riscos bancários gerais

A criação do fundo para riscos bancários gerais baseia-se num método definido, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicado sistematicamente e baseado no volume ponderado de crédito e nos riscos do mercado do sector bancário.

Demonstração de Resultados

Rendimentos ou despesas de juros

Os rendimentos ou despesas de juros são contabilizados na data de vencimento. Quando um empréstimo é classificado como de cobrança duvidosa ou incerto, os respetivos juros são normalmente colocados em reserva e deixam de ser incluídos na demonstração de resultados. A depreciação atuarial da diferença entre o custo de aquisição e o preço de resgate de títulos de rendimento fixo da carteira de negociação também é incluída nas receitas de juros.

Rendimentos de títulos de rendimento variável

As receitas de ações e participações são contabilizadas a partir da data em que a distribuição de dividendos é comunicada ao Banco.

Derivados

Os resultados de derivados são inscritos de forma diferente consoante o tipo de transação.

a) Transações de cobertura

Transações que protegem contra o risco de flutuação de taxas de câmbio, taxas de juro ou preços. Os ganhos e perdas são inscritos na demonstração de resultados de forma simétrica com os resultados dos componentes de cobertura, de modo a neutralizar, total ou parcialmente, o seu impacto.

Para ser consideradas cobertura, as transações devem preencher as seguintes condições:

- O componente coberto ou o conjunto homogêneo coberto deve expor o Banco a um risco de flutuação de taxas de câmbio, taxas de juro ou preços.
- As transações de cobertura devem ser indicadas especificamente desde a origem, bem como os componentes cobertos. É obrigatório existir uma correlação suficiente entre as flutuações de valor do componente coberto e a transação coberta (ou o instrumento subjacente).

Uma transação deve ser contabilizada pelo justo valor assim que deixar de preencher as condições para ser considerada uma cobertura.

294| Fortis Bank Relatório Anual 2011

b) Transações de negociação

Todas as transações realizadas no âmbito das atuais atividades de negociação que não preencham os requisitos para ser classificadas como cobertura são avaliadas a preços de mercado e os respetivos ganhos e perdas contabilizados na demonstração de resultados. Se o mercado não for líquido, só as perdas são contabilizadas na demonstração de resultados.

c) Algumas transações de taxas de juro a prazo são valorizadas de acordo com outros métodos de valorização, com base na derrogação da CBFA, em conformidade com o artigo 18.º do Real Decreto de 23 de Setembro de 1992:

- Transações celebradas no âmbito da gestão de tesouraria, com uma maturidade inicial de, no máximo, 1 ano.
- Transações celebradas no âmbito de transações do balanço e de transações externas ao balanço, conduzidas com o objetivo de reduzir o risco da taxa de juro e documentadas como tal.
- Transações celebradas no âmbito de transações estratégicas de gestão de ativos e passivos em euros ou numa divisa da União Monetária Europeia.

Estas 3 categorias são valorizadas por inscrição do respetivo resultado numa base cumulativa.

- Transações celebradas no âmbito de uma gestão global, sem o objetivo de reduzir o risco da taxa de juro: estas transações são valorizadas numa base cumulativa com a condição de se contabilizar na demonstração de resultados as perdas potenciais decorrentes da valorização pelo valor de mercado.

Divisas estrangeiras

A valorização de divisas estrangeiras distingue entre rubricas monetárias e não monetárias.

As rubricas monetárias são ativos e passivos, incluindo acréscimos e diferimentos, direitos e compromissos que representam um montante específico numa divisa estrangeira, bem como ações e outros títulos sem rendimento fixo da carteira de negociação. As rubricas monetárias são convertidas pela taxa média (média da taxa de compra e venda no mercado à vista), na data de fecho. As rubricas liquidadas a taxas de câmbio específicas devem ser valorizadas a essas taxas específicas médias. As diferenças cambiais resultantes são contabilizadas na demonstração de resultados (com a exceção de ganhos cambiais em divisas estrangeiras para as quais não existe um mercado líquido).

Os ativos fixos tangíveis, intangíveis e financeiros são considerados rubricas não monetárias e contabilizados pelo custo com base na taxa de câmbio da data de aquisição. Quando rubricas não monetárias, expostas a risco cambial, são financiados numa base permanente com fundos de um empréstimo contraído na mesma divisa, as diferenças de conversão dos fundos emprestados não são contabilizadas na demonstração de resultados.

Os componentes de lucros e perdas em divisas estrangeiras são convertidos em euros na demonstração de resultados, à taxa do mercado à vista na data da contabilização, como rendimentos ou despesas.

Relatório dos revisores oficiais de contas

RELATÓRIO CONJUNTO DOS AUDITORES EXTERNOS À ASSEMBLEIA-GERAL DE ACIONISTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Como exigido pela lei e os estatutos da Sociedade, apresentamos-lhes o nosso relatório no contexto da nossa nomeação como auditores externos da Sociedade. Este relatório inclui o nosso parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas e as observações adicionais exigidas.

Parecer sem reservas sobre as demonstrações financeiras consolidadas com um parágrafo explicativo.

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Fortis Bank SA/NV (a "Sociedade") e suas subsidiárias (o "Grupo") relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, e com as exigências legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica. O total do balanço consolidado eleva-se a EUR (000.000) 346.179 e a demonstração de resultados mostra um lucro para o ano (acionistas) de EUR (000.000) 104.

O conselho de administração da Sociedade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Esta responsabilidade inclui: conceber, implementar e manter os controlos internos relevantes para a elaboração e apresentação fiel das demonstrações

financeiras consolidadas que estejam isentas de inexatidões materiais, resultantes de fraude ou erro, selecionando e aplicando as políticas contabilísticas apropriadas e fazendo as estimativas contabilísticas razoáveis nas circunstâncias.

A nossa responsabilidade é dar um parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com os requisitos legais aplicáveis na Bélgica e as normas de auditoria belgas, conforme emitidas pelo Institut des Réviseurs d'Enterprise/Instituut van de Bedrijfsrevisoren. Estas normas de auditoria exigem que planeemos e executemos a auditoria de modo a obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de inexatidões materiais.

De acordo com as normas de auditoria acima mencionadas, executámos procedimentos para obter informações probatórias sobre os montantes e divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. A seleção destes procedimentos é uma matéria para o nosso parecer, bem como a avaliação do risco de as demonstrações financeiras consolidadas conterem inexatidões materiais, resultantes de fraude ou erro. Ao fazer estas avaliações de risco, tivemos em consideração os controlos internos do Grupo relativamente à elaboração e apresentação fiel das demonstrações financeiras consolidadas para podermos conceber os procedimentos de auditoria adequados para as circunstâncias e não com a finalidade de dar um parecer sobre a eficácia dos controlos internos do Grupo. Também avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas realizadas pelo Grupo, bem como a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas como um todo. Por fim, obtivemos do conselho de administração e dirigentes do Grupo as explicações e informações necessárias para a nossa auditoria. Acreditamos que as informações probatórias obtidas proporcionam uma base razoável para o nosso parecer.

No nosso parecer, as demonstrações financeiras consolidadas dão uma imagem verdadeira e fiel dos ativos e passivos do Grupo e da sua posição financeira em 31 de dezembro de 2011 e dos seus resultados e fluxos de caixa para o ano findo nesta data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, e com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica.

Sem colocarmos outros reservas no nosso parecer, chamamos a atenção para o facto que é descrito na nota 8j das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011, que em resultado dos acontecimentos de 2008 que afetaram o grupo Fortis, um certo número de queixosos intentaram ações em justiça contra o antigo grupo Fortis, incluindo a Sociedade e/ou alguns elementos dos seus conselhos de administração e gestão. O resultado final destes assuntos e as potenciais consequências para a Sociedade e seus administradores não pode ser determinado no presente e, por conseguinte, não foram inscritas provisões nas demonstrações financeiras consolidadas.

Observações adicionais

O conselho de administração da Sociedade é responsável pela elaboração e conteúdo do relatório de gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa responsabilidade é incluir no nosso relatório as seguintes observações adicionais, que não têm qualquer efeito sobre o nosso parecer relativamente às demonstrações financeiras consolidadas:

- O relatório de gestão nas demonstrações financeiras consolidadas lida com as informações exigidas pela lei e é consistente com as demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, não estamos em posição de exprimir um parecer sobre a descrição dos principais riscos e incertezas que enfrentam as sociedades incluídas na consolidação, o estado dos seus negócios, o seu desenvolvimento previsível ou a influência significativa de certos eventos no seu futuro desenvolvimento. No entanto, podemos confirmar que os assuntos divulgados não apresentam quaisquer inconsistências óbvias com a informação de que tomamos conhecimento durante a execução do nosso mandato.

Bruxelas, 23 de março de 2012

Os auditores de contas conjuntos

PwC Réviseurs d'Enterprises scrl/Bedrijfsrevisoren bcvba

Representada por

R. Jeanquart

Revisor Oficial de Contas

Deloitte Réviseurs d'Enterprises sc sous forme d'une scrl / Bedrijfsrevisoren bv ovv cvba

Representada por

Ph. Maeyaert

Revisor Oficial de Contas

F. Verhaegen

Revisor Oficial de Contas

RELATÓRIO CONJUNTO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS APRESENTADO NA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DO FORTIS BANK SA/NV PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Como exigido pela lei e os estatutos da Sociedade, apresentamos-lhes o nosso relatório no contexto da nossa nomeação como auditores externos da Sociedade. Este relatório inclui o nosso parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas e as observações e informações adicionais exigidas.

Parecer sem reservas sobre as demonstrações financeiras consolidadas com um parágrafo explicativo.

Auditámos as demonstrações financeiras anuais do Fortis Bank SA/NV (a “Sociedade”) relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas de acordo com o quadro de relato financeiro aplicável na Bélgica, e que mostra um balanço total de (000) 300.648.140 e um lucro para o ano de EUR (000) 72.452.

O conselho de administração da Sociedade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Esta responsabilidade inclui: conceber, implementar e manter os controlos internos relevantes para a elaboração e apresentação fiel das demonstrações financeiras anuais que estejam isentas de inexatidões materiais, resultantes de fraude ou erro, selecionando e aplicando as políticas contabilísticas apropriadas e fazendo as estimativas contabilísticas razoáveis nas circunstâncias.

A nossa responsabilidade é dar um parecer sobre as demonstrações financeiras anuais com base na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com os requisitos legais aplicáveis na Bélgica e as normas de auditoria belgas, conforme emitidas pelo Institut des Réviseurs d’Enterprise/Instituut van de Bedrijfsrevisoren. Estas normas de auditoria exigem que planeemos e executemos a auditoria de modo a obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras anuais estão isentas de inexatidões materiais.

De acordo com as normas de auditoria acima mencionadas, executámos procedimentos para obter informações probatórias sobre os montantes e divulgações nas demonstrações financeiras anuais. A seleção destes procedimentos é uma matéria para o nosso parecer, bem como a avaliação do risco de as demonstrações financeiras anuais conterem inexatidões materiais, resultantes de fraude ou erro. Ao fazer estas avaliações de risco, tivemos em consideração os controlos internos do Grupo relativamente à elaboração e apresentação fiel das demonstrações financeiras anuais para podermos conceber os procedimentos de auditoria adequados para as circunstâncias e não com a finalidade de dar um parecer sobre a eficácia dos controlos internos do Grupo. Também avalíamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

contabilísticas realizadas pelo Grupo, bem como a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas como um todo. Por fim, obtivemos do conselho de administração e dirigentes do Grupo as explicações e informações necessárias para a nossa auditoria. Acreditamos que as informações probatórias obtidas proporcionam uma base razoável para o nosso parecer.

No nosso parecer, as demonstrações financeiras anuais dão uma imagem verdadeira e fiel do valor líquido e posição financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2011 e dos seus resultados para o ano findo nesta data, de acordo com o quadro de relato financeiro aplicável na Bélgica.

Sem colocarmos outras reservas no nosso parecer, chamamos a atenção para o relatório do conselho de administração, em que é descrito que em resultado dos acontecimentos de 2008 que afetaram o grupo Fortis a que a Sociedade pertencia, um certo número de queixosos intentaram ações em justiça contra o antigo grupo Fortis, incluindo a Sociedade e/ou alguns elementos dos seus conselhos de administração e gestão. O resultado final destes assuntos e as potenciais consequências para a Sociedade e seus administradores não pode ser determinado no presente e, por conseguinte, não foram inscritas provisões nas demonstrações financeiras anuais.

Observações e informações adicionais

O conselho de administração da Sociedade é responsável pela elaboração e conteúdo do relatório do conselho de administração e por assegurar que a Sociedade cumpre o Código das Sociedades e os estatutos da Sociedade.

A nossa responsabilidade é incluir no nosso relatório as seguintes observações e informações adicionais, que não têm qualquer efeito sobre o nosso parecer relativo às demonstrações financeiras anuais:

- O relatório do conselho de administração lida com as informações exigidas pela lei e é consistente com as demonstrações financeiras anuais. No entanto, não estamos em posição de exprimir um parecer sobre a descrição dos principais riscos e incertezas que a Sociedade enfrenta, o estado dos seus negócios, o seu desenvolvimento previsível ou a influência significativa de certos eventos no seu futuro desenvolvimento. No entanto, podemos confirmar que os assuntos divulgados não apresentam quaisquer inconsistências óbvias com a informação de que tomamos conhecimento durante a execução do nosso mandato.
- Sem prejuízo de certos aspetos formais de menor importância, os registos contabilísticos são mantidos em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica.
- Tal como indicado no seu relatório, o conselho de administração, em 13 de janeiro de 2011 e 26 de maio de 2011 (a) decidiu isentar de responsabilidade os administradores M. Jadot (13 de janeiro de 2011), P. Vandekerckhove (26 de maio de 2011) e K. Geens (26 de maio de 2011) em todos os casos em que tenham agido de boa-fé e de um modo em que acreditavam ser do melhor interesse da Sociedade, exceto quando a responsabilidade destes administradores emergir de fraude ou conduta dolosa ou quando essa responsabilidade estiver coberta por uma apólice de seguros e (b) aplicou o artigo 523.º do Código das Sociedades como resultado do conflito de interesses. Visto que os administradores acima mencionados tinham um conflito de interesses, sabemos que eles não participaram na discussão e decisão do conselho de administração. Considerando o facto de que a isenção da responsabilidade não prescreve e depende da ocorrência de eventos futuros, se os houver, não estamos em posição de avaliar as possíveis consequências financeiras dessa decisão para a posição financeira da Sociedade.
- Não foram realizadas transações nem tomadas quaisquer decisões em violação dos estatutos da Sociedade ou do Código das Sociedades cuja ocorrência fossemos obrigados a relatar.
- A distribuição de resultados proposta à assembleia-geral está de acordo com os requisitos legais e os estatutos da Sociedade.

Bruxelas, 23 de março de 2012

Os auditores externos conjuntos

PwC Réviseurs d'Enterprises scrl/Bedrijfsrevisoren bcvb

Representada por

R. Jeanquart

Revisor Oficial de Contas

Deloitte Réviseurs d'Enterprises sc sous forme d'une scrl / Bedrijfsrevisoren bv ovv cvba

Representada por

Outras informações

Máximos e mínimos mensais das acções do Fortis Bank nos leilões semanais em 2011

As acções do Fortis Bank registaram os seguintes máximos e mínimos mensais nos leilões semanais da Euronext Bruxelas em 2011 (valores em euros):

Mês	Mínimo	Máximo
Janeiro	25.20	26.50
Fevereiro	26.00	29.54
Março	32.49	39.10
Abril	35.19	39.10
Maio	28.50	32.45
Junho	28.00	28.00
Julho	29.50	29.50
Agosto	23.90	29.50
Setembro	19.17	26.29
Outubro	17.40	19.14
Novembro	16.50	1800
Dezembro	14.94	18.15

Cargos externos detidos por administradores e dirigentes, sujeitos a divulgação legal

Nos termos do artigo 27.º da Lei de 22 de Março de 1993 relativa ao estatuto e supervisão de instituições de crédito e correspondente regulamentação da Comissão da Banca, Finanças e Seguros belga respeitante aos cargos externos detidos por dirigentes de instituições de crédito e de sociedades de investimento, o Conselho de Administração do Banco adotou as “Regras internas para administradores e dirigentes efetivos do Fortis Bank SA/NV que detêm cargos externos”.

Estes regulamentos determinam, inter alia, que os cargos externos detidos por dirigentes efetivos e administradores do Banco em sociedades não abrangidas pelo artigo 27.º, n.º 3, ponto 3, da Lei de 22 de Março de 1993, devem ser divulgados no relatório anual da administração.

Entende-se por “dirigentes efetivos”, os membros do Conselho de Administração e as pessoas em cargos de nível imediatamente inferior ao CA, incluindo dirigentes de sucursais estrangeiras.

Entende-se por “cargos externos”, principalmente cargos como administrador de uma empresa, sujeitos a divulgação, os cargos detidos em empresas que não sejam familiares, em “sociedades de gestão”, em organismos de investimento coletivo ou em empresas com as quais o Banco, enquanto parte do Grupo, tenha ligações estreitas.

300 | Fortis Bank Relatório Anual 2011

Apelido, nome (cargo) Empresa (Sede)	Actividade profissional (cargo)	Cotada na
Herman Daes (Presidente do Conselho de Administração)		
- Barco SA/NV	Tecnologia (Presidente do Conselho de Administração)	Euronext Bruxelas
- Vanbreda Risk and Benefits SA/NV	Seguros (Administrador)	
- Domo Chemicals SA/NV	Produtos químico (Administrador, representante do Crossbow BVBA)	
- Domo Investment Group SA/NV	Produtos químicos (Administrador e Presidente do Conselho de Administração, representante do Crossbow BVBA)	
- Uitgeverij Lannoo SA/NV	Publicações (Administrador, representante do Crossbow BVBA)	
Georges Chodron de Corcel (Vice-Presidente do Conselho de Administração)		
- Alstom S.A.	Transportes e energia (Administrador)	Euronext Paris
- Bouygues S.A.	Construção e telecomunicações (Administrador)	Euronext Paris
- F.P.F. (Société Foncière, Financière et de Participations) S.A.	Empresa de carteiras (Administrador)	Euronext Paris
- Lagardère SCA	Meios de comunicação social (Membro do Conselho de Supervisão)	Euronext Paris
- Nexans S.A.	Cablagens (Administrador)	Euronext Paris
- Scor S.A.	Seguros (Censor)	Euronext Paris
- Erbé S.A.	Imobiliário	

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

- Scor Holding (Switzerland) AG	(Administrador) Sociedade gestora de participações (holding) (Administrador)	
- Scor Global Life Rückversicherung Schaweiz AG	Resseguros (Administrador)	
Scor Switzerland AG	Seguros (Administrador)	
- Groupe Bruxelles Lambert S.A.	Empresa de carteiras (Administrador)	Euronext Bruxelas
- CNP (Compagnie Nationale à Portefeuille) SA	Empresa de carteiras (Administrador)	
Jean-Laurent Bonnafé (Administrador)		
- Carrefour S.A.	Distribuição (Administrador)	Euronext Paris

Fortis Bank Relatório Anual 2011 | 301

Apelido, nome (cargo) Empresa (Sede)	Actividade profissional (cargo)	Cotada na
Filip Dierckx (Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo)		
- SD Worx for Society SCRL/CVBA (Antwerp)	Serviços administrativos e de gestão (Presidente do Conselho de Administração)	
- IVD SA/NV (Antwerp)	Serviços administrativos (Presidente do Conselho de Administração)	
- SD Diensten SA/NV (Antwerp)	Serviços de gestão e formação (Presidente do Conselho de Administração)	
- ZENO SA/NV	Serviços administrativos (Presidente)	
- HAZELHEARTWOOD SCRL/CVBA	Serviços administrativos (Administrador)	
Dirk Boogmans (Administrador)		
- P&V Verzekeringen SCRL/CVBA	Seguros (Administrador)	
- Vivium SA/NV	Seguros (Administrador)	
- Caeser Real Estate Fund SA/NV	Investimentos imobiliários (Presidente do Conselho de Administração através da DAB Management)	
- Ethias Finance SA/NV	Seguros (Administrador)	
- Colibra SA/NV	Software - TI (Administrador)	
- Global Lifting Partners SA/NV	Sociedade gestora de participações (holding) (Presidente do Conselho de Administração)	
- AIB Vinçotte Internationale SA/NV	Serviços de inspeção, controlo e certificação (Administrador)	
- Vinçotte Internationale SA/NV	Serviços de inspeção, controlo e certificação (Administrador)	
- THV Noriant	Infraestruturas (Presidente do Conselho de Administração)	
- GIMV SA/NV	Sociedade de investimento (Administrador)	Euronext Bruxelas
- Primary Resources BVBA	Imobiliário (Administrador)	
- CFE SA/NV	Imobiliário (Consultor)	
- SAP HR GROUP SA/NV	Presidente do Conselho Consultivo Recursos humanos (Administrador)	

Apelido, nome (cargo) Empresa (Sede)	Actividade profissional (cargo)	Cotada na
Jean-Paul Pruvot (Administrador)		
- L'Ardenne Prévoyante SA/NV	Seguros (CEO)	
Jean Stephenne (Administrador)		
- BESK Group SA/NV (Bruxelas)	Construção (Presidente do Conselho de Administração)	
- GlaxoSmithKline Biologicals SA/NV (Rixensart)	Indústria farmacêutica (Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Geral)	
- GlaxoSmithKline Biologicals Mfg SA/NV (Rixensart)	Indústria farmacêutica (Administrador)	
- Groupe Bruxelles Lambert SA/NV (Bruxelas)	Empresa de carteiras (Administrador)	Euronext Bruxelas
- Ion Beam Applications SA/NV (Louvain – la – Neuve)	Tecnologia (Administrador)	Euronext Bruxelas
- Nanocyl SA/NV (Namur)	Produtos químicos (Administrador)	
- Veslius Biocapital I SICAR (Luxemburgo)	Capital de risco (Presidente do Conselho de Administração)	
- Veslius Biocapital I SICAR (Luxemburgo)	Capital de risco (Presidente do Conselho de Administração)	
- Innosité SA/NV (Luxemburgo)	Indústria farmacêutica Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Geral)	
Serge Wibaut (Administrador)		
- ReacFin SA/NV	Consultoria (Administrador)	
- Gambit Financial Solution	Empresa de carteiras (Presidente do Conselho de Administração)	
- Eurinvest Sa	Gestão de activos (Administrador)	
- Compagnie Européenne d'Assurance des Marchandises et des bagages SA/NV	Seguros (Administrador)	
- Nationale Suisse Assurance	Seguros (Administrador)	

Apelido, nome (cargo) Empresa (Sede)	Actividade profissional (cargo)	Cotada na
Sophie Dutordoir (Administradora)		
- Electrabel Customer Solutions SA/NV	Energia (Presidente do Conselho de Administração)	
- Electrabel SA/NV	Energia (Administradora – Directora-Geral)	
- Brussels Network Operations SCRL/CVBA	Energia (Vice-presidente do Conselho de Administração)	

- Sibelga SCRL/CVBA	Energia (Administrador)
- GDF Surz Energy Deutschland AG	Energia (Membro do Conselho de Supervisão)
- Ores SCRL/CVBA	Energia (Vice-presidente)

Max Jadot

(Presidente do Conselho Executivo)

- Bekaert SA/NV	Indústria do aço	Euronext Bruxelas
	(Administrador)	

Koen Geens

(Administrador)

- Eubelius Law Firm SCRL/CVBA	Direito (Sócio fundador)
-------------------------------	-----------------------------

Luc Haegemans

(Membro da Comité Executivo)

- Fainfood SA/NV	Alimentação (Administrador)
------------------	--------------------------------

Roger Ramos (Espanha)

- Mermoz Jet Finance S.L.	Transportes – Finanças (Administrador)
---------------------------	---

Em 31 de Dezembro de 2011, o Fortis Bank não possui participações iguais ou superiores a 5% em qualquer das empresas acima referida.

Glossário e abreviaturas

Acordo de recompra

Acordo entre duas partes, em que uma parte vende à outra um título por um preço especificado com o compromisso de recomprar o título numa data posterior por um outro preço especificado.

Acordo de recompra inverso

A compra de títulos com o acordo de os revender por um preço mais elevado numa data futura específica.

Ativos incorpóreos

Um ativo identificável, não monetário, sem substância física, que é contabilizado pelo custo se, e apenas se gerar benefícios económicos futuros e se o custo do ativo puder ser mensurado com fiabilidade.

Ajustamento do valor do crédito

Ajustamento do valor da carteira de negociação para tomar em consideração o risco da contraparte.

Benefícios de funcionários

Todas as formas de remuneração efetuadas por uma entidade em troca de serviços prestados por funcionários, incluindo salários.

Capital de risco

Refere-se, em geral, ao investimento em novas empresas e pequenas empresas percecionadas como tendo potencial de crescimento de longo prazo.

Capital elegível

Os componentes do passivo elegíveis como capital de Tier 1 ao abrigo das regulamentações de supervisão bancária.

Capital nuclear (core capital)

Capital total disponível no grupo (com base na definição de capital de Tier 1 do sector bancário).

Cobertura de fluxos de caixa

Uma cobertura destinada a atenuar a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo contabilizado ou de uma transação expectável, que é atribuída a alterações registadas em taxas ou preços variáveis.

Cobertura de investimento líquido

Cobertura utilizada para reduzir os riscos financeiros de uma participação da entidade de relato nos ativos líquidos de uma empresa estrangeira mediante a celebração de transações que proporcionam um perfil de risco de compensação.

Cobertura macro

Cobertura utilizada para reduzir o risco de uma carteira de ativos.

Cobertura pelo justo valor

Uma cobertura de uma exposição a alterações no justo valor de um ativo ou passivo contabilizado (ou de parte dele) ou de um compromisso firme. A exposição é atribuível a um risco específico e afetará os rendimentos líquidos relatados.

Compensação

Liquidação administrativa de transações de títulos, futuros e opções através de um organismo de compensação (Câmara de compensação) e das instituições financeiras que lhe estão associadas (membros da Câmara de compensação).

Contabilização de coberturas

A contabilização de coberturas inscreve os efeitos de compensação sobre os lucros ou perdas de alte rações nos justos valores do instrumento de cobertura e da rubrica coberta.

Custo amortizado

O montante por que um ativo ou passivo financeiro é mensurado na contabilização inicial, deduzido dos reembolsos do capital, acrescido ou deduzido do valor de amortização/aumento acumulado de qualquer prémio/desconto e deduzido de qualquer depreciação por imparidades.

Data da transação

A data em que o Fortis Bank se torna parte nas disposições contratuais de um ativo financeiro.

Data de liquidação

A data em que o ativo é entregue a ou por uma entidade.

Derivado

Um instrumento financeiro, como um swap, um contrato a prazo (forward) e uma opção (tanto subscrita como adquirida). Este instrumento financeiro tem um valor que muda em resposta a alterações de diferentes variáveis subjacentes. Exige pouco ou nenhum investimento líquido inicial e é liquidado numa data futura.

Derivados embutidos

Um instrumento derivado embutido num outro contrato, o contrato base. O contrato base pode ser um instrumento de dívida ou de capital, um contrato de locação financeira, um contrato de seguro ou um contrato de compra ou venda.

Duração

Uma medida geral da sensibilidade do preço (o valor do capital) de um instrumento de rendimento fixo, expresso como uma alteração percentual com uma alteração da rendibilidade em 100 pontos base. No cálculo da “duração do capital”, a expressão refere-se também ao período médio ponderado dos fluxos de caixa de uma carteira de ativos ou passivos. É calculada com base nos valores atuais líquidos (NPV) dos fluxos de caixa (capital e juro).

Empresa associada

Uma empresa em que o Fortis Bank detém influência significativa mas que não controla.

Exposição ao incumprimento (EAD)

Fornece um cálculo do montante a que o Banco está exposto em caso de incumprimento do mutuário. EAD é um dos parâmetros utilizados para calcular as perdas esperadas (EL).

Factoring

Uma forma de financiamento das empresas em que uma empresa transfere dívidas pendentes para uma empresa de factoring que, em troca de uma remuneração, assume a responsabilidade pelos documentos do devedor, pela cobrança da dívida, pela cobertura do risco e pelo financiamento.

Goodwill

Representa o excesso do justo valor dos ativos vendidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capitais emitidos em relação às participações do Fortis Bank no justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

Imóveis de investimento

Imóveis detidos pelo Fortis Bank para gerar receitas de arrendamento ou para apreciação do capital.

Imparidades

Uma diminuição do valor em que o montante do ativo escriturado excede o montante recuperável. Nesse caso, o montante escriturado será reduzido para o montante recuperável por via da demonstração de resultados.

Instrumentos de crédito estruturados (SCI)

Títulos criados por reagrupamento de fluxos de caixa de contratos financeiros. Estes instrumentos abrangem títulos garantidos por ativos (ABS), títulos garantidos por hipotecas (MBS) e obrigações de dívida colateralizadas (CDO). Os títulos garantidos por ativos são emissões garantidas por empréstimos

306 | Fortis Bank Relatório Anual 2011

(com exclusão de hipotecas), créditos a receber ou locações, os títulos garantidos por hipotecas são emissões garantidas por empréstimos hipotecários e as obrigações de dívida colateralizadas são uma classe de títulos garantidos por ativos e uma outra designação para obrigações garantidas por um grupo de obrigações (obrigações colateralizadas), empréstimos (obrigações de empréstimo colateralizadas) e outros ativos como swaps (obrigações sintéticas colateralizadas). O pagamento do capital e juros das obrigações de dívida colateralizadas é financiado com a liquidez gerada pelos ativos financeiros subjacentes.

Joint venture

Um acordo contratual em que duas ou mais partes empreendem uma atividade económica sujeita a controlo conjunto.

Justo valor

Montante pelo qual um ativo (passivo) pode ser comprado (incorrido) ou vendido (liquidado) entre partes conhecedoras e dispostas no âmbito de uma transação independente e equitativa.

Locação financeira

Uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e compensações aliados à titularidade de um ativo. O título pode ser ou não ser transferido no fim da operação.

Locação operacional

Um contrato que permite a utilização de um ativo em troca de pagamentos periódicos, mas não confere direitos semelhantes à propriedade legal do ativo e em que os riscos financeiros relacionados com o ativo são assumidos pelo emitente do contrato de locação.

Mercado ativo

Um mercado onde são transacionados produtos homogêneos entre compradores e vendedores em qualquer momento e onde os preços estão disponíveis ao público.

Método de fluxo de caixa descontado (Modelo DCF)

Uma abordagem à avaliação, em que futuros fluxos de caixa projetados são descontados a uma taxa de juro que reflete o valor temporal do dinheiro e um prémio de risco que reflete o retorno extra que os investidores exigem pelo risco de não materialização efetiva do fluxo de caixa.

NIRF

Normas Internacionais de Relato Financeiro, utilizadas como padrão para todas as empresas cotadas na União Europeia desde 1 de Janeiro de 2005 para garantir uma contabilização e divulgação transparentes e comparáveis.

Obrigações de dívida colateralizada (CDO)

Um tipo de título e de produto de crédito estruturado garantido por ativos, que fornece exposição a uma carteira de ativos de rendimento fixo e divide o risco de crédito por várias tranches com diferentes taxas de juro. As obrigações de dívida colateralizadas (CDO) podem incluir “obrigações de empréstimo colateralizadas” (CLO), “obrigações colateralizadas” (CBO) e “obrigações sintéticas colateralizadas” (CSO).

Obrigações de dívida colateralizada sintética

Uma obrigação de dívida colateralizada, em que as exposições ao crédito subjacente se processam sob a forma de celebração de um acordo de swap de risco de incumprimento em vez de aquisição dos ativos financeiros propriamente ditos.

Obrigações de empréstimo colateralizada (CLO)

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Uma forma de titularização, em que os pagamentos de empréstimos de uma multiplicidade de médias e grandes empresas são reunidos e transferidos para diferentes classes de titulares em várias tranches.

Obrigação subordinada (empréstimo)

Um empréstimo (ou título) de categoria inferior a outros empréstimos (ou títulos) no que diz respeito à reclamação de ativos ou resultados.

Opção

Um contrato vendido por uma parte a outra que oferece ao comprador o direito, mas não a obrigação de comprar (opção de compra) ou vender (opção de venda) um título por um preço acordado durante determinado período de tempo ou numa data específica.

Perdas em caso de incumprimento (LGD)

O montante médio suscetível de ser perdido em caso de incumprimento da contraparte. LGD é um parâmetro utilizado no cálculo das perdas esperadas.

Perdas esperadas (EL)

As perdas esperadas são o nível anual esperado de perdas de crédito durante um ciclo económico. As perdas efetivas de um determinado ano serão diferentes das perdas esperadas, no entanto, as perdas esperadas são o valor que o nosso banco deverá esperar perder em média durante um ciclo económico. As perdas esperadas devem ser encaradas como um custo pelo exercício da atividade e não como um risco em si. As perdas esperadas são calculadas da seguinte forma: $\text{Perdas esperadas} = \text{Exposição ao incumprimento} \times \text{Probabilidade de incumprimento} \times \text{Perdas em caso de incumprimento}$

Perímetro controlado

O âmbito de consolidação legal e regulamentar do Fortis Bank.

Ponto base (pb)

Um centésimo de um ponto percentual (0,01%).

Private equity

Títulos de capitais próprios de empresas não cotadas numa bolsa de valores pública. Os investidores que desejem vender a sua participação numa empresa não cotada têm de encontrar um comprador sem recorrer ao mercado bolsista.

Probabilidade de incumprimento (PD)

A probabilidade de incumprimento da contraparte num horizonte temporal de um ano. A probabilidade de incumprimento é um parâmetro utilizado no cálculo das perdas esperadas.

Provisão

As provisões são passivos que envolvem incertezas sobre o montante ou as datas dos pagamentos. As provisões são contabilizadas se no presente existir uma obrigação de transferir benefícios económicos, tais como fluxos de caixa, em resultado de eventos passados e se for possível efetuar uma estimativa fiável na data do balanço.

Rácio de Tier 1

Capital nuclear de um banco, expresso em percentagem do total, ponderado pelo risco, inscrito no balanço.

Resultados em risco (earnings at risk ou EaR)

Uma medida da sensibilidade de rendimento líquido futuro a hipotéticas alterações adversas das taxas de juro ou dos preços do mercado de capitais. O indicador de resultados em risco avalia o impacto de testes de stresse no rendimento líquido projetado antes de impostos com base nas NIRF. EaR (resultados em risco) representa um possível desvio dos resultados (antes de impostos) esperados em resultado de um evento adverso ocorrido nos 12 meses seguintes com um nível de confiança selecionado. EaR cobre tanto a realização de perdas como a incapacidade de gerar receitas.

Spread do crédito

O diferencial de rendibilidade entre um título de referência sem risco de crédito ou taxa de referência (por exemplo, obrigações do governo) e obrigações ou créditos de empresas.

Subsidiária

Uma empresa em que o Fortis Bank tem poderes para, direta ou indiretamente, gerir as políticas financeiras e operacionais de modo a obter benefícios das respetivas atividades ("controlo").

308 | Fortis Bank Relatório Anual 2011

Swap de risco de incumprimento (CDS)

Um contrato derivado de crédito entre duas contrapartes. O comprador de um swap de crédito recebe proteção de crédito, enquanto o vendedor do swap garante a solvência de um instrumento financeiro subjacente.

Título garantido por ativos (ABS)

Instrumento de dívida que representa um interesse num conjunto de ativos. O termo "ABS" é utilizado geralmente para referir títulos em que a garantia subjacente consiste de ativos que não sejam primeiras hipotecas de habitação, tais como empréstimos garantidos por cartões de crédito e segundas hipotecas da habitação, locação financeira ou empréstimos garantidos por hipotecas comerciais.

Título garantido por hipoteca comercial (CMBS)

Um tipo de obrigação garantido por imóveis comerciais, tais como estabelecimentos de retalho ou escritórios, hotéis, escolas, unida desindustriais e outras instalações comerciais.

Título garantido por hipoteca da habitação (RMBS)

Um tipo de obrigação garantida por hipotecas sobre imóveis de habitação e não sobre imóveis comerciais.

Transação de títulos por empréstimo

Empréstimo de um título entre contrapartes que terão de o devolver (reaver) como repagamento. O empréstimo é frequentemente colateralizado. O empréstimo de títulos permite a uma entidade na posse de um determinado título majorar os seus retornos.

Valor teórico

Montante das unidades monetárias, número de ações, um número de unidades de peso ou volume ou de outras unidades especificadas num contrato derivado.

VaR

Abreviatura de valor em risco (value at risk). Uma técnica que utiliza a análise estatística das tendências de mercado históricas e das volatilidades para calcular que probabilidade existe de as perdas de uma determinada carteira excederem um determinado montante. Para a avaliação dos riscos de mercado associados às suas atividades bolsistas, o Fortis Bank calcula o VaR com base num intervalo de confiança de 99% e num horizontal temporal de 1 dia. Esta calibração pretende refletir os riscos das atividades bolsista sem condições de liquidez normais.

Abreviaturas

2OPC	Supervisão de controlo permanente operacional
ABS	Título garantido por ativos
ACP	Autoridade de controlo prudencial
AFS	Disponível para venda
AGI AG	Insurance

AIRBA	Abordagem avançada baseada em notações internas
ALCO	Comissão de Ativos e Passivos
ALM	Gestão de ativos e passivos
AMA	Abordagem de mensuração avançada
ARCC	Comité de auditoria, risco e compliance do Fortis Bank
BGL	Banque Générale de Luxembourg CASHES Títulos associados a acções, híbridos, convertíveis e subordinados
BNPP-IP	Parceiros do BNP Paribas Investment
CASHES	Títulos Híbridos Convertíveis e Subordinados Indexados a Acções
CBFA	Comissão da Banca, Finanças e Seguros
CBO	Obrigações colateralizadas
CDS	Swap de risco de incumprimento
CDO	Obrigações de dívida colateralizada
CGU	Unidade geradora de caixa
CIB	Banca empresarial e de investimento
CLO	Obrigações de empréstimo colateralizada
CMBS	Títulos garantidos por uma hipoteca comercial
CMS	Swap de Maturidade Constante
CODM	Decisor operacional principal
CP	Papel comercial
CPBB	Corporate & Public Banking, Bélgica
CRM	Gestão de risco centralizada
CRO	Diretor de Riscos
CSO	Obrigações de swap colateralizada
CGU	Unidade geradora de caixa
CVA	Ajustamento do valor do crédito
DCF	Fluxo de caixa descontinuado
EAD	Exposição a incumprimento
EBA	Autoridade Bancária Europeia

310| Fortis Bank Relatório Anual 2011

ECB	Banco Central Europeu
EaR	Resultados em risco (earnings at risk)
EFSS	Facilidade de Estabilidade Financeira Europeia
EL	Perdas esperadas
Euribor	Taxa interbancária da zona euro
FCF	Fortis Commercial Finance
FV	Justo valor
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRM	Gestão de Risco do Grupo
GSIP	Plano Global de Incentivos com base em Acções
HTM	Detido até à maturidade
IASB	Comissão de Normas Internacionais de Contabilidade
IFRIC	Comissão de Interpretação das normas internacionais de relato financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

IRBA	Abordagem baseada em notações internas
ISDA	Associação internacional de swaps e derivados
LGD	Perdas em caso de incumprimento
MBS	Título garantido por hipoteca
MCS	Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis
MTM	Mark to market (a valores de mercado)
NBB	Banco Nacional da Bélgica
NIRF	Normas internacionais de relato financeiro
NPV	Valor atual líquido
OCI	Outros rendimentos abrangentes
ODG	Obrigações de dívida colateralizada
OTC	Over the counter (balcão)
PD	Probabilidade de incumprimento
PFC	Comissão de Controlo Financeiro e do Produto
PIB	Produto interno bruto
RMBS	Títulos garantidos por uma hipoteca de habitação
RPN	Nota de desempenho relativo
RWA	Ativos ponderados pelo Risco
SCI	Instrumentos de crédito estruturados
SFPI/FPIM	Société Fédérale de Participations et d'Investissement/Federale Participatie- en Investeringsmaatschappij
SPE	Entidade de finalidade especial
SPV	Veículo de finalidade especial
TEB	Türk Ekonomi Bankası
USTA	Abordagem padronizada sem notação
VaR	Valor em risco (value at risk)
VRC	Comissão de Revisão da Avaliação